

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX



# **ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO UNIFACEX - ENEX**

**DE 11 A 13 DE NOVEMBRO DE 2020**

**NATAL/RN  
2020**

COPYRIGHT © 2020 – ANAIS ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO  
UNIFACEX - ENEX

**CENTRO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS-CIFE - MANTENEDOR**

CHANCELER – JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEREDO  
DIRETORA ADMINISTRATIVA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO  
DIRETOR FINANCEIRO – OSWALDO GUEDES DE FIGUEIREDO NETO

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX – MANTIDA**

REITORA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO  
PRÓ-REITOR ACADÊMICO – CELLY FRANCK DA CRUZ MOURA  
SECRETÁRIO – JÚLIO APARECIDO KENED DE BRITO  
PRÓ-REITORA ADMINISTRATIVA - CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO

Todos os resumos contidos nestes Anais foram reproduzidos de cópias fornecidas por seus autores, portanto, o conteúdo apresentado é de suas exclusivas responsabilidades. Assim, a comissão organizadora do Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX não se responsabiliza pelas consequências decorrentes do uso de quaisquer dados publicados nestes Anais.

**UNIFACEX  
DIVISÃO DE APOIO AO USUÁRIO  
FICHA CATALOGRÁFICA NA FONTE**

E56a Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX (17, Natal, RN, 2020).

Anais do XVII Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX, 11 a 13 de Novembro de 2020/ Comissão Organizadora: Celly Franck da Cruz Moura [*et al.*]. - Natal: UNIFACEX, 2020.  
330 p.

1. Congresso Científico. 2. Pesquisa. 3. Resumo. I. Centro Universitário Facex (UNIFACEX). II. Moura, Celly Franck da Cruz. (Org.) [*et al.*]. III. Título.

CDU 37:058

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Leonardo Ruan Dantas de Aguiar  
Deyla Moura Ramos  
Roosevelt Bezerra da Silva Filho  
Celly Franck da Cruz Moura

## SUMÁRIO

<b>ARQUITETURA E URBANISMO</b> .....	09
METODOLOGIAS ATIVAS E AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO: DIÁLOGOS COM O PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	10
RECONEXÕES COM A NATUREZA: A EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE BOTÂNICA PARA ARQUITETOS .....	15
PROCESSOS DE INTERVENÇÕES EM CENTROS HISTÓRICOS: UM ESTUDO DE CASO DO BECO DA LAMA, NATAL/RN .....	20
A RAINHA DA SUCATA: PÓS - MODERNISMO BRASILEIRO.....	25
EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL ATRAVÉS DO PERCURSO VIRTUAL GUIADO PELO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL E DESENHO À MÃO LIVRE.....	27
<b>BIOLOGIA</b> .....	29
ENSINANDO SOBRE A DIGESTÃO DOS ALIMENTOS ATRAVÉS DA PRÁTICA EXPERIMENTAL INVESTIGATIVA.....	30
DESVENDANDO A HISTÓRIA POR TRÁS DOS FÓSSEIS: PROPOSTA DE ABORDAGEM INVESTIGATIVA PARA O ENSINO DE PALEONTOLOGIA .....	34
ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA AIDS NO BRASIL E RIO GRANDE DO NORTE ENTRE 2010 E 2019 .....	38
<b>DIREITO</b> .....	42
A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SEU (DES)SABER JURÍDICO: A LUTA FEMININA PELO DIREITO A UM PARTO HUMANIZADO – “PORQUE NÃO TENS QUE PARIR COM DOR” .....	43
VAMOS CONVERSAR? VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA: ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA .....	47
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – UTOPIA LEGISLATIVA OU REALIDADE? BREVE ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS, A LEI 8.080/90 E A REALIDADE DA SAÚDE BRASILEIRA .....	51

O DIREITO COMO SABER CIENTÍFICO .....	55
A PROPRIEDADE INTELECTUAL E O SEU MARCO LEGAL NO BRASIL.....	58
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA</b> .....	61
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERSPECTIVA E DESAFIOS DE UM ESTAGIÁRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....	62
<b>ENFERMAGEM</b> .....	66
FISSURA LABIOPALATINA: AS DIFICULDADES NO ALEITAMENTO MATERNO..	67
ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM AOS PACIENTE ONCOLÓGICOS EM CUIDADOS PALIATIVOS.....	71
O PAPEL DO ENFERMEIRO NO COMBATE ÀS PRÁTICAS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO DE PARTO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	75
COMO A ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DOS FAMILIARES PODE REFLETIR NA ADERÊNCIA AO TRATAMENTO DOS PACIENTES COM TRANSTORNOS ESQUIZOFRÊNICOS.....	79
A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PARA A SEGURANÇA DO PACIENTE NAS UNIDADES DE ALOJAMENTO CONJUNTO .....	83
A EQUIPE DE ENFERMAGEM NO CENTRO CIRÚRGICO .....	88
PREPARO DA PELE DO PACIENTE CIRÚRGICO.....	92
ABORDAGEM À CANDIDÍASE NA ATENÇÃO BÁSICA .....	96
A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO ENFERMEIRO NA SEGURANÇA DO PACIENTE PEDIÁTRICO NO AMBIENTE HOSPITALAR DE MÉDIA COMPLEXIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA .....	100
HUMANIZAÇÃO NO CENTRO CIRÚRGICO .....	103
A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA REALIZAÇÃO DO TESTE DO CORAÇÃOZINHO .....	107
SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	110

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PROCESSO ANESTÉSICO NO CENTRO CIRURGICO: REVISÃO DA LITERATURA.....	113
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM AÇÕES EDUCATIVAS PARA A PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO.....	117
A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO FRENTE A PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA MULHER COM INFECÇÃO SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL.....	122
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE A APLICABILIDADE DA LISTA DE VERIFICAÇÃO DE CIRURGIA SEGURA.....	130
AS CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NA SEGURANÇA DO PACIENTE PEDIÁTRICO NO AMBIENTE HOSPITALAR DE MÉDIA COMPLEXIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA .....	134
UTILIZANDO AS PICS COMO ESTRATÉGIA DO CUIDADO EM SAÚDE EM UMA UPA DO MUNICÍPIO DE NATAL-RN .....	136
<b>FISIOTERAPIA .....</b>	<b>138</b>
EFETIVIDADE DO TREINAMENTO DO ASSOALHO PÉLVICO PARA FUNCIONALIDADE PERINEAL RELACIONADA À PROSTATECTOMIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA .....	139
EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE AVC EM ÉPOCA DE PANDEMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA .....	146
EFETIVIDADE DAS CONDUTAS FISIOTERAPÊUTICAS NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	149
EFEITOS DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL DO MÚSCULO DIAFRAGMA NA EXPANSÃO TORÁCICA, MOBILIDADE DIAFRAGMÁTICA E FUNÇÃO PULMONAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA .....	153
A ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO MANEJO DE PACIENTES COM COVID-19 - REVISÃO DE ESCOPO .....	157
USO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA PARA INFORMAÇÃO EM SAÚDE SOBRE AVC: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	164
<b>GASTRONOMIA .....</b>	<b>166</b>

ESTUDO SOBRE O CONSUMO DA KOMBUCHA NA UTILIZAÇÃO A PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS.....	167
PANC's (IPOMOEA BATATAS E AMARANTHUS VIRIDIS) E SUAS APLICABILIDADES NA SUGESTÃO PARA A ELABORAÇÃO EM PREPARAÇÕES E SUAS FUNCIONALIDADES.....	169
COZINHA FUNCIONAL.....	171
<b>NUTRIÇÃO..</b> .....	174
CARDÁPIO DE ALMOÇO PARA UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL PARA CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS DE IDADE .....	175
CONSUMO DE ALIMENTOS SEGUNDO O GRAU DE PORCESAMENTO POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM NATAL/RN .....	179
RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM UNIVERSITÁRIOS.....	184
USO DE NUTRIENTES QUE AUXILIAM NA PREVENÇÃO CONTRA O DESENVOLVIMENTO DO CÂNCER COLORRETAL.....	186
<b>PEDAGOGIA</b> .....	188
AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	189
A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	192
ESCOLA E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA .....	195
AFETIVIDADE NA AÇÃO DOCENTE: UM OLHAR INCLUSIVO.....	199
A LITERATURA INFANTIL NA ALFABETIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO .....	202
OS EFEITOS DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO.....	205
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	208
A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DO AFETO .....	211

PAPEL DO ASSISTENTE TERAPÊUTICO NA INTERVENÇÃO PRECOCE DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - MODELO DENVER ..	214
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A PRÁTICA DO PROFESSOR.....	217
A IMPORTÂNCIA DAS REGRAS DE CONVIVÊNCIA E A DISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	220
A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	223
A UTILIZAÇÃO E A INFLUÊNCIA DE MATERIAIS RECICLADOS NA BRINCADEIRA E APRENDIZAGEM INFANTIL.....	226
O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A APRENDIZAGEM.....	229
EDUCAÇÃO EMOCIONAL: UM RELATO SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	232
EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS NA ESCOLA.....	235
REFLEXÕES SOBRE O BRINCAR NA ESCOLA.....	238
A CRIANÇA COM MICROCEFALIA NO CONTEXTO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	241
A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	244
O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	247
CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	250
A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DO EDUCADOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM TEA.....	253
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA INTERVENÇÃO DE CRIANÇAS DE DESENVOLVIMENTO ATÍPICO EM CASOS CLÍNICOS.....	256
A INFLUÊNCIA DA BRINCADEIRA PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA...	259
EDUCAÇÃO DECOLONIAL: DIALOGICIDADE COMO CAMINHO.....	261



ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS: BARREIRA COMUNICATIVA ENTRE ALUNOS SURDOS, PROFESSORES E COLEGAS NAS ESCOLAS REGULARES .....	265
MÚSICA: UMA ALTERNATIVA PARA O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS .....	268
SÍNDROME DE BURNOUT E PROFESSOR: UM ALERTA PARA A EDUCAÇÃO .....	271
A MUSICALIZAÇÃO COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO BILÍNGUE .....	274
A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DA LITERATURA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....	277
UMA REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	280
AFETIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA ABORDAGEM POSITIVA NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM .....	283
A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	286
INDISCIPLINA ESCOLAR: REFLEXÕES PARA UMA RECONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA .....	289
A ASSISTÊNCIA AO ALUNO ESPECIAL DURANTE A PANDEMIA .....	292
FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O CONHECIMENTO DO CÉREBRO.....	295
INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES .....	297
EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO EQUIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM .....	299
<b>PSICOLOGIA.....</b>	<b>301</b>
A COMPREENSÃO DAS CRIANÇAS ACERCA DO PROCESSO DE MORTE.....	302
A PERSPECTIVA DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL FRENTE À LUTA ANTIMANICOMIAL .....	305
PSICOLOGIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS: PREVENINDO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.....	308
<b>SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>311</b>
VIOLÊNCIA E CRIME CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: MITOS E REALIDADES .....	312

A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE AO PROCESSO DE ADOÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE .....	315
O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CENTRO POP.....	318
O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO ÀS FAMÍLIAS DOS SUJEITOS QUE SOFREM COM TRANSTORNO MENTAL .....	321
EDUCAÇÃO MORAL E ÉTICA: UM ESTUDO FISOSÓFICO A PARTIR DO PENSAMENTO DE IMMANUEL KANT.....	324
NOÇÕES DE BIOSEGURANÇA EM ÉPOCA DE PANDEMIA: E-BOOK PARA PACIENTES EM SALA DE ESPERA .....	327
JORNAL ACADÊMICO ODONTOLÓGICO.....	329

# **ARQUITETURA E URBANISMO**



## **METODOLOGIAS ATIVAS E AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO: DIÁLOGOS COM O PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

### **AUTOR:**

Adriana Carla de Azevedo Borba

**INTRODUÇÃO:** Este artigo é produto da disciplina “Metodologias Ativas no Ensino Superior”, do Curso de Formação Docente para o Ensino Superior do Unifacex. Tem como principal objetivo compreender algumas estratégias de metodologias ativas e traçar paralelo com as práticas de ensino em disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo; e como objetivos específicos, identificar as metodologias ativas mais comumente empregadas no ensino superior; apreender técnicas e procedimentos adotados nas referidas metodologias; detectar similaridades entre as metodologias ativas mais recorrentes e as práticas do curso de Arquitetura e Urbanismo no Unifacex. O ensino superior vem, ao longo dos anos, buscando estratégias para se reinventar, tendo em vista as profundas mudanças que vêm ocorrendo na sociedade em virtude do uso das novas tecnologias. Esse esforço se justifica com a rapidez na mudança de perfil dos alunos ingressantes. É preciso formar os novos profissionais do futuro, adaptando os métodos de ensino a este novo perfil, daí a relevância da pesquisa. **METODOLOGIA:** Para compor o arcabouço teórico deste artigo, foram estudados os seguintes autores: Rocha (2014); Melo e Sant’Ana (2012); Borges e Alencar (2014); e Gemignani (2012). Por se tratar de uma revisão de literatura, as principais técnicas e procedimentos consistiram em leitura e produção de textos. Tendo em vista sistematizar as leituras e reflexões suscitadas pelos artigos bases supracitados, este texto foi estruturado em três (03) partes: em uma primeira etapa, são resumidos os principais conceitos apontados nos textos; em uma segunda etapa, é feita uma síntese geral das metodologias ativas mencionadas no texto, possibilitando um maior diálogo entre os autores estudados; e, por fim, reflexões sobre a utilização dos métodos defendidos nos artigos e o seu auxílio no processo de aprendizagem dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo do Unifacex. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O artigo de Rocha (2014) trata de duas metodologias ativas específicas, a Sala de Aula Invertida, SAI ou Flipped Classroom; e a PBL, Aprendizagem Baseada em Problemas. Em relação à SAI, o autor argumenta que ainda é preciso que os docentes compreendam e apliquem de forma adequada esta ferramenta. Rocha identifica como principais empecilhos para a SAI as limitações de acesso (internet) por parte dos alunos e a falta de entendimentos por parte dos docentes de seu novo papel nesse método. O docente precisa também estimular a autonomia dos estudantes e se preparar para o “confronto presencial, do aprofundamento sobre o conteúdo feito pelo professor” (MORAN, 2014 apud ROCHA, 2014). Com relação ao PBL, Rocha o conceitua como sendo um aprendizado pautado na resolução de problemas por meio das experiências dos alunos, a partir da determinação de um tema. Rocha traz algumas fragilidades na aplicação do método: é preciso considerar a

realidade dos alunos; não se presta a algumas áreas das ciências humanas; resistência dos professores; necessita da mediação do docente; o aluno precisa assumir seu papel como protagonista; é necessário alguns conhecimentos prévios; exige disciplina e competência interpessoal. O artigo, de autoria de Melo e Sant'Ana (2012), trata de uma pesquisa descritiva junto a estudantes do curso de Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) por meio da aplicação de questionários. Nessa referida instituição existem:

[...] duas frentes do processo de ensino são: a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) utilizada para a Dinâmica Tutorial (DT) e a Metodologia da Problematização (MP), para as Habilidades práticas em Enfermagem (HPE), propostas distintas que são estruturadas em uma semana padrão com duas práticas de DT, duas de HPE, uma palestra complementar a DT e um período de reflexão da prática. (MELO; SANT'ANA, 2012)

De acordo com Melo e Sant'Ana, o objetivo geral é que os alunos “sejam capazes de prestar uma atenção integral e humanizada aos pacientes, de saber trabalhar em equipe e habilidade para tomada de decisão [...]”. Reforçam também o papel do tutor que não deve dar respostas prontas e sim direcionar/ orientar para que o aluno busque o seu próprio conhecimento.

No artigo dos autores Borges e Alencar (2014) são abordadas a Aprendizagem Baseada em Problemas e os Grupos Operatórios. A respeito da Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) Ribeiro (2003) e Gijsselaers (1996) apud Borges e Alencar (2012) acreditam na PBL centrada em:

três princípios fundamentais sobre a aprendizagem, a saber: (1) a aprendizagem é um processo construtivo e não receptivo [...] (2) a metacognição afeta a aprendizagem – habilidades tais como o estabelecimento de objetivos (o que vou fazer?) e avaliação dos resultados (funcionou?) são consideradas essenciais à aprendizagem; e (3) fatores contextuais e sociais influenciam a aprendizagem [...]. (BORGES; ALENCAR, 2014).

Ainda de acordo com as autoras, embora as PBL trabalhem com técnicas de solução de problemas, elas não se resumem a isto; o foco é no processo e no caminho a ser percorrido. A outra metodologia tratada por Borges e Alencar (2014) são os Grupos Operativos. Neste, os participantes “não só aprendem a pensar, como também a observar e escutar, a relacionar suas opiniões com as alheias, a aceitar pensamentos e ideologias diferentes das suas [...]”. O último artigo analisado foi o da autora Gemignani (2012); no texto, são três as metodologias ativas estudadas: Método da Problematização (Arco de Maguerez) ou MP; Aprendizagem Baseada em Problemas ou ABP; e Ensinar para a Compreensão ou EPC. Em se tratando da Metodologia da Problematização, Gemignani explica que o facilitador é o docente que deverá conduzir os discentes, auxiliando-os a observar e compreender a realidade. Na sequência, pequenos grupos discutem os conhecimentos prévios sobre esta situação dada, e depois, propor reflexões para resolver os problemas dados. Em seguida, Gemignani trata da Aprendizagem Baseada em Problemas ou ABP, método no qual o estudante parte de uma situação-problema, que fornece os estímulos para o seu aprendizado. Tendo em vista viabilizar esta metodologia de ensino, a autora destaca a importância de se ter currículos integrados e sistematizados por módulos de ensino, e “com relações mais horizontais e democráticas entre alunos e professores”. A última metodologia mencionada no artigo de Gemignani é a “Ensinar para a compreensão”; a autora destaca que não se trata de uma opção metodológica, mas de um processo de pesquisa-ação.

**CONCLUSÕES:** A partir da leitura dos textos elencados, é possível identificar algumas reflexões: primeiro, que o Método da Aprendizagem Baseada em Problemas, parece ser a metodologia ativa mais conhecida e aplicada no Brasil – sobretudo na área da saúde. O tempo de existência da ferramenta além de seu uso específico, penso que auxilia a aprimorar o método, favorecendo sua larga aplicação. De modo geral, a maioria das metodologias ativas apresentadas nos artigos se pautam em aprendizagem que se baseiam em processos, ora envolvendo o esforço do aluno individualmente (nos momentos de reflexão e pesquisa), ora em trabalhos de equipe (com várias possibilidades de formatação, mudando funções, mudando as quantidades de componentes dos grupos, mudando os participantes, mas sempre procurando a relação com o outro) e, em todos os casos, o aluno passa a ter um papel muito mais proativo. Outro ponto de destaque é a busca por compreender e valorizar as experiências de vida dos alunos, e, a partir destas informações prévias, lançar os temas de pesquisa, os problemas, a situação-problema. Este grau de empatia com o objeto de estudo faz com que este se torne mais palpável, mais real – e nesta medida, podemos identificar alguns conceitos da Educação Libertadora, preconizada por Paulo Freire, sendo aplicadas com resultados positivos. Rebatendo as metodologias ativas mencionadas nestes artigos na minha prática docente como professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Facex, Natal/RN, percebo, na prática de aulas de ateliê de Projeto de Arquitetura, Paisagismo e Urbanismo, muitas semelhanças com o que se faz na Aprendizagem Baseada em Problemas. Em linhas gerais, as disciplinas partem de uma etapa inicial introdutória e teórica, na qual são tratadas informações mais técnicas (que seria a etapa de compreensão e diagnóstico dos conhecimentos iniciais dos alunos), e em seguida, é dado um tema de projeto, a partir do qual é preciso fazer uma série de investigações, levantar uma série de dados e referências projetuais, que precisam ser discutidos e solucionados, tendo em vista a elaboração do projeto. Para a elaboração desses trabalhos, é preciso que haja o trabalho da equipe de docentes na fase de planejamento, e criação de roteiros de atividades, que preveem a articulação de todas as disciplinas, inclusive ateliês integrados (momentos em que todos os docentes e discentes da turma se reúnem para debater os andamentos dos projeto, articulando os vários conhecimentos), assim como apresentações integradas (momento no qual as equipes apresentam suas propostas, compartilhando as soluções adotadas e o processo). Este projeto geralmente é desenvolvido ao longo de dois terços do tempo das disciplinas e tem avaliação continuada, pautada no acompanhamento continuado da evolução do grupo, que é registrada em cada encontro, conforme assessorias com os docentes. Embora haja alguns entraves institucionais e organizacionais, podemos observar que o curso de Arquitetura e Urbanismo do Unifacex trabalha com um modelo de metodologia ativa e que tem em comum algumas das características significativas para uma aprendizagem mais autônoma e efetiva: o trabalho em equipe, o docente como mediador do conhecimento, a busca por informações extra sala de aula, a construção paulatina e acompanhada, o problema/ projeto baseado numa situação real, com condicionantes existentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.V. **Qualidade da madeira de *E. urophylla* da região de Seropédica.** Rio de Janeiro: Floresta e Ambiente, Seropédica, 2001. No prelo.

BARNETT, J.P. Relating seedling morphology and physiology of container-grown southern pines to field success. *In*: CONVENTION OF THE SOCIETY OF AMERICAN

FORESTERS, New Orleans, 1983.

BELLATO, M.A.; FONTANA, D.C. **El niño e a agricultura da região Sul do Brasil**. Disponível em: <http://www.cntp.embrapa.br/agromet/elnino2>. Acesso em: 06 abr. 2001.

BORGES, Tiago Silva; ALENCAR, Gidéia. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. **Cairu em Revista**, v. 03, n. 04, p. 119-143, jul./ ago. 2014. ISSN 22377719. Disponível em: [https://www.academia.edu/27046666/METODOLOGIAS\\_ATIVAS\\_NA\\_PROMOC%C3%83O\\_DA\\_FORMAC%C3%83O\\_CR%C3%8DTICA\\_DO\\_ESTUDANTE\\_O\\_USO\\_DAS\\_METODOLOGIAS\\_ATIVAS\\_COMO\\_RECURSO\\_DID%C3%81TICO\\_NA\\_FORMAC%C3%83O\\_CR%C3%8DTICA\\_DO\\_ESTUDANTE\\_DO\\_ENSINO\\_SUPERIOR](https://www.academia.edu/27046666/METODOLOGIAS_ATIVAS_NA_PROMOC%C3%83O_DA_FORMAC%C3%83O_CR%C3%8DTICA_DO_ESTUDANTE_O_USO_DAS_METODOLOGIAS_ATIVAS_COMO_RECURSO_DID%C3%81TICO_NA_FORMAC%C3%83O_CR%C3%8DTICA_DO_ESTUDANTE_DO_ENSINO_SUPERIOR). Acesso em: 27 set. 2020.

DIX, B.; MARUTZKY, R. Untersuchungen zur Gewinnung von Polyphenolen aus Nadelholzrinden. **Holz als Roh- und Werkstoff**, München, v. 41, p. 45-50, 1983 apud DIX, B.; OKUM, J.; ROFFAEL, E. Tannine als Bindemittel in Holzwerkstoffen. Teil 1. Eigenschaften tanninhaltiger Fichtenrindenextrakte. *Holz- Zentralblatt*, Stuttgart, v. 125, p. 385, 1999.

FERNANDES, F.S.; FERREIRA, M.C. STAPE, J.L. Sistemas alternativos de produção de mudas de *Eucalyptus*. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 5., 1986, Olinda. **Anais [...]**. São Paulo: Soc. Bras. de Silvicultura, 1986. p.73.

GEMIGNANI, Elizabeth Yu Me Yut. Formação de Professores e Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem: Ensinar para a Compreensão. **Revista Fronteira da Educação** [online], Recife, v. 1, n. 2, 2012. ISSN: 2237-9703. Disponível em: <https://www.uniavan.edu.br/uploads/arquivo/K2t3kZ.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

KUITERS, A.T.; Van BECKHOVEN, K.; ERNST, W.H.O. Chemical influences of tree litters on herbaceous vegetation. In: FANTA, J. (Ed.) **Forest dynamics research in Western and Central Europe**. Wageningen: Pudoc, 1986. p. 140-170.

MELO, Bárbara de Caldas; SANT' ANA, Geisa. A prática da Metodologia ativa: compreensão dos discentes enquanto autores do processo ensino-aprendizagem. **Com. Ciências Saúde**. V.23, n.4, p. 327-339, 2012. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=755235&indexSearch=ID>. Acesso em: 20 set. 2020.

NUNES, E. Madeiras alternativas da Amazônia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 14, 20 ago. 2000.

PALMA, H.A.L.; BALLARIM, A. W. Demarcação e densidade da madeira juvenil e adulta de *Pinus taeda* L. In: ENCONTRO BRASILEIRO EM MADEIRAS E EM ESTRUTURA DE MADEIRAS. EB 117.01, 2002, Uberlândia. **Anais [...]**. Universidade Federal de Uberlândia, 1 CD – Rom.

PROCEEDINGS... New Orleans: USDA, 1983. p. 405-409.

ROCHA, Enilton Ferreira. **Metodologias ativas**: um desafio além das quatro paredes da sala de aula. Fev., 2014. Disponível em:  
[http://www.abed.org.br/arquivos/Metodologias Ativas alem da sala de aula Enilton Rocha.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/Metodologias_Ativas_alem_da_sala_de_aula_Enilton_Rocha.pdf).

SANTANA, R. **Effect of the fast growth on the wood**. Floresta e Ambiente, Seropédica, 2001. In press.

SILVA, E.A.; LARA, F.M. Influência de genótipos de *Solanum spp* na predação de *Myzus persicae* por *Cycloneda sanguinea*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENTOMOLOGIA, 7., 1998, Rio de Janeiro. **Resumos dos trabalhos apresentados...** Rio de Janeiro: Editora Nova, 1998. p. 23.

WILLEITNER, H. **Proteção Florestal**. Tradução de Marcos Peixoto. São Paulo: Nova, 1985. 360 p. Original inglês.





## RECONEXÕES COM A NATUREZA: A EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE BOTÂNICA PARA ARQUITETOS

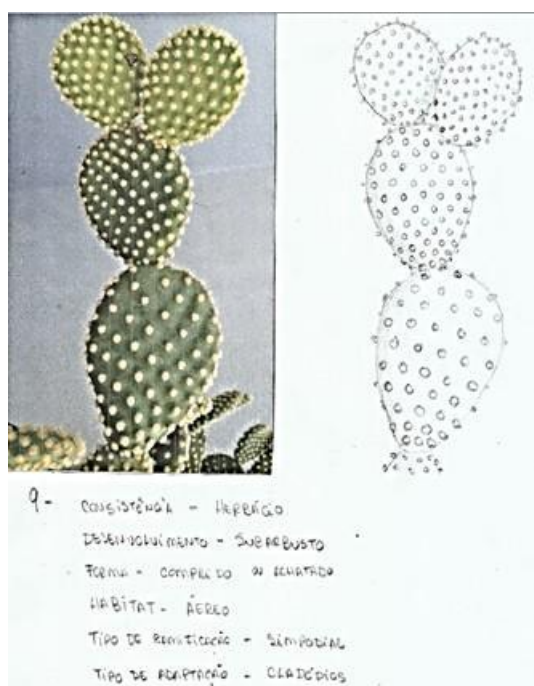
### AUTOR:

Adriana Carla de Azevedo Borba

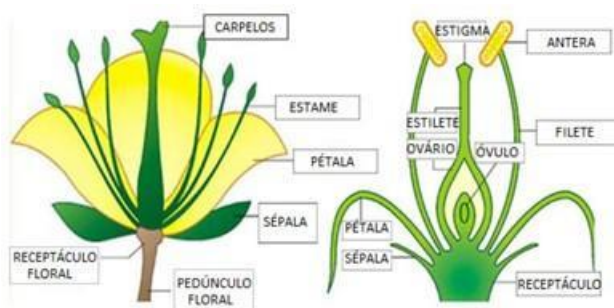
**INTRODUÇÃO:** Este artigo compreende um relato de experiência de ensino da disciplina optativa Botânica para Arquitetos, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Unifacex, ocorrida no semestre 2019.2. A disciplina se justifica como complemento ao ensino de Paisagismo (visto no curso nas disciplinas de Planejamento da Paisagem I, II e III). Assim, o aluno aprofunda os conhecimentos botânicos para aplicação coerente de vegetação nativa, complementando documentos oficiais como o Manual de arborização urbana de Natal – cuja gama de espécies, sobretudo arbóreas de médio e grande porte, é bastante reduzida. **METODOLOGIA:** A disciplina tem como principal objetivo desenvolver, na formação profissional do discente, uma compreensão básica em conhecimentos botânicos que instrumentalizem a prática de planejamento da paisagem. Nesse sentido, o conteúdo programático, na 1ª unidade consistiu em: Introdução à Taxonomia e Sistemática Vegetal. Coleta, preservação, preparo e registro de material botânico. Estudo das principais componentes: Raiz, Caule, Folha, Flor, Fruto, Semente. Na 2ª unidade, foi trabalhado um paralelo entre a Organografia e elementos diversos da Arquitetura e Urbanismo. Estudo de biomas do RN e visitas a campo. A disciplina se desenvolveu de 02 de agosto até 22 de dezembro de 2019, totalizando 40 encontros (20 em cada unidade). A estrutura da disciplina foi dividida em dois momentos: estudos teóricos e práticas de coleta de espécies/estruturas vegetais para produção de estudos dirigidos (1ª unidade); e um conjunto de visitas a campo, pautadas em um roteiro de visita a campo, para elaboração do relatório Potencial Paisagístico da Vegetação Nativa do RN (2ª unidade). Assim, a primeira unidade da disciplina se situou em sala de aula (sala teórica e ateliê de pranchetas), e a segunda unidade consistiu em um conjunto de visitas a campo: Praia do Forte e Forte dos Reis Magos, na Zona de Proteção Ambiental (ZPA) 7 (Praia e Mangue), em 14/09/2019; Parque das Dunas: ZPA 2 (Mata Atlântica), em 28/09/2019; Parque da Cidade - ZPA 01 (flora e fauna Dunar), em 19/10/2019; Currais Novos (Caatinga), em 15/11/2019. Para a etapa de visitas a campo, foram separados os alunos em grupos de 4 a 6 alunos, conforme o tema de relatório de cada grupo. Todos os alunos preencheram o Termo de Responsabilidade, conforme modelo fornecido pela coordenação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** As atividades foram divididas em 2 blocos: o primeiro teórico, e o segundo, um relatório de visita a campo e pesquisa complementar. Na primeira unidade, tratamos sobre as formações vegetais do RN. Sistemas de espaços livres urbanos, em que foi explicado o trabalho final para que os alunos pudessem ir traçando paralelos entre a explanação teórica e as visitas a campo. Além disso, foram ministradas aulas expositivas sobre os Biomas do Brasil; Taxonomia e Sistemática Vegetal; Partes constituintes do vegetal; e Técnicas de elaboração de herbário. Estas técnicas de herbário foram importantes para a realização dos estudos dirigidos sobre as partes constituintes das plantas. O conhecimento destas técnicas permitiram a realização dos estudos dirigidos, contendo amostras botânicas,

15

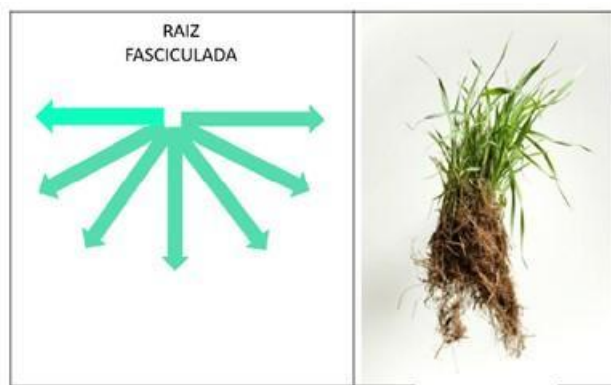
coletadas pelos estudantes, conforme pode ser visto nas Figuras 01 e 02. No decorrer dessas atividades, tive relatos dos alunos explicitando que nunca tinham prestado atenção nas vegetações dos seus arredores, e no período de realização desses estudos, eles se puseram mais atentos à vegetação circundante. Os estudos dirigidos trataram das partes dos vegetais, raiz, caule, folha, flor e fruto. Após as aulas expositivas, os alunos resolviam esses estudos dirigidos, que poderiam ser feitos com consulta ao material didático (e dos autores dos textos básicos da disciplina, a saber Borba (2013); Cutter (1986); Esau (1974); Joly (2002); e Nultsh (2000). Além do conhecimento teórico, algumas das atividades solicitadas demandaram a elaboração de desenhos, gráficos ou diagramas. Os resultados destes estudos gráficos, feitos com técnicas de desenho manual ou programas gráficos diversos podem ser vistos nas Figuras 03, 04 e 05. Neste sentido, os alunos tiveram aula de representação gráfica e fizeram práticas de desenho, balizadas nos autores Lira Filho (2013) e Silva (2009). No tocante à atribuição de nota, cada estudo dirigido tinha valor total de 2,00 (dois pontos), e o conjunto, 10,00 (dez) pontos, referente à 1ª unidade.



**Figura 03 – Estudo dirigido sobre Caule**  
Fonte: Trabalho de alunos



**Figura 04 – Estudo dirigido sobre Flor**  
Fonte: Trabalho de alunos



**Figura 05 – Estudo dirigido sobre Raiz.**  
Fonte: Trabalho de alunos

Na segunda unidade, os grupos foram a campo, em visitas guiadas, pautadas em roteiro de coleta de dados *in loco*. Neste roteiro para visita a campo, foram dadas as seguintes instruções:

[...] coletar as informações abaixo listadas de um mínimo de 15 (quinze) espécies. [...] Estas informações comporão o Relatório de visita a campo, [...]. Este trabalho deverá ser feito em grupo (sugestão é de que seja o mesmo grupo do seminário de Potencial Paisagístico da vegetação potiguar). (BORBA, 2019).

Nas visitas guiadas, procurou-se fazer caminhadas explorando o local, e o grupo se distribuía pela área, em busca dos vegetais para o registro fotográfico. Enquanto esta tarefa se desenvolvia, eram feitas explicações e traçando co-relações com os conteúdos ministrados na 1ª unidade (como adaptações de estruturas das plantas para se adequar ao ambiente, e modificações específicas dadas condições diferenciadas, como excesso de vento, falta de água, erosão, etc). Algumas áreas de visita, como a praia, o mangue e a caatinga causaram insegurança nas respectivas equipes, pois essas achavam que não iriam conseguir a quantidade total de vegetais solicitados. Quando aconteceu a visita, ficaram surpresas pois foi preciso selecionar os que comporiam o relatório final, fazendo as equipes perceberem que a biodiversidade, embora não muito perceptível, quando nos predisposmos a realmente enxergar, existe. Em seguida, são ilustradas algumas imagens das visitas a campo, Figuras 06, 07 e 08.



**Figura 06 – Visita a campo: Parque da Cidade**  
Fonte: Acervo da autora



**Figura 07 – Visita a campo: Parque das Dunas**  
Fonte: Acervo da autora



**Figura 08 – Visita a campo: Canyon dos Apertados (Currais Novos)**  
Fonte: Acervo da autora, 2020.

Por fim, segue o conteúdo solicitado no relatório final, tendo como base a coleta de dados

fotográficos em campo:

[...] introdução, metodologia, breve explicação sobre o contexto em que se encontra o tipo de vegetação do grupo (mapa localizando onde ela ocorre e em que cidades, clima, regime pluviométrico, solo); características gerais desta vegetação; escolha de 15 espécies características deste tipo de vegetação [...]; considerações finais; referências. (BORBA, 2019).

Dada a sua complexidade, aliada à visita a campo, foi dimensionada uma atribuição total de 10,00 (dez) pontos, incluindo o seminário para apresentação. Ao término das atividades da disciplina, foi considerado importante o feedback dos alunos, extraídos dos relatórios construídos na segunda unidade; um dos exemplos, foi um recorte das considerações finais do trabalho feito sobre a Mata Ciliar da Carnaúba:

[...] foi de suma relevância, não somente para nossa trajetória acadêmica, mas também como ser humano, entender que necessitamos cuidar melhor da natureza ao nosso redor, [...] essa pesquisa nos fez enxergar o real valor que esse bioma [...]. Finalizamos este trabalho convictos de sua importância, para nosso futuro profissional, principalmente na área de paisagismo. (ARAÚJO et al., 2019).

Em seguida, temos um outro relato; trata-se de um trecho das considerações finais do trabalho feito sobre a Mata Atlântica:

Durante a visita técnica no Parque das Dunas, foi notória a presença de algumas espécies que não são características deste bioma como, por exemplo, a mangabeira, que é típica da caatinga [...]. Além disso, espécies de cactos também puderam ser observadas [...] por não serem características deste bioma, normalmente estas espécies não apresentam a totalidade de suas características de forma plena. As espécies coletadas fazem parte de apenas uma pequena amostra [...]. Ainda assim, os conhecimentos são de grande valia, inclusive para o reconhecimento da Unidade de Conservação do Parque das Dunas. (HONORATO et al., 2019).

Como a quantidade de informações técnicas vistas na disciplina são realmente muito expressivas, acredita-se que os alunos terminam por fixar mais os conhecimentos de seu trabalho em específico – embora haja uma socialização para todos terem acesso aos relatórios desenvolvidos. **CONCLUSÕES:** O formato da disciplina fez com que os alunos fossem a campo já com um maior conhecimento botânico, tornando o reconhecimento mais eficiente. O ideal seria que todos os grupos pudessem ter ido a todas as visitas de campo; para isto, a disciplina deveria acontecer de forma geminada e em turno matutino. Para viabilizar, as visitas aconteceram aos sábados, o que demandou uma programação e ajustes de agenda com cada grupo. Em linhas gerais, as idas a campo são muito positivas, leves e alegres, resultado do salutar contato com a natureza (como a coleta de dados em campo se encerra ao término da visita, também saem de campo com a sensação de finalizar uma etapa do trabalho). Outro aspecto positivo é que os alunos praticam o “olhar a paisagem”, com uso de novas ferramentas para ajudar na leitura e compreensão do ambiente, um processo que acontece ao longo de toda a disciplina – é como se eles re-descobrissem essa paisagem, ao focalizar as espécies contidas nela. Através desse “novo olhar”, temos as informações em micro (as partes das plantas) e macro escala (estudo dos biomas potiguaras) que se associam às experiências nas disciplinas

de projetos integrados de Planejamento da Paisagem, que trazem uma nova sensibilidade ao profissional em relação à vegetação nativa.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raísa Russaní da Silva et al. **Mata Ciliar Carnaúba**. Relatório final da disciplina de Botânica para Arquitetos. Natal: Unifacex, 2019

BORBA, Adriana Carla de Azevedo. **Botânica para designers e arquitetos**. Termos Técnicos para Especificação de Projetos Paisagísticos. Natal: Edunp, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/253355550/Botanica-para-designers-e-arquitetos> 198 p.

\_\_\_\_\_. **Roteiro para entrega e apresentação do trabalho Potencial Paisagístico da Vegetação Potiguar**. Natal: Unifacex, 2019.

CUTTER, Elizabeth G. **Anatomia vegetal: células e tecidos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Roca, 1986.

ESAU, Katherine. **Anatomia das plantas com sementes**. São Paulo: Edgard Blücher, 1974. 293 p. ISBN 8521201028.

HONORATO, Alyne Tavares et al. **Relatório de visita técnica ao Parque das Dunas**. Relatório final da disciplina de Botânica para Arquitetos. Natal: Unifacex, 2019.

HUTCHISON, Edward. **O desenho no projeto da paisagem**. [s.l.]: Ed. GG Gustavo Gili, 2012.

JOLY, Aylthon Brandão. **Botânica: introdução à taxonomia vegetal**. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

LIRA FILHO, José Augusto de. **Paisagismo: volume 2: Elementos de composição e estética**. 2. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2013.

NULTSCH, Wilhelm. **Botânica geral**. 10. ed. São Paulo: Artmed, 2000. 489 p. (Série Biomédica ).

SILVA, Antônio Carlos Rodrigues. **Desenho de vegetação em arquitetura e urbanismo**. São Paulo: Blucher, 2009. 131 p.



## PROCESSOS DE INTERVENÇÕES EM CENTROS HISTÓRICOS: UM ESTUDO DE CASO DO BECO DA LAMA, NATAL/RN

### AUTORAS:

Wirenilza do Nascimento Lima  
Maria Julieta Batista de Mendonça  
Gabriela de Andrade Lira Mota Assunção

**INTRODUÇÃO:** Um dos maiores desafios na gestão das cidades contemporâneas está contido na conservação urbana, especialmente em centros históricos, os quais se referem às questões do patrimônio cultural (LEITE, 2004). O presente estudo trata de uma análise da dinâmica do Beco da Lama nos últimos anos e suas intervenções urbanas realizadas, situado no centro histórico de Natal/RN, no bairro Cidade Alta. O processo de intervenções em pontos históricos é causado por um avanço no mercado de consumo do turismo, o qual agora busca trazer uma nova via (PINHEIRO, SANTOS, 2012), já que o turismo no RN foi, durante décadas, voltado apenas para as praias. Assim, se faz relevante entender como o Beco da Lama está se tornando um objeto para o turismo, tendo sido um espaço tão renegado durante décadas. O grande problema para uma revitalização em um lugar histórico é a má adequação do planejamento ao cenário atual do local. Segundo Rocha (2011), tal processo pode tornar o local um mero bem de consumo; descaracterizando o local e sua essência. Pensando no Beco da Lama, observamos um conjunto e não apenas uma rua, o local não é apenas a sua centralidade, mas também as ruas adjacentes e seus personagens característicos. O processo dos grafites e investimentos da prefeitura no Beco serviu para remover o estigma social que a população tinha com o local, mas também não forneceu suporte necessário para os que resistem no beco a diversas décadas. O objetivo do trabalho foi compreender as transformações (nos âmbitos econômico, social, cultural, ambiental e turístico) realizadas no Beco da Lama entre o período de 2018 e 2020 com as ações do projeto "VIVA O BECO". **METODOLOGIA:** Para subsidiar a discussão foram utilizados estudos históricos sobre o bairro e sobre o Beco, junto com conceitos e definições levantados por Assunção (2014), Façanha (2014) e Leite (2004). A pesquisa também foi baseada em uma documentação direta, por meio de registros fotográficos das fachadas pelas próprias autoras e com o auxílio do Google Earth. Além disso, foram extraídas falas da palestra promovida pelo movimento VIVA O BECO conjuntamente com a UNIFACEX, ademais, sendo também realizada uma série de perguntas diretamente ao organizador de eventos, as quais corroboraram para a produção do artigo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O projeto "VIVA O CENTRO" foi criado em meados de 2018 com a intenção de valorizar a Cidade Alta. O diferencial é que o foco não seria mais para o comércio, e sim para cultura, entretenimento e boemia, o qual conta com o apoio de órgãos como SEBRAE, FIERN e CDL. Encabeçada pelo empresário Delcindo Mascena e de mais de 120 empresários, o projeto tem como objetivo a união de comerciantes do centro da cidade que anseiam por melhorias na região, para assim atrair a população novamente para o centro. Segundo Delcindo Mascena, a crise do mercado abateu o movimento do bairro, a circulação caiu e conseqüentemente as lojas estavam fechando

20

(RIBEIRO, 2019). Mascena explica que as lojas estavam fechando às 16 horas e depois as ruas eram tomadas pela violência e drogas. Em entrevista ao Jornal Tribuna do Norte, Delcindo relata que resolveu convidar um grupo de empresários da capital para fazer um tour pela Cidade Alta, e quando se deparou com o Beco ele estava “só mijó e fezes”. A partir disso, ele partiu para São Paulo para buscar inspiração no Beco do Batman, convidou o grafiteiro Dicesarlove e o trouxe para realizar grafites no Beco, conjuntamente com o potiguar Miguel Carcará. Nesse primeiro momento a prefeitura não teve participação, sendo um trabalho orçado a partir dos empresários. Um entrevistado para essa pesquisa foi o produtor de eventos Frank Aleixo, o qual frequenta e produz no local há mais ou menos 4 anos. Segundo ALEIXO, o beco é perene, ele apesar dos seus altos e baixos sempre se apresentou como uma opção para a noite. Com o advento das intervenções, novos frequentadores que não estavam acostumados com o local começaram a ir ao Beco. ALEIXO explica que na primeira semana ocorreram casos de agressão aos moradores de rua por parte desse novo público, mas depois que a emoção pela novidade passou, esses frequentadores mais inóspitos se afastaram.

Como já dito, o grupo VIVA O CENTRO tem a intenção de melhorar a limpeza, estética, iluminação e segurança pública do local (RIBEIRO, 2019). A principal mudança realizada foi a pintura dos grafites, os quais estampam figuras icônicas do folclore potiguar como o escritor Câmara Cascudo, figura amplamente referenciada no estado com diversas homenagens (ASSUNÇÃO, 2014).



Figura 1 e 2 Imagens do Beco em 2018, antes das intervenções. Fonte: Google Maps, 2020.

Apesar do embelezamento causado pelas mudanças estéticas, podemos observar que mesmo após a implantação das lixeiras, elas não estão sendo bem aproveitadas, visto a quantidade de

lixo acumulado (Figuras 3 a 6).

Uma das maiores críticas foi o foco das mudanças ser apenas no Beco, sendo suas adjacentes ignoradas de certo modo. A Rua Cel. Cascudo, paralela do Beco, que une o Beco da Lama ao samba do Nazaré apresenta poucas mudanças e atualmente encontra-se com deformações graves no asfalto (Figuras 7 e 8).



Figura 7: Imagens da Rua Cel. Cascudo em 2018. Fonte: Google Maps, 2020.



Figura 8: Asfalto do Beco da Lama. Fonte: Autoria própria, 2020.



Figura 9: Bar da Raimundinha. Fonte: Google Maps, 2018.



Figura 10: Fachada após as intervenções. Fonte: Autoria própria, 2020.

A maioria das fachadas dos bares receberam intervenções do grafite e melhorias, um dos casos



mais beneficiados foi o Bar da Raimundinha (Figura 9 e 10). Apesar das pinturas terem ocorrido de forma gratuita pelos organizadores, alguns bares icônicos foram esquecidos, a mudança estética dos grafites não foi proposta para bares como o Bar da Nazaré (Figura 11) e o Bar da Meladinha (Figura 12). O Bar da Nazaré até apresenta uma placa dizendo que o espaço contempla o Beco da Lama na sua lateral esquerda, mas inicialmente nenhuma mudança foi realizada. O Bar da Meladinha teve pequenas mudanças na coloração dos azulejos, custeadas pela proprietária, Neide (Figura 12).



Figura 11: Bar da Nazaré em 2018. Fonte: Google Maps, 2020.



Figura 12: Fachada após as intervenções na Meladinha. Fonte: Autoria própria, 2020.

**CONCLUSÕES:** O Beco da Lama possui diversas camadas de tempo, é uma via estreita próxima ao centro histórico de Natal que possui significados atribuídos pelos sujeitos ao longo do tempo. A discussão deste trabalho teve como objetivo mostrar a intervenção e seus outros, demonstrando que a melhoria estética apresentou conflitos evidentes com alguns dos sujeitos que estavam vinculados com o Beco. De um lado temos a positividade de um lugar que passou tanto tempo sendo renegado por camadas externas da população, subjugada como inóspito para o convívio e lazer, e que agora encontra-se em um patamar de valorização. Ações como essa impactam a auto estima de quem está trabalhando a décadas no fortalecimento do local, além de trazer um viés econômico favorável para os donos dos bares e para quem depende do local para sobreviver. Contudo, é importante ressaltar a necessidade de entender as pré-existências (histórica/cultural), os usos e seus sujeitos devem ser levados em consideração na intervenção. Afinal, a valorização dos centros históricos deve passar pelo reforço das identidades locais, para que as medidas do poder público não sejam de afastamento do patrimônio cultural do uso cotidiano da cidade.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Gabriela Lira. **Percepção Ambiental do Patrimônio Cultural:** estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN. 2014. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-

Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

\_\_\_\_\_. Memória da Cidade: uma porta de entrada para preservar o patrimônio cultural em Natal-RN., *In: ENANPARQ: arquitetura, cidade, projeto: uma construção coletiva*. 3., 2014. São Paulo. **Anais ....**São Paulo: [s.n.], 2014.

CABRAL, Joyce K. C. M.; MADRUGA, Natália M.; NOBRE, Paulo J. L. ;SOUSA, Ana Karla P. O Tombamento do Centro de Natal (RN) e a Preservação das Praças Históricas. *In: SEMINÁRIO MESTRES E CONSELHEIROS: Agentes Multiplicadores do Patrimônio*, 7., Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte, 2015.

FAÇANHA, José. **Beco da Lama**: formas e cores de uma plástica da vida. 2014, 172f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UFRN, Belo Horizonte, 2014.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea. Campinas: São Cristóvão: UNICAMP / UFS, 2004.

PINHEIROS, Rafaelle; SANTOS, Christiane. Revitalização Urbana e Turismo: o caso do Centro Histórico de Aracaju (Sergipe, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 275-294, abril de 2012.

RIBEIRO, Ramon. Minha área: Delcindo Mascena e um novo olhar para a Cidade Alta. **Tribuna do Norte**, Natal, 12 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/minha-a-rea-delcindo-mascena-e-um-novo-olhar-para-a-cidade-alta/447778>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ROCHA, F. D. C. Revitalização de Áreas Históricas: perspectivas, práticas e resultados. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS*, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. v. 2.



## A RAINHA DA SUCATA: PÓS-MODERNISMO BRASILEIRO

### AUTOR:

Maxswilla Mikaelen Macedo Neves

**INTRODUÇÃO:** Este breve resumo é um olhar para uma edificação marcante pós-moderna brasileira, bem figurativa e provocante, conhecida como a Rainha da Sucata (1985/92). O Museu de Mineralogia do Estado de Minas de Gerais, concebido pelos arquitetos Éolo Maia e Sylvio de Podestá. **OBJETIVO:** Analisar projetualmente a edificação arquitetônica e suas simbologias. **MÉTODO:** Em contrapartida o desenvolvimento deste trabalho foi dado por pesquisas em jornais, revistas, sites e trabalhos de conclusão de curso sobre o assunto abordado, principalmente pelo momento que vive a sociedade pandêmica. Os dados coletados dão ênfase em análises concretas sobre a edificação e seu contexto interno e externo. **RESULTADOS:** Os resultados gerados foram várias percepções diversificadas dos críticos, a Rainha da Sucata vem quebrar paradigmas que o período modernista deixou no Brasil. O apelido Rainha da Sucata vem pela utilização de chapas de aço, caracterizando uma sucata por estar oxidando ao longo do tempo. Os padrões de formas e volumes sintetizados pelos modernistas, como formas e volumes, são rompidos pelos novos pensamentos e configurações pós-modernas com o desejo de dar um novo sentido à arquitetura, repaginando a figura arquitetônica. O pós-modernismo permuta o gosto popular, o duplo sentido e/ou código nas suas obras, uso da ironia, implementação de coisas abstratas e diferentes. A discussão é bem válida, pois foi e é algo novo, que choca e chama a atenção ainda da população, pois é bem diferente e única. **CONCLUSÃO:** Quebrando os paradigmas do movimento moderno, a quebra de singularidade e continuação da volumétrica é visível, composições e inspirações de outras obras também, essa edificação é realmente exótica.

### REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp, 2000.

BACZCO, Bronislaw. Imaginação social. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. Vila da Maia: Imprensa Oficial, 1985. v.5, p. 296-332.

CAMPOS, Helena. **Rainha da Sucata**: uma obra polêmica (o pós-moderno e a mudança cultural). Artigo final do curso de especialização UFMG, 2005.

FRACALOSSI, Igor. "Clássicos da Arquitetura: Museu de Mineralogia Professor Djalma Guimarães / Éolo Maia e Sylvio de Podestá" 24 dez. 2011. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-15674/classicos-da-arquitetura-museu-de-mineralogia-professor-djalma-guimaraes-eolo-maia-e-sylvio-de-podesta> I> . Acesso em: 30 out. 2020.



## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ATRAVÉS DE PERCURSO VIRTUAL GUIADO PELO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL E DESENHO À MÃO LIVRE

### AUTOR:

Gabriela de Andrade Lira Mota Assunção

Para a valorização do centro histórico de Natal, tombado a nível federal no ano 2010, uma das estratégias usadas pelas disciplinas que envolvem a temática do patrimônio cultural é o percurso guiado pelo conjunto reconhecido institucionalmente. O objetivo do presente trabalho é discutir práticas de educação patrimonial eficazes para a sensibilização da população com o patrimônio local. A metodologia era realizada através do percurso realizado *in loco*, no entanto devido ao contexto da pandemia de 2020, observou-se a possibilidade de guiar os alunos de maneira virtual. Através do uso da sala remota e dos mapas de satélites conjugados com a ferramenta *street view*, simulando a visualização das vias da cidade como num percurso real. Os professores atuaram como guias da experiência, discorrendo sobre a história do núcleo de formação da cidade de Natal/RN e suas transformações ao longo do tempo. A fala dos docentes foi acompanhada por fotografias documentais da área de estudo. Em alguns pontos da visita virtual foram destacadas visuais interessantes para o registro de desenhos dos ouvintes. Entre os resultados e discussões observou-se a eficácia da metodologia na participação dos alunos, que demonstraram interesse em conhecer mais sobre a cidade. Os desenhos contribuíram para a aproximação com as edificações patrimoniais, inclusive aquelas modestas que compõem a ambiência do centro histórico. Alguns dos desdobramentos da atividade podem ser a edição do vídeos da visita que junto com os desenhos podem ser disponibilizados na internet, ampliando o acesso a conteúdo sobre o patrimônio potiguar.

**Palavras - chave:** percurso virtual. Desenho. Patrimônio cultural. Educação patrimonial.

### REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Gabriela de Andrade Lira Mota. **Percepção ambiental do patrimônio cultural:** estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN. Natal, RN: 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

GEHL, Jan; DI MARCO, Anita. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOES, Gércica; NASCIMENTO, José Clewton. **O caminhar para reconhecer**: os percursos urbanos como forma de apreensão do patrimônio cultural. Anais do 10º mestres e conselheiros, Belo Horizonte, 2018.

KOWALTOWSKI, Doris et al (Orgs.). **O processo de projeto em arquitetura**: da teoria à tecnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

# **BIOLOGIA**



## **ENSINANDO SOBRE A DIGESTÃO DOS ALIMENTOS ATRAVÉS DA PRÁTICA EXPERIMENTAL INVESTIGATIVA**

### **AUTORES:**

Caio Italon de Oliveira Torres

Narita Renata de Melo Seixas

Lúcia Maria de Almeida

Delanne Cristina Souza de Sena Fontinele

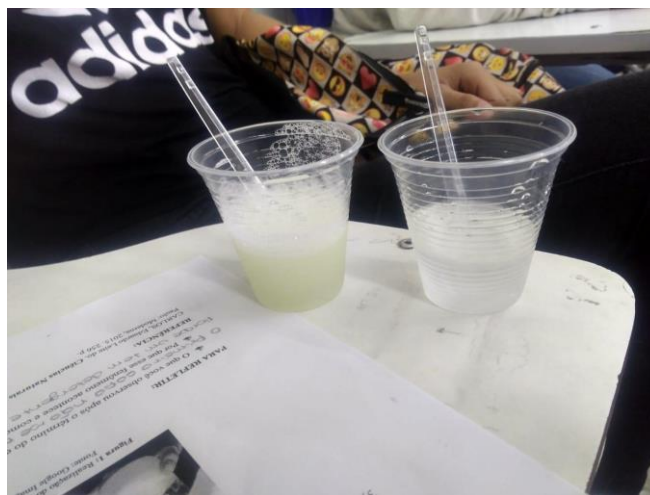
**INTRODUÇÃO:** O ensino dos Sistemas Fisiológicos na disciplina de Ciências caracteriza-se por possuir abordagens fragmentadas, que priorizam apenas o aspecto teórico, dificultando o entendimento por parte do aluno acerca dos fenômenos orgânicos. Para aproximar os conceitos científicos do educando e, com isso, promover uma aprendizagem significativa, faz-se necessário que o docente busque Metodologias Alternativas de Aprendizagem (MAA) que o tornem protagonista desse processo de construção de saberes, permitindo-o visualizar e atribuir significados aos conceitos estudados em sala de aula (SANTOS, 2014). Uma das MAA mais utilizadas no ensino de Ciências Naturais é a aula prática experimental. Segundo Rocha e Freitas (2020), este recurso metodológico favorece a alfabetização científica, vinculação entre teoria e prática e quebra dos padrões conteudistas de ensino. Além disso, as práticas experimentais de cunho investigativo permite a ampla participação do educando no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, através da vivência do fazer científico, o aluno é incentivado a observar, refletir, elaborar hipóteses, discutir com seus pares e comparar resultados para obter respostas que expliquem o fenômeno observado. Todavia, sabe-se que as escolas, especialmente públicas, trabalham através de modelos pedagógicos tradicionais, com ênfase em aulas meramente expositivas. Parte desse cenário se deve a falta de recursos, como laboratórios de práticas e materiais que possibilitem a execução de atividades de cunho investigativo. Assim, é importante que ocorram propostas metodológicas inventivas, que priorizem a utilização de materiais de baixo custo para suprir essas dificuldades pedagógicas em alinhar aspectos teórico-práticos dos conteúdos, sobretudo na disciplina de Ciências que, por sua vez, possui uma vasta gama de assuntos passíveis de realização de práticas experimentais investigativas (PEREIRA, 2010). Dessa forma, considerando a importância de inserir as atividades práticas experimentais investigativas no conteúdo de Sistemas Fisiológicos, a fim de favorecer a autonomia do discente e a construção do conhecimento significativo, além da necessidade de se trabalhar com materiais acessíveis, este trabalho objetivou desenvolver uma atividade prática experimental investigativa sobre Sistema Digestório, com materiais de baixo custo. **METODOLOGIA:** O presente trabalho configura-se como uma pesquisa de ação, com abordagem qualitativa e de caráter exploratório, e foi realizado, no período de março de 2020, em uma escola municipal situada em Parnamirim, RN, com uma turma do oitavo ano. Na

30



oportunidade, foi realizada uma aula expositiva referente ao conteúdo do Sistema Digestório, dando destaque ao processo de digestão dos alimentos. Em seguida, foi proposta a realização da atividade experimental que visava demonstrar o funcionamento da bile na quebra de lipídios, os discentes foram divididos em grupos de até três componentes. Cada grupo recebeu um roteiro e os materiais necessários para execução do experimento, como dois copos e duas colheres de sopa descartáveis, detergente líquido, óleo de cozinha e água.

**Figura 01:** Experimento da atividade prática realizado pelos discentes.



**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Antes da atividade, houve um momento de esclarecimento acerca dos procedimentos e do objetivo da prática em si, para que os discentes compreendessem a importância do momento. Durante a execução, os grupos foram supervisionados, e puderam sanar eventuais dúvidas. No roteiro em questão, constava o objetivo da atividade, materiais, procedimentos e questões para discussão e reflexão. Os questionamentos feitos foram: “o que você observou após o término do experimento?” e “Por que esse fenômeno acontece e como podemos associá-lo à atuação da bile?”. Os grupos responderam às questões em forma de um relatório manuscrito, que foi entregue na aula seguinte. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante a aula expositiva dialogada, os discentes demonstraram interesse nos processos relacionados a digestão dos alimentos, mesmo considerando a baixa participação durante a explanação. No entanto, a proposta da atividade experimental motivou significativamente os educandos, deixando-os entusiasmados para a realização da prática. Muitos alegaram nunca ter participado de um momento assim, acreditando que tal recurso metodológico só poderia ser implementado com o auxílio de uma laboratório que, no caso, a escola não dispunha. Nesse sentido, Bondioli e Vianna (2018) destacam a importância de utilizar metodologias alternativas às tradicionais a fim de promover a quebra da rotina de aula somente expositiva e suscitar o interesse dos alunos, tornando-os mais participativos e motivados a participarem ativamente do processo de ensino-aprendizagem. O interesse dos discentes refletiu-se no desenvolvimento da atividade experimental, posto que todos os seis grupos formados conseguiram executar o procedimento rapidamente, o que pôde ser comprovado por meio dos relatórios. Durante o monitoramento da atividade em questão, os grupos foram questionados acerca do que foi possível observar por

meio do experimento e a maioria conseguiu associar prontamente o fenômeno às informações anteriormente mencionadas na aula teórica. O grupo 01, por exemplo, citou que, ao misturar o óleo com o detergente, a parte oleosa “se desfez”, fazendo referência ao papel da bile na separação das partículas de lipídios. Já o grupo 02 mencionou que tal fenômeno estava associado à “ação do detergente, que separa a gordura”. Pinto, Martins e Joaquim (2009) inferem que as atividades práticas experimentais são mais efetivas em termos de aprendizagem quando é possível estimular a resolução de problemas, simulando o método científico. Tal método propicia o surgimento de uma postura crítica-reflexiva no indivíduo e aprimoramento de habilidades cognitivas. Todavia, notou-se que alguns grupos, como os 03 e 05 não conseguiram formular suas explicações sozinhos, necessitando da mediação do professor. Ainda assim, incentivando os educandos a lembrarem do momento de aula teórica, além da associação com situações do cotidiano em que o detergente é comumente utilizado, os grupos superaram tais dificuldades e conseguiram realizar observações que explicassem de forma coerente a primeira questão do roteiro. Bondioli e Vianna (2018) e Pereira (2010) enfatizam a importância do professor assumir papel de mediador e orientador durante as práticas experimentais investigativas, de forma a garantir que o discente recorra a suas próprias concepções de mundo e fontes diversas para obtenção de informação que os ajudem a encontrar respostas satisfatórias. Além disso, a facilidade que os grupos apresentaram em associar o conteúdo de sistema digestório com o cotidiano, evidenciou as potencialidades dessa temática em estabelecer pontes entre o conhecimento empírico com o científico, auxiliando na aprendizagem significativa (DURÉ; ANDRADE; ABÍLIO, 2014). **CONCLUSÕES:** Constatou-se que as atividades experimentais investigativas são recursos metodológicos promissores para despertar o interesse e curiosidade dos educandos na execução das atividades no conteúdo sobre Sistemas Fisiológicos, além de possibilitar a associação da teoria com a prática. Soma-se a isso ao desenvolvimento de habilidades relacionadas ao fazer científico, como elaboração de hipóteses e explicação para o fenômeno evidenciado, promovendo a autonomia do educando no processo de construção de saberes úteis para sua vida cotidiana. Destaca-se também a importância do professor pesquisar, adaptar e utilizar materiais de baixo custo para realização dessas atividades, uma vez que elas possibilitam que os educandos participem da atividade prática, ao invés de reproduzirem passivamente os conceitos entregues já prontos. Além disso, ressalta-se a necessidade do professor atuar como mediador na realização da prática experimental, auxiliando os discentes a refletirem e, conseqüentemente, alcançarem respostas coerentes com o conhecimento científico, por vezes, promovendo associações com o conhecimento de mundo que eles trazem consigo previamente.

## REFERÊNCIAS

BONDIOLI, Ana Cristina Cristina Vigliar; VIANNA, Simone Cristina Gonçalves; SALGADO, Maria Helena Veloso. Metodologias ativas de Aprendizagem no Ensino de Ciências: práticas pedagógicas e autonomia discente. *Caleidoscópio*, v. 10, n. 1, p. 23-26, 2018.

DURÉ, Ravi Cajú; ANDRADE, Maria José Dias; ABÍLIO, Francisco José Pegado. Ensino de biologia e contextualização do conteúdo: quais temas o aluno de ensino médio relaciona com

o seu cotidiano. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 13, n. 1, p. 259-271, 2018.

PEREIRA, Boscoli Barbosa. Experimentação no ensino de ciências e o papel do professor na construção do conhecimento. **Cadernos da FUCAMP**, v. 9, n. 11, 2010.

PINTO, Talita Vieira; MARTINS, Ivan Machado; JOAQUIM, Walderez Moreira. A construção do conhecimento em botânica através do ensino experimental. **XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**, 2009.

ROCHA, Nei Gabriel Alonso; DE FREITAS, Willian Costa. AULAS PRÁTICAS E EXPERIMENTAIS EM CIÊNCIAS NATURAIS. **Revista Prisma**, v. 1, n. 2, 2020.

SANTOS, Keila Pereira dos Santos. **A importância de experimentos para ensinar ciências no ensino fundamental**. 2014. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.



## **DESVENDANDO A HISTÓRIA POR TRÁS DOS FÓSSEIS: PROPOSTA DE ABORDAGEM INVESTIGATIVA PARA O ENSINO DE PALEONTOLOGIA**

### **AUTORES:**

Caio Italon de Oliveira Torres

Narita Renata de Melo Seixas

Lúcia Maria de Almeida

**INTRODUÇÃO:** O ensino de ciências naturais é comumente associado a abordagens tradicionais e conteudistas, que priorizam a memorização de conceitos e termos técnicos. Tal problemática provoca desinteresse nos discentes, uma vez que a fixação descontextualizada dos conteúdos torna o processo de aprendizagem pouco atrativo. Dessa forma, a motivação do educando restringe-se atender às expectativas mínimas exigidas, como alcançar a média necessária para aprovação na disciplina. Além disso, entregar conceitos científicos prontos limita sua formação enquanto indivíduo crítico-reflexivo (SOBRAL; ZUCAN; MACHADO, 2007). A Base Comum Curricular (BNCC) sugere um ensino de ciências por investigação, baseado na resolução de situações problemas. Assim, os alunos teriam autonomia para buscar suas próprias respostas, através da reprodução do método científico, o que contribui para o letramento científico e desenvolvimento de habilidades cognitivas (BRASIL, 2017). Nesse sentido, a Paleontologia configura-se como área propícia para o desenvolvimento de habilidades investigativas, uma vez que os fósseis induzem questionamentos que perpassam inúmeras áreas das ciências naturais. Através do registro fóssil, é possível compreender o processo evolutivo de um táxon, aspectos ecológicos dos organismos extintos e as mudanças geológicas que moldaram a dinâmica da vida no planeta. Todavia, o ensino de paleontologia ainda possui pouco destaque na educação básica e a divulgação de seus achados é escassa nos ambientes formais de ensino (NEVES; CAMPOS; SIMÕES, 2008). Segundo Mendes, Nunes e Pires (2015) isso se deve ao fato das limitações em termos de abordagens e recursos utilizados, restringindo o ensino do conhecimento paleontológico a espaços alternativos, como museus de história natural. Nesse sentido, o jogo pedagógico investigativo e a modelagem didática podem contribuir para a materialização de tais conteúdos, tornando o processo de aprendizagem prazeroso e dinâmico (SOBRAL; ZUCAN; MACHADO, 2007). Assim, considerando a necessidade de incorporar metodologias que tornem o aluno protagonista de seu processo de construção de conhecimento e as contribuições do conteúdo de paleontologia para o fomento abordagens investigativas na educação básica, este trabalho teve como objetivo empregar uma proposta de abordagem investigativa para o ensino de Paleontologia, através de um jogo pedagógico e modelagem didática. **METODOLOGIA:** O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de ação, com abordagem qualitativa e com objetivos exploratórios. Foi desenvolvido em uma escola Municipal situada em Parnamirim/RN em uma turma do ensino

fundamental. Inicialmente, os alunos responderam um questionário pré-teste semiestruturado, contendo 5 perguntas, objetivando investigar as concepções alternativas acerca do conteúdo de paleontologia. Logo após, foi realizada aula expositiva dialogada sobre a temática de Fósseis e Rochas Sedimentares, enfatizando conceitos, tipos de fósseis, camadas e tempo geológico, importância para a compreensão da evolução da vida na Terra. Em seguida, realizou-se uma atividade prática, “Desvendando a história por trás dos fósseis”. Os educandos foram divididos em grupos, e receberam uma ficha pré-elaborada (Fig.01), com a imagem de um fóssil e informações sobre a história evolutiva e o ambiente em que viviam. Foram distribuídas massa de modelar de cores diversas, para confecção de réplicas dos fósseis representados nos seus respectivos cartões, possibilitando a materialização de tal estrutura. Eles responderam as situações problemas relacionadas aos fósseis contidas nos cartões. Tais questionamentos necessitavam da observação dos fósseis e da escrita do máximo de informações possíveis, com o auxílio de textos de apoio, simulando o trabalho de um paleontólogo.

**Figura 01:** Ficha de referência e réplica de fóssil.



Fonte: Autoria própria, 2020.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Com relação ao pré-teste, a questão um mencionava se os discentes sabiam o que é Paleontologia e, caso a resposta fosse positiva, solicitava-se que a conceituassem em poucas palavras. Constatou-se (79%) não sabia o que é Paleontologia e, mesmo os que citaram saber, não souberam definir corretamente, confundindo a área da ciência com o profissional que a estuda, como demonstra o Aluno A, quando cita que é “a pessoa que mexe com fóssil”. Na questão dois, 63,1% souberam responder o que é um fóssil, o que pôde ser confirmado com as justificativas. O Aluno B, cita que fósseis são “ossos de alguém ou algo que foi enterrado no local e com muito tempo virou um fóssil”. Segundo Lucena (2013), ainda que o ensino de Paleontologia apresente diversas dificuldades, associadas à formação inicial dos professores e à deficiência de informações contidas nos livros didáticos sobre a temática, os alunos trazem consigo conhecimentos sobre essa ciência.

A questão três indagava aos estudantes se existiam fósseis no Brasil, e, 68% responderam sim, sugerindo que os alunos conhecem registros fósseis brasileiros, e que a presença desse material não é algo distante de sua realidade. Novais e colaboradores (2015) mencionam que a aprendizagem se dá através da interação do indivíduo com o meio físico e com a realidade sociocultural em que está inserido. Com relação à quarta questão, essa investigava se os educandos sabiam o que é um dinossauro, a maioria conceituou de forma vaga e distante do

saber científico, alegando que se tratava de “animais bem grandes, com dentes enormes” ou “réptil de várias espécies”. Entretanto, houve explicações de certa forma congruentes com o conhecimento paleontológico, como sugere o Aluno C “bicho pré-histórico que já foi extinto” e o Aluno D “vivam há milhares de anos”. A questão cinco, abordou se o homem já conviveu com esses organismos e, embora respostas indiquem que não (52%), outras (48%) apontaram na crença que os dinossauros tenham coexistido com os hominídeos. Como exemplo têm-se o Aluno E, que diz: “Sim, porque eles usavam o fogo para se proteger deles—Com relação a atividade prática, os textos contidos nas fichas embasaram os educandos na formulação de hipóteses para a resolução dos questionamentos e suscitaram novas dúvidas sobre a temática. Parte disso se deve também à possibilidade de visualizar o fóssil estudado, através da réplica, tornando viável a observação de suas estruturas e adaptações, que estão intimamente atreladas ao habitat, nicho e história evolutiva dos organismos a qual pertencia. Segundo Dias e Martins (2019), métodos investigativos a partir de problemáticas acerca de algum conceito científico oportunizam condições para que aluno reflita, pense, visualize, discuta e compare, o que implica na formação de um sujeito autônomo, crítico e responsável pelo seu próprio processo de aquisição de conhecimento. **CONCLUSÕES:** A partir dos resultados obtidos dos questionários, é possível inferir que os alunos possuíam alguns conhecimentos prévios acerca do conteúdo de paleontologia, ainda que algumas das concepções estivessem dissonantes do saber científico aceito atualmente. Parte disso deve-se à influência midiática e ao conhecimento empírico construído ao longo da vida, que podem ser ferramentas úteis para a promoção de uma aprendizagem significativa. A aplicação da atividade prática “Desvendando a história por trás dos fósseis” possibilitou aos participantes a visualização dos conceitos trabalhados na aula teórica, servindo, também, como um recurso interativo que estimula os educandos a adotar uma postura ativa durante o processo de aprendizagem. Na oportunidade, os grupos puderam, puderam trabalhar habilidades manuais e artísticas, através da confecção das réplicas dos fósseis. Dessa forma, através de métodos investigativos, o discente pode aprimorar habilidades cognitivas e compreender na prática a natureza da ciência, bem como ser protagonista da construção do seu conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** ciências da natureza e suas tecnologias no ensino fundamental. Competências específicas e habilidades. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 07 ago. 2020.
- DIAS, Bruna Borba; MARTINS, Rodrigo Milek. Métodos Didáticos no Ensino da Paleontologia na Educação Básica do Brasil. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 41, n. 2, p. 22-30, 2019.
- LUCENA, Bruna Kelly Pinheiro. **Concepções de estudantes sobre dinossauros:** um estudo na educação básica de Picuí - PB. 2013. 52 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso –

Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2013.

MENDES, L. A. S.; NUNES, D. de F.; PIRES, Etienne Fabbrin. **Avaliação do conhecimento paleontológico com intervenção em escolas de ensino médio:** um estudo de caso no Estado do Tocantins. **Holos**, v. 8, p. 384-396, 2015.

NEVES, Jacqueline Peixoto; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi; SIMÕES, Marcello Guimarães. Jogos como recurso didático para o ensino de conceitos paleontológicos básicos aos estudantes do ensino fundamental. **Terr@plural**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 103-114, jun. 2008.

NOVAIS, Tarsila *et al.* Uma experiência de inserção da Paleontologia no ensino fundamental em diferentes regiões do Brasil. **Terræ Didática**, v. 11, n. 1, p. 33-41, 2015.

SOBRAL, Anderson da Conceição Santos; ZUCON, M. H.; MACHADO, Sonia Rosalia Golob. **Jogos educativos para o ensino de paleontologia na educação básica.** 2007. p. 13-22.



## **ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA AIDS NO BRASIL E RIO GRANDE DO NORTE ENTRE 2010 E 2019**

### **AUTORES:**

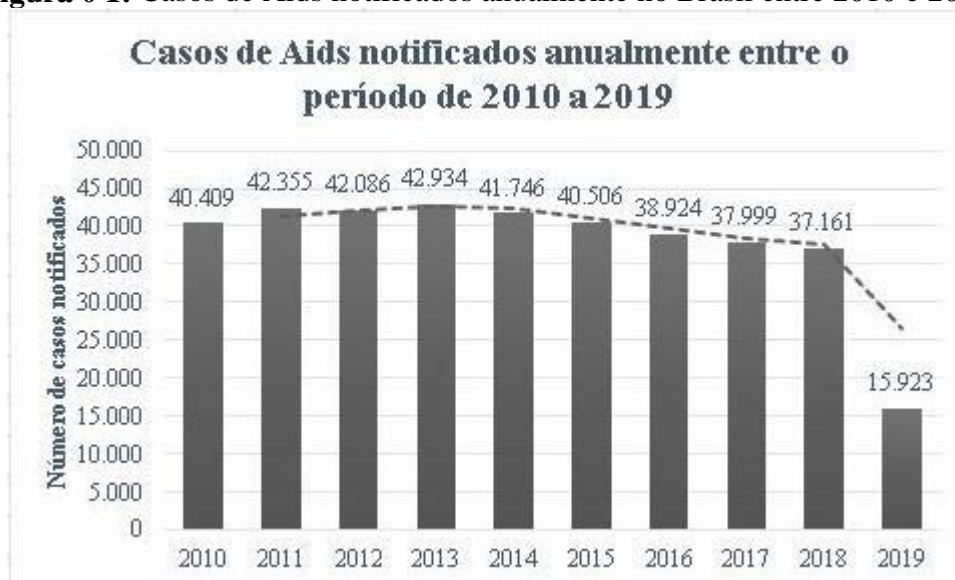
Caio Italon de Oliveira Torres  
Narita Renata de Melo Seixas  
Larissa Belizia Baracho de Oliveria  
Anne Gabriely Batista de Araújo  
Delanne Cristina Souza de Sena Fontinelle

**INTRODUÇÃO:** O Vírus da Imunodeficiência Humana, ou HIV, é um retrovírus que acomete o sistema imunológico, principalmente os linfócitos T CD4, multiplicando-se dentro da célula e em seguida rompe-a em busca de novas células saudáveis para continuar a infecção (BRASIL, 2020). O HIV está inserido no grupo das infecções sexualmente transmissíveis (IST), sendo transmitidas, principalmente através de relações sexuais praticadas sem preservativo com pessoas infectadas. No entanto, o contágio também pode ocorrer através de material não estéril ou infectado, transfusão sanguínea, parto e amamentação, sempre de pessoas portadoras da doença. O diagnóstico pode ser feito por meio de exames laboratoriais ou teste rápido, em que será buscado anticorpos anti-HIV, se encontrados, o indivíduo testou positivo para a doença (BRASIL, 2020). Os sintomas são a longo prazo, pois no início da infecção os sinais não são visíveis, e quando a doença está mais evoluída, há uma grande deficiência no sistema imunológico e o indivíduo torna-se mais vulnerável a adquirir doenças (fracas). Ainda não descobriram uma cura para essa doença, no entanto, existem tratamentos com medicamentos antirretrovirais (ARV) que ajudam a impedir o enfraquecimento do sistema imunológico, se tomado corretamente pode aumentar a expectativa de vida do paciente (BRASIL, 2020). Embora atualmente seja amplamente divulgado, o conhecimento acerca do HIV e suas implicações para a saúde humana só foi sendo construído pela ciência concomitantemente ao avanço da epidemia. Segundo Camargo e Capitão (2010), os primeiros casos datam do final da década de setenta em países como Estados Unidos, Haiti e regiões da África Central. No entanto, o reconhecimento da infecção só veio a partir do surgimento de inúmeros casos de Sarcoma de Kapos e Pneumonia entre pacientes homossexuais, o que levou a suspeita de que a doença estivesse associada, de algum modo, a tal conduta. No Brasil, o primeiro caso documentado é do ano 1980, em São Paulo, período em que o país passava por um processo de redemocratização. Ainda hoje, o HIV é um problema de saúde pública recorrente no país, devido ao seu perfil epidemiológico, que tende a sofrer alterações com o passar das décadas. Dessa forma, faz-se necessário monitorar os dados referentes às ocorrências de AIDS através das notificações compulsórias, a fim de traçar medidas de combate e controle da infecção mais direcionadas e, por consequência, efetivas. Assim, tendo em vista a importância de conhecer os dados epidemiológicos acerca do HIV (AIDS), a fim de fornecer subsídios para a



implementação de práticas de saúde pública exitosas, este trabalho tem como objetivo identificar e analisar dados quantitativos e qualitativos referentes ao HIV e sua manifestação clínica (AIDS), entre os anos de 2010 e 2019. **METODOLOGIA:** O presente trabalho trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, quali-quantitativo e de base documental. Utilizou-se procedimentos comparativo-estatísticos para análise e discussão dos resultados obtidos. Foram levantadas informações disponibilizadas em bancos de dados públicos sobre os aspectos epidemiológicos do vírus da Imunodeficiência Humana (HIV/AIDS), considerando dados gerais que contemplam o Brasil e, mais especificamente, o estado do Rio Grande do Norte. A coleta de dados se deu no mês de setembro de 2020, através da plataforma online de Informações de Saúde (TABNET/DATASUS), a partir de bancos de dados, como Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Controle de Exames Laboratoriais da Rede Nacional de Contagem de Linfócitos (SISCEL) e boletins epidemiológicos do Rio Grande do Norte entre os anos de 2010 a 2019. Para prospecção e análise dos dados não foram consideradas variáveis. Também buscou-se trabalhos suplementares em bancos de dados SciELO, revistas eletrônicas e repositórios institucionais entre o período de 2016 a 2020, se detendo aos seguintes descritores: HIV, AIDS, perfil epidemiológico RN, indicadores epidemiológicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os dados indicam que entre os anos de 2010 e 2019 foram notificados um total de 380.043 novos casos de AIDS no Brasil (Figura 1). Observou-se que houve um crescente de casos entre os anos de 2010 e 2013, sendo que em 2013 verificou-se o maior número de notificações (11,3%) entre o período de tempo analisado. Constatou-se que a partir do ano de 2014 ocorreu uma queda progressiva nos números casos, ainda que trabalhos como os de Júnior e colaboradores (2020) sugiram um aumento de notificações em 2017 em detrimento aos anos anteriores. O ano de 2019, por sua vez, obteve o menor número de casos dentre os períodos considerados no estudo (4,7%). Todavia, cabe ressaltar que em 2019, os dados consolidados são de 30 de junho do mesmo ano, podendo haver mais casos a serem notificados no decorrer dos meses subsequentes.

**Figura 0 1:** Casos de Aids notificados anualmente no Brasil entre 2010 e 2019.



Fonte: Ministério da Saúde - SINAN, SIM, SISCEL, 2020.

O estado do Rio Grande do Norte apresentou dados significativos de infecções por HIV, sobretudo em indivíduos adultos, maiores de 13 anos, entre os anos de 2010 a 2019. Neste período de tempo, foram registrados 4988 casos no estado. Diferente do observado para o Brasil, no RN, o ano com o maior número de notificações, entre o período analisado, foi 2018 (14,6%). Leite (2020) menciona que as taxas de detecção de casos em âmbito nacional caíram após o ano de 2013, em virtude da ampliação de testagens e a maior agilidade na realização do diagnóstico e início do tratamento. Todavia, tal informação não representa mudanças substanciais no panorama da epidemia. Pereira *et al.* (2019) e Silva *et al.* (2019) apontam que houve uma mudança no contexto sociodemográfico da epidemia, uma vez que esta iniciou-se na região sudeste, sendo mais expressiva nas grandes metrópoles e centros urbanos e, a partir das últimas décadas, vem se observando um maior número de notificações em cidades interioranas e da região Nordeste. Dessa forma, entende-se que há um processo de interiorização da epidemia em curso, haja vista que a concentração dos casos foi realocada para os interiores e demais localidades do país.

**Figura 02:** Casos de Aids notificados anualmente no RN entre os anos de 2010 e 2019.



**Fonte:** Ministério da Saúde - SINAN, SIM, SISCEL, 2020.

Nota-se, de forma geral, a presença de números expressivos de infecções pelo vírus da Imunodeficiência Humana nos últimos anos, sobretudo no estado do Rio Grande do Norte, que demonstrou um coeficiente maior de casos, em comparação aos dados obtidos à nível nacional. Considerando o período temporal estudo, verifica-se, também, que a AIDS ainda afeta um percentual significativo da população e, que, segundo Pereira e colaboradores (2019), há uma parcela expressiva de indivíduos infectados que desconhecem seu status sorológico, o que torna as discussões sobre a epidemia igualmente atuais. **CONCLUSÕES:** Considerando os dados levantados, constatou-se que a epidemia de AIDS nas últimas décadas sofreu algumas mudanças significativas no seu perfil epidemiológico que indicam a ocorrência de processos de interiorização. Cabe inferir, também, que foram observadas poucas diferenças significativas entre os dados epidemiológicos do Brasil e do estado Rio Grande do Norte, com exceção dos números de casos notificados por ano. Nesse aspecto, nota-se que o RN apresenta um cenário mais alarmante, em comparação com a situação à nível nacional, visto que foi perceptível o

aumento progressivo de casos nos últimos três anos. Assim, espera-se que as informações levantadas forneçam subsídios para o desenvolvimento de estudos futuros acerca do HIV/AIDS, bem como auxiliem nas tomadas de decisões e no estabelecimento de atividades preventivas direcionadas às categorias mais expostas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. **Aids/HIV: o que é, causas, sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção**. Brasília: [Ministério da Saúde], 2013-2020.

\_\_\_\_\_. **Informações de saúde (TABNET-DATASUS): epidemiológicas e morbidade**. Brasília, DF, 2019. Disponível em:  
<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203&id=6930&VObj=http://www2.aids.gov.br/cgi/defthtm.exe?tabnet/>. Acesso em: 23 set. 2020.

CAMARGO, Luiza Azem; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Uma Abordagem Histórica e Conceitual da AIDS: novas perspectivas, velhos desafios. **Psicopedagogia Online**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-6, abr. 2010.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Ernani Canuto *et al.* Perfil epidemiológico dos casos de Aids notificados no Brasil entre os anos de 2009 a 2019. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 1-18, 2020.

LEITE, Daniela Soares. A AIDS no Brasil: mudanças no perfil da epidemia e perspectivas. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 57382-57395, 2020.

PEREIRA, Gerson Fernando Mendes *et al.* HIV/AIDS, STIs and viral hepatitis in Brazil: epidemiological trends. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 1-3, set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720190001.supl.1>.

SILVA, Gislanne Stéphanne Estevam da *et al.* Perfil Epidemiológico do Hiv em um pequeno Município Potiguar/Brasil, Entre 2015 E 2018. **Revista Saúde-UNG-Ser**, v. 13, n. 1/2, p. 39-44, 2019.

# **DIREITO**



## **A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SEU (DES)SABER JURÍDICO: A LUTA FEMININA PELO DIREITO A UM PARTO HUMANIZADO “PORQUE NÃO TENS QUE PARIR COM DOR”**

### **AUTORES:**

Sayonara Lisboa Barros

Marconi Neves Macedo

**INTRODUÇÃO:** O Brasil é signatário de todos os acordos internacionais que versam direta ou indiretamente sobre o direito das mulheres e sua defesa, o que inclui a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação e violência baseadas no gênero (BRASIL, 2006, p.141). Contudo, apesar dos esforços do Estado brasileiro para proteger os direitos femininos e garantir-lhes eficiência, comum é o estado de violação sofrida pelas mulheres brasileiras, e é aqui que se insere a violência obstétrica. Com incidência de quase 25%, a violência obstétrica é considerada violência de gênero por ser exclusivamente imputada às mulheres e ser institucionalizada, uma vez que ocorrerem no âmbito do sistema de saúde, tendo por seus disseminadores os profissionais dessa área. Embora a violência obstétrica seja um tipo de violência cada vez mais discutida no âmbito social e acadêmico, ela ainda é pouco reconhecida, seja pelo Estado, pelo direito ou mesmo pela maioria das mulheres. Nesse ntido, tomando-se por base a posição do governo brasileiro de veemente defensor dos direitos humanos, sendo, inclusive, o princípio da dignidade humana um dos maiores norteadores de nossa república, procura-se responder: o que é violência obstétrica e como podemos caracterizá-la? Quais os institutos de proteção disponíveis para as mulheres vítimas de tais transgressões? Quais têm sido os posicionamentos e direcionamentos políticos e legislativos dados pelos governos federal, estadual e municipal para resolver essa problemática? Como o legislativo e judiciário têm atuado diante dessa demanda? O tratamento e direcionamento dado têm sido efetivos no combate à violência obstétrica?

Desta maneira, objetivando não apenas dar luz a esses questionamentos, mas também colaborar com o processo de difusão de conhecimento, proporcionando maior visibilidade a esta temática ainda tão obscurecida aos olhos do Estado, do direito e da própria sociedade em geral, foi desenvolvido o presente trabalho.

**METODOLOGIA:** Para a realização do presente estudo, a metodologia utilizada envolve o método de abordagem dedutivo. Trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, baseada em fontes secundárias, tais quais: Constituição Federal, legislação, doutrina jurídica, textos de sites jornalísticos como blogs, e, também de movimentos feministas que atuam diretamente pelo fim da violência obstétrica e artigos de periódicos. A análise dos dados é qualitativa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O reconhecimento da mulher como sujeito de direitos é algo relativamente recente, podendo-se atribuir ao período pós II Guerra Mundial o momento em que a luta pelos direitos humanos, portanto, também femininos, assumiram uma concepção mais contemporânea, a qual foi introduzida pela Declaração Universal de 1948 (PIOVESAN, 2014, p. 21). Como já colocado acima, o governo brasileiro

43

tem se posto como signatário dos principais acordos internacionais sobre direitos humanos (BRASIL, 2006, p.141). Contudo, apesar dos esforços do Estado brasileiro, a realidade vivenciada pelas mulheres em território nacional é de violação de muitos dos preceitos mais básicos à própria dignidade humana, estando a violência obstétrica como uma das formas mais cruéis de violação, tendo, inclusive, altos índices de recorrência, posto que, segundo dados da Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada com mulheres que realizaram seus partos em hospitais públicos e privados, 23% relata ter sofrido algum tipo de violência obstétrica (SPACOV; SILVA, 2019, p.3). Segundo a OMS, a Violência obstétrica pode ser compreendida como:

(...) violência física, humilhação profunda e abusos verbais, procedimentos médicos coercivos ou não consentidos (incluindo a esterilização), falta de confidencialidade, não obtenção de consentimento esclarecido antes da realização de procedimentos, recusa em administrar analgésicos, graves violações da privacidade, recusa de internação nas instituições de saúde, cuidado negligente durante o parto levando a complicações evitáveis e situações ameaçadoras da vida, e detenção de mulheres e seus recém-nascidos nas instituições, após o parto, por incapacidade de pagamento (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014, p.01).

Mas como o Estado brasileiro tem enfrentado essa problemática? No âmbito do Governo Federal o que se tem tido é uma incapacidade de se reconhecer a própria existência do problema, haja vista o posicionamento do Ministério da Saúde, em despacho expedido no ano de 2019, de recomendar expressamente a não utilização do termo (BRASIL, 2019, p.01). E, se as políticas públicas implementadas têm sido insuficientes, como bem colocado por Vicenzi (2018, p.47), a atuação do legislador brasileiro é igualmente ineficiente, pelo menos no âmbito federal, posto que a única lei que versa sobre o tema está aguardando votação desde o ano de 2014 (Projeto de Lei nº 7.633/2014). Diante deste cenário, estados e municípios brasileiros têm tentado enfrentar a problemática por meio da edição de normativas despadronizadas e esparsas, o que pode trazer forte insegurança jurídica no tratamento da problemática aqui discutida. Inclusive é importante frisar que, diferentemente de nossos vizinhos argentinos e venezuelanos, o legislador brasileiro optou pela não criminalização das condutas obstétricas tidas como violentas, deixando ao encargo do direito civil a busca pela reparação dos danos sofridos pelas vítimas - responsabilização civil por dano material, moral, estético e/ou existencial, conforme o caso, e, nas situações mais graves, a aplicação do Código Penal. Quanto ao judiciário brasileiro o que se tem observado é um aumento gradual no número de julgados referentes à temática abordada neste trabalho. Porém, conforme Silva e Serra (2017, p.2440), o número de julgados ainda seria insipiente se comparado ao elevado índice de casos de violência evidenciados. Além disso, ainda segundo os autores, o despreparo do judiciário em lidar com o tema, assim como a dificuldade de se estabelecer um nexo de causalidade entre a violação sofrida e os danos decorrentes, torna esse tipo de lide bastante difícil, haja vista a complexidade inerente à comprovação dos fatos alegados, que comumente dependem de perícias médicas igualmente complexas. Como resultado, não raro há a improcedência dos pedidos.

**CONCLUSÕES:** A mulher tem enfrentado uma árdua batalha histórica pelo reconhecimento de sua posição como pessoa digna de direitos. Porém, apesar desse reconhecimento ter sido alcançado e de muitos desses direitos terem sido obtidos, a efetivação destes ainda é sofrível, sendo a violência obstétrica apenas mais uma das formas de violação destes direitos. E diante dessa triste realidade, o que se tem é a ineficiência como marca da atuação do Estado brasileiro frente ao tema ora tratado, havendo mesmo um verdadeiro estado de negação do problema, como se pode observar através da postura adotada pelo Ministério da Saúde, por exemplo, e da

inexistência de normativa federal que trate da questão. Diante disto, como forma de suprir esse vácuo político-legislativo, estados e municípios brasileiros têm tentado, por meio de legislação local, instituir normativas que visem o combate a tais eventos. Contudo, a ausência de padronização normativa acerca do assunto causa certa fragilidade em seu tratamento da problemática. Some-se a isso um judiciário igualmente despreparado para enfrentar a violência obstétrica em todas as suas peculiaridades, haja vista sua própria multifatorialidade, e a dificuldade de se estabelecer o nexo de causalidade indispensável à configuração das responsabilidades pelos danos alegados, e o resultado que se tem são julgados improcedentes e direitos negados, circunstâncias que dificultam, severamente, o alcance dos objetivos precípuos dos institutos normativos mencionados neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 05 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 1.973, de 01 de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm). Acesso em: 05 mar.2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 89.406**, de 20 de março de 1984. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89460-20-marco-1984-439601-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/inst-int.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7.633/2014**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617546&ord=1>. Acesso em: 05 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: 05 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Despacho**. 03 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2019/5/art20190510-10.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde.** 2014. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO\\_RHR\\_14.23\\_por.pdf;jsessionid=5DAAE7C083B795DBD20E4C3421E1D689?sequence=3](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf;jsessionid=5DAAE7C083B795DBD20E4C3421E1D689?sequence=3). Acesso em: 04 mar. 2020.

PIOVESAN, Flávia. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres.** Cadernos Jurídicos, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 21-34, Janeiro-Abril/2014. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/38vd%2002.pdf?d=636688301325046003>. Acesso em: 03 mar. 2020.

SPACOV, Lara Vieira; SILVA, Diogo Severino Ramos da. **Violência obstétrica: Um olhar jurídico desta problemática no Brasil.** Derecho y cambio social, nº55, (55), 485-500. Disponível em: <https://lnx.derechocambiosocial.com/ojs-3.1.14/index.php/derechocambiosocial/article/view/14>. Acesso em: 04 mar.2020.

SILVA, Artenira da Silva; SERRA, Maiane Cibele de Mesquita. **Violência Obstétrica no Brasil: um enfoque a partir dos acórdãos do STF e STJ.** *Quaestio Iuris*, vol. 10, n. 04, p. 2430-2457, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/28458>. Acesso em: 01 mar. 2020.

VICENZI, Ângela Baratto. **Violência obstétrica no Brasil: o que é, quem sofre e qual a sua regulamentação.** Monografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2018. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62431/ANGELA%20BARATTO%20VICENZI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2020.





## VAMOS CONVERSAR? VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA: ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

### AUTORES:

Sayonara Lisboa Barros  
Marconi Neves Macedo

**INTRODUÇÃO:** O Presente trabalho foi desenvolvido no decorrer da disciplina de Interdisciplinar III, no curso de Direito, Unifacex, no ano de 2018, e teve por objetivo realizar, por meio de palestra, um trabalho de conscientização dos profissionais de Saúde que atuassem na área obstétrica, acerca da definição e problematização envolvendo a violência obstétrica, bem como uma orientação preliminar sobre os direitos básicos garantidos às gestantes, além das possíveis consequências cíveis e penais no caso do descumprimento das normas vigentes. Especificamente, objetivou-se: 1. Conscientizar os profissionais de forma a se buscar, por meio da disseminação do conhecimento, contribuir para a redução nos índices de violência obstétrica; 2. Informar ao público-alvo do presente trabalho os direitos garantidos por lei às gestantes brasileiras; 3. Informar sobre as consequências legais do descumprimento de tais normas para a instituição de saúde e profissionais envolvidos; 4. Orientar e discutir possíveis soluções para os problemas enfrentados; 5. Aproveitar a oportunidade para avaliar o nível de conhecimento dos profissionais acerca da temática trabalhada; 6. Oportunizar a troca de experiências por meio da participação ativa dos profissionais, viabilizando a troca de conhecimentos entre todos os presentes. Mas por que violência obstétrica? Com incidência de quase 25%, conforme pesquisa apresentada pela Fundação Perseu Abramo (SPACOV; SILVA, 2019, p.3), a violência obstétrica é considerada violência de gênero, por ser exclusivamente imputada às mulheres, e institucionalizada, por ocorrer no âmbito do sistema de saúde, tendo por seus disseminadores os profissionais dessa área. Contudo, embora a violência obstétrica seja um tipo de violência cada vez mais discutida no âmbito social e acadêmico, ela ainda é pouco reconhecida, seja pelo Estado, pelo direito ou mesmo pela maioria das mulheres. Segundo a OMS, a Violência obstétrica pode ser compreendida como:

(...) violência física, humilhação profunda e abusos verbais, procedimentos médicos coercivos ou não consentidos (incluindo a esterilização), falta de confidencialidade, não obtenção de consentimento esclarecido antes da realização de procedimentos, recusa em administrar analgésicos, graves violações da privacidade, recusa de internação nas instituições de saúde, cuidado negligente durante o parto levando a complicações evitáveis e situações ameaçadoras da vida, e detenção de mulheres e seus recém-nascidos nas instituições, após o parto, por incapacidade de pagamento (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014, p.01).

Pelo exposto, considerou-se de grande relevância a realização da presente intervenção, haja vista que, apenas por meio da difusão do conhecimento e reconhecimento da problemática, se poderá alterar essa cruel e triste realidade brasileira. **METODOLOGIA:** Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente atividade foi desenvolvida no Hospital Padre Alfredo Mesquita - HRAMF, no dia 23 de maio de 2018, às 15 horas, com previsão de duração de 60 minutos, na sala de reuniões da referida instituição, e contou com o amplo apoio da Diretora De Enfermagem do Hospital Padre Alfredo Mesquita, a Sra. Maria Aparecida Gabriel da Fonsêca, e do do Sr. Héverton Duarte, responsável pelo NEP - Núcleo de Educação Permanente daquele hospital. Todo o contato para a realização do evento se deu por meio telefônico, especialmente do aplicativo Whatsapp, como forma de se manter o registro da conversa, cumprindo-se, assim, requisitos da disciplina de Interdisciplinar III. Quanto à definição do público, mediante os relatos prévios de outros grupos de trabalho desenvolvidos dentro da disciplina de Interdisciplinar III, e segundo o relato da Sra. Maria Aparecida Gabriel da Fonsêca de baixa participação dos profissionais de saúde às palestras ofertadas nas instituições onde aqueles trabalham, a expectativa era de que o número de participantes da palestra variasse entre o mínimo de 10 e o máximo de 20 participantes, com média definida em 17, onde o grupo seria composto por profissionais de saúde – Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros, que atuavam nos setores de Clínica Médica, Centro Obstétrico e Alojamento Conjunto, além da Diretora de Enfermagem, da autora deste relato e outros dois alunos do curso de Direito da Unifacex. Em termos metodológicos, se optou pela realização de Palestra oral, mas com participação ativa e irrestrita dos presentes, sendo não apenas permitida, como também estimulada a verbalização de perguntas, colocações e relatos breves de experiências. Quanto aos instrumentos utilizados, fez-se uso de material complementar para a discussão proposta – pequenos recortes de relatos de experiência de pacientes que estão disponíveis na internet, em páginas que tratam da temática, os quais deveriam ser lidos pelos participantes no início da palestra – bem como foi disponibilizado folder informativo. Foram apresentados slides como forma de facilitar o acompanhamento do material discutido. Além disso, foi disponibilizada uma lista de frequência, bem como questionários pré e pós evento, do tipo objetivo, composto de 10 questões com respostas de “sim” e “não” a serem respondidos pelos participantes. Cumpre ressaltar que o Hospital Padre Alfredo Mesquita - HRAMF não só disponibilizou todo o necessário para a realização do evento, como, também, confeccionou, através de seu Núcleo de Educação Permanente, um Cartaz digital para divulgação do mesmo e certificados de participação para os participantes e palestrantes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De saída, cumpre observar a intensa procura e participação dos presentes, havendo participação não só de profissionais de saúde, mas, também, de acadêmicos de Enfermagem, que estavam realizando estágio prático na instituição, e do professor orientador, o que fez extrapolar o número de participantes, que passou de 20 para 30. Como consequência, não foi possível aplicação dos questionários pré e pós evento para todos os participantes, não sendo, portanto, análise dos dados ali contidos, de modo que os resultados aqui demonstrados serão fruto de análise subjetiva desta autora. Com duração total de 1 hora e 30 minutos, tempo que supera os 60 minutos inicialmente programados, a palestra contou com a participação ativa dos presentes, que registraram, verbalmente, sua experiência profissional e pessoal na área. Foram identificados, pelos profissionais, pontos de fragilidade na dinâmica de assistência do hospital que feriam os direitos das gestantes ali discutidos, sendo citados:

1. A dificuldade enfrentada para implantar, plenamente, o disposto na Lei Federal nº 11.108/05;

2. A sobrecarga física, emocional e de trabalho infringida aos profissionais em decorrências das várias mazelas ocasionadas pela falta de investimento em todos os setores da saúde;
3. A necessidade de utilização rotineira da ocitocina sintética, objetivando a aceleração do trabalho de parto, em vista da superlotação das Unidades Obstétricas que, abarrotadas, precisam acelerar o processo do parto;
4. Utilização, pela equipe médica, de episiotomia – o famoso “corte vaginal”, de modo indiscriminado e da manobra de Kristeller, procedimento já contraindicado pelo Ministério da Saúde
5. Falta de reflexão e empatia de alguns profissionais que, mecanizados, fazem uso de expressões ofensivas ou “brincadeiras inocentes” que ferem a dignidade da mulher parturiente. Pelo exposto, ficou evidenciado um conhecimento prévio, porém “geral”, dos profissionais – e completo desconhecimento da temática por parte dos estudantes - sendo aqueles capazes de apontar algumas situações relacionadas à violência obstétrica, porém recebendo com surpresa a inserção de outras condutas, não esperadas, ao rol por eles identificado. Contudo, quando se partiu para uma análise mais normativa e jurídica do problema, o desconhecimento era patente, principalmente nos aspectos da responsabilização civil e aqueles pertinentes ao viés penal. Nesse quesito, alguns participantes mostraram possuir alguma noção, mais intuitiva do que propriamente cognitiva, sobre os desdobramentos atinentes à responsabilização civil, sob o viés do dano material e moral, e possibilidade de tipificação criminal das condutas discutidas. Aqui, a atenção dos participantes foi máxima, sendo possibilitando a discussão de alguns artigos pertinentes à temática, tanto do Código Civil quanto Penal, quanto a apresentação de alguns julgados, o que trouxe aplicabilidade fática aos pontos discutidos. **CONCLUSÕES:** De modo geral, a atividade foi além das expectativas desta autora e demais envolvidos, haja vista a superação considerável no número de participantes, o que, apesar de ter trazido uma dificuldade operacional quanto a aplicação dos questionários programados e impossibilidade de utilização adequada dos dados coletados, demonstrou o interesse da equipe em atualizar-se sobre a temática proposta, mostrando disposição e abertura para o diálogo e aquisição de novos saberes. Contudo, se houve alguns problemas, maiores foram os pontos positivos, posto a possibilidade de se identificar problemas orgânicos pelos profissionais em sua prática diária e a possibilidade de reflexão quanto às soluções possíveis para esse problema ainda tão pouco discutido entre esses profissionais. Inclusive, torna-se evidente a necessidade de realização de novos encontros, posto que profissionais da área médica, por exemplo, não participaram do momento aqui relatado. Assim, diante de todo o exposto, consideram-se alcançados todos os objetivos propostos para o desenvolvimento deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 11.108, de 07 de abril de 2005.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm). Acesso em: 05 mar.2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde.** 2014. Disponível em:

[https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO\\_RHR\\_14.23\\_por.pdf;jsessionid=5DAAE7C083B795DBD20E4C3421E1D689?sequence=3](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf;jsessionid=5DAAE7C083B795DBD20E4C3421E1D689?sequence=3). Acesso em: 04 mar. 2020.

SPACOV, Lara Vieira; SILVA, Diogo Severino Ramos da. **Violência obstétrica: Um olhar jurídico desta problemática no Brasil**. Derecho y cambio social, nº55, (55), 485-500.

Disponível em: <https://lnx.derechocambiosocial.com/ojs-3.1.1>

4/index.php/derechocambiosocial/article/view/14. Acesso em: 04 mar. 2020.



## **O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – UTOPIA LEGISLATIVA OU REALIDADE? BREVE ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS, A LEI 8.080/90 E A REALIDADE DA SAÚDE BRASILEIRA**

### **AUTORES:**

Sayonara Lisboa Barros

Marconi Neves Macedo

**INTRODUÇÃO:** Um estado de saúde adequado é um bem extremamente importante para o homem, de modo que, ao resguardar-se a saúde, guarda-se, por extensão, um bem maior: a vida. A Legislação brasileira absorveu muitos dos conceitos encontrados na Constituição da OMS/1946. De pronto, cabe lembrar dos direitos fundamentais individuais e sociais previstos nos art. 5º e art. 6º, e os art. 196 a art. 200, que tratam da saúde e que se encontram dispostos na Carta Magna de 1988. Infraconstitucionalmente, é a Lei 8080/90 uma das mais importantes sobre o tema, visto que traz em seu escopo uma série de garantias institucionais, regras e obrigações que buscam regular, em todo o território nacional, as ações de saúde, de modo que sejam garantidos os preceitos constitucionais previstos. Além dela, tem-se a Lei 8.142/90, que trata da participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, dentre outras providências, as várias Portarias do Ministério da Saúde, e os Pactos pela Saúde firmados entre a União, os Estados e os Municípios, e das Normativas, num esforço conjunto que reflita vontade legislativa, investimento e gerenciamento responsável. Porém, conforme amplamente vivenciado pela população brasileira, e largamente noticiado pela imprensa, a Gestão não está tendo sucesso na implementação de tais intenções. Notícias de perdas de leitos hospitalares, fechamento de unidades de saúde por falta de investimento e denúncias de desvios em virtude da corrupção sistêmica no Brasil têm sido fatos corriqueiros na rotina do brasileiro. Mediante tamanha importância do tema, se desenvolveu o presente estudo, o qual objetivou realizar uma avaliação breve e objetiva quanto a eficácia da aplicabilidade normativa, em especial no que se refere aos preceitos Constitucionais e a Lei 8080/90, em face da conjuntura da Saúde Pública brasileira no período entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019, tomando-se por base as notícias veiculadas acerca das condições de saúde brasileira e do Rio Grande do Norte. **METODOLOGIA:** Para a realização do presente estudo, optou-se por relacionar a realidade noticiada da saúde pública nacional e do Rio Grande do Norte/RN em face da Constituição Federal de 1988 e a Lei 8080/90. Para tanto, foi feita uma análise amostral de notícias publicadas em jornais, revistas, portais governamentais nacionais, estudos realizados e publicados em revistas de saúde ou jurídicas e artigos, todos disponíveis em plataformas on line, pesquisados por meio do buscador Google, no período compreendido entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019, sendo utilizados os 10 (dez) primeiros resultados provenientes das buscas através das palavras chaves “crise ou problemas na saúde brasileira”, “crise ou problemas na saúde do RN”, seguido do ano considerado. Após, comparou-se a realidade fática com as

informações disponíveis em estudos publicados em artigos, livros, revistas ou periódicos, físicos ou eletrônicos, que tratem da temática como forma de se consolidar um entendimento sobre a problemática ora estudada. Em termos metodológicos, foi utilizado para esse estudo o método cartográfico, posto ser este um método amplamente aplicado em pesquisas e estudos, fundamentados em escala. A análise de dados foi qualitativa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No aspecto normativo, o Brasil positivou a saúde no rol dos direitos sociais, embora doutrinadores como Ingo Sarlet (2008, p.3) defendam o status constitucional-fundamental desse direito. Tomando-se por base o art.2º da Lei 8080/90 tem-se um reforço no entendimento de que a saúde é direito fundamental do ser humano, devendo ser provida pelo Estado, que deverá fazê-lo por meio de formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Para tanto, ainda conforme a normativa, deverão ser executadas diversas ações envolvendo assistência, vigilância e fiscalização em todos os aspectos de interesse à saúde, devendo tais ações serem prestadas por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, sob a égide dos princípios universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, integralidade de assistência, preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral, a igualdade da assistência à saúde, direito à informação, participação da comunidade, descentralização político-administrativa, da resolutividade, da eficiência, com competências comuns e privativas destinadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios previstas a partir do Capítulo IV na Lei mencionada.

No universo fático, contudo, a realidade não se mostra tão bela. De fato, pesquisa feita nos moldes metodológicos indicados permitiu encontrar, facilmente, matérias publicadas pelo UOL (2018), Jornal Estado de São Paulo (2018, versão on-line) e Estadão (2018, versão on-line) versando sobre a crise na saúde brasileira e a falta de leitos e perdas de unidades hospitalares, filas de espera para marcação de consultas, superlotação nos serviços de saúde, atendimento de urgência de péssima qualidade, a falta de recursos pra a saúde, sobre a defasagem na remuneração paga pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos hospitais privados e filantrópicos para atender pacientes da rede pública, por exemplo. Além disso, segundo dados de Pesquisa produzido pela UFMG (Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais), a cada 3 minutos, mais de 2 pessoas morrem no Brasil em hospitais por falhas que poderiam ser evitadas, conforme notícia veiculada pelo Portal R7 (2017, versão on-line), Agência Brasil (2017, versão on-line) e Jornal Hoje (2017, versão on-line). Sobre a crise no sistema de saúde do estado do Rio de Janeiro foram encontradas notícias no Portal G1 (2017, versão on-line) em julho e dezembro de 2019. Em nosso Estado, o fechamento de várias unidades hospitalares no interior do Estado, bem como o decreto de Calamidade na Saúde Pública, publicado no DOE de 06 de Junho de 2017, foi notícia nas versões on-line do Portal G1 e do Jornal Tribuna do Norte. Como se pode observar, infelizmente, a população brasileira carece de uma saúde digna e de qualidade, e essa realidade caótica é noticiada cotidianamente em nossos meios de comunicação. Tal realidade vai de encontro frontalmente com as disposições constitucionais e infraconstitucionais vigentes, o que indica clara ineficiência normativa quanto ao alcance dos preceitos e objetivos contidos na Constituição Federal e Lei 8.080/90 no que tange à oferta de uma saúde digna e de qualidade para todos. **CONCLUSÕES:** A saúde consta em nossa Constituição como direito de todos, dever do Estado (art.200, CF/88), sendo um direito fundamental do ser humano (art.2º da Lei 8.080/90). Contudo, a despeito de todo o exposto, o

que temos diariamente é a negação dos direitos normativamente garantidos. Logo, muito há que ser feito para que os comandos normativos citados neste texto deixem de ser utópicos e possam ser realmente efetivos.

## REFERÊNCIAS

A CADA 3 minutos, mais de 2 pessoas morrem no Brasil em hospitais por falhas que poderiam ser evitadas. **Portal R7**. 26 de Out. de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/a-cada-3-minutos-mais-de-2-pessoas-morrem-no-brasil-em-hospitais-por-falhas-que-poderiam-ser-evitadas-26102016>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 29 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8080-19-setembro-1990-365093-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.

CRISE na saúde provoca demissões e fechamento de setores importantes em hospitais do RJ. **Portal G1**. 07 de Jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/instabilidade-causada-pela-crise-no-rj-prejudica-trabalho-de-servidores-da-area-da-saude.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2020.

FALHAS em hospitais matam mais que o câncer, a violência e o trânsito. **Jornal Hoje**. 22 de Nov. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/11/falhas-em-hospitais-matam-mais-que-o-cancer-violencia-e-o-transito.html>. Acesso em: 29/01/2020.

FALHAS em hospitais são a segunda causa de morte no país. **Agencia Brasil**. 22 de nov. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/falhas-em-hospitais-sao-segunda-causa-de-morte-no-pais>. Acesso em: 09 jan. 2020.

GOVERNO do RN decreta estado de calamidade na área da saúde pública. **Portal G1**. 06 de Jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/governo-do-rn-decreta-estado-de-calamidade-na-area-da-saude-publica.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2019.

GOVERNO do RN firma acordo que prevê transformação de hospitais em unidades básicas de saúde. **Portal G1**. 10 de Set. de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/governo-do-rn-firma-acordo-que-preve-transformacao-de-hospitais-em-unidades-basicas-de-saude.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2020.

MÉDICO denuncia fechamento de UTI's no Hospital Walfredo Gurgel. **Jornal Tribuna do Norte**. 01 de Jul. 2017. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ma-dico-denuncia-fechamento-de-uti-s-do-walfredo-gurgel/384904>. Acesso em: 04 jan. 2020.

O OUTRO lado da Crise da Saúde. **O Estado de São Paulo**. 08 de Abr. 2018. Disponível em: <http://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,outro-lado-da-crise-da-saude,70002258906>. Acesso em: 29 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) – 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. Algumas considerações em torno do conteúdo, eficácia e efetividade do direito à saúde na Constituição de 1988. **Panóptica**, Vitória, v. 1, n.4, dez. 2006, p. 1-22. Disponível em: <http://www.panoptica.org>. Acesso em: 29 jan. 2020.





## O DIREITO COMO SABER CIENTÍFICO

### AUTOR:

João Lucas Dantas de Azevedo

**INTRODUÇÃO:** Estudar Direito, muitas vezes, é surfar dentro do mais amplo relativismo conceitual, pois lidamos com um relativismo que sobrepõe o positivismo normativo, lidamos com subjetivismo na ausência de explicações mais densas, lidamos com subjetivismo e relativismo quase em todo o seu conhecimento transmitido. Esse, responsável por criar juristas que, ao chegarem nos mais altos graus do escalão jurídico, se deliciam da mais completa autonomia individual, desvinculada de todo o ambiente ético-normativo, pois além do código, nada os prende fora suas próprias inclinações. Assim, o que se sabe de início é que as normas deixarão brechas, tendo em vista que as condutas humanas não seriam enquadradas em categorias nem por saber divino, devido a mais alta complexidade da mente humana e todas suas inclinações sensitivas. E nessas lacunas, uma coisa é óbvia: se aplicam princípios, mas quais? E se são princípios, eles são — ou deveriam ser — a primeira etapa do conhecimento do Direito, mas que há por muitos juristas um distante apreço, o ambiente axiológico-normativo é o que menos se compartilha, sendo uma problemática evidente. Além das questões supracitadas, há, em épocas atuais, um disperso caráter científico nas ciências humanas e, mais precisamente, no Direito. Uma questão que, para se estabelecer como realidade, depende de diversos fatores, mas, sobretudo, do abandono do método científico ou da prevalência de outros fatores sobre ele. E essa realidade alcança completude quando se legitima como fonte diretriz de bibliografias, juristas, e futuros profissionais da área. **METODOLOGIA:** Nesse momento, fez-se necessária a leitura de dois nomes, dentre os quais dou destaque para Hans Kelsen e Miguel Reale. Mais especificamente a explicação estrutural de Miguel Reale, a qual bebe muito de conceitos do criticismo kantiano, o que também se faz como uma leitura essencial. Mas estruturalmente Reale estabelece alguns conceitos para fixar o Direito como ciência. O primeiro ponto é a existência de *métodos*, que para os seguidores de métodos aristotélicos-tomistas se assemelham bastante: em indução, dedução e analogias, mas um pouco mais além. Do qual poderia ser enxergado mais em parâmetros aristotélicos, em dedução e hipóteses relevantes, fatos em evidências empíricas (no sentido experimental) e evidências jurídicas, que no fim, coincidiriam com um julgamento ou inferência sobre determinada premissa ou conduta. Outro fato importante reside no mundo dos princípios, que são guias para o Direito de forma *omnivalente* quando relativo à lógica, que no direito é *formal* no sentido kantiano, e *monovalentes* em suas perspectivas práticas. Sendo o último regra essencial para o *dever ser* da matéria, haja vista que não pode ser alegado desconhecimento da lei mesmo pelos os não conhecedores dela. Mas também, os Princípios de Lógica Jurídica e Lógica Normativa como norteadores da prática advocatícia e jurídica, que nesse quesito são *univalentes* e se restringem a um escopo científico. Os princípios omnivalentes que o Direito herda de outros campos científicos são relativos à

identidade, não-contradição, razão suficiente e terceiro excluído, pois na ciência busca-se um saber guiado e não contraditório. Na ótica que, se tenho A igual a A, A não pode ser não A. Na prática jurídica não se pode coexistir leis que se contradizem, e mesmo que exista, reside a lógica do princípio das *antinomias*, uma problemática bem resolvida por positivos-analíticos como Norberto Bobbio. Outro fator é a herança da *causalidade*, que pode não ser comum na lógica de algumas ciências como a matemática, pois  $2 + 2$  não causam 4;  $2 + 2$  são 4, contanto no Direito o nexa causal é ferramenta necessária na tipificação da conduta individual, mas que, no entanto, não é comum só ao Direito. Na própria Física há grandes fenômenos que causam X, mas não são X, são variáveis principiológicas geralmente contidas em elementos básicos de quaisquer ciências. E há outro princípio que é importante, mas não tão comum em campos científicos fora das ciências culturais (onde o se enquadra o Direito) é o da *finalidade*, pois na exatidão matemática não se analisa qual a finalidade daquele fenômeno matemático, no direito o *axiós* que é analisado sobre a culpa do indivíduo — importante ressaltar a diferença entre culpa e dolo—é parte do sistema que compõe a sistemática do juízo. Na doutrina de Reale, essa estrutura é expressamente derivada do ideário kantiano, aponta para duas acepções lógicas do direito, objeto que leva ao direcionamento da explicação de princípios, que podem ser de natureza moral e de ordem lógica. Na primeira hipótese, quando se relaciona com o conhecimento vulgar do que seria moralmente aceitável, por exemplo, quando se diz que “fulano é um homem de princípios”, esse é o conhecimento vulgar que direciona princípios de natureza moral. Na segunda hipótese, residem pressupostos gnoseológicos, relativos a compreensão lógica-axiológica, se pondo antes da experiência e sendo iniciado no âmbito dos juízos, pois princípios nada mais são do que juízos fundamentais. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** E a lógica que aponta para uma relação sistemática de princípios nasce com os juízos, que é uma relação, em suma, de pôr derivação entre um *ente* e um *predicado*, que postos em escrita ou fixados podem formar *proposições*. Indo além, o saber do Direito também deve formular *raciocínios* que combinem juízos entre si e estabeleçam nexos lógicos, que pode ser em qualquer área da atuação jurídica e científica, pois não há ciência sem coerência entre juízos que se enunciam. Doravante, essa faculdade de enunciar juízos para estabelecer nexos e simplificá-los em direção a uma certeza do que se propõe é o que caracteriza uma *evidência*, ponto também comum no direito. E por fim, como reduzimos essa cadeia de juízos certificando-os sobre seu caráter mais essencial possível, alcançamos princípios ou juízos fundamentais, que servirão de alicerce para qualquer conhecimento que envolva esse paradigma. Portanto, estruturalmente o Direito tem todos os pressupostos suficientes para o seu enquadramento em princípios científicos, mas não é encarado como tal. Onde, seu único diferencial é o seu *objeto* científico, que para a Jurisprudência e Ciência do Direito é o fenômeno histórico-social (que denominamos de fenômenos jurídicos), já em ciências da natureza são fenômenos naturais, e assim por diante. Por fim, um dos pilares do enquadramento do Direito como saber científico é prescrever *tipologias* e *categorização* (em norma e conduta) dos fatos jurídicos relevantes, nesse caso, todos aqueles que se referirem a problemas de organização e composição da vida social. Assim, assemelha-se bastante às ciências naturais como a Botânica e Mineralogia, ambas que tentam classificar e tipificar fenômenos, na distinção e foco em objetos naturais. E nesse ponto, o Direito e norma não podem existir sem tipologias, sendo *conditio per quam* (i.e. condição pela qual) se inicia a análise da Ciência do Direito. **CONCLUSÃO:** O Direito de hoje é restrito à memória mecânica e relações *quid sit juris*, existem “jornalistas jurídicos”, “advogados militantes” e uma infinidade de divisões que abordam os fatos do que ali está, sem profundidade, rasos na mecanização de diferenciar apenas em não colocar um círculo na forma

de um quadrado, em outras palavras, enquadrar determinada lei em fato jurídico. Esta, uma atividade essencial, embora extremamente pobre perante tudo que o Direito pode oferecer e a ampla gama de exploração em relações *quid sit jus*. Outro ponto que se perde gradualmente é a análise do silogismo normativo que fundamenta a validade de uma ordem jurídica, conduzi-lo em normas maiores como premissas, normas de menor espectro atuante, como premissas menores, e só depois enxergar a eficácia de uma norma em relação ao dever ser, é outro caminho também desrespeitado, e que são trazidos por positivistas numa relação lógica que herda a lógica aristotélica. A grande maioria das análises normativas são da norma e sua atuação em fatos relevantes socialmente, o que ofende o saber científico, seria como tentar explicar um fenômeno físico isoladamente em sua atuação naquele espaço-tempo, desprezando seus fundamentos rumo a uma explicação minimamente coerente. *Ipsa facto*, o Direito decai quando abandona o plano eidético e fixa-se apenas em sua atividade mecânica de adequação fato-norma, onde doravante, cairá em análises recheadas de subjetividade que ofende o próprio elemento conjectural de seu saber. Assim, Kant aponta em emblemática defesa ao criticismo, de que os conceitos sem as intuições, são vazios; as intuições sem conceitos, são cegas. Até onde fomos, as intuições parecem ser o único guia dos atos jurídicos, e também, da busca pelo saber de ínfimos juristas.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Noberto. **Teoria da Norma Jurídica**. São Paulo: Edipro, 2016.

KANT, Immanuel. **Doutrina do Direito**. São Paulo: Ícone Editora, 2017.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.



## A PROPRIEDADE INTELECTUAL E O SEU MARCO LEGAL NO BRASIL

### AUTORES:

Kleber Cavalcante de Sousa

Janaina de Souza Martins

André Luiz de Lima

Felipe Augusto Seabra de Melo Martins

**INTRODUÇÃO:** A sociedade contemporânea que surgiu após o processo de globalização é caracterizada, dentre outros fatores, por intensas relações sociais e econômicas ao redor do globo terrestre. Essas intensas relações globais favoreceram o surgimento de conflitos e problemas, que precisavam ser mediados e nesse sentido o direito tem um papel essencial, sendo um importante balizador dessas relações, por meio das normas e regras que servem para orientar, direcionar, prevenir e mediar possíveis conflitos e quando necessário servir de base legal para as sanções. No que cerne ao comércio internacional, é importante destacar os diversos tratados que são assinados entre países, para orientar e regular as relações comerciais, inclusive, com previsão de proteções dos mais diversos tipos de direitos, dentre eles a propriedade intelectual. Esses tratados visam proteger os países e empresas detentoras de tecnologia, de forma a evitar que as empresas e nações em desenvolvimento tenham acesso gratuito, sem investimento, às tecnologias dos países desenvolvidos tecnologicamente. Nesse cenário destaca-se o papel da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em inglês, WIPO, que é uma agência vinculada à Organização das Nações Unidas – ONU, criada em 1967 com o objetivo de promover a proteção da propriedade intelectual ao redor do mundo, a fim de favorecer que as relações comerciais ocorram de forma segura e sob a proteção legal. A OMPI atualmente é composta por 187 Estados-membros e possui 27 tratados internacionais em vigor, nos quais os seus países membros são obrigados a seguir e a cumprir. Assim sendo, o presente trabalho visa estudar e discutir a propriedade intelectual e o seu marco legal, no Brasil, de forma a contribuir com o melhor entendimento do assunto, bem como apresentar a evolução da sua normatização, a legislação atual, seus avanços e discutir melhorias. **METODOLOGIA:** A presente pesquisa foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico nos repositórios digitais de publicações acadêmicas, tais como *SciELO – Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica On-line) a fim de melhor subsidiar a discussão sobre o tema e a sua problemática, além de consultar as normas constitucionais e infraconstitucionais existentes sobre a propriedade intelectual, de modo, a melhor compreender o papel do direito como uma ciência jurídica, responsável por evitar e mediar conflitos. Ademais, fez uma pesquisa nos sites das organizações responsáveis por regular e propagar a propriedade intelectual no Brasil e no mundo, tais como: Organização mundial da Propriedade Intelectual – OMPI e Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Esta pesquisa discutiu o surgimento da Propriedade Intelectual como instrumento para proteger os direitos patrimoniais de pessoas, organizações e até interesses comerciais de nações em um mundo competitivo e globalizado. Demonstrou e discutiu o que

58

vem a ser propriedade intelectual e propriedade industrial e apresentou o surgimento e o marco legal atual da propriedade intelectual no Brasil, demonstrando seus pontos fortes, destacando que ainda é necessário melhorias nessas normas. **CONCLUSÕES:** O presente trabalho apresentou a problemática da propriedade intelectual e o seu marco legal, no Brasil, discutiu o surgimento e a necessidade da norma, assim como a sua evolução, destacando de forma crítica, a sua função social de mediar e prevenir conflitos, mas também, de proteger os interesses das organizações e nações detentoras de maior poder econômico e tecnológico. É importante destacar que a legislação brasileira avançou bastante no que se refere à questão da proteção intelectual, com a Lei nº 13.243/2016 e com o DECRETO 9.283/2018, houve uma grande variedade de procedimentos e relações que foram contempladas e normatizadas, a fim de diminuir os conflitos e problemas relacionados.

## REFERÊNCIAS

ASCENSÃO, José de oliveira. Direito intelectual exclusivo e liberdade. **Revista ABPI.** nº 59 jul./ago. 2002 p. 40-49.

BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, v.2. Disponível em: <http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil.** Org. Alexandre de Moraes. 28. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 438 p.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.283/2018.** Regulamenta a Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666/1993, o art. 1º da Lei nº 8.010/1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032/1990, e altera o Decreto nº 6.759/2009 para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.279/1996 de 14 de maio de 1996.** Regula os direitos e obrigações relativos à propriedade intelectual.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.973/2004 de 02 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.243/2016 de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre o estímulo à pesquisa, à ciência, à tecnologia, a inovação e capacitação tecnológica no país e dá outras providências.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA, Roney Fraga Souza. SOUZA, Roney Fraga. **Propriedade intelectual e desenvolvimento no Brasil.** Rio de Janeiro: Ideia D; ABPI, 2019.

DUPAS, Gilberto. **Propriedade intelectual**: tensões entre a lógica do capital e os interesses sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MENEZES, Henrique Zeferino de; FALCÃO, Daniela de Santana. Poder e autonomia das organizações internacionais: a OMPI na governança dos direitos de propriedade intelectual. Estudos Internacionais: **Revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 8, n. 1, p. 7-26, 2020.

MOURA, Pollyanna Paganoto. Propriedade intelectual e acumulação de capital. Pesquisa & Debate. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 30, n. 2 (54), 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (WIPO) - OMPI. Sobre a WIPO. Disponível: <https://www.wipo.int/about-wipo/en/> Acesso: 20 Out 2020.

ROCHA, José Cláudio; ALVES, Aliana; SANTOS, Gilberto Batista. Direito Contemporâneo, propriedade intelectual e o novo marco legal para a ciência, tecnologia e inovação. **Revista de Propriedade-Intelectual, Direito Contemporâneo e Constituição-PIDCC** – Aracaju/SE, Ano VIII, v. 13, n. 03, p. 187-206, 2019.

SMITH, G. V.; PARR, R. L., **Valuation of intellectual property and intangible assets**, [s.l.]: Wiley New York, 2000.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulo Jurídico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993. p. 477.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial sistematizado**: doutrina, jurisprudência e prática. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

VIANNA, Túlio Lima. A ideologia da propriedade intelectual: a inconstitucionalidade da tutela penal dos direitos patrimoniais de autor. **Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro**, v. 30, p. 89-108, 2005.

# EDUCAÇÃO FÍSICA



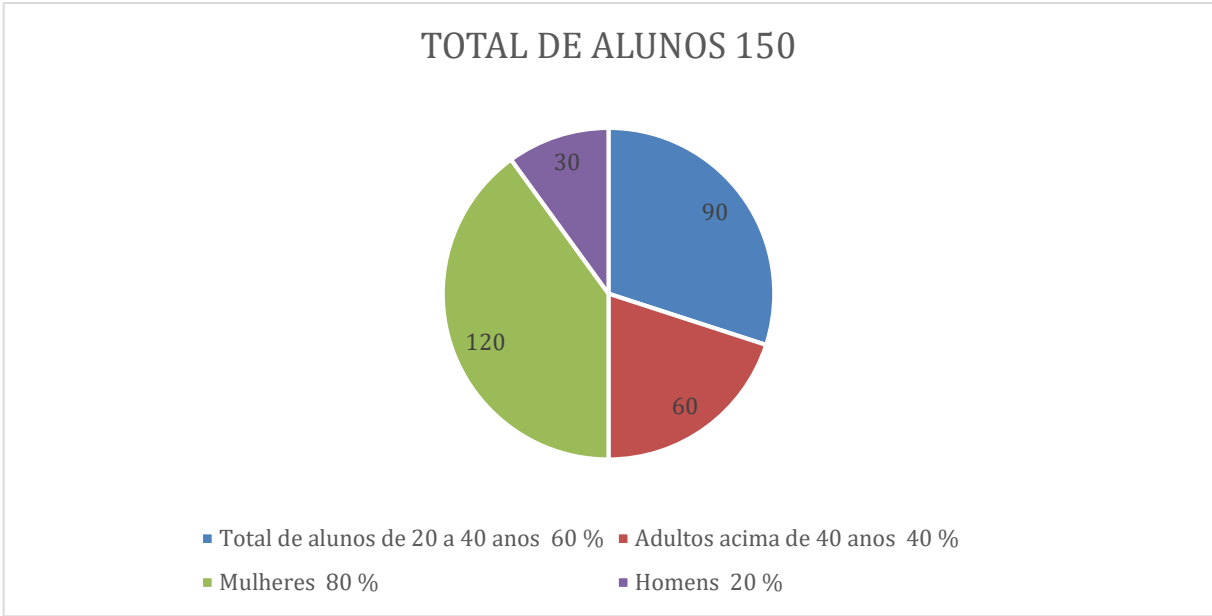
## **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERSPECTIVA E DESAFIOS DE UM ESTAGIÁRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

### **AUTOR:**

Luiz Felipe Barbosa de Lima

**INTRODUÇÃO:** O Estágio Supervisionado II é dividido em 140 horas, em que são feitas várias reuniões com o professor-orientador. Nessas reuniões, o orientador nos ajuda a escolher um local de estágio e a traçar uma linha de pesquisa que irá auxiliar na construção do trabalho de modo que essas orientações ajudem a alicerçar com mais firmeza e segurança os aprendizados durante todo o processo de estágio. São 30 horas para o estágio na Área de Lazer e 30 horas para o estágio na Área de Qualidade de Vida. Onde na área do lazer escolhi usar como ferramenta de trabalho esportes de praia, como vôlei de praia, frescobol, e beach tênis. Quando se fala de lazer logo pensamos em brincadeiras, esporte participação, momento de envolver todos, e isso é ótimo, atividades de lazer ajudam a combater o estresse, as frustrações, como os problemas do dia a dia que vem do ambiente de trabalho, escola/faculdade, ambiente familiar, no que esses problemas podem gerar depressão. Isso que é legal e muito importante no lazer, pois quando oportunizamos esses momentos para as pessoas, faz total diferença nas suas vidas, porque esses momentos melhoram os seus dias ajudando-as que desopilem e fiquem com a sensação de estarem mais leves. Já na área de qualidade de vida escolhi O treino funcional, porque é um tipo de atividade ao qual seus praticantes buscam para adquirir mais qualidade de vida, para que esse treinamento ajude-as no seu dia a dia, auxiliando nas execuções de suas atividades diárias, principalmente no caso de pessoas idosas, onde é fundamental trabalhos funcionais para que elas possam se levantar e sentar com segurança, se mover com a certeza que não vai cair, daí a importância do trabalho de mobilidade, do ato de pegar um xicara ou um prato, onde o trabalho de manipulação é fundamental, porque são atividades que vão contribuir grandemente nas suas vidas e verdadeiramente irá gerar uma melhor qualidade de vida. Em suma, o relatório objetivou fornecer informações a coordenação do Estágio Supervisionado II, aos alunos do 7º período do curso de Bacharelado em Educação Física do Centro Universitário UNIFACEX, da disciplina de Estágio Supervisionado II, junto ao ESTUDIO JF TRAINER, ao qual me permitiu diferenciar teoria e prática, e pudesse desfrutar do estágio ao máximo, podendo pôr em prática tudo o que foi ensinado em sala de aula. Descrever uma visão geral sobre o tema abordado no estudo, com definição dos objetivos do trabalho e relevância da pesquisa. **METODOLOGIA:** O Estágio Supervisionado II, foi realizado no ESTUDIO JF TRAINER, localizado no bairro de Felipe Camarão, Natal/RN. Este espaço atende três modalidades, musculação, treinamento funcional especialmente e atividades recreativas. O público do estúdio corresponde a 150 alunos, onde mais da metade são adultos entre 20 e 40 anos, 80% são mulheres, dentre eles são atendidos públicos de todas as idades desde crianças, há terceira idade. Abaixo a representação em gráfico.





A metodologia de trabalho no estúdio é feita da seguinte maneira, o treino é feito dia a dia personalizado, visando o maior aproveitamento do alunos nos treinamentos e melhor assimilação, sendo assim objetivando um melhor resultado. Os alunos do estúdio funcional focam em um treino mais prazeroso, onde para eles não seja algo extenuante, esses alunos vem buscar um treino na medida certa. Por esse motivo os mesmos vem até o estúdio JF Trainer para adquirir saúde e qualidade de vida, sendo assim, isso gera benefícios físicos e mentais advindos nos treinamentos, impactando diretamente no dia a dia criando mais disposição, melhorando sua postura e desempenho nos seu ambiente de trabalho. Sem contar que essa empresa ainda oferece atividades recreativas com o intuito de sair da rotina. Essas atividades são feitas fora do estúdio, geralmente em ambientes abertos como praias e parques, através de jogos recreativos, como por exemplo cabo de guerra, estafeta, frescobol, vôlei de praia, nesses momentos o foco é o lazer é um momento onde esses alunos podem desopilar da sua rotina semanal e se divertir. Além disso o estúdio disponibiliza aos seus alunos Avaliações físicas de 3 em 3 meses para o melhor acompanhamento e evolução. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Tendo em vista tudo o que foi falado sobres esses esportes seu histórico regras, valores, o foco aqui é o que estes agregam no momento de lazer, sendo assim nesse contexto são compreendidos como esporte participação, que é uma dimensão social do esporte. “Esta é a dimensão social do esporte referenciado com o princípio do prazer lúdico, e que tem como finalidade o bem estar social de seus participantes” (TUBINO, 2001, p. 38) Nesse sentido o que é mais importante é envolver as pessoas nas atividades com a interação nessas atividades de cunho recreativo, podendo fazer com que essas pessoas venham a ter mais assiduidade em atividades físicas, porque não é de hoje que as atividades de lazer são usadas como porta de entrada para muitos atletas onde o intuito inicial era somente o lazer porém com o passar do tempo essas pessoas se tornam praticantes adeptos. Na perspectiva de qualidade de vida escolhi o treinamento funcional, porque é um tipo de atividade ao qual seus praticantes buscam para adquirir mais qualidade de vida, para que esse treinamento ajude-as no seu dia a dia auxiliando nas execuções de suas atividades diárias, principalmente no caso de pessoas idosas, onde é

fundamental trabalhos funcionais para que elas possam se levantar e sentar com segurança, se mover com a certeza que não vai cair, daí a importância do trabalho de mobilidade, do ato de pegar um xicara ou um prato, onde o trabalho de manipulação é fundamental, porque são atividades que vão contribuir grandemente nas suas vidas e verdadeiramente irá gerar uma melhor qualidade de vida. Os benefícios desta modalidade foram mais do que provados ao longo dos últimos anos, principalmente no período de uma pandemia, como essa que estamos enfrentando, do COVID-19, onde o isolamento se faz necessário. Sendo assim o treino funcional pode contribuir muito, pelo fato que podemos realiza-lo das nossas casas. Os principais benefícios de sua prática são:

- Desenvolvimento da performance ocupacional;
- Melhora da performance desportiva;
- Aprimoramento das atividades cotidianas diárias;
- Tonificação muscular;
- Melhora da flexibilidade, coordenação motora, agilidade, equilíbrio;
- Melhora da postura;
- Condicionamento cardiorrespiratório;
- Emagrecimento;
- Treina a propriocepção, aumentando a consciência corporal;
- Aula dinâmica, o que motiva sua pratica;
- Prevenção de lesões.

**CONCLUSÕES:** Concluo esse trabalho com satisfação, onde pude me aprofundar mais nas áreas de lazer e qualidade de vida, ao qual me oportunizaram grande aprendizado, tanto ao usar os esportes de praia como ferramenta na área de lazer, como o treinamento funcional na área de qualidade de vida. Essas duas temáticas me ajudaram a alicerçar com mais firmeza e segurança os conhecimentos pertinentes a área durante todo o processo de estágio. Onde pude compreender melhor a relação das dimensões sociais do esporte e de como a relação do esporte participação de como os indivíduos são envolvidos nesse processo e de como isso é enriquecedor, para essas pessoas. Em relação ao treino funcional, o aprendizado foi imenso, principalmente no que diz respeito a relação do exercício funcional com a terceira idade. Onde é fundamental trabalhos funcionais para que elas possam se levantar e sentar com segurança, se mover com a certeza que não vai cair, daí a importância do trabalho de mobilidade, do ato de pegar um xicara ou um prato, onde o trabalho de manipulação é fundamental, porque são atividades que vão contribuir grandemente nas suas vidas e verdadeiramente irá gerar uma melhor qualidade de vida. Por tanto considero este estágio como um rito de passagem onde, me vejo no mercado de trabalho exercendo minha profissão com ética, dignidade, coerência com o que aprendi durante o curso, na construção de um pensamento com senso crítico, onde por meio dos conhecimentos adquiridos no professo de formação, posso vir a contribuir com a sociedade, ajudando-a a adquirir mais qualidade de vida, saúde, através da profissão que vou exercer. Indicar de forma objetiva as principais conclusões obtidas pelo trabalho.

## REFERÊNCIAS

- CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FREIRE, João Batista. **Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação física**. Brasília. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- KUNZ, Elenor. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. 7. ed. Rio grande do Sul: Unijuí, 2006
- MARCELINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MASI, Domenico de. **O ócio criativo: entrevista a Maria Serena Pelieri**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- RONDINELLI, Paula. "**Voleibol de Praia**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/voleibol-de-praia.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Frescobol; Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/frescobol.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões Sociais do Esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época v.11)

# **ENFERMAGEM**



## FISSURA LABIOPALATINA: AS DIFICULDADES NO ALEITAMENTO MATERNO

### AUTORAS:

Maria Clara de Medeiros Dantas  
Daphne Louise Gomes Bezerra  
Ivone Karoline Lima da Silva  
Deyla Moura Ramos

**INTRODUÇÃO:** As fissuras labiais estão dentro das malformações mais comuns entre os nascidos vivos no Brasil, apresentando uma prevalência de uma a cada mil crianças. Suas causas se dão devido a diversos fatores que incluem hereditariedade, estresse, infecções, aspectos maternos, medicamentos e irradiações. Sendo assim, considerada uma malformação congênita craniofacial devido a erros que ocorrem durante a quarta e nona semana de gestação nos processos branquiais ou faríngeos. Posto isto, ela se divide em quatro tipos: fissura pré-forame incisivo, fissura pós-forame incisivo, fissura transforame incisivo; e fissuras raras de face (CARDOSO; FREITAS, 2017). Segundo o Ministério da Saúde (2015), o aleitamento materno é a melhor forma de nutrição e conexão entre o binômio, mãe e bebê, tornando-se, assim, uma importante estratégia na defesa de infecções e para o desenvolvimento cognitivo, fisiológico e emocional da criança. Dessa maneira, é recomendado o aleitamento exclusivo até os 6 meses de vida, após esse período se faz necessário a complementação alimentar, para garantir sua nutrição ideal. Mesmo com a quantidade de casos desta malformação congênita, a amamentação não é contraindicada para os casos mais simples ou complexos, a prática de amamentar é uma contribuição positiva para recém-nascidos (RN) e lactentes com fissura de lábio e/ou palato (FLP), tendo em vista que, o ato da sucção ajuda a fortalecer a musculatura ósseo bucal, favorecendo assim de maneira harmônica o desenvolvimento facial. Entretanto, a taxa de adesão à amamentação exclusiva se encontra abaixo do recomendado nessa população (TRETTENE *et al.*, 2018). Devido a esses fatores citados acima, a orientação por parte do profissional de enfermagem se faz necessária principalmente no período do pré-natal, uma vez que o estudo de Trettene *et al.* (2018) mostra a existência da maior taxa de adesão ao aleitamento materno, nas mulheres que receberam as informações corretas acerca do assunto abordado. O objetivo do presente estudo foi observar, à luz da literatura, os desafios que essa malformação congênita traz, relacionada à adesão do aleitamento materno exclusivo. A motivação se deu a partir da importância da temática e de poucos estudos publicados sobre a fissura palatina e fenda labial. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, com abordagem qualitativa. Para tanto, foram adotadas as seguintes etapas para a constituição desta: 1) Identificação do tema e problema de pesquisa e seleção da hipótese, 2) busca na literatura, 3) categorização dos estudos, 4) avaliação dos estudos, 5) interpretação dos resultados e 6) síntese dos conhecimentos. A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE) e Base de Dados em Enfermagem (BDENF) no mês de março de 2020. A busca dos artigos

ocorreu a partir dos descritores em ciências da saúde (DeCS): Fenda labial, etiologia, aleitamento materno e enfermagem combinados com o operado booleano AND. Para a seleção dos artigos foram elencados como critérios de inclusão: artigos que estivessem disponíveis no idioma português, publicados no período entre 2015 e 2019, que abordassem o assunto acerca do tema estudado e textos completos disponíveis on-line. Foram excluídas as publicações com anos inferiores a 2015, e outros tipos de documentos como tese, recursos educacionais abertos, não convencionais, monografias, perguntas e respostas, recurso na internet e documento de projeto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em relação aos artigos publicados acerca do tema, percebe-se que a partir da pesquisa realizada na BVS com o uso dos critérios de exclusão e inclusão e a leitura dos resumos dos artigos encontrados, foram utilizados um total de 6 artigos no presente estudo. Empregando os descritores: Fenda Labial foram encontrados 74 artigos e usado 1 para composição do trabalho no ano de 2015; Aleitamento materno foram encontrados 714 e usado 1 no ano de 2015; Fenda Labial AND Etiologia foram encontrados 3 artigos e utilizado 1 no ano de 2017; Fenda Labial AND Enfermagem foram encontrados 7 artigos e utilizados 3 nos anos de 2016, 2017 e 2018. Os dados mostram que existe uma insuficiência em relação aos artigos publicados acerca do descritor Fenda Labial, já para o descritor Aleitamento Materno existe uma grande quantidade publicada. De acordo com os estudos de Freitas *et al.* (2018), a hereditariedade é um dos principais fatores para a malformação craniofacial, com sua maior prevalência no gênero masculino em comparação ao gênero oposto. Os acometidos por FLP apresentam obstáculos quanto aos mecanismos de fonação, sucção, mastigação e deglutição. Essas alterações físicas são caracterizadas como disfagia, que é um dos principais problemas encontrados nos portadores, causando dificuldades no transporte de alimento. A maior justificativa a falta de adesão das mães ao aleitamento materno exclusivo se dá devido à sucção ineficaz praticada pelos recém-nascidos, surgindo logo após o nascimento causando prejuízos como engasgos e refluxo nasal. Mediante essas adversidades foram adotados métodos de adaptação, como por exemplo, a ordenha do leite materno associado ao uso de utensílios como mamadeira e colher, sendo preferível entre as entrevistadas o uso da colher para alimentação (TRETTENE *et al.*, 2018). Corroborando com essa ideia, o autor Tovani-Palone (2015), reafirma que a maior dificuldade está presente na pega e compressão do seio materno. Com base no estudo, é explicitado que a amamentação é um processo extenso e por causa dos empecilhos associados a FLP acaba se tornando um fardo, ocasionando falta de interesse por parte da mãe ao ato de amamentar e também causando cansaço no bebê. Apesar da melhoria das informações, ainda existem desafios para a redução do desmame precoce, dificultando, desta maneira, a qualidade de vida do binômio. É de conhecimento geral que a amamentação é primordial para a criança, assim como estudos mostram que também existem benefícios para a saúde materna, ajudando na prevenção de patologias como câncer de mama e ovário e também na contração uterina durante o momento do puerpério (OLIVEIRA *et al.*, 2015). A correção da fissura labiopalatina pode ocorrer por meio de cirurgias plásticas intituladas de queiloplastia, que reconstitui a fissura labial, e a palatoplastia, que reconstruí a fissura palatina, nos primeiros meses ou anos de vida. Sendo assim, a maior preocupação dos pais consiste na adaptação da alimentação do pós-cirúrgico, onde surge a necessidade da orientação correta por meio dos profissionais, acerca das medidas e utensílios que podem ser utilizados para não prejudicar a ferida cirúrgica e garantir a continuidade do processo de cicatrização (RAZERA *et al.*, 2016). No que se refere às ações dos profissionais em relação à reabilitação dos pacientes, é imprescindível uma prática integrada do pessoal de enfermagem, juntamente com os profissionais nutricionistas, para que através da equipe multiprofissional se estabeleça assim a

restauração e a promoção da saúde. Deve ser realizada pelo profissional de enfermagem as orientações após a cirurgia, acerca do alívio da dor, prevenção a sangramento, alimentação adequada, hidratação e os cuidados do curativo (BELUCI *et al.*, 2017). **CONCLUSÕES:** Em suma, a FLP constitui uma malformação congênita de caráter hereditário de grande incidência e prevalência dentre os RN. Devido a sua característica morfológica apresenta dificuldades em vários aspectos, incluindo o procedimento de alimentação que muitas vezes se torna fragmentado por causa das complexidades apresentadas nos pacientes. Destaca-se assim, a importância da equipe multiprofissional no apoio aos familiares e cuidadores, no repasse das orientações corretas, visto que uma comunicação efetiva entre esses elos, garante uma melhor porcentagem referente a aderência e aplicação dos procedimentos e medidas dentro do dia a dia do binômio, mãe e bebê. Nesse sentido, é imprescindível que os profissionais da área da saúde que realizam o acompanhamento do pré-natal, sejam assertivos nas suas orientações acerca do tema abordado, para que assim as mães adquiram a segurança necessária para lidar com os desafios do processo de amamentação.

## REFERÊNCIAS

- BELUCI, Marli Luiz *et al.* Diagnósticos e intervenções de enfermagem em pacientes no pós-operatório de enxerto ósseo alveolar. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-5, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/19872>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_aleitamento\\_materno\\_cab23.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf).
- FREITAS, Jordana da Silva; CARDOSO, Maria Cristina de Almeida Freitas. Sintomas de disfagia em crianças com fissura labial e/ou palatina pré e pós-correção cirúrgica. **CoDAS**, v. 24, n. 4, p. 430-438, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2317-17822018000100312&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2317-17822018000100312&script=sci_arttext). Acesso em: 02 mar. 2020.
- OLIVEIRA, Carolina Sampaio *et al.* Amamentação e as intercorrências que contribuem para o desmame precoce. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, p. 16-23, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/56766>.
- PALONE, Marcos Roberto Tovani. Fissuras labiopalatinas, ganho de peso e cirurgias: leite materno versus fórmulas lácteas. **Revista de la Facultad de Medicina**, v. 63, n. 4, p. 695-698, 2015. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/revfacmed/article/view/49226>
- RAZERA, Ana Paula Ribeiro *et al.* Vídeo educativo: estratégia de treinamento para cuidadores de crianças com fissura labiopalatina. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 29, n. 4,

p. 430-438, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002016000400430&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002016000400430&script=sci_arttext&tlng=pt).

TRETTENE, Armando dos Santos *et al.* Aleitamento materno em lactentes com fissura labiopalatina. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, v. 12, n. 5, p. 1390-1396, 2018. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-980805>.





## ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM AOS PACIENTE ONCOLÓGICOS EM CUIDADOS PALIATIVOS

### AUTORAS:

Karem Cristina Alves Bezerra  
Alídia Monik Alves Vale Marques  
Izadora Nobrega da Silva  
Lavynnia Lais Pereira Mota da Silva  
Roseanny da Costa Maranhão  
Márcia Cunha da Silva Pellense

**INTRODUÇÃO:** O câncer é a segunda principal causa de morte no mundo, sendo responsável por 9,6 milhões de óbitos em 2018. Entretanto, a taxa de mortalidade pode ser reduzida em casos detectados e tratados precocemente (OPAS, 2018). Além de existirem diversas formas de tratamento, existe a opção de cuidados paliativos, que compreende a assistência de saúde prestada de forma ativa e integral a pessoa com doença grave, progressiva e que ameaça a continuidade de sua vida. Os cuidados paliativos visam promover a qualidade de vida do paciente e de seus familiares por meio da prevenção e alívio dos sintomas, visando também cuidar dos aspectos psicológicos, sociais e espirituais do paciente, ou seja, possibilitam o tratamento de forma holística (BRASIL, 2018). Essa prática do cuidado pode se revelar aos olhos de um observador desatento, quase imperceptível, porém assume um valor incalculável para aquele que o recebe. Nesse contexto, a função de cuidar é inerente aos profissionais de enfermagem. Contudo, exige preparação adequada, tanto técnica quanto psicológica. Além disso, o profissional precisa entender a morte e a vida de forma interligada, de forma ética e respeitosa àqueles que estão em processo de adoecimento (VICENSI *et al.*, 2016). O presente estudo se justifica pela importância do profissional de enfermagem frente aos cuidados paliativos em pacientes oncológicos. Dessa forma, o estudo objetiva descrever a importância e a complexidade da assistência de enfermagem aos pacientes oncológicos em cuidados paliativos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo revisão integrativa, cuja busca dos dados ocorreu no período de abril a maio de 2020, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para a seleção dos artigos foram utilizados os descritores Cuidados de Enfermagem, Oncologia e Cuidados Paliativos. O refinamento da busca ocorreu mediante a combinação com o operador booleano AND (Oncologia AND Cuidados Paliativos), resultando inicialmente em 180 artigos, sendo 100 destes da Base de Dados Brasileira de Enfermagem (BDENF), 76 da base Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), 2 do Medical Literature Analysis and Retrieval Sistema on-line (MEDLINE) e 2 do Coleção SUS. Como critérios de inclusão optou-se por trabalhos publicados entre os anos de 2015 a 2020, sendo utilizados artigos escritos em português e os textos na íntegra. Foram excluídos aqueles estudos que, após a leitura na íntegra, não atendiam ao objetivo da pesquisa. Os artigos duplicados foram contabilizados apenas uma única vez. Ao final foram selecionados 12 artigos

potencialmente relevantes para compor essa revisão integrativa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Inicialmente, Coropes *et al.* (2016) ressaltam que “o tratamento paliativo é multiprofissional e tem o objetivo de prolongar a vida e não acelerar a morte: é fundamental este entendimento da equipe”. Certamente, levando em consideração as diferentes formações dos profissionais, é preciso que esses carreguem consigo o verdadeiro significado da palavra equipe, posto que, para assistir um ser humano, é fundamental compreendê-lo em seus diferentes aspectos, não fragmentá-lo já que este é constituído por um organismo enigmático. Esses autores evidenciam ainda que os cuidados paliativos estão diretamente ligados ao processo de humanização assistencial, sendo este deficiente nos pacientes, os quais portam, além da enfermidade, sintomas e a deliberação de sua morte. O estudo desenvolvido por Mesquita *et al.* (2015) evidencia a importância dos profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros, estarem atentos ao relato do paciente, visto que a partir dele é possível obter conhecimentos suficientes sobre sua realidade e encaminhá-lo para equipe assistencial adequada. Outrossim, Monção *et al.* (2019), afirmam que o enfermeiro deve ter conhecimento para desenvolver uma conduta qualificada. Os autores apontam que aqueles profissionais que possuem experiência e especialização em oncologia estão mais preparados para ofertar uma assistência de qualidade. A literatura aponta para a existência de um déficit no conhecimento dos profissionais sobre o campo da oncologia, sendo essa complexa, exigindo domínio e atenção. Essa carência do conhecimento foi identificada desde a formação acadêmica até a aplicação prática no mercado de trabalho, e a partir daí destaca-se a importância do enfermeiro de obter um compromisso com os estudos, pois influenciará diretamente na vida daqueles sob os seus cuidados (LUZ *et al.*, 2016). Para além disso, é importante que os profissionais atentem para todos os sinais refletidos, não somente no semblante do paciente, pois cada um possui suas particularidades. Nesse aspecto, o cuidar em enfermagem deve colocar o paciente em primeiro lugar e desse modo preocupa-se com o conforto e o bem-estar deste, no intuito de oferecer a melhor assistência ao usuário (Stübe *et al.*; 2015). Pereira *et al.*, 2015, mencionam que no exercício da prática assistencial, pacientes com câncer usufruem de tratamentos farmacológicos e não farmacológicos, os quais funcionam como limítrofes mediante para a dor oncológica. Nesse sentido, apesar dos entraves existentes no sistema de saúde, é imprescindível buscar subsídios que facilitem o acesso ao tratamento desses pacientes. Outro aspecto identificado na literatura, diz respeito à vulnerabilidade psicológica que os enfermeiros que atuam nessa área possuem, tendo em vista o fato de estarem ligados diretamente a esses pacientes. Nesse sentido, Ribeiro *et al.* (2016) em seu estudo, salienta que é imprescindível que as instituições proporcionem as condições e o apoio necessário para que estes profissionais estejam preparados para atuar no ambiente hospitalar oncológico. **CONCLUSÕES:** Diante do exposto, fica evidente a complexidade da assistência de enfermagem aos pacientes oncológicos em cuidados paliativos e a necessidade de melhorar a qualificação técnica e humana desses profissionais. Nesse sentido, fica evidente que a qualidade dos serviços prestados está diretamente relacionada à formação desses profissionais. O estudo evidencia ainda a deficiência na oferta de condições de trabalho e suporte psicológico aos profissionais que atuam nesse serviço. Dessa forma, é necessário um olhar atento das instituições de saúde no cuidado tanto com a equipe quanto os pacientes envolvidos com os cuidados oncológicos.

## REFERÊNCIAS

- COROPES, Viviane Brasil *et al.* A assistência dos enfermeiros aos pacientes com câncer em fase terminal: revisão integrativa. **Rev. Enfermagem UFPE Online**, Recife, v. 10, n. 6, p. 4820-4926, dez. 2016. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mcu3mTo2JrMJ:https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/11273/12912+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 26 maio 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). **Cuidados Paliativos**. 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tratamento/cuidados-paliativos>. Acesso em: 26 maio 2020.
- LUZ, Kely Regina da; VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira; ROSA, Luciana Martins da; SCHMITT, Pablo Henrique. **Enfermeiros na atenção oncológica: conhecimento na prática do cuidado**. **Rev Enferm Ufpe On Line**, Recife, v. 10, n. 9, p. 3369-3376, set. 2016. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:elJCQIj-RLgJ:https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/11418/13204+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 26 maio 2020.
- MESQUITA, Maria Gefé da Rosa; PAES, Graciele Oroski; SILVA, Marcelle Miranda da; DUARTE, Sabrina da Costa Machado; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. Gerência do cuidado de enfermagem ao homem com câncer. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 2949-2960, jul. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750947022.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.
- MONÇÃO, Gêssica Fernanda Rodrigues; RETICENA, Kesley de Oliveira; GOMES, Maria Fernanda Pereira; CARDOSO, Estela Maris Ribeiro; FRACOLLi, Lislaine Aparecida. Situações Vivenciadas pela Equipe de Enfermagem de uma Unidade Oncológica. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [s.l.], v. 65, n. 1, p. 1-6, 3 jul. 2019. Disponível em: [http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/11/1026325/situacoes-vivenciadas-pela-equipe-de-enfermagem-de-uma-unidade\\_zyUFTru.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/11/1026325/situacoes-vivenciadas-pela-equipe-de-enfermagem-de-uma-unidade_zyUFTru.pdf). Acesso em: 26 maio 2020.
- ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Folha informativa – Câncer**. 2018. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5588:folha-informativa-cancer&Itemid=1094#:~:text=Principais%20fatos,de%20baixa%20e%20m%C3%A9dia%20renda](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5588:folha-informativa-cancer&Itemid=1094#:~:text=Principais%20fatos,de%20baixa%20e%20m%C3%A9dia%20renda). Acesso em: 26 maio 2020.
- PEREIRA, Djalisson Tayner de Souza; ANDRADE, Lidiane Lima de, AGRA, Glenda; COSTA, Marta Miriam Lopes. Condutas terapêuticas utilizadas no manejo da dor em oncologia. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 1883, 1 jan. 2015. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IIldIpBSvhcJ:www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/download/3578/pdf\\_1423+&cd=2&hl=pt-](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IIldIpBSvhcJ:www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/download/3578/pdf_1423+&cd=2&hl=pt-)

BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 26 maio 2020.

RIBEIRO, Juliane Portella; CARDOSO, Letícia Silveira; PEREIRA, Cláudia Maria Silva; SILVA, Bárbara Tarouco; BUBOLZ, Betania Kohler. Assistência de enfermagem ao paciente oncológico hospitalizado: diagnósticos e intervenções relacionadas às necessidades psicossociais e psicoespirituais. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [s.l.], v. 8, n. 4, p. 5136-5142, out. 2016. Disponível em: [http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4016/pdf\\_1](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4016/pdf_1). Acesso em: 26 maio 2020.

STÜBE, Mariléia; CRUZ, Cibele Thomé da; BENETTI, Eliane Raquel Rieth; GOMES, Joseila Sonego; STUMM, Eniva Miladi Fernandes. Percepções de enfermeiros e manejo da dor de pacientes oncológicos. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 696-703, 2015. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1033>. Acesso em: 26 maio 2020.

VICENSI, Maria do Carmo (Org.) *et al.* **Enfermagem em cuidados paliativos**. Florianópolis: Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina: Letra Editorial, 2016. Disponível em: <http://www.corensc.gov.br/wp-content/uploads/2016/11/Cuidados-Paliativos-Parte-1-Site.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.



## **O PAPEL DO ENFERMEIRO NO COMBATE ÀS PRÁTICAS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO DE PARTO: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

### **AUTORAS:**

Núbia Santos de Santana

Aline Darc Silva Santos

Noemy Eduarda Santos Oliveira

Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento

**INTRODUÇÃO:** Para Leal *et al.* (2017) e Lemos *et al.* (2018), entende-se por violência obstétrica (VO) quaisquer tipo de violência contra a mulher no período do pré-natal, parto e puerpério em que ocorrem pressões psicológicas se estendendo à dores, sofrimentos físicos e mentais que poderiam ser evitados pelos profissionais de saúde. A ocorrência da VO, no Brasil, existe e precisa ser combatida principalmente pelos profissionais de enfermagem, através de práticas que compreendam a visão holística sobre a mulher no processo da assistência, pelo qual a mesma tenha total esclarecimento dos procedimentos que serão executados. Bem como tenha o seu direito à autonomia sobre o seu corpo respeitado pelos profissionais de modo geral (LEMOS *et al.*, 2018; OMS, 2018). As condutas adotadas pelo enfermeiro e por ele delegadas a equipe de enfermagem possibilitam a sistematização da assistência, bem como a humanização do processo do trabalho de parto. Tal sistematização garante às mulheres de forma holística os cuidados necessários para a humanização e integralização do cuidado, estendendo-se ao RN e seus familiares, podendo diminuir as práticas de VO (LEAL *et al.*, 2018; BRASIL, 2011). Com isso, o trabalho teve como objetivo descrever o papel do enfermeiro no combate às práticas da violência obstétrica, e suas contribuições na humanização do trabalho de parto.

**METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, a qual tem como finalidade reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, isso ocorrendo de maneira sistematizada e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014). As estratégias de identificação e seleção dos estudos se deram através das buscas de publicações indexadas nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Essas bases de dados foram escolhidas, pois apresentaram-se relevantes para a construção e fundamentação teórica deste estudo. A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória do material bibliográfico encontrado, ao final foram selecionados um total de nove artigos para a composição do resumo.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Os resultados corroboram para que haja por parte da enfermagem boas práticas obstétricas no intuito de prevenir a ocorrência de VO. O enfermeiro exerce um importante papel no processo de humanização exercendo um olhar holístico, minimizando técnicas invasivas como as episiotomias e episiorrafias que podem levar a complicações como infecções, e que podem

75

interferir negativamente na qualidade de vida das mulheres (MOURA *et al.*, 2018; LEMOS *et al.* 2019). Um estudo realizado com enfermeiras obstétricas mostra que existe resistência por parte dos profissionais de saúde em reconhecer algumas práticas interventivas como sendo VO, e quando reconhecem trazem a justificativa que as condutas ajudam as gestantes evitando futuros maiores danos. Alguns profissionais relatam que a sobrecarga de trabalho e as péssimas condições de trabalho levam a ocorrência da assistência de forma repetitiva e incipiente sem a devida humanização e sistematização (LEAL *et al.*, 2017). O processo de humanização é amplo e envolve práticas e atitudes que exigem um conhecimento e capacitação dos profissionais de saúde de modo geral, a fim de promover trabalhos de partos, partos e nascimentos saudáveis respeitando de maneira integral os direitos a autonomia e a privacidade, permitindo assim que a mulher seja a protagonista do momento do parto e que receba a devida assistência minimamente invasiva dentro das possibilidades do seu quadro clínico (LEMOS *et al.*, 2019). A OMS reconhece e define a necessidade de que se desenvolvam mais ações para apoiar as mudanças nas condutas dos profissionais de saúde, e com isso, podemos colocar o enfermeiro com um papel importante quando falamos em combate à VO e promoção da humanização no trabalho de parto. Através de um olhar holístico e da sistematização da assistência de enfermagem, juntamente com a equipe multidisciplinar presente na instituição maternidade, pode-se padronizar práticas que ressaltam o momento do parto como fisiológico, evitando assim a medicalização do mesmo (OMS, 2018; LEMOS *et al.*, 2019). Pedroso e López (2017) observaram que práticas consideradas humanizadas podem ser listadas como: a presença do acompanhante de sua própria escolha ao lado da parturiente, o incentivo dos profissionais com afirmativas positivas, o contato imediato pele a pele da mãe com o recém-nascido e a atenção dedicada ao processo por parte dos profissionais de enfermagem. Permitir a escolha da posição à parturiente faz parte do processo das práticas de humanização do trabalho de parto e coloca a mulher como protagonista do processo, pois a posição litotômica frequentemente utilizada para expulsão fetal não é uma via facilitadora do processo fisiológico do trabalho de parto (ANDRADE *et al.*, 2016; LANSKY *et al.*, 2019). A empatia e o respeito precisam estar presentes em todos os momentos do processo da gestação e parto, e o olhar holístico da mulher como um ser biopsicossocial, que passa por diversas modificações psicológicas, físicas, espirituais, sociais, culturais, não se restringindo apenas a aspectos biológicos e fisiológicos, são condutas que mostram-se essenciais à humanização por parte do enfermeiro. E esse cuidado holístico deve se estender aos alojamentos conjuntos até o momento da alta hospitalar (PEDROSO, LOPEZ, 2017; LEMOS *et al.*, 2019). Destaca-se que o profissional enfermeiro precisa exercer suas competências com foco na essência humana, respeitando as emoções da mulher, garantindo a dignidade durante o processo de atendimento e a vinculação da cliente junto a equipe que auxiliará no trabalho de parto (MOURA *et al.*, 2018). **CONCLUSÕES:** Com base na revisão de literatura realizada, conclui-se que a medicalização do processo de parto tornou a prática desumanizada e com inúmeras experiências e relatos de violências obstétricas por parte das parturientes, e por essa razão vê-se a necessidade de mudanças nas práticas assistenciais vigentes com ênfase na humanização do processo. Podemos destacar o profissional de enfermagem como chave fundamental do processo de humanização durante a gestação até o momento do parto, cabendo a ele a adoção de práticas e condutas que tragam para o ambiente da maternidade o acolhimento necessário à mulher, seus familiares e ao neonato e a asseguarção da dignidade em todas as condutas aplicadas. O enfermeiro é um veículo de responsabilidade social para promover a humanscência, cabendo assim a ele o olhar holístico sobre a parturiente com ênfase no respeito à sua autonomia e emoções, atuando no

esclarecimento de dúvidas e na diminuição de práticas violentas no processo do trabalho de parto. Com isso espera-se que esse estudo contribua no esclarecimento de dúvidas relacionadas à temática discutida, e que possa agregar conhecimento promovendo mudanças assistenciais necessárias à humanização dos profissionais de enfermagem junto às instituições que promovem o cuidado às mulheres durante o pré-natal, parto e pós-parto.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Priscyla de Oliveira Nascimento; SILVA, Jéssica Queiros Pereira da; DINIZ, Cinthia Martins Menino; CAMINHA, Maria de Fátima Costa. Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife, Pernambuco. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infantil.** v 16, n 1, p 29-37. Recife, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bam-1056> acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS-a Rede Cegonha. **Diário Oficial da União**, Brasil, 2011. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html). Acesso em: 12 maio 2020.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20140001>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LANSKY, Sônia *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Revista Ciência & Saúde coletiva.** v. 24, n 8, p 2811-2823, 2109. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232019000802811&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232019000802811&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 03 maio 2020.

LEAL, Sarah Yasmin Pinto *et al.* Percepção de enfermeiras obstétricas acerca da violência obstétrica. **Cogitare Enferm.** v 23, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/52473> acesso em: 03 abr. 2020.

LEMOS, Tacyany Alves Batista *et al.* Humanização como forma de superação da violência obstétrica: papel do enfermeiro. **Revista Eletrônica Acervo Saúde.** v 23, 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/207/421> acesso em: 03 abr. 2020.

MOURA, Rafaela Costa de Medeiros *et al.* Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Enfermagem foco.** v 9, n 3, p 60-65, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-34210>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde.** 2014. Disponível em:

[https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO\\_RHR\\_14.23\\_por.pdf?sequence=3](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf?sequence=3). Acesso em: 14 maio 2020.

PEDROSO, Clarissa Niederauer Leote da Silva. LÓPEZ, Laura Cecilia. À margem da humanização? Experiências de parto de usuárias de uma maternidade pública de Porto Alegre-RS. **Revista de saúde coletiva**. v 27, n 4, p 1163-1184. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312017000401163&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312017000401163&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 12 abr. 2020.





## COMO A ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DOS FAMILIARES PODE REFLETIR NA ADERÊNCIA AO TRATAMENTO DOS PACIENTES COM TRANSTORNOS ESQUIZOFRÊNICOS

### AUTORES:

Raissa Lorrane da Silva Araújo  
Andressa Mônica Gomes Fernandes  
Clara Emanuele de Albuquerque  
Lindineide Aires Bezerra de Lima  
Maria Letícia da Silva Viana

**INTRODUÇÃO:** A esquizofrenia é um transtorno mental, sendo denominada uma doença crônica que provoca distorção na consciência do indivíduo, desenvolvendo-se de forma lenta ou agressiva. Acomete 1% da população, independente de cor, etnia, raça, cultura, economia, sexo. Porém, observa-se que no sexo masculino ocorre precocemente, entre 15 a 25 anos e no sexo feminino de forma mais tardia, entre 25 a 35 anos (LIMA *et al.*, 2011). De acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), a esquizofrenia pode ser classificada em, Esquizofrenia paranóide; Esquizofrenia hebefrênica; Esquizofrenia catatônica; Esquizofrenia indiferenciada; Depressão pós-esquizofrenia; Esquizofrenia residual; Esquizofrenia simples, e outras esquizofrenia. Os sinais e sintomas ativos apresentam-se como delírios, alucinações, comportamento desorganizado ou catatônico (LIMA *et al.*, 2011). A Organização Mundial de Saúde (OMS) traz como terapias medicamentosas para os esquizofrênicos os seguintes fármacos: Risperidona, Quetiapina Ziprasidona, Olanzapina, Clozapina, Clorpromazina, Haloperidol, Decanoato de haloperidol. Segundo Silva (2012), as formas de tratamento para esses pacientes sofreram alterações, em que antes a assistência era hospitalocêntrica, e atualmente o enfoque é na inserção dos pacientes na comunidade, sendo o hospital utilizado apenas como último recurso. Cardoso (2011) afirma que a internação somente é proposta, quando não houver mais alternativas para a continuidade do tratamento e manutenção dos cuidados ao paciente em âmbito extra-hospitalar. Durante o processo do transtorno, o comportamento emocional e cognitivo do indivíduo sofre alterações, fazendo com que apresentem dificuldades de relacionamento interpessoal e auto-cuidado, prejudicando sua qualidade de vida. Logo, os profissionais de saúde desempenham um papel importante na tomada de decisões para fornecer uma melhor qualidade de vida aos pacientes e seus familiares (ASSUNÇÃO, 2016). **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa com abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, em que foram adotadas as etapas para a constituição da revisão integrativa da literatura como: Identificação do tema e problema de pesquisa e seleção da hipótese, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos, interpretação dos resultados e síntese dos conhecimentos. A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS) e Base de dados de enfermagem (BDENF), no mês de março de 2020. A busca dos artigos ocorreu a partir dos

descritores em ciências da saúde (DeCS): Esquizofrenia, psiquiatria e saúde, combinados com o operador booleano AND. Inicialmente, foi encontrado um total de 3.229 artigos, em que foram elencados os seguintes critérios de inclusão: artigos que estivessem disponíveis no idioma português, publicados no período entre 2011 e 2020, que abordassem o assunto acerca do tema estudado e textos completos disponíveis on-line. Foram excluídas as publicações com anos inferiores a 2011, e outros tipos de documentos como tese, recursos educacionais abertos, não convencionais, mamografias, perguntas e respostas, recurso na internet e documento de projeto. Após os critérios de inclusão e exclusão, foram obtidos 16 artigos onde se procedeu à leitura de cada resumo com o objetivo de selecionar aqueles que melhor se enquadrassem com o objetivo proposto por esse estudo. A amostra final foi constituída de 4 artigos selecionados para compor a revisão. E no Google Acadêmico na base de dados eletrônico: Scientific Electronic Library Online – SciELO, no mês de março de 2020. A busca dos artigos ocorreu a partir dos descritores em ciências da saúde (DeCS): Esquizofrenia, psiquiatria e saúde. Onde foram elencados os seguintes critérios de inclusão: artigos que estivessem completos e disponíveis online, publicados no período entre 2011 e 2020 e que abordassem o assunto acerca do tema estudado. Foram excluídas as publicações com anos inferiores a 2011 e outros documentos que não fossem artigos. Após os critérios de inclusão e exclusão, a amostra final foi constituída de 3 artigos selecionados para compor a revisão. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Com base na observação dos artigos selecionados, percebe-se que em relação aos anos de publicação quatro foram publicados em 2011, um em 2012, um em 2013 e um em 2016 relacionados ao estudo. Segundo Loch *et al.* (2011), o preconceito e informações tendenciosas destinadas aos pacientes com esquizofrenia podem contribuir para um pior prognóstico, dificultando assim sua inclusão social, com isso, espera-se que os profissionais de saúde mental tenham maior qualificação para cuidar dos pacientes com distúrbios. Tornando-se hábeis, a desenvolverem atitudes menos preconceituosas para com esses pacientes. A equipe de enfermagem desempenha um papel importante na assistência ao paciente esquizofrênico, diminuindo os impactos causados pela doença por meio da comunicação permanente com os usuários e familiares. Nesse viés, os familiares também carregam um acúmulo emocional devido às modificações comportamentais dos pacientes. Deste modo, a equipe deve desempenhar um papel de orientador e facilitador para melhor entendimento das mudanças causadas por esses transtornos, contribuindo assim, para promoção da saúde. Os centros de Atenção Psicossocial (CAPS) possibilitam que os usuários tenham maior contato com a comunidade, o que facilita a sua inclusão social (ASSUNÇÃO, 2016). Entretanto, Silva (2012) afirmam que após o modelo hospitalocêntrico ter sofrido alterações para o modelo com base comunitária, aproximadamente 50% dos pacientes apresentaram dificuldades na aderência do tratamento, ocasionando a piora do prognóstico, risco de suicídio e reinternações. Apesar disso, Cardoso (2011), aborda que o âmbito hospitalar cuida e protege o paciente, porém, limita a sua autonomia, podendo interferir nos seus direitos de cidadão. A batalha pelos direitos dos cidadãos com transtornos mentais deu início com o projeto de lei 3.657/89, que observou a necessidade de uma reforma na assistência psiquiátrica, resultando na lei 10.216 de 2011, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, incluindo o acesso aos melhores recursos disponíveis nas redes de serviços. Segundo Lima *et al.* (2011), anteriormente à vigência da lei 10.216 de 2011, os indivíduos manifestavam incapacidade de se relacionarem em meio a sociedade, atualmente, as políticas de saúde mental trabalham de forma a reintegrar esses membros na sociedade. Contudo, observa-se que os familiares ainda têm resistência em aceitar os membros

com esquizofrenia e acabam abandonando em instituições reclusivas, fazendo com que eles percam todo o vínculo social e familiar, e conseqüentemente transferindo toda responsabilidade do cuidar, aos profissionais de saúde. O autor Jorge *et al.* (2011), confirma que o acolhimento e elo dos profissionais de saúdes para com os pacientes são primordiais no seguimento do tratamento e envolvimento terapêutico, a construção da autonomia e o comprometimento são estabelecida de forma harmoniosa, dificultando intercorrências no dia a dia e facilitando a melhor aderência das estratégias voltadas para reabilitação e à recuperação dos pacientes. A assistência e a colaboração entre profissionais de saúde e os familiares direciona-se para um conhecimento mútuo, aprimorando e melhorando o entendimento sobre os transtornos mentais, além de contribuir com a ciência, facilitando a criação de guias que servem de direcionamentos tanto padrão quanto flexíveis e maleáveis em casos específicos. Dessa forma, as medidas e condutas se tornam mais efetivas para o enfrentamento de um problema complexo como a esquizofrenia (CENTENO, 2013). **CONCLUSÃO:** O presente estudo buscou mostrar que a quebra de estigmas, é um caminho a ser trilhado para uma assistência mais qualificada aos pacientes com transtornos mentais. A interação entre equipe de enfermagem, familiares e pacientes possibilita a construção de saberes, criação de vínculo, respeito recíproco e o comprometimento pactuado entre todos os indivíduos, fazendo com que se diminuam os preconceitos para com os pacientes esquizofrênicos, melhorando assim, a aderência correta ao tratamento terapêutico e a reabilitação no meio social. Com isso, se faz necessário estimular o conhecimento e informações para que o acolhimento e os cuidados aos usuários de saúde mental sejam de forma integral e eficaz.

## REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, C. F. D. et al. A enfermagem e o relacionamento com os cuidadores dos portadores de esquizofrenia. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**. v.1, n.6, p.2034-2051 jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/download/709/1011>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- CARDOSO, L.; GALERA, S. A. F. Internação psiquiátrica e a manutenção do tratamento extra-hospitalar. **Rev. Esc. enferm. USP São Paulo** v.45, n.1, Mar. de 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S008062342011000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342011000100012) acesso em: 18 mar. de 2020.
- CENTENO, R,M et al. Complexidade e esquizofrenia. **Revista brasileira de psicoterapia**. v.15, n.1 p.59-71, 2013. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/publisher.gn1.com.br/rbp.celg.org.br/pdf/v15n1a07.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- JORGE, M. S. B. *et al.* Promoção da Saúde Mental - Tecnologias do Cuidado: vínculo, acolhimento, co-responsabilização e autonomia. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.16, n.7, Jul. 2011. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232011000800005&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232011000800005&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 19 mar. 2020.

LIMA, I. C. S. *et al.* Relação do cuidador e da sociedade com a pessoa com esquizofrenia. **Rev. pesq.:** cuid. fundam. Online. p.84-91, dez. 2011. Disponível em:[http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1944/pdf\\_528](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1944/pdf_528). Acesso em: 19 mar. 2020.

LOCH, A. A., *et al.* O estigma atribuído pelos psiquiatras aos indivíduos com esquizofrenia. **Rev. psiquiatr. clínico** São Paulo v.38, n.5, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832011000500001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832011000500001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 19 mar. 2020.

SILVA, T. F. C. et al. Adesão ao tratamento medicamentoso em pacientes do espectro esquizofrênico: uma revisão sistemática da literatura. **J. bras. psiquiatr.** Rio de Janeiro, v.61, n.4, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852012000400008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852012000400008&script=sci_arttext). Acesso em: 18 mar. 2020.



## **A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PARA A SEGURANÇA DO PACIENTE NAS UNIDADES DE ALOJAMENTO CONJUNTO**

### **AUTORES:**

Raissa Lorrane da Silva Araújo  
Andressa Monica Gomes Fernandes  
Clara Emanuele de Albuquerque  
Ana Beatriz de Barros

**INTRODUÇÃO:** De acordo com o Ministério da Saúde (MS), o alojamento conjunto (AC) é um sistema hospitalar onde o recém-nascido sadio é enviado logo após o nascimento para ficar ao lado da mãe 24 horas por dia, até receber alta hospitalar. (BRASIL, 2016). Atualmente a mortalidade de neonatos corresponde a cerca de 60-70% do total das mortes infantis, sendo reconhecido como um problema de saúde pública relevante, além de ser um indicador da qualidade assistencial prestada. Um dos pontos para a diminuição da mortalidade neonatal é a assistência prestada ao RN, independente de em qual unidade hospitalar ele esteja. Diante disso, manifesta-se a importância da assistência de enfermagem destinada aos recém-nascidos no AC, pois seu déficit pode provocar situações não satisfatórias, sendo necessária a transferência do RN para uma unidade do complexo neonatal. (DUFLE et al., 2015). As mães que apresentam ausência de patologia que impossibilite ou contraindique o contato com o recém-nascido, e os RN com boa vitalidade, capacidade de sucção do leite materno, controle térmico, como também, nasceram pesando mais de 2 quilos, com mais de 35 semanas de gestação e índice de APGAR maior que 6 no 5º minuto, estão aptos a permanecerem juntos no AC. Esse sistema de alojamento conjunto oferece cuidados assistenciais como também, orientações para as mães sobre a sua própria saúde e a de seus filhos. (BRASIL, 1993). No ano de 1993, foi aprovado pela portaria nº 1.016 a intenção de criar Normas Básicas do Sistema de Alojamento Conjunto em todos os hospitais materno-infantis do território nacional, com o intuito de que os profissionais de saúde, especialmente de enfermagem forneçam informações e orientações sobre os cuidados aos recém-nascidos e sobre o autocuidado, incentivar o aleitamento materno, favorecendo o vínculo entre mãe e filho, além de tentar contribuir para a redução dos riscos de infecção hospitalar e possíveis complicações a mãe e ao filho (STREFLING *et al.*, 2017). Considerando a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. O Sistema de Alojamento Conjunto (SAC) é um ambiente de fundamental importância, onde o enfermeiro cuida e dá continuidade às ações que foram iniciadas no pré-natal, promovendo uma assistência adequada garantindo a segurança à puérpera e ao recém-nascido (RN) nos cuidados pós-parto. (FIGUEIREDO *et al.*, 2015). Diante do exposto, é possível observar que a assistência de enfermagem no cuidado à mulher e ao seu filho no alojamento conjunto é fundamental, pois a equipe pode orientar e incentivar a mãe sobre os cuidados necessários a si mesma e ao bebê, como também pode contribuir para evitar e reduzir os riscos de

intercorrências e infecções puerperais. (STREFLING *et al.*, 2017). O estudo tem como objetivo descrever a importância da assistência de enfermagem para a segurança do paciente nas unidades de alojamento conjunto, evidenciando as ações de enfermagem que contribuem para a redução de risco aos recém-nascidos e às puérperas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa com abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, em que foram adotadas as etapas para a constituição da revisão integrativa da literatura como: Identificação do tema e problema de pesquisa e seleção da hipótese, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos, interpretação dos resultados e síntese dos conhecimentos. A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS) e Base de dados de enfermagem (BDENF), no mês de maio de 2020. A busca dos artigos ocorreu a partir dos descritores em ciências da saúde (DeCS): Alojamento conjunto e enfermagem, combinados com o operador booleano AND. Inicialmente foi encontrado um total de 108 estudos, em que foram elencados os seguintes critérios de inclusão: artigos que estivessem disponíveis no idioma português, publicados no período entre 2015 e 2020, que abordassem o assunto acerca do tema estudado e textos completos disponíveis on-line. Foram excluídas as publicações com anos inferiores a 2015, e outros tipos de documentos como tese, recursos educacionais abertos, não convencionais, monografias, perguntas e respostas, recurso na internet e documento de projeto. Após os critérios de inclusão e exclusão, foram obtidos 22 artigos onde se procedeu à leitura de cada resumo com o objetivo de selecionar aqueles que melhor se enquadrassem com o objetivo proposto por esse estudo. A amostra final foi constituída de 5 artigos selecionados para compor a revisão. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Com base na observação dos artigos selecionados, percebe-se que em relação aos anos de publicação dois artigos foram publicados em 2015, dois em 2016 e um em 2017, sobre a assistência de enfermagem e a segurança do paciente no alojamento conjunto. A portaria nº 2.068, de 21 de outubro de 2016, institui diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada à mulher e ao recém-nascido no alojamento conjunto. Trazendo em seu Artigo 3º A manutenção da mulher e do recém-nascido em Alojamento Conjunto apresentando a seguinte vantagem: Inciso VI - diminui o risco de infecção relacionada à assistência em serviços de saúde. O Manual de Rotinas de Enfermagem do Alojamento Conjunto (2016) menciona que a limpeza e higienização nos hospitais é de fundamental importância para controlar e diminuir as infecções hospitalares. Os profissionais de saúde do AC com ênfase na enfermagem devem ficar atentos a um conjunto de fatores e devem seguir os manuais e protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Pois, manter a segurança da mãe e do RN quanto à prevenção de quedas e de outros riscos, tem sido um foco crescente e com destaque, devido a crescente ocorrência desses acidentes no período de pós-parto imediato. (TORINO *et al.*, 2016). Os hospitais estão cada vez mais se esforçando quanto à prevenção de quedas de pacientes, bem como de recém-nascidos. O protocolo de prevenção de quedas tem como propósito reduzir as ocorrências de queda de pacientes durante a prestação de assistência, em que devem ser realizadas medidas que disponham o cuidado da equipe multiprofissional em um ambiente seguro, promovendo a educação tanto dos pacientes quanto dos profissionais de e familiares. Sendo essas, medidas que contemplam a avaliação de risco dos pacientes. Porém, esse protocolo apresenta superficialmente as quedas em unidades de pediatria, o foco é em quedas de adultos. (TORINO *et al.*, 2016). A implementação do alojamento conjunto em todo território Nacional, conforme preconiza a portaria MS/GM Nº 1016/93, contribui para que os profissionais de enfermagem por meio das práticas educativas, orientem e auxiliem as mães sobre os cuidados

de saúde para com elas e o RN, o que mostra ser uma iniciativa favorável para encorajar o autocuidado, fortalecer o vínculo mãe e filho, além de poder evitar/ controlar as infecções a mãe e a seu filho. (STREFLING *et al.*, 2017). Dentre as atribuições da enfermagem no cuidado à mãe e ao seu filho no alojamento conjunto, estudos referem ações para evitar, controlar e reduzir as infecções puerperais. Entretanto, os estudos também apontam que a equipe de enfermagem encontra dificuldades constantemente, para o cumprimento de suas devidas atribuições em relação ao processo educacional e técnico durante a assistência à mãe/filho. As dificuldades apontadas são a falta de tempo disponível para realização das atividades duplas, as condições de trabalho limitantes, o número reduzido de funcionários, as instalações físicas inadequadas e a falta de materiais disponíveis. (STREFLING *et al.*, 2017). O puerpério é um período que ocorrem muitas mudanças psicológicas e biológicas para as mães, onde a mulher vivencia os primeiros passos da maternidade, a amamentação, o banho e cuidado com o seu filho, bem como a necessidade de seu próprio autocuidado. É comum que as mães se sintam inseguras e vulneráveis durante esse período, ou seja, necessitam dos cuidados de enfermagem. Visto isso, a equipe de enfermagem deve desenvolver ações de cuidados para a puérpera e RN, e educação em saúde através do incentivo à amamentação, aos cuidados com o RN, orientar quanto a dúvidas e consultas de crescimento e desenvolvimento, vacinação e planejamento familiar, além de apoiar a puérpera e o recém-nascido. (MERCADO *et al.*, 2017). O momento de admissão da puérpera e do RN no alojamento conjunto é muito importante para a equipe de enfermagem, pois é o momento de acolher e conhecer os históricos e evolução. Com base no levantamento dessas informações, os profissionais podem planejar uma assistência adequada e eficaz para a mãe e o bebê, levando em consideração as necessidades de ambos e podendo se precaver e organizar ações para possíveis intercorrências caso venha acontecer. (DUFLE *et al.*, 2015). O recém-nascido requer uma atenção maior e os cuidados incluem atenção com o coto umbilical, banho e higiene íntima, amamentação adequada, entre outros; dito isso, é fundamental a compreensão das puérperas com relação aos cuidados com o RN. Dessa forma, é preciso que os profissionais de enfermagem de modo geral, mas principalmente no alojamento conjunto, exerçam o papel de educador, e promova orientações e incentive a prática saudável e desestimule as práticas inadequadas. (MERCADO *et al.*, 2017). De acordo com a Legislação Federal nº 11.108 de 07 de abril de 2005, é direito da mulher escolher um acompanhante para estar ao seu lado em todo o processo gravídico-puerperal; diante disso, observa-se que o escolhido geralmente traz alguns conhecimentos sobre os cuidados que devem ser prestados a mãe e ao RN, o que fazem ter um papel fundamental, pois os acompanhantes do alojamento conjunto, por muitas vezes assumem os cuidados principalmente com os RN. Com isso, torna-se necessário que os profissionais de enfermagem forneçam orientações, apoio e uma comunicação efetiva com os acompanhantes, o que poderia trazer mais segurança e reduziria possíveis complicações à mãe e ao bebê. (DUFLE *et al.*, 2015). As mulheres têm autonomia e escolha livre de promover seu autocuidado, grande parte das puérperas demonstram ter conhecimento sobre boas práticas e a forma correta de realizar seu autocuidado, porém a equipe de enfermagem do AC exerce um papel fundamental que é orientando, incentivando e monitorando de forma intensificada para que essas ações sejam realizadas de forma adequada, o que pode reduzir os riscos de doenças relacionada a falta do autocuidado. (FIGUEIREDO, *et al.*, 2015). Os cuidados de enfermagem no AC devem ser de forma efetiva e integral, sendo necessário planejar as práticas de forma sistematizada e científica, considerando a particularidade de cada mulher e de seu RN. As ações sendo efetuadas de forma organizada e individualizadas contribui para a compreensão das necessidades de cada puérpera, facilitando

diagnosticar de forma precoce possíveis problemas, como infecções, dificuldades de amamentar, entre outros, o que também ajudar a elaborar um plano de intervenções que favorece na recuperação das intercorrências. (STREFLING *et al.*, 2017). **CONCLUSÃO:** O presente estudo buscou expor a importância da assistência de enfermagem para a segurança do binômio mãe-filho no alojamento conjunto, onde estão susceptíveis a riscos, principalmente possíveis infecções puerperais e neonatais. Em decorrência de poucos estudos encontrados relacionados ao tema, sugere-se que sejam realizados novos trabalhos, a fim de auxiliar na melhor compreensão sobre o tema e na implementação do Processo de Enfermagem na assistência em unidades de alojamento conjunto. Desta forma, faz-se necessário estimular o conhecimento, bem como disseminar informações sobre a segurança do paciente nas unidades de alojamento conjunto, e a importância de seguir os protocolos. Assim, economizando recursos e salvando vidas, prevenindo possíveis danos de forma integral e eficaz.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 abr. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm). Acesso em: maio 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.016, de 26 de agosto de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 1993. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prt1016\\_26\\_08\\_1993.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prt1016_26_08_1993.html). Acesso em: maio 2020.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.068, de 21 de outubro de 2016. Institui diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada à mulher e ao recém-nascido no Alojamento Conjunto. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 set. 1993. Seção 1, p. 13066. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt2068\\_21\\_10\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt2068_21_10_2016.html). Acesso em: maio 2020.

DULFE, P. A. M. et al. O cuidado de enfermagem na admissão e permanência do recém-nascido no alojamento conjunto na transferência intrahospitalar. **Revista de pesquisa cuidado é fundamental (online)**. Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 2287-2297, abr./jun. 2015. Disponível em: [http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3552/pdf\\_1535](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3552/pdf_1535). Acesso em: maio 2020.

FIGUEIREDO, M. S. et al. Grau de satisfação de puérperas quanto à qualidade da assistência no Alojamento Conjunto de uma Maternidade Pública. **Revista de pesquisa cuidado é fundamental (online)**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 2697-2706, jul./set. 2015. Disponível em:



[http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3719/pdf\\_1607](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3719/pdf_1607). Acesso em: maio 2020.

MERCADO, N. C. et al. Cuidados e orientações de enfermagem às puérperas no alojamento conjunto. **Revista de enfermagem UFPE (online)**. Recife, v. 11, n. 9, p. 3508-3515, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234480/27670>. Acesso em: maio 2020.

STREFLING, I.S.S. et al. Percepções de puérperas sobre o cuidado de enfermagem no alojamento conjunto. **Rev Fund Care Online**. v. 9, n. 2, p. 333-339, abr./jun. 2017. Disponível em: [http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4469/pdf\\_1](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4469/pdf_1). Acesso em: maio 2020.

TORINO, V. V. et al. Queda de recém-nascido internado em alojamento conjunto. **Cogitare Enferm**. São Paulo, v. 21, n. 4, p. 01-08, out./dez. 2016. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/12/827278/45852-190897-1-pb.pdf>. Acesso em: maio 2020.



## A EQUIPE DE ENFERMAGEM NO CENTRO CIRÚRGICO

### **AUTORAS:**

Clara Emanuele de Albuquerque

Ana Beatriz de Barros

Andressa Monica Gomes Fernandes

Raissa Lorrane da Silva Araújo

**INTRODUÇÃO:** O Centro Cirúrgico (CC) é um setor hospitalar onde são realizados procedimentos tanto em caráter eletivo quanto emergencial. Esse ambiente executa intervenções invasivas e de recursos materiais com alta precisão e eficácia, onde necessariamente os profissionais devem ser habilitados para atender diferentes necessidades do usuário frente à elevada densidade tecnológica e à variedade de situações que lhe conferem uma dinâmica peculiar de assistência em saúde (MARTINS; AGNOL, 2016). Dentre os inúmeros espaços de atuação da equipe de enfermagem, destaca-se o CC, que se caracteriza em uma unidade complexa e singular, de acesso restrito, com normas e rotinas particulares, recursos humanos especializados, equipamentos e materiais específicos, para a execução de intervenções diagnósticas e terapêuticas invasivas, por vezes, complexas (MILOSKI, *et al.*, 2020). A Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização (SOBECC) informa que o enfermeiro está na categoria de profissional que possui habilitação para realizar o gerenciamento das necessidades que envolvem o ato anestésico-cirúrgico em todas suas etapas (SOBRAL, *et al.*, 2019). A equipe de enfermagem é integralmente envolvida na assistência perioperatória, participa da atenção à equipe cirúrgica, tendo o dever e responsabilidade de promover um ambiente com qualidade e segurança. Desse modo, é necessário o conhecimento e percepção da cultura de segurança entre profissionais de enfermagem que atuam em CC (BOHOMOL; MELO, 2019). O trabalho da enfermagem consiste em quatro processos: cuidar/assistir, administrar/gerenciar, ensinar/educar e investigar/pesquisar. Sendo responsabilidade do enfermeiro do centro cirúrgico proporcionar estrutura física, recursos humanos e materiais para que o ato anestésico-cirúrgico se realize em condições ideais, visando assistência integral, o ensino e a pesquisa (OLIVEIRA, 2004). O enfermeiro que atua na administração e também desempenha assistência ao paciente, levando em consideração que agendar cirurgias, prover materiais, supervisionar profissionais é uma assistência indireta de fundamental importância para que todo o procedimento ocorra conforme o esperado (SOBRAL *et al.*, 2019). O enfermeiro deve, cada vez mais, assumir função de líder e coordenador do ambiente, uma vez que é de sua competência prever, prover, implementar, avaliar e controlar os recursos humanos e, também, os materiais (SIQUEIRA; SCHUH, 2017). **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa, do tipo revisão bibliográfica, em que foram adotadas as etapas para a constituição

da revisão integrativa da literatura como: Identificação do tema e problema de pesquisa e seleção da hipótese, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos, interpretação dos resultados e síntese dos conhecimentos. A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS), Base de dados de enfermagem (BDENF) e Medical Literature Online (MEDLINE), no mês de setembro de 2020. A busca dos artigos ocorreu a partir dos descritores em ciências da saúde (DeCS): Enfermagem, centro cirúrgico, Enfermagem no Centro Cirúrgico, combinadas com o operador booleano AND. Inicialmente foi encontrado um total de 2166 artigos. Onde foram elencados os seguintes critérios de inclusão: artigos que estivessem disponíveis no idioma português, publicados no período entre 2004 e 2020, que abordassem o assunto acerca do tema estudado e textos completos disponíveis on-line. Foram excluídas as publicações com anos inferiores a 2004, e outros tipos de documentos como, recursos educacionais abertos, não convencionais, monografias, perguntas e respostas e documentos de projeto. Após os critérios de inclusão e exclusão, foram obtidos 339 artigos onde se procedeu à leitura de cada resumo com o objetivo de selecionar aqueles que melhor se enquadrassem com o objetivo proposto por esse estudo. A amostra final foi constituída de 7 artigos selecionados para compor a revisão. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Com base na observação dos artigos selecionados sobre o tema, percebe-se que em 2004 foi publicado um dos sete artigos utilizados, um em 2016, um em 2017, três em 2019 e um em 2020. Indicando assim, que o tema a equipe de enfermagem no centro cirúrgico, está sendo mais estudado nos últimos anos. De acordo com Martins e Agnol (2016), O CC é apontado como um cenário de alto risco, onde os processos de trabalho consistem em práticas complexas, interdisciplinares, que necessitam da atuação individual e da equipe em condições ambientais dominadas por pressão e estresse. Siqueira e Schuh (2017), abordam que o profissional enfermeiro se encontra a frente a unidade de CC e é peça fundamental para que a equipe realize um bom trabalho, tornando-se líder e coordenador das atividades, atuando tanto na coordenação quanto na fiscalização e sendo responsável pelo bom andamento da unidade. Suas atividades consistem em um conjunto de etapas sistematizadas e interrelacionadas de ações de cuidado ao paciente que lá é atendido, suprindo suas necessidades no período pré, trans e pós-operatório, visando sempre o cuidado de forma global. Sob o mesmo ponto de vista, Sobral, et al. (2019) reconhecem que se tratando do desenvolvimento de atividades relacionadas ao período perioperatório, o enfermeiro atua nas três fases: pré, intra e pós-operatório. Embora todas sejam importantes devido às suas particularidades, a fase pré-operatória ainda deve ser destacada, visto que é o momento de maior vulnerabilidade para o paciente. Essa tem como intuito garantir que se entenda o tratamento anestésico cirúrgico, além de promover os materiais e recursos humanos para ação anestésica cirúrgica e minimizar os riscos decorrentes do uso de equipamentos e da ambiência do Centro Cirúrgico, através da utilização da Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória. Oliveira (2004) tem em vista que é função da equipe de enfermagem perioperatória gerenciar a unidade com responsabilidade e competência, estabelecer condutas éticas a toda a equipe do centro cirúrgico, manter um ambiente seguro e educar o paciente a respeito de sua doença, tratamento, promoção a saúde e autocuidado, assim promover o cuidado ao paciente cirúrgico com qualidade. Siqueira e Schuh (2017) afirmam que uma das principais atividades do enfermeiro é a implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória (SAEP), pois é o profissional capacitado e habilitado para coletar e organizar dados sobre o paciente, estabelecer o diagnóstico de enfermagem, desenvolver e implementar um plano de cuidados e, também, avaliar os cuidados

em termos de resultados alcançados pelo paciente. O enfermeiro também desempenha assistência ao paciente, atuando na administração dos recursos humanos e materiais. Como o agendamento de cirurgias, a supervisão dos profissionais da equipe de enfermagem, a provisão de materiais, entre outros, sendo esta assistência indireta, fundamental para que o procedimento anestésico-cirúrgico ocorra de modo correto e seguro. Segundo Salimena; Thorferhn; Amorim; Peixoto; Oliveira; e Paiva (2019), o enfermeiro sempre foi e será responsável por gerenciar a unidade com competência técnica e administrativa, além de manter o ambiente seguro e estabelecer condutas éticas para toda equipe, educando-os. Sua principal característica é o contato com o outro, tanto no papel de cuidado quanto no de liderança Siqueira e Schuh (2017), também trazem que durante a rotina de um centro cirúrgico o enfermeiro está mais centrado nos aspectos de gerenciamento e administração do setor, para garantir o funcionamento das cirurgias, entretanto, em sua função deve realizar a administração das questões burocráticas que lhe são atribuídas e aquelas inerentes ao processo de cuidados ao paciente. O papel assistencial tem uma significativa importância, uma vez que é competência do enfermeiro a assistência ao paciente e à família, sendo que a comunicação entre todos os indivíduos envolvidos é fundamental para a continuidade do cuidado. Para Bohomol e Melo, (2019), quanto maior a compreensão da equipe assistencial sobre os valores e as normas que regem a instituição e quanto mais os processos e sistemas estiverem adequados, mais seguro será o cuidado. Reforçando esse entendimento, uma das premissas para a implantação do Programa Nacional de segurança do paciente trata da importância de promover a cultura de segurança com foco no aprimoramento organizacional, no envolvimento dos profissionais e pacientes, na promoção de sistemas seguros e em mudanças nos processos de responsabilização individual. **CONCLUSÃO:** Diante do Exposto, é explícito que a Enfermagem é Fundamental em todos os setores assistenciais, porém por ser detentor do conhecimento e habilidades, sua contribuição no Ambiente cirúrgico é primordial, por coordenar de maneira sistematizada, o processo cirúrgico, vem apresentando resultados positivos em toda sua complexidade, através de responsabilidade e compromisso com sua equipe e cliente, oferecendo um ambiente seguro e tranquilo, livre de intercorrências relacionado a assistência e processo de enfermagem.

## REFERÊNCIAS

- BOHOMOL, Elena; MELO, Eliana Ferreira de. Cultura de segurança do paciente em centro cirúrgico: percepção da equipe de enfermagem, **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 132-138, jul./set. 2019. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/491/pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- MARTINS, Fabiana Zerbieri; DALL'AGNOL, Clarice Maria. Centro cirúrgico: desafios e estratégias do enfermeiro nas atividades gerenciais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 4, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/56945/40368>. Acesso em: 10 set. 2020.
- MILOSKY, J. P. et al. Gerenciamento de novas tecnologias em centro cirúrgico pelas

enfermeiras nos hospitais de feira de santana – BA. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília (DF), v. 57, n. 3, p. 292-297, maio/jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v57n3/a07v57n3.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

SALIMENA, A. M. O. et al. Equipe de enfermagem no centro cirúrgico: estudo fenomenológico das relações interpessoais. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 22, n. 253, p. 2937-2942, jun. 2019. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/revistas/253/pg45.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

SIQUEIRA, Natana; SCHUH, Laísa. **As atribuições do enfermeiro no centro cirúrgico**. Universidade Luterana do Brasil, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.ulbracds.com.br/index.php/sieduca/article/view/298/91>. Acesso em: 10 set. 2020.

SILVA, M.V.G. Representações sociais da autonomia profissional do enfermeiro no centro cirúrgico. **Revista Cuidarte**, Colômbia, v. 11, n. 1, fev. 2020. Disponível em: <https://revistacuidarte.udes.edu.co/index.php/cuidarte/article/view/849/1442>. Acesso em: 10 set. 2020.

SOBRAL, Gláuciany Amorim Santos et al. Atribuições do enfermeiro no centro cirúrgico. **Enfermagem Brasil**, v. 18, n. 4, p. 603-609, ago. 2019. Disponível em: <https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/3117/html>. Acesso em: 10 set. 2020.



## PREPARO DA PELE DO PACIENTE CIRÚRGICO

### AUTORES:

Ructhe Karoline Nascimento dos Santos

Andressa Mônica Gomes Fernandes

Anataly de Souza Silva

Huadyson Ricellyo Silva

Isabella Ribeiro Rodrigues

**INTRODUÇÃO:** A Infecção Hospitalar é um evento adverso comum na realidade brasileira caracterizada pelo processo infeccioso proveniente de microrganismos presentes no ambiente hospitalar (MEDEIROS; CARVALHO, 2016), embora também possa ocorrer em ambientes de domicílio – caso o paciente receba tratamento Home Care – tendo em vista que o principal meio de contaminação se dá mediante cuidados prestados a saúde sem as devidas medidas de prevenção. As cirurgias são responsáveis por 70% dos casos de Infecções Hospitalares (MEDEIROS; CARVALHO, 2016), podem ser classificadas de acordo com o potencial de contaminação da incisão e deve ser feita no final da intervenção cirúrgica, pelo cirurgião, podendo ser definidas como: Cirurgia Limpa são realizadas em tecidos estéreis e de fácil descontaminação, Cirurgia Potencialmente Contaminada são realizadas em tecidos pouco colonizados e de difícil descontaminação, Cirurgia Contaminada são realizadas em tecidos já abertos ou traumatizados, recentemente, abundantemente colonizados com difícil ou impossível descontaminação e Cirurgia Infectada são realizadas em tecidos com processo infeccioso, secreção purulenta/necrose (BRASIL, 1998). Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo, descrever sobre a importância do preparo correto da pele do paciente, a fim de se evitar posteriores infecções e orientar sobre as medidas preventivas visando a realização de uma cirurgia segura. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa. "A revisão integrativa inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos" (MENDES, 2008). A revisão integrativa compreende cinco etapas: 1) estabelecimento do problema, ou seja, definições do tema da revisão em forma de questão ou hipótese primária; 2) seleção da amostra (após definição dos critérios de inclusão); 3) caracterização dos estudos (definem-se as características ou informações a serem coletadas dos estudos, por meio de critérios claros, norteados por instrumento); 4) análise dos resultados (identificando similaridades e conflitos); e 5) apresentação e discussão dos achados.

O objeto de estudo foi adquirir mais conhecimentos sobre o preparo da pele do paciente, para o levantamento dos dados realizou-se uma busca no período entre setembro de 2020, através da Biblioteca virtual em saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-

Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Eletronic Library Online (SCIELO). Onde foram escolhidos cinco artigos. Para a consulta utilizou os seguintes Descritores em ciências da saúde (DeCS): prevenção de infecção, preparo da pele, enfermagem, combinados entre si com o operador booleano AND. Aos critérios de inclusão adotaram-se: os artigos completos em português, disponíveis nos últimos 10 anos e que estivessem de acordo com a temática proposta. Tomou-se cuidado em excluir os artigos em inglês, estudos incompletos, cartas ao editor e os artigos duplicados foram contabilizados apenas uma vez. Após a coleta foi realizada uma leitura crítica e discussões sobre os artigos selecionados e a interpretação foi feita respeitando o rigor e os devidos aspectos. Para melhor compreensão, os dados coletados vão para análise, considerando opiniões expressas e de consenso. Nesta revisão, foram levadas em consideração as categorias do preparo da pele para que haja assim uma integralidade melhor no cuidado. **DESENVOLVIMENTO:** As fontes de micro-organismos causadores de Infecção do Centro Cirúrgico (ISC) são variadas e nem sempre é possível identificar a origem. A principal fonte é a inoculação direta da microbiota do próprio paciente, principalmente a da pele e a do sítio manipulado (RODRIGUES; SIMÕES, 2013). Sabe-se que a profilaxia deste evento se baseia na degermação das mãos e antebraços, na esterilização de materiais e no preparo da pele do paciente, incluindo a higienização com substâncias antissépticas degermantes e a antisepsia com soluções em veículo alcoólico. O correto preparo da pele no pré-operatório tem impacto positivo sobre as taxas de ISC e pode eliminar alguns dos custos adicionais associados com este evento, muitas vezes, evitável. É de conhecimento que pacientes internados por muito tempo no pré-operatório, tem a incidência de um risco maior de colonizar microbiota hospitalar, aumentando as taxas de infecção (RODRIGUES; SIMÕES, 2013). O pré-operatório da pele do paciente tem a finalidade de remover sujidades, remover a microbiota transitória e aquela permanente, além de propiciar um efeito residual, no sentido de inibir a rápida proliferação bacteriana durante a cirurgia. As recomendações para a realização desse procedimento têm obtido algum consenso. Suas etapas consistem de higiene do local cirúrgico e adjacentes, remoção de pelos, quando necessário, e antisepsia. (AGNOLON, 2009). De acordo com o manual de controle de infecção do sítio cirúrgico da Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar (APECIH) preconizam o uso de produto degermante após banho e tricotomia na unidade de internação, ou no próprio Centro Cirúrgico (CC), imediatamente antes da antisepsia. Recomendam, ainda, que a técnica seja estéril e abrangia, além da região da incisão cirúrgica, uma ampla área adjacente. Quanto à antisepsia da pele, realizada no CC antes do início da cirurgia, há praticamente um consenso universal sobre sua necessidade (AGNOLON, 2009). Está constatado que a maioria dos microrganismos que causam ISC, principalmente em cirurgias limpas, é oriunda da pele do paciente, e, portanto, sua remoção ou redução é altamente desejável. Esse processo consiste na aplicação de um produto antisséptico de largo espectro de ação antimicrobiana, sendo o polivinil-pirrolidoniado e a clorhexidina os mais utilizados em nosso meio e padronizados (BRASIL, 1998). As aplicações desses produtos devem ser realizadas com técnica estéril, embora não haja evidências científicas de suas vantagens com relação ao material apenas limpo. Também não há evidências sobre os movimentos para sua aplicação. Mas por razão teórica, o ideal é que sejam iniciados do local da incisão para a periferia, sem retorno, a não ser que o local da incisão esteja sabidamente mais contaminado que as adjacentes (AGNOLON, 2009). O uso de antibióticos como a profilaxia no sítio cirúrgico reduz a carga bacteriana presente na pele, diminuindo as chances de ocorrência de ISC. Porém, a antibioticoterapia não deve ser utilizada de forma independente, sendo necessário um

conjunto de medidas e soluções antissépticas para evitar a proliferação de agentes infecciosos na pele do paciente, evitando a contaminação e complicações posteriores (GARCIA; OLIVEIRA, 2017). **CONCLUSÃO:** Concluímos o presente ensaio, buscando evidências disponíveis, relacionadas aos cuidados de enfermagem e importância do preparo correto da pele no período pré-cirúrgico a fim de se evitar infecções no sítio cirúrgico. Diante disso, fica claro, a necessidade de evitar infecções e promover uma boa cicatrização da ferida operatória, com cuidados e medidas antissépticas na pele do paciente, utilizando técnicas que visam remover ou destruir os microrganismos existentes sobre a pele no ato cirúrgico, tendo em vista que as cirurgias são responsáveis por mais da metade dos casos de infecções hospitalares, com isso, destacamos a importância do correto preparo da pele do paciente cirúrgico, com utilização de materiais adequados e, além disso, a responsabilidade da equipe em fazer o próprio preparo correto a fim de se evitar levar contaminação para o Centro Cirúrgico. Ressalta-se que a ocorrência da ISC pode ocorrer por diversos fatores, sendo necessária atuação multiprofissional na assistência de todos os profissionais envolvidos, com medidas profiláticas, reduzindo a possibilidade de contaminação, contribuindo para melhores práticas que visem a assistência de qualidade ao paciente cirúrgico.

## REFERÊNCIAS

- AGNOLON, A. P. *et al.* Avaliação dos procedimentos de degermação das mãos, preparo pré-operatório da pele e uso de antibioticoprofilaxia em um Hospital Universitário. **Revista SOBECC**, v. 14, n. 3, p. 38-47, 2009. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/361/364>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria MS 2.616/98. Regulamenta as ações de controle de infecção hospitalar no país**, 1998. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616\\_12\\_05\\_1998.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html). Acesso em: 09 set. 2020.
- GARCIA, A.F.; OLIVEIRA, A.C. Prevenção de infecção de sítio cirúrgico em artroplastia: uma revisão das medidas recomendadas na prática. **Revista enfermagem atual**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/ructh/Downloads/Preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20infec%C3%A7%C3%A3o%20de%20s%C3%ADtio%20cir%C3%BArgico%20em%20artroplastia.p df](file:///C:/Users/ructh/Downloads/Preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20infec%C3%A7%C3%A3o%20de%20s%C3%ADtio%20cir%C3%BArgico%20em%20artroplastia.p%20df). Acesso em: 16 set. 2020.
- MEDEIROS, A.C.; CARVALHO, M.D.F. **Infecção em cirurgia**. J Surg Cl Res – v. 7 (2) 2016:60-73. Natal, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/ructh/Downloads/INFEC%C3%87%C3%83O%20EM%20CIRURGIA.p df](file:///C:/Users/ructh/Downloads/INFEC%C3%87%C3%83O%20EM%20CIRURGIA.p%20df). Acesso em: 15 set. 2020.
- MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa:** método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.



RODRIGUES, A. L.; SIMÕES, M. L. P. B. Incidência de infecção do sítio cirúrgico com o preparo pré-operatório utilizando iodopolividona 10% hidroalcoólica e clorexidina alcoólica 0, 5%. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 40, n.6, p. 443-448, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-69912013000600004#:~:text=As%20fontes%20de%20micro%2Dorganismos,a%20do%20s%C3%ADtio%20manipulado2](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912013000600004#:~:text=As%20fontes%20de%20micro%2Dorganismos,a%20do%20s%C3%ADtio%20manipulado2). Acesso em: 13 set. 2020.



## ABORDAGEM À CANDIDÍASE NA ATENÇÃO BÁSICA

### AUTORAS:

Monnally Santos Ramos

Márcia Cunha da Silva Pellense

**INTRODUÇÃO:** A Cândida é o principal grupo de leveduras que trazem as chamadas infecções de oportunidade. O Agente etiológico é a *Candida Albicans* e ela se dá em aproximadamente 200 espécies diferentes com cerca de 10% sendo correlacionadas às infecções. A colonização da cândida se dá primordialmente em superfícies de mucosas (SOARES *et al.*, 2019). Segundo Feuerschuette (2010) “A candidíase vulvovaginal (CVV) é patologia extremamente frequente, atingindo 75% das mulheres em alguma fase da vida. Cerca de 5% delas terão candidíase vulvovaginal recorrente (CVVR), definida como quatro ou mais episódios a cada 12 meses.” A CVV, é considerada um problema de saúde pública pelos altos índices de mulheres que foram acometidas por essa infecção vaginal, e o tratamento não seguido corretamente pelas mulheres, contribuem pela recorrência da infecção causando sérios problemas à saúde das clientes (CHRISTÓVÃO *et al.*, 2017). As ações para a educação em saúde e profilaxia são as principais medidas na atenção primária para combater a *C. Albicans*. A enfermagem é o principal agente responsável pelas ações de promoção à saúde e em assegurar uma atenção qualificada. Contudo, é preciso que os profissionais estejam capacitados no Processo de Enfermagem, para que sejam aplicadas nos clientes (VÉRAS *et. al.*, 2019). Nesse sentido, é por meio da consulta de Enfermagem que os aconselhamentos e aprendizados acontecem. Sendo uma atividade privativa do Enfermeiro que promove o diagnóstico de Enfermagem, intervenções, tratamentos eficazes e prevenção para futuras situações (ROCHA *et al.*, 2018). O estudo tem por objetivo descrever com base na literatura os métodos de abordagem da candidíase realizados pelos enfermeiros na atenção básica. Pretende-se que o estudo possa oferecer para a enfermagem, no âmbito da atenção básica, subsídios teóricos-práticos que auxiliem na melhoria da qualidade da atenção prestada. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão integrativa da literatura, cuja busca ocorreu no período de Março a Novembro de 2020 na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas seguintes bases eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram utilizados os descritores Atenção primária à saúde, Sexualidade e Candidíase vulvovaginal. Para o refinamento da busca, foi utilizado o operador booleano AND combinado da seguinte forma: Atenção primária à saúde AND Sexualidade, Atenção Primária à Saúde AND Candidíase vulvovaginal, Candidíase vulvovaginal AND Sexualidade, Atenção primária à saúde AND Sexualidade AND Candidíase vulvovaginal.

Utilizou-se como critérios de inclusão: textos completos, disponíveis em língua portuguesa, coerentes com a temática e objetivo do estudo. Excluíram-se artigos em forma de resumos e carta ao editor. Após análise crítica e leitura minuciosa foram selecionados 7 (sete) artigos para compor a revisão. Os critérios de inclusão foram: artigos gratuitos, artigos que abordassem o

96

tema e o objetivo exposto, artigos na íntegra. Os critérios de exclusão foram: artigos com mais de 5 anos, os artigos duplicados foram contabilizados apenas uma única vez, em forma de resumo e carta ao editor. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após aplicação dos critérios de inclusão foram encontrados 15 (quinze) estudos potencialmente relevantes, dos quais foi realizada leitura completa. A amostra final desta revisão foi constituída por 7 (sete) artigos científicos, que respondiam ao tema de pesquisa. Dos artigos selecionados, a maioria se tratava de artigos de revisão. Os anos de maior publicação foram compreendidos entre 2015 a 2019, sendo que quase a totalidade das publicações foram da região nordeste. Os achados evidenciam que os métodos de abordagem utilizados pelo enfermeiro para abordagem à candidíase na atenção básica, devem estar pautados nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica, voltados a escuta qualificada, acolhimento, vínculo e resolutividade. Para uma escuta qualificada a atuação do enfermeiro deve estar pautada nos dispositivos da Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS (2003), estabelecendo um vínculo com o paciente que lhe permita identificar suas reais necessidades. O acolhimento realizado por este profissional deve se traduzir em um diálogo de fácil entendimento (ROCHA et al., 2018). Para tanto, é imprescindível, no momento do diagnóstico do paciente, conhecer o histórico da paciente, incluindo inclusive as condições de higiene e o fator socioeconômico. Essas informações permitem uma boa avaliação e um melhor diagnóstico (DUARTE; FARIA; MARTINS, 2019 *apud* HOYER; COTA, 2016). Ainda em relação ao acolhimento salienta-se que esse se configura no momento inicial da consulta de enfermagem onde se estabelece uma relação de proximidade com o paciente de forma humanizada, preocupando-se com o bem estar e com o desenvolvimento da autonomia e resolução do problema (MEDEIROS et al., 2010). Já o vínculo se estabelece no momento de ligação entre o profissional e o paciente, onde por meio dele geram discussões confiança e respeito. Essa aproximação é fundamental para a adesão do paciente, pois quando ele é formado, o diálogo é facilitado. Isso sem dúvida contribui para que o cuidado seja definido de acordo com as necessidades do paciente. Contudo para a formação dos vínculos é necessário a conversação e a escuta (SANTOS; MIRANDA, 2016). Para que se obtenha a resolutividade é necessário que os profissionais e a unidade de saúde estejam centrados na prestação de atendimentos que contemplem as necessidades dos pacientes com qualidade no serviço prestado (MEDEIROS et al., 2010). Por fim, os estudos evidenciam que a equipe multiprofissional é de extrema importância para uma boa articulação das intervenções, o diálogo deve ser aberto e claro para aproximar os pacientes melhor acolhendo (SANTOS *et al.*). Nesse sentido, a abordagem à candidíase realizada pelo enfermeiro, deve partir de uma visão holística, investigando e atentando para os detalhes trazidos pelas pacientes (CHRISTÓVÃO et al., 2017). **CONCLUSÕES:** Diante do exposto, percebe-se que a abordagem à candidíase utilizada pelo enfermeiro na atenção básica deve estar pautada na escuta qualificada, acolhimento e resolutividade. Dessa forma, se percebe a importância dessa abordagem construtora de vínculo, visto que aproxima quem oferece ou presta serviço de quem o recebe. Essa abordagem contribui para a personalização da relação, que deve ser comprometida e solidária. Para tanto, é necessário que esse processo ocorra mediante um esforço, não só do enfermeiro, mas de toda a equipe que compõe a atenção básica. Sem dúvida, a capacidade de transcender os interesses institucionais, de fazer compromissos e acolher os pacientes, são características fundamentais

para o cuidado integral. Portanto, é fundamental entender que os aspectos singulares dos pacientes estão muito além da candidíase.

## REFERÊNCIAS

ASSIS JÚNIOR, Francisco; MAIA, Evanira Rodrigues. Análise dos resultados do Teste de Papanicolaou entre usuárias da atenção primária: Estudo Transversal. **Enfermagem em Foco**, [s. l.], v.10, n.1, p.29-34, 2019. Disponível em:

<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1472>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CHRISTÓVÃO, Renata Gomes et al. Espécies de Candida Predominantes em secreção vaginal de mulheres sintomáticas e não: Uma Revisão Integrativa. **Revista de divulgação Científica da Ultra Torres**, [s. l.], v.13, n.3, jun.2017. Disponível em:

<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ci/article/view/398>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DUARTE, Suzane Meriely da Silva; FARIA, Felipe Venancio; MARTINS, Miquéias de Oliveira. Métodos diagnósticos para a caracterização de candidíase e papilomavírus humano. **Brazilian Journal of development**, Curitiba, v.5, n.10, p. 18083-18091, set. 2016.

Disponível em: <http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/3647>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FEUERSCHUETTE, Otto Henrique May et al.. Candidíase vaginal recorrente: manejo clínico. **FEMINA**, Florianópolis, v.38, n. 2. Fevereiro/2010. Disponível em:

<http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2010/v38n1/a005.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

MEDEIROS, Flávia A.; SOUZA, Georgia C. de Araújo; BARBOSA, Aldenísia A. Albuquerque; COSTA, Iris do Céu Clara. Acolhimento em uma Unidade Básica de Saúde: a satisfação do usuário em foco. **Rev. salud pública**, Natal. v.12, n.3, 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rsap/2010.v12n3/402-413/pt>. Acesso em: 28 out. 2020.

ROCHA, Maria Gleiciane Lima et al. Acolhimento na consulta ginecológica de enfermagem: percepções de mulheres da Estratégia Saúde da Família. **Rev. Rene**, Aracoíaba, v.19, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-910227>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SANTOS, Raionara Cristina de Araújo; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de. Importância do vínculo entre o profissional-usuário na estratégia de saúde da família. **Revista de Enf.UFSM**, [s. l.], v.6, n.3, p. 350-359, Jul./Set. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/17313/pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

SOARES, Dagmar Mercado et al. Candidíase Vulvovaginal: uma revisão de literatura com abordagem para Candida Albicans. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research** –

**BJSCR**, [s. l.], v.25, n.1, p.28-34, 2019. Disponível em:[https://www.mastereditora.com.br/periodico/20181204\\_202650.pdf](https://www.mastereditora.com.br/periodico/20181204_202650.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.



## A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO ENFERMEIRO NA SEGURANÇA DO PACIENTE PEDIÁTRICO NO AMBIENTE HOSPITALAR DE MÉDIA COMPLEXIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

### AUTORAS:

Aline Darc Silva Santos  
Núbia Santos de Santana  
Noemy Eduarda Santos Oliveira  
Anna Gabriella Cabral Vianna de Souza Costa  
Dayane Ferreira da Silva  
Andressa Mônica Gomes Fernandes

**INTRODUÇÃO:** Em 2008, no Brasil, a Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente (REBRAENSP) foi pioneira na discussão do tema e trouxe visibilidade para a enfermagem, fomentando o assunto na assistência, no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão como essencial no cuidado em saúde (WEGNER *et al.*, 2017). Para Belela, Pedreira e Peterlini (2011) O erro de medicação é definido como um evento evitável, ocorrido em qualquer fase da terapia medicamentosa, que pode ou não causar danos ao paciente. Estima-se que a probabilidade de ocorrência de eventos adversos seja três vezes maior em crianças hospitalizadas em comparação aos adultos (SILVA, 2012 apud WINCK; FIGUEREDO, 2017). A utilização de medicamentos na população pediátrica é, em grande maioria, baseada em modificações das formulações para adultos e na extrapolação da dose. Entretanto, não se deve considerar as crianças como adultos pequenos (LOPES; SILVA, 2017). Os processos de cuidados inseguros são advindos de lacunas no planejamento, na colaboração, na execução, na avaliação e no monitoramento das intervenções (GAITA; FONTANA, 2018). O trabalho teve como objetivo descrever o papel do enfermeiro na segurança do paciente pediátrico no ambiente hospitalar de média complexidade, contribuindo como referencial teórico para um cuidado seguro à criança hospitalizada durante o processo de cuidar. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, a qual busca sistematizar as publicações sobre a temática. Para tanto procedeu-se às seguintes etapas: escolha do tema; busca de estudos nas bases de dados; análise e avaliação dos estudos selecionados. A seleção dos artigos se deu durante os meses de fevereiro a março de 2020. Foram analisadas as publicações dos seguintes bancos de dados eletrônicos: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latinoamericana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Essas bases de dados foram escolhidas, pois apresentam relevância para a construção da introdução e fundamentação teórica deste estudo. Foram selecionados 06 artigos, destacando aqueles que responderam ao objetivo proposto por esse estudo. A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória do material bibliográfico encontrado. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O paciente pediátrico é mais vulnerável por não possuir autonomia para decidir as condutas devidas ao seu cuidado, sendo

necessário estar sempre na supervisão de um responsável, isso faz com que a atenção aos protocolos por parte das equipes de enfermagem tenha que ser redobrado (MARK; HARLESS; BERMAN, 2007 apud SCHATKOSKI *et al.*, 2009). A comunicação dos profissionais entre si e com os responsáveis pela criança como sendo primordial na prevenção a danos ao paciente infantil, para Wegner *et al.* (2017) condutas como essas podem minimizar os incidentes hospitalares. O enfermeiro possui um papel fundamental e indispensável na aplicação de educação permanente e continuada dos profissionais que compõem o quadro de funcionários das instituições, a fim de aplicar o processo de prevenção e promoção à segurança do paciente pediátrico, estimando um cuidado seguro no período das internações. Esse processo pode trazer a redução de infecções hospitalares com a adoção de condutas como, a efetivação e padronização da higienização das mãos antes e depois de cada procedimento, troca de luvas entre cada assistência realizada, identificação do paciente por meio de pulseira com relevantes sinais de alerta quando necessários, comunicação entre as equipes e aplicação dos nove certos, por exemplo. (WEGNER *et al.*, 2017). Cabe ao profissional enfermeiro gestor o desenvolvimento de POPs, a fim de padronizar as ações no âmbito hospitalar, e definir as prioridades e condutas a serem adotadas por todos dentro do ambiente para que assim não ocorram danos (SCHATKOSKI *et al.*, 2009). O enfermeiro precisa aplicar o processo de educação permanente, a fim de que os profissionais e funcionários em geral do hospital busquem sempre uma vertente de informações e processos atualizados. É indispensável ao enfermeiro que sua equipe tenha os protocolos hospitalares padronizados e de forma contínua, na busca de um bem comum que é a segurança do paciente pediátrico (LOPES, SILVA, 2017).

**CONCLUSÕES:** Com base na revisão de literatura, podemos concluir que o papel do enfermeiro no desenvolvimento de ações que promovam e assegurem o cuidado a danos e riscos hospitalares a pacientes pediátricos, na média complexidade, é indispensável na sistematização e promoções de ações, bem como na padronização de condutas adequadas. O enfermeiro tem um papel importante no desenvolvimento de ações integradas que minimizem os acidentes e danos dentro das unidades, pois as equipes de enfermagem estão 24h por dia na linha de frente do cuidado. Foram identificadas a necessidade de desenvolvimento de POPs, a fim de padronizar as ações e procedimentos, e cabe ao enfermeiro essa parte bem como a promoção da educação permanente em saúde dos funcionários do hospital. Foram identificadas também oportunidades, por parte dos profissionais das equipes, no que diz respeito a adoção de condutas básicas diárias que podem diminuir infecções hospitalares ou contaminações, como a higienização das mãos corretamente e constantemente. Isso pode ser resolvido com a adoção de práticas constantes de educação continuada em saúde.

## REFERÊNCIAS

BELELA, Aline Santa Cruz; PEDREIRA, Mavilde da Luz Gonçalves; PETERLINI Maria Angélica Sorgini. Erros de medicação em Pediatria. **Revista Brasileira Enfermagem**. v.64, n.3, p. 563-569, Brasília, mar/jun, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n3/v64n3a22.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2020.

GAITA, Marcia do Carmo; FONTANA, Rosane Terezinha. Percepções e saberes sobre a segurança do Paciente Pediátrico. **Escola Anna Nery**. v.22, n.4, p.1-10, 2018. Disponível em:

101

[http://www.scielo.br/pdf/eav/v22n4/pt\\_1414-8145-eav-22-04-e20170223.pdf](http://www.scielo.br/pdf/eav/v22n4/pt_1414-8145-eav-22-04-e20170223.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

LOPES, Flavio Marques; SILVA, Lunara Teles. Manual de rastreadores em Pediatria. **Medindo eventos adversos a medicamentos em hospital pediátrico**. Goiânia: Editora UFG, 2017. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/828/o/ebook\\_manual\\_de\\_rastreadores\\_\(1\).pdf?1508417612](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/828/o/ebook_manual_de_rastreadores_(1).pdf?1508417612). Acesso em: 10 mar. 2020.

SCHATKOSKI, Aline Modelski *et al.* Segurança e proteção à criança hospitalizada: revisão de literatura. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 3, p. 410-416, Jun. 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692009000300020&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692009000300020&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 mar. 2020.

WEGNER *et al.* Segurança do paciente no cuidado à criança hospitalizada: evidências para enfermagem pediátrica. **Revista Gaúcha Enfermagem**. v. 38, n.1, p. 1-9, mar, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v38n1/0102-6933-rgenf-1983-144720170168020.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2020.

WINCK, José Elias; FIGUEREDO Sandro oliveira. Os eventos adversos mais relevantes relacionados à administração de medicamentos em pediatria. **Revista Eletrônica Atualiza Saúde**. v. 5, n. 5, p. 78-84, Salvador, jan/jun, 2017. Disponível em: <http://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2017/01/os-eventos-adversosmais-relevantes-relacionados-%C3%A0-administra%C3%A7%C3%A3o-demedicamentos-em-pediatria-v-5-n-5.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.





## HUMANIZAÇÃO NO CENTRO CIRÚRGICO

### AUTORAS:

Maria Leticia da Silva Viana  
Carla Cristina Campos  
Luany Andreza Felix da Silva  
Maria Cecília Felix Miranda de Farias  
Vanessa Dos Santos Gonzaga de Araújo  
Andressa Mônica Gomes Fernandes

**INTRODUÇÃO:** O Centro Cirúrgico é uma das áreas mais complexas do hospital, visto sua especificidade, estresse ali presente e, principalmente, a grande probabilidade de expor o paciente a possíveis intercorrências e problemas de saúde devido a intervenção cirúrgica (OLIVEIRA, 2005). Além disso, o ambiente do Centro Cirúrgico é um setor isolado, hostil, fechado e frio. Todas essas características do local estimulam o silêncio, o distanciamento entre o paciente e a família. Nesse sentido, é inerente ao enfermeiro fazer com que o usuário sinta-se seguro, amparado, cuidado e assistido, visto que a qualidade da assistência de enfermagem no período perioperatório influencia diretamente nos resultados do procedimento cirúrgico a ser realizado (RIBEIRO; FERRAZ; DURAN, 2017). Partindo dessa premissa, humanizar é ação indispensável a todo e qualquer profissional, de modo especial, o enfermeiro deve apresentar constante humanização na assistência prestada, sem esquecer da técnica que deve ser desenvolvida. O profissional não deve esquecer que o paciente tem sentimentos, medo, insegurança e principalmente, dúvida do retorno à vida, visto que o próprio espaço do Centro Cirúrgico proporciona o frequente desenvolvimento desse sentimento (SILVA *et al.*, 2010). A Política Nacional de Humanização (PNH) descreve a humanização sendo a valorização de cada usuário, trabalhadores e gestores no processo da produção de saúde. Ainda, a PNH reconhece o outro como um ser biopsicossocial, onde cada usuário tem suas especificidades, crenças e modo de vida. Dessa forma, o enfermeiro atua no acolhimento e escuta qualificada, proporcionando cuidado individual e assistência voltada à prática holística (BRASIL, 2020). Dessa forma, percebe-se o quanto a humanização é importante no âmbito do Centro Cirúrgico visto suas especificidades já descritas. O presente estudo tem como objetivo descrever a importância da humanização de enfermagem no Centro Cirúrgico. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa cuja prática é baseada em evidências que encorajam o desenvolvimento e utilização de resultados de pesquisa na prática clínica (MENDES *et al.*, 2018). A coleta de dados foi realizada a partir da escolha dos descritores em ciências da saúde (DeCS): Humanização, Centro Cirúrgico e Assistência de Enfermagem, a busca dos estudos foi realizada nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), e manuais do ministério da saúde

no mês de outubro de 2020. Adotou-se como critérios de inclusão estudos publicados em português no formato de artigos em sua completude e gratuitos que abordassem de forma direta o assunto proposto no período de 2005 a 2020. Como critérios de exclusão, trabalhos que não expuseram resumos na íntegra nas bases de dados pesquisadas e que não discutiram sobre a temática proposta. Feito a análise após os critérios de inclusão e exclusão, os trabalhos foram selecionados a partir dos títulos e resumos, respectivamente, posteriormente lidos, em que 6 compõem este estudo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O Centro Cirúrgico desperta no paciente sensação de medo, estresse, ansiedade, desconforto e insegurança. Ademais, ocorre o distanciamento social e familiar, tal fato desperta ainda mais os sentimentos já mencionados, uma vez que o paciente é assistido por pessoas desconhecidas (SILVA *et al.*, 2010). Dessa forma, acolher e ouvir o paciente é peça fundamental no desfecho exitoso do procedimento. Posto que, picos de ansiedade e estresse podem gerar alteração significativa nos sinais vitais, ocasionando possíveis intercorrências e até mesmo cancelamento do procedimento cirúrgico. É notório que o aporte tecnológico é indispensável e extremamente importante na assistência hospitalar cirúrgica. No entanto, não basta apenas ser detentor de conhecimentos do manuseio dos equipamentos, e mais, não se faz necessário apenas a disponibilidade do aparato tecnológico, uma vez que de nada vale a teoria, a prática e o instrumental se não houver empatia e humanização no assistir (CAMPOS *et al.*, 2013). Essa afirmação é pautada nos relatos de pacientes que passaram por procedimentos cirúrgicos e mantiveram-se na sala de recuperação pós anestésica. Os usuários descrevem que a forma de atendimento, além da capacidade de compreensão por meio dos enfermeiros, é mais valorizada por eles do que a falta de médicos, o pouco conforto hospitalar e até mesmo a falta de medicamentos. Ou seja, para eles, a atuação do enfermeiro no ouvir, acolher e cuidar é mais importante do que os cuidados técnicos (GIRON;BERARDINELLI, 2015). O momento da admissão do paciente no Centro Cirúrgico é decisivo no quesito acolhimento. Acolher significa enxergar o outro com suas singularidades, é aceitar, dar ouvidos, a fim de ser construído um vínculo de segurança entre enfermeiro e usuário. Percebe-se que a escuta ao paciente, bem como o envolvimento afetivo é um dos primeiros passos para que haja o estabelecimento do processo cuidar (GIRON;BERARDINELLI, 2015). A enfermagem desde sempre foi tida como o centro da assistência humanizada na saúde, tal aspecto é visto como algo inerente à profissão, visto que é característica singular do enfermeiro o amor, compaixão, benevolência, compaixão, dedicação, respeito, atenção ao elemento espiritual e empatia. Sendo assim, sua atuação na humanização no âmbito do Centro Cirúrgico é tida como sendo indispensável (GIRON;BERARDINELLI, 2015). O enfermeiro vem sendo cada vez mais reconhecido pelas comunidades internas e externas (equipe de enfermagem, médicos e receptores do cuidado), como um líder a se impor pelo saber, atitude, ética e compromisso com assistência de excelência, devendo acompanhar os avanços tecnológicos e científicos do mundo moderno. O trabalho do enfermeiro no Centro Cirúrgico representa atividades específicas de grande responsabilidade, corroborando com o sucesso dos procedimentos cirúrgicos, desde o gerenciamento até a assistência (CAMPOS *et al.*, 2013). Por consequência, a Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material de Esterilização (SOBECC), descreve que a atuação da equipe do Centro Cirúrgico deve lidar com vários aspectos, englobando a competência técnica, relacionamento interpessoal, recursos de materiais e interação com o paciente e sua família. Dessa maneira, o enfermeiro deve garantir ao usuário admitido no Centro Cirúrgico apoio emocional e psicológico, promovendo conforto dentro de um ambiente seguro, zelando pela assepsia durante todo o procedimento cirúrgico,

garantindo atendimento de qualidade (CAMPOS; et al 2013). É evidente que a prática desenvolvida no Centro Cirúrgico tem como foco o paciente. Outrossim, destaca-se que deve-se haver uma tríade de humanização entre paciente/enfermeiro/familiar, visto que a partir da admissão no Centro Cirúrgico o usuário apresenta preocupação não somente ao seu estado de saúde, muitas vezes tal aflição permeia o medo de deixar um parente sozinho, e desassistido (CAVERZAN *et al.*, 2017). Desse modo, o foco da humanização no Centro Cirúrgico não deve ser limitado apenas ao atendimento do paciente, o enfermeiro deve preocupar-se com a satisfação dos familiares, fazendo necessário o compartilhamento dos sentimentos dos parentes, com o propósito de tornar a humanização um processo que ultrapassa limites assistenciais. O enfermeiro deve desenvolver um elo de comunicação com a família a fim de que ela possa sentir-se reconhecida durante o processo assistencial, e principalmente, saber que seu parente está sendo bem cuidado (CAVERZAN *et al.*, 2017). **CONCLUSÕES:** Conclui-se que o Centro Cirúrgico é uma unidade de cuidados especiais e essenciais para a vida, que visa o atendimento a pacientes de diferentes graus de complexidade em distintos momentos de suas vidas. Porém, a cirurgia em si é um fator gerador de estresse, medo e apreensão, tanto para os próprios pacientes como para os familiares, independente da gravidade ou da complexidade do procedimento ao qual o mesmo irá submeter-se. Os profissionais de enfermagem encontram-se inseridos nesse contexto e são os principais a prestar os cuidados necessários aos pacientes cirúrgicos. Tais cuidados perpassam a sala do centro cirúrgico, pois é importante que as informações sejam passadas para os familiares, visto que, como descrito, os parentes também são peça chave no quesito tranquilidade do usuário. Além do que, se faz necessário que os parentes estejam enquadrados no processo de cuidar e de recuperação. Outro fator é o avanço das tecnologias e das ferramentas que podem ser utilizadas para otimizar ainda mais essa humanização na prestação dos serviços aos pacientes, além de muitos dispositivos que já existem e que muitas vezes são pouco utilizados para este fim. Desta forma visualizamos a grande importância do domínio que o enfermeiro precisa ter, além de ser totalmente ético em suas ações para não submeter o paciente a processos ainda mais estressores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de humanização, 2004. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaus\\_2004.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaus_2004.pdf). Acesso em: 17 set 2020.

CAMPOS, J.A.R *et al.* Produção científica da enfermagem de centro cirúrgico de 2003 a 2013. **Revista SOBECC**. São Paulo, v. 20, n. 2, p. 81-95, jun 2015. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/8>. Acesso em: 17 set. 2020.

CAVERZAN, T.C.R *et al.* Humanização no processo de informações prestadas aos acompanhantes dos pacientes cirúrgicos. **Arquivo Ciências da Saúde**. v.24, n.4, p. 37-41, 2017. Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/735>. Acesso em: 17 set. 2020.

GIRON, M.B; BERARDINELLI, M.M. **Rev. enferm. UFPE online**. V.9, p. 974-984, fev 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1024352>. Acesso em: 17 set. 2020.

MENDES, K.S; SILVEIRA, R.C; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto e contexto enfermagem**. v.14, n.4, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

OLIVEIRA, M.A.N. A humanização no gerenciamento de novas tecnologias por enfermeiras de Centro Cirúrgico. **Revista SOBECC**. V. 10, n. 4, p. 8-12, dez 2005. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/313> Acesso em: 17 set. 2020.

RIBEIRO, E.; FERRAZ,K.M.C; DURAN, E.C.M. Atitudes dos enfermeiros de centro cirúrgico diante da sistematização da assistência de enfermagem perioperatória..**Rev. SOBECC**. V. 22, n.4, p.201-207, out.-dez. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-876627>. Acesso em: 17 set. 2020.

SILVA, C.R.L *et al*. Humanização no transporte do paciente cirúrgico. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 35-42, dez. 2010. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/219>. Acesso em: 17 set. 2020.



## A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA REALIZAÇÃO DO TESTE DO CORAÇÃOZINHO

### AUTORES:

Maria Letícia da Silva Viana  
Jessica Karine Germano da Silva Aguiar  
Lindineide Aires Bezerra de Lima  
Deyla Moura Ramos

**INTRODUÇÃO:** Segundo o Ministério da Saúde, o Teste do Coraçãozinho traduz a medição da oxigenação do sangue no neonato, com auxílio de um oxímetro posicionado no membro superior direito (pré-ductal) e em qualquer um dos membros inferiores (pós-ductal). Caso sejam detectadas alterações que não correspondam aos parâmetros, o recém-nascido é encaminhado para um centro de referência para dar continuidade à investigação, com o intuito de fechar um diagnóstico (BRASIL, 2020). A portaria número 20, de 10 de julho de 2014, incorpora o teste do coraçãozinho como um procedimento de triagem neonatal obrigatório, universal e gratuito, a ser realizado em todas as maternidades entre 24 e 48 horas após o nascimento (BRASIL, 2014). As malformações cardíacas são a ocorrência mais frequente de todas as malformações congênitas, para cada 100 recém-nascidos vivos, em média um a dois apresentam alterações cardíacas potencialmente graves. Sabe-se que neonatos que apresentam cardiopatias congênitas podem permanecer assintomáticos nos primeiros dias de vida, podendo receber alta hospitalar sem a manifestação de nenhum sinal clínico que leve à uma descompensação hemodinâmica. Entretanto, ao chegarem em casa, após alguns dias, podem desenvolver sinais e sintomas que levem a um estado clínico instável e delicado (MAGALHÃES; QUEIROZ; CHAVES, 2016). Nesse sentido, a oximetria de pulso permite a monitorização contínua da saturação de oxigênio, sendo considerada uma ferramenta na triagem neonatal que possibilita a redução da ocorrência de mortalidade e gravidade das complicações nos casos de cardiopatias congênitas. Outrossim, o enfermeiro é o profissional que está presente em todo o processo assistencial, sendo ele capaz de identificar situações de gravidade clínica, bem como, realização do teste do coraçãozinho (MEDEIROS *et al.*, 2016). Nessa perspectiva, o trabalho tem como objetivo descrever a importância do enfermeiro na realização do teste do coraçãozinho, uma vez que sua atuação é pautada no conhecimento científico, prático, e concomitantemente a isto, visão holística do paciente e família. A motivação do estudo foi pautada na tentativa de despertar interesse na publicação de estudos acerca do tema, para que a enfermagem tenha a visibilidade merecida, uma vez que a literatura dispõe de poucos estudos em relação à atuação do enfermeiro nesse âmbito. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa cuja prática é baseada em evidências que encorajam o desenvolvimento e a utilização de resultados de pesquisa na prática clínica (MENDES *et al.*, 2018). A coleta de dados foi realizada a partir da escolha dos descritores em ciências da saúde (DeCS): Oximetria de pulso, triagem neonatal e assistência de

enfermagem, a busca dos estudos foi feita nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), e manuais do ministério da saúde no mês de outubro de 2020. Adotou-se como critérios de inclusão estudos publicados em português no formato de artigos que abordassem de forma direta o assunto proposto no período de 2015 a 2020. Como critérios de exclusão, trabalhos que não expuseram resumos na íntegra nas bases de dados pesquisadas e que não discutiram sobre a temática proposta. Feito a análise após os critérios de inclusão e exclusão, os trabalhos foram selecionados a partir dos títulos e resumos, respectivamente, e posteriormente lidos, em que 4 compõem este estudo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O enfermeiro está inserido em todas as etapas do processo de cuidado do neonato, observando se a adaptação fisiológica do recém-nascido ocorre dentro da normalidade, além de prestar assistência em todos os momentos necessários. Dessa forma, sua atuação na realização do teste do coraçãozinho é de grande importância, devido aos conhecimentos e suas características intrínsecas, o cuidado e o olhar holístico para com o outro (MAGALHÃES *et al.*, 2016). Para que o Teste do Coraçãozinho ocorra, o ambiente deve ser de penumbra, visto que a luminosidade interfere no resultado, uma vez que o neonato pode ficar irritado, além do mais, o estresse proporciona perda de peso, tal evento é totalmente indesejado para todos da equipe multidisciplinar. Além disso, durante a realização do teste, é indicado que se possível a mãe possa amamentar, visando o bem estar do recém-nascido. O enfermeiro é detentor de conhecimentos acerca do manejo clínico da amamentação, e é por isso que sua presença na realização do teste é imprescindível (MEDEIROS *et al.*, 2015). Outrossim, o diálogo com a puérpera antes, durante e após o teste é de extrema importância, é necessário explicar todo o procedimento, esclarecendo que o teste é indolor e totalmente não invasivo. Dessa forma, o enfermeiro é capacitado em conversar explicando de maneira sensível e clara a realização da oximetria de pulso, sendo sua presença indispensável no momento da realização do teste, tendo em vista seu entendimento acerca do manuseio correto das oximetrias, o que pode otimizar e ajudar na qualidade e eficácia do processo (MEDEIROS *et al.*, 2015). Sabe-se que o enfermeiro é atuante no alojamento conjunto, o que permite a detecção de sinais clínicos indicativos de cardiopatias congênitas ou qualquer outro tipo de patologia. Nesse sentido, a identificação da alteração de frequência cardíaca, respiratória e diminuição da saturação pode ser compreendida como um sinal de descompensação hemodinâmica. Nessa perspectiva, compreende-se a importância do enfermeiro na realização do teste, uma vez que dado falso negativo, ele tem autonomia em averiguar possíveis erros de manuseio do oxímetro, seja pelo fato de estar posicionado em localidades erradas, sala com temperatura inadequada ou outros fatores (MIRANDA; ETGES; BARBOSA, 2019). Ademais, o diálogo do enfermeiro com a mãe proporciona o desenvolvimento de conhecimentos acerca dos direitos do neonato, uma vez que poucas sabem que o teste é de caráter obrigatório e gratuito. Com isso, após o conhecimento desse direito, em possíveis futuras gestações, a mãe terá consciência de que o teste deve ser realizado, evitando desgastes emocionais, terapêuticos e longas jornadas de investigação, caso o resultado da triagem seja positivo (SEEDAT; TAYLOR-PHILLIPS, 2015). **CONCLUSÕES:** Conclui-se que o enfermeiro tem grande importância na realização do teste do coraçãozinho devido aos seus conhecimentos baseados na prática em evidência, além de ser atuante na assistência direta ao neonato durante toda a estadia na maternidade. Além do mais, a aptidão para o manuseio do oxímetro bem como o manejo adequado durante a realização do teste do coraçãozinho, permite a afirmação de que a presença e permanência do enfermeiro na realização do teste é imprescindível.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Triagem neonatal é responsabilidade**. Disponível em: [https://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/vivamaissus/triagemneonatal\\_interna.html#:~:ext=O%20Teste%20do%20Cora%C3%A7%C3%A3ozinho%20consiste,e%20no%20p%C3%A9%20do%20beb%C3%AA](https://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/vivamaissus/triagemneonatal_interna.html#:~:ext=O%20Teste%20do%20Cora%C3%A7%C3%A3ozinho%20consiste,e%20no%20p%C3%A9%20do%20beb%C3%AA). Acesso em: 11 out. 2020.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Portaria número 20, de 10 de julho de 2014**. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sctie/2014/prt0020\\_10\\_06\\_2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sctie/2014/prt0020_10_06_2014.html). Acesso em: 11 out. 2020.

MAGALHÃES, S.S, *et al.*. Cuidados de enfermagem neonatal ao bebê com cardiopatia congênita: revisão integrativa. **Revista online brasileira Journal of Nursing**. V.15, n.4, p.724-734, 2016. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/03/967517/objn-2016.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

MEDEIROS, A.L, *et al.* Oximetria de pulso em triagem de cardiopatias congênitas: conhecimento e atuação do enfermeiro. **Revista cogitare enfermagem**. v.20, n.3, p.605-611, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/40941/26358>. Acesso em: 11 out. 2020.

MENDES, K.S; SILVEIRA, R.C; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto e contexto enfermagem**. v.14, n.4, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

MIRANDA, V.S.G, *et al.* Parâmetros cardiorrespiratórios em bebês cardiopatas: variações durante a alimentação. **Revista CoDAS**. v.31, n.2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/codas/v31n2/2317-1782-codas-31-2-e20180153.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

SEEDAT, F; TAYLOR-PHILLIPS, S. Teste de triagem neonatal: expandir ou não expandir? **Revista brasileira de enfermagem**. v. 68, n.5, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v68n5/0034-7167-reben-68-05-0771.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.



## **SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

### **AUTORES:**

Lindineide Aires Bezerra de Lima

Clara Emanuele de Albuquerque

Maria Leticia da Silva Viana

Raissa Lorrane da Silva Araújo

Deyla Moura Ramos

**INTRODUÇÃO:** A Síndrome de Burnout (SB) é um distúrbio psíquico descrito em 1974 por Freudenberger, evidenciado pela exaustão prolongada no ambiente laboral, considerada um problema de saúde pública entre os profissionais na atualidade (OMS,2020). Foi oficializada como síndrome crônica pela Organização Mundial da Saúde, e entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo caracterizada como uma síndrome ocupacional que acomete profissionais de saúde atuantes diariamente sob estresse e responsabilidades constantes, como médicos, enfermeiros, professores, policiais, jornalistas, dentre outros. A organização mundial de saúde incluirá a Síndrome de Burnout na próxima Classificação Internacional de Doenças (CID-11), tal lista inclui doenças e também outras condições, como síndromes e outros conjuntos de sintomas (OMS, 2020). Atualmente Burnout é definida por uma combinação de três fatores: Exaustão emocional, despersonalização e depressão. Burnout é evidenciada pela resposta prolongada do estresse crônico no trabalho, traduzido do inglês, "burn" quer dizer queima e "out" exterior. A SB tem aumentado gradativamente nos últimos anos atingindo todos os países, afetando diretamente a qualidade de vida desses profissionais no seu ambiente de trabalho, tornando-os vulneráveis a um alto grau de estresse (FABIO *et al.*, 2020). Um dos principais fatores de desgaste físico e mental para os profissionais da área da saúde é a dupla jornada de trabalho submetendo-os a uma sobrecarga excessiva de estresse, tendo como resposta depressão, tendências suicidas, insatisfação com o equilíbrio entre vida e trabalho (SILVA *et al.*, 2020). A Enfermagem está entre as profissões que adquire, ao longo do tempo a SB, devido a duplas jornadas de trabalho e baixa remuneração, causando indignação pela desvalorização profissional, em que tal atuação demanda tempo, sem poder ter descanso merecido, ocasionando alto nível de estresse. A partir do exposto definiu-se como questão norteadora: por que os profissionais de enfermagem desenvolvem Síndrome de Burnout? Em vista disto, este trabalho tem o objetivo de, a partir da revisão integrativa da literatura, discutir as consequências que a síndrome de Burnout gera nos profissionais de enfermagem.

**METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A coleta de dados foi realizada a partir da escolha dos descritores em ciência da saúde (DeCS): Esgotamento Psicológico, Enfermeiros, Saúde do Trabalhador, realizada no mês de outubro de 2020, através do levantamento bibliográfico na biblioteca virtual em Saúde – BVS. Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online



(SciELO), e manuais do ministério da saúde no mês de outubro de 2020. Os critérios de inclusão foram artigos em forma de revisão de literatura, relato de experiência, publicações em revistas, documentos ministeriais, no idioma português, no ano de publicação de 2015 a 2020, textos completos que destacavam a síndrome de Burnout. Foram utilizados como base para critério de exclusão, artigos com ano de publicação inferior a 2015, referências duplicadas e artigos que não abordassem o tema proposto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram encontrados 9.522 estudos no período proposto, tendo como resultado 533 artigos que discutiam de forma crítica e sistemática a Síndrome de Burnout. A partir disso, foram selecionadas 15 pesquisas e, ao final, aplicando os critérios de inclusão e exclusão, 06 compuseram esta revisão integrativa. Para a realização do estudo, foram selecionados artigos que abordassem a Síndrome de Burnout em profissionais enfermeiros e que atendessem o objetivo do trabalho. Após essa etapa, foi possível elaborar um pensamento crítico e reflexivo sobre as causas que levam o profissional de saúde, a ser diagnosticado com a síndrome de Burnout, que é caracterizada como uma síndrome ocupacional, segundo a (OMS) esta síndrome foi oficializada como síndrome crônica (OMS, 2020). A enfermagem é fundamental no processo do cuidado, prestando assistência com ética, garantindo a integridade física e mental do cliente, mas devido à baixa remuneração, esses profissionais vêm se submetendo a longas jornadas de trabalho, que geram estresse excessivo, por lidar diariamente, com diversos tipos de sentimentos, tanto positivo quanto negativos, que resultam em exaustão emocional, despersonalização e depressão (FABIO *et al.*, 2020). Os artigos abordam de maneira sistemática as possíveis relações que culminaram na síndrome de Burnout nesses profissionais dentro do seu ambiente de trabalho. Segundo (MOTTA; FIQUEIREDO, 2017), há estudos que comprovam que o sexo feminino tem maior vulnerabilidade a desenvolver a síndrome de Burnout, devido ao fato de que na área da saúde as mulheres são mais solicitadas, por associar que as mulheres são mais atenciosas e cuidadosas, a busca por essas profissionais só aumenta, além de diversas responsabilidades que essa profissional assume como, deveres do lar, com filho, marido além de outros fatores que predisponha a síndrome de Burnout. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a Síndrome de Burnout é caracterizada pelo excessivo trabalho que gera esgotamento psíquico, emocional e físico. Tal acontecimento é evidenciado pela grande jornada de trabalho, baixa remuneração, e até mesmo a falta de reconhecimento da profissão. Sendo assim, como forma de diminuir os índices da Síndrome de Burnout, deve-se haver reconhecimento profissional, melhoria salarial, escalas de plantões não exaustivas, e principalmente, acompanhamento psicológico para o profissional. Espera-se que esta revisão contribua para o reconhecimento precoce da síndrome de Burnout, diminuindo o esgotamento psicológico dos profissionais, e conseqüentemente reduzir os eventos adversos no âmbito hospitalar.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, F.M, *et al.* Síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem no ambiente hospitalar: Uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. n. 20, p. 334, fev 2019. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Síndrome de Burnout:** o que é, quais as causas, sintomas e

como tratar. Disponível em: <<http://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/sindrome-de-burnout>>. Acesso em: 23 out. 2020.

<https://pebmed.com.br/sindrome-de-burnout-entra-na-lista-de-doencas-da-oms/>

LOPES, G.K.A.T. **Adoecimento no ambiente de trabalho: o retorno do trabalhador afastado por transtornos mentais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia. Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO. 2019. Acesso em: 23 out. 2020.

NEVES, Úrsula. Síndrome de Burnout entra na lista de doenças da OMS. **Portal PEBMED**, 2019. Disponível em: <https://pebmed.com.br/sindrome-de-burnout-entra-na-lista-de-doencas-da-oms/> Acesso em: 20 out. 2020.

SILVIA, A.R, *et al.* **Processo de trabalho hospitalar e a Síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem**. v.12, p.921-927, jan/dez 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/0.9789/2175-5361.rpcfo.v12.7989>. Acesso em: 20 out. 2020.

VASCONCELOS,E.D; FIGUEIREDO,M.M. Preditores da síndrome de burnout em enfermeiros de unidade de terapia intensiva. **Rev. Gaúcha Enferm.** v.38, n.4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.65354>. Acesso em: 20 out. 2020.



## ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PROCESSO ANESTÉSICO NO CENTRO CIRÚRGICO: REVISÃO DA LITERATURA

### AUTORAS:

Maria Carolina Silva Pontes  
Ana Natally Da Silva Melo  
Brenda Stefany Antero Pereira  
Raissa Caroline de Pontes Lins  
Tereza Beatriz Lemos Santos  
Andressa Monica Gomes Fernandes

**INTRODUÇÃO:** De acordo com Koch *et al.* (2018), o centro cirúrgico (CC) é uma área hospitalar que conta com altas tecnologias especializadas para a realização cirúrgica e de procedimentos que invadem a integridade do paciente. No CC devem existir normas para a prática da anestesia, a fim de ofertar escolha segura no procedimento anestésico, para isso Lemos e Peniche (2016) relata que a prevenção de infecção, indicadores de assistência cirúrgica, a anestesia e equipes cirúrgicas segura efetivam uma melhor cirurgia. Para Studart, *et. al* (2017) a implementação de um checklist é um procedimento de baixo custo feito antes do anesthesiologista realizar a anestesia, antes da incisão cirúrgica e antes da saída do paciente da sala operatória para a sala de recuperação pós anestésica (SRPA) e objetiva promover uma cirurgia isenta de danos e proporcionar segurança no processo anestésico-cirúrgico. Koch, *et. al* (2018) relata que o enfermeiro deve ter conhecimento e domínio clínico para atuar no setor de centro cirúrgico, pois os cuidados de enfermagem devem acompanhar o paciente desde o momento de admissão até a alta. O processo de Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória (SAEP) é uma exigência desde 2002, com isso os profissionais conseguem garantir maior segurança ao paciente e o enfermeiro deve atentar para alguma reação adversa que o paciente venha apresentar. Para isso, deve ser preconizado que haja visitas pré e pós-operatória, com orientação do procedimento a ser realizado, preparar o paciente fisicamente, proporcionar apoio emocional, ter uma boa conversa, falar frases como “você não está só”, “sua família terá notícias suas”, tudo isso facilita uma boa cirurgia e diminui a resistência da anestesia. Conforme Nascimento, Bredes e Mattia (2015), as complicações anestésicas podem trazer risco à vida do paciente independente de sua idade cronológica, entretanto é observado que no idoso esse risco pode ser muito maior por essa classe ter a capacidade reduzida de manter equilíbrio hídrico e temperatura corporal, ter disfunção da complacência pulmonar, além de comorbidades que podem agravar e comprometer o procedimento cirúrgico como a hipertensão arterial sistêmica e o diabetes mellitus. Esse risco é identificado principalmente no período de recuperação anestésica tendo em vista ser um indivíduo de mais vulnerabilidade. Lemos e Peniche (2016), ainda citam que é de responsabilidade do anesthesiologista escolher o tipo de anestesia a ser utilizada, pois devem ser analisadas as condições clínicas do paciente como condições mentais, psicológicas, avaliar o tipo e duração do procedimento cirúrgico, o tempo

de recuperação pós-operatória, se após a cirurgia irá existir a presença de dor e qual a posição do paciente durante a cirurgia, são métodos para o médico anestesista avaliar e decidir qual anestesia usar, com interesse de desenvolver uma cirurgia segura. Dessa forma, o estudo teve como objetivo identificar na literatura a atuação do enfermeiro frente aos procedimentos anestésicos no centro cirúrgico, corroborando para o crescimento técnico-científico sobre a temática na assistência a ser prestada nesse ambiente.

**METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, com o intuito de buscar publicações para proporcionar um estudo sobre atuação do enfermeiro no processo anestésico no centro cirúrgico. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a revisão integrativa é uma ferramenta bastante utilizada no campo da pesquisa da saúde, contribuindo para o processo de sistematização e análise dos resultados, visando a compreensão do tema, a partir de outros estudos independentes. O estudo foi realizado em setembro de 2020 por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), usando a base de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em ciências da saúde (LILACS) e a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO). A pesquisa ocorreu a partir da consulta aos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Cuidados de enfermagem, centro cirúrgico hospitalar, anestésicos, combinados entre si e o operador booleano AND. Foram selecionados 5 artigos, utilizando os métodos de inclusão e exclusão, em que foram selecionados artigos gratuitos disponíveis na íntegra, completos, em português e inglês e que abordassem a temática escolhida. Assim, excluíram-se artigos duplicados, sem resumo, cartas ao editor e que não contemplasse o objetivo proposto em pesquisa pelas pesquisadoras. O estudo foi desenvolvido respeitando os aspectos éticos e, para uma melhor compreensão do tema, os dados abordados serão a atuação do enfermeiro frente ao processo anestésico no CC. Os dados extraídos dos artigos possibilitam observar o conhecimento produzido sobre a temática explorada. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Koch, *et al.* (2018), mencionam que o enfermeiro é o profissional capacitado para sistematizar todas as etapas do processo Perioperatório que abrange desde o pré-operatório sendo o momento em que o cliente sabe da necessidade de uma cirurgia, o momento de realização do procedimento, até posteriormente a sua recuperação denominado de pós-operatório. O enfermeiro tem como base a SAEP (Sistematização de assistência de enfermagem Perioperatória) devendo proporcionar cuidado integral ao paciente e sua família, um ambiente seguro ao cliente e a equipe orientando quanto aos riscos e benefícios, promovendo o conhecimento do procedimento que será realizado. Macedo *et al.* (2020), refere que o enfermeiro deve ter conhecimento sobre todas as particularidades do paciente através dos sistemas de classificação dos pacientes que faz a divisão de acordo com o cuidado de enfermagem que cada um necessita, sendo capaz de promover um atendimento mais adequado. Desse modo, a assistência ofertada pela equipe de enfermagem visa proporcionar a minimização de eventos adversos e suas complicações pós-anestésicas. Nascimento e Bredes (2015) cita que as complicações na sala de recuperação pós-anestésicas são pertinentes a alterações nos sistemas respiratório, cardiovascular e nervoso central. Acometendo em sua maioria os pacientes idosos devido ao risco elevado durante a recuperação pós-anestésica em virtude da idade, mudanças fisiológicas e comorbidades, porém essas complicações não estão associadas somente a idade do paciente, podendo também ocorrer devido à condição clínica de cada um. Isso reforça a necessidade de a equipe de enfermagem atuar no setor do centro cirúrgico com a finalidade de promover uma assistência e um cuidado contínuo para detecção precoce de complicações pós-operatórias e assim garantir sua recuperação. De acordo com Studart *et al.*, (2017) é válido reforçar que quando existe uma comunicação eficiente entre os profissionais da equipe cirúrgica com a implementação

apropriada do checklist corroboram para a redução de possibilidade dos erros, aumentando a segurança do paciente no CC. É claro que durante o ato cirúrgico, esse conta com uma equipe preparada para sua realização, compreendendo o médico responsável pelo procedimento cirúrgico, o anestesista sendo o responsável pela indução anestésica e monitorização da anestesia no paciente durante a cirurgia e o enfermeiro assegurando a equipe a fim de prestar um cuidado seguro ao paciente. Lemos e Peniche (2016) relata que o enfermeiro do CC tem competência para auxiliar diretamente o anesthesiologista na monitorização do paciente e pela indução anestésica, além do controle intra-operatório, na preparação de medicamentos e equipamentos e na pós-reversão. Entretanto, alega que o enfermeiro tem autonomia limitada para avaliar, elaborar planos e condutas para fins anestésicos de acordo com a condição clínica do paciente. Por outro lado, Lemos e Peniche (2016) ainda mencionam que para o enfermeiro atuar diretamente em anestesia e concomitante aos cuidados antes, durante e depois da cirurgia, seria preciso à criação de especializações na área, sendo necessário acontecer mudanças na estrutura dos cursos de graduação e na legislação dos conselhos de anestesia e enfermagem. Porém existe grande resistência dos órgãos de medicina em determinar as competências para profissionais de outra categoria em anestesia, com o receio de ocorrer a desvalorização dos anesthesiologistas. **CONCLUSÃO:** Com base nas pesquisas realizadas e no estudo feito a partir delas, é notório a necessidade de uma boa e adequada assistência do enfermeiro no processo anestésico no ambiente cirúrgico, uma vez que o mesmo possui domínio e conhecimento prático/teórico para um bom desenvolvimento de ações humanizadas de saúde desde a admissão do cliente até a alta hospitalar. Sendo assim, o processo da indução anestésica deve ser conduzido pelo anesthesiologista, cabendo ao profissional enfermeiro atuar no processo de sistematização de assistência cirúrgica, a fim de promover uma cirurgia segura garantindo a integridade do paciente em todos os âmbitos. Considerando a temática abordada na pesquisa, é vista uma dificuldade na identificação de trabalhos acadêmicos relacionados à assistência da enfermagem no processo anestésico no centro cirúrgico. Dessa forma, espera-se que o presente estudo venha contribuir e oferecer subsídios fundamentais para enriquecer o meio acadêmico.

## REFERÊNCIAS

KOCH, Tania Marisa, *et al.* Momento anestésico-cirúrgico: transitando entre o conhecimento dos(as) Enfermeiros (as) e o cuidado de enfermagem. **Revista SOBECC**. São Paulo. v. 23, n.1, p.07-13, Jan./Mar.2018. Disponível em: [http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/04/882686/sobecc-v23n1\\_pt\\_7-13.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/04/882686/sobecc-v23n1_pt_7-13.pdf). Acesso em: 06 set. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: [http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india/view](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view). Acesso em: 03 set. 2020.

LEMONS, Cassiane de Santana; PENICHE, Aparecida de Cássia Giani. Assistência de enfermagem no procedimento anestésico: revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. v. 50, n. 1, 2016. p. 158-166. DOI <https://doi.org/10.1590/S0080-623420160000100020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080->

62342016000100154&script=sci\_arttext&tlng=pt#:~:text=A%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20das%20a%C3%A7%C3%B5es%20de,paciente%20e%20planejamento%20da%20assist%C3%A2ncia. Acesso em: 03 set. 2020.

MACEDO, Jane Keyla Souza dos Santos, *et. al.* Análise do grau de dependência de cuidados de enfermagem em uma unidade de recuperação pós-anestésica. **Enfermagem actual Costa Rica**. San José, v.0, n. 38, p. 89-102, Jan./Jun. 2020. Disponível em: [https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-45682020000100089](https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682020000100089). Acesso em: 03 set. 2020.

NASCIMENTO, Prince Daiane Felizardo Silva; BREDES, Ana Caroline; MATTIA, Ana Lúcia de. Complicações em idosos em sala de Recuperação pós-anestésica (SRPA). **Revista SOBECC**. v. 20, n. 2, p. 64-72, Abr./Jun. 2015. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1414-4425/2015/v20n2/a5017.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

STUDART, Rita Mônica Borges, *et. al.* Avaliação Sobre a Segurança do Paciente Durante o Procedimento Anestésico-Cirúrgico. **Revista de enfermagem**. Recife. 2017. Disponível em: [https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/10329/pdf\\_3275](https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/10329/pdf_3275). Acesso em: 03 set. 2020.



## ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM AÇÕES EDUCATIVAS PARA A PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO

### AUTORES:

Dameres da Silva Barreto

Averlandio Wallysson Soares da Costa

**INTRODUÇÃO:** Diabetes Mellitus (DM) é uma doença crônica que causa alteração metabólica caracterizada pela hiperglicemia, o tipo 1 é causado por defeitos na produção insuficiente de insulina pelo pâncreas e o tipo 2 a incapacidade de utilização da mesma de forma eficaz (OLIVEIRA *et al.*, 2016). O pé diabético é uma das principais complicações da DM e é definido como uma infecção, ulceração, acompanhada ou não a destruição de tecidos profundos (MELLO; PIRES; KEDE, 2017). É o maior motivo de hospitalização e internação dos pacientes diabéticos e o aumento de amputações, por esse motivo é preocupante (MELLO; PIRES; KEDE, 2017). Sobre essa ótica, percebe-se a necessidade de um estudo acerca desse tema, para que tanto enfermeiros quanto pacientes obtenham um olhar atento aos primeiros sinais de infecção ou ulceração. Baseando-se em ações educativas de promoção e prevenção do autocuidado, para o diagnóstico precoce, e com isso reduzir o número de agravos da DM. Considerando a importância do enfermeiro quanto ao cuidado do paciente com DM, o presente artigo tem por objetivo analisar o papel do enfermeiro no ensino do autocuidado do paciente, buscando a prevenção do pé diabético. **METODOLOGIA:** O trabalho delinea-se como um estudo descritivo do tipo revisão integrativa, com abordagem qualitativa. A coleta ocorreu na BVS e a seleção dos estudos foi à busca de publicações indexadas nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System On-line (MEDLINE) e Base de dados de enfermagem (BDENF), no mês de março a maio de 2020. Utilizou-se os descritores (DeCS): Diabetes Mellitus, Pé Diabético, Cuidados de Enfermagem e Educação de Pacientes como Assunto. Para o refinamento da busca, utilizou-se o operador booleano AND. Os critérios de inclusão foram: artigos completos, na língua portuguesa e inglesa, publicados entre 2015 a 2020, e estudo de revisões sistemáticas avaliadas. E os critérios de exclusão foram artigos dos quais os assuntos não respondessem à pergunta da pesquisa, os duplicados (contabilizados apenas um), os não disponibilizados gratuitamente e os que não eram artigos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram contabilizados 204 artigos, foram lidos os títulos e resumos e aplicados os critérios de exclusão. Após análise crítica 4 compôs a revisão, conforme quadro 1. Todos os estudos remetem-se a revisões da literatura.

**Quadro 1.** Síntese dos artigos selecionados para o estudo conforme, título, autores, ano de publicação, base de dados, principais resultados, objetivo e intervenções. Natal,2020.

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR/ ANO</b>	<b>BASE DE DADO S</b>	<b>PRINCIPAIS RESULTADOS</b>	<b>OBJETIVO</b>
Abordagens metodológicas utilizadas em intervenções educativas voltadas a indivíduos com diabetes mellitus	SANTOS, W.P. 2019.	Lilacs	Foi possível identificar diversas modalidades de intervenções que ao serem selecionadas descrevem exatamente o objetivo que se quer alcançar e nesse contexto a abordagem que apresenta melhores resultados e uma vasta possibilidade de aplicação foi o mapa de conversação em conformação de grupo, apesar de ainda não ser considerada como “padrão-ouro” é uma ferramenta promissora na educação em diabetes.	O objetivo da presente pesquisa foi identificar os tipos de abordagens metodológicas utilizadas nas intervenções educativas voltadas para as pessoas que convivem com Diabetes Mellitus.
Intervenções de enfermagem em pacientes com diabetes mellitus tipo 2	AGUAYO - ERDUGO, V.; ORELLA NA-	Lilacs	Em cinco dos estudos, a intervenção apresentou resultados positivos no que diz respeito ao autocuidado, dos quais quatro utilizaram	O objetivo desta revisão foi identificar intervenções de enfermagem que aumentem



que aumentam seus comportamentos de autocuidado: revisão integrativa	YANEZ, A.E. 2019.		estratégias derivadas da psicologia, tais como; entrevista motivacional, teoria da mudança de comportamento e resolução de problemas.	comportamentos de autocuidado em pacientes diagnosticados com Diabetes Mellitus Tipo 2.
Effect of Exercise on Risk Factors of Diabetic Foot Ulcers. A Systematic Review and Meta-Analysis.	LIAO <i>et al.</i> 2019.	Medline	Exercise has a significant effect on reducing glycated hemoglobin, whereas combined exercise is more effective compared with aerobic or resistance exercise alone. Exercise also improves ankle brachial index. However, evidence regarding the association between exercise and peripheral neuropathy and risks of diabetic foot ulcers in people with type 2 diabetes mellitus remains insufficient.	The objectives of this study were to examine the effectiveness of different types of exercise on risk factors of diabetic foot ulcers, including glycated hemoglobin, peripheral arterial disease, and diabetic peripheral neuropathy, in people with type 2 diabetes mellitus.
Complex interventions for preventing diabetic foot ulceration (Review).	HOOGEVEEN, R.C.; DORRESTEIJN, J.A.N.; KRIEGS	Medline	In three studies that compared the effect of an education-centred complex intervention with usual care or written instructions, only little	To assess the effectiveness of complex interventions in the prevention of foot ulcers in people with diabetes

	MAN, D.M.W.; VALK, G.D. 2015.		evidence of benefit was found. Three studies compared the elect of mor intensive and comprehensive complex interventions with usual care.	mellitus compared with single interventions, usual care or alternative complex interventions.
--	---	--	---	---

**Fonte:** Pesquisa de artigos, 2020.

A úlcera do pé diabético além de comprometer a qualidade de vida, o tratamento é caro, duradouro, necessita de uma equipe multiprofissional especializada e ainda corre o risco de não curar ou de uma reincidência. Com isso a educação do paciente é de extrema importância, para que ele aprenda avaliar os pés, saber que cuidados simples podem prevenir e com conhecimento pode identificar riscos (HOOGEVEEN et al., 2015). Para as autoras chilenas Aguayo-Verdugo e Orellana-Yanez (2019), o autocuidado de pacientes com DM corresponde a 95% do tratamento. As intervenções abordadas foram principalmente, a mudança no estilo de vida, que está relacionada a uma boa alimentação, prática de exercício físico, controle glicêmico, uso correto da medicação e as entrevistas motivacionais. Os resultados mais eficazes em seu estudo são os que tem um tempo de intervenção superior a seis meses e os realizados em grupo, por dois motivos: É mais barato para os serviços de saúde e pela troca de experiência e esclarecimento de dúvidas dos pacientes, já que a mudança na rotina desses pacientes exige conhecimento e habilidades.

Santos (2019), concorda que as intervenções coletivas são as mais utilizadas pela saúde pública, é mais resolutivo por se tratar de pacientes com o mesmo objetivo, porém mostra a eficácia da intervenção individual, pois aborda assuntos mais específicos, até porque cada paciente tem uma realidade diferente do outro, e ajuda a criar vínculos com o profissional e durante as visitas em domicílio há um diálogo com a família, já que essa mudança na rotina e adesão ao tratamento, contará com a ajuda de quem convive com ele. Apesar de não haver um padrão que defina com exatidão qual intervenção ideal, Santos (2019) trouxe algumas ações educativas nacionais e internacionais que se mostram eficazes, como: O Mapa de conversão em diabetes, Descrição da imagem, Colônia educativa, Meta-próxima, Bundles e Gestão comunitária. Porém ele afirma que cabe ao educador analisar qual das ações se enquadra na realidade do seu público, porque este indivíduo precisa estar motivado para aderir à prática. Medidas simples fazem a diferença, de acordo com os autores Hooegeveen et al (2015) pequenos detalhes como cuidado com os calos, limpeza, hidratação, corte da unha, são medidas simples que mostrou mais eficácia do que medidas mais complexas, onde na maioria dos estudos analisados por eles tinham altos riscos de viés. **CONCLUSÕES:** Como já visto, o pé diabético é uma das complicações da DM, principal motivo de internações e amputação de membros inferiores desses pacientes, comparados aos que não têm DM, motivo de prioridade para a saúde. Há muitos estudos sobre prevenção, porém poucos mostram sua eficácia ao ser colocado na prática, e cada ação depende do público exposto, até porque as realidades de cada enfermeiro mudam de acordo com os recursos e conhecimento e com seus pacientes.

## REFERÊNCIAS

- AGUAYO-VERDUGO, N.V.; ORELLANA-YANEZ, A.E. Intervenções de enfermagem em pacientes com diabetes mellitus tipo 2 que aumentam seus comportamentos de autocuidado: revisão sistemática. **Enfermería Actual de Costa Rica**, San José, n. 36, p. 116-129, June 2019 . Disponível em: [http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-45682019000100116&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682019000100116&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 set. 2020.
- LIAO, Fuyuan et al. Effect of exercise on risk factors of diabetic foot ulcers: a systematic review and meta-analysis. **American journal of physical medicine & rehabilitation**, v. 98, n. 2, p. 103-116, 2019. Disponível em: [https://journals.lww.com/ajpmr/Fulltext/2019/02000/Effect\\_of\\_Exercise\\_on\\_Risk\\_Factors\\_of\\_Diabetic.4.aspx](https://journals.lww.com/ajpmr/Fulltext/2019/02000/Effect_of_Exercise_on_Risk_Factors_of_Diabetic.4.aspx). Acesso em: 11 set. 2020.
- MELLO, R.F.A.; PIRES, M.L.E.; KEDE, J. Ficha de avaliação clínica de membros inferiores para prevenção do pé diabético. **Revista Fund Care Online**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 899-913, jul/set. 2017. Disponível em: [http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5468/pdf\\_1](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5468/pdf_1). Acesso em: 08 mar. 2020.
- OLIVEIRA, P.S. *et al.* Atuação dos enfermeiros da estratégia saúde da família na prevenção do pé diabético. **Rev Fun Care Online**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 4841-4849, jul/set. 2016. Disponível em: [http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4398/pdf\\_1](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4398/pdf_1). Acesso em: 08 mar. 2020.
- SANTOS, W.P. Abordagens metodológicas utilizadas em intervenções educativas voltadas a indivíduos com diabetes mellitus. **Enfermería Actual de Costa Rica [online]**. 2020, n.38, p.260-271. ISSN 1409-4568. Disponível em: [https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-45682020000100260&lang=pt](https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682020000100260&lang=pt). Acesso em: 11 set. 2020.



## **A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO FRENTE A PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA MULHER COM INFECÇÃO SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL**

### **AUTORES:**

Adna Raynara Galdino Barbosa  
Caliane Nascimento dos Santos  
Raadna Kened Silva do Nascimento  
Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento

**INTRODUÇÃO:** As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) definem-se por ser um conjunto de doenças contagiosas ocasionadas por diversos microrganismos, tais como os bacilos, vírus, bactérias, fungos e protozoários. São infecções que podem ser transmitidas através da relação sexual desprotegida com pessoas infectadas que vem a desencadear um complexo sintomatológico devido aos agentes patológicos (BRASIL, 2015). As manifestações clínicas podem se apresentar sob a forma de úlceras genitais, corrimento vaginal e uretral e doença inflamatória pélvica. Trata-se de um dos principais determinantes na população feminina, ocasionado por suas evoluções e características específicas (BRASIL, 2015). Dentre as principais ISTs se encontram a sífilis e HIV/Aids que de acordo com os dados coletados pelo SINAN, cerca de 32% da população feminina entre os anos de 2016 a 2018 foram de 33.853 casos notificados de sífilis. Em seguida temos o HIV/Aids que no intervalo de tempo dos anos de 2015 e 2019 foram diagnosticadas o equivalente de 28.929 casos de mulheres com a infecção, totalizando cerca de 27% (DATASUS, 2020). As mulheres apresentam vulnerabilidade maior de se contrair uma IST, devido à cultura social do patriarcado, causando-lhe uma submissão que é imposta à mulher pelo o seu companheiro, a fim de aceitar muitas vezes a promiscuidade dentro de seus relacionamentos (CHAVES *et al.*, 2019). O baixo nível de escolaridade é um dos fatores que dificulta o acesso às informações que são essenciais para manter a integralidade de sua saúde e o autocuidado. Aspectos biológicos, fisiológicos e anatômicos são importantes no processo, pois são fatores determinantes que tornam a mulher vulnerável e suscetível (MARTINS *et al.*, 2018). No entanto, há ISTs que se apresentam de forma assintomática durante um longo período, tornando-se difícil o seu diagnóstico precoce, que conseqüentemente evolui de forma eventual para quadros mais graves como dor pélvica crônica, inflamação do endométrio, que influencia para maior probabilidade de abortamento, infertilidade, disfunção sexual e câncer (LUPPI *et al.*, 2011). Devido ao crescimento da prevalência e incidência das ISTs entre as mulheres, torna-se perceptível a necessidade de abordagens que remetem ao cunho da preservação da saúde da mulher no meio em que elas se encontram inseridas. Seguindo o princípio da integralidade no atendimento nos serviços de saúde, há como questões principais a abordagem do exercício da sexualidade e a atividades de

122

educação em saúde (BRASIL, 2015). Diante do atual cenário, a elevação de números de casos de ISTs caracteriza-se como um sério problema de saúde pública por ser de grande repercussão na saúde. Em casos de mulheres gestantes, a transmissão vertical da sífilis, da hepatite e do HIV traz consigo um grande potencial de danos para a estabilidade da saúde da mulher e ao feto, além de sua grande magnitude diante dos aspectos sociais, políticos e econômicos (NUNES; MENDES; 2015). Por isso, destaca-se a importância da assistência de enfermagem, pois esta se torna responsável por desenvolver o cuidado direto ao paciente/cliente em todas as esferas e níveis de atenção (SILVA; PADILHA; 2016). O enfermeiro tem autonomia, embasamento científico e visão holística do processo cuidar, neste contexto sua assistência está voltada para realizar o autocuidado frente a medidas preventivas e tratamento das ISTs, permitindo elevar-se a segurança, efetividade e confiabilidade durante o período de vulnerabilidade e fragilidade destas mulheres (SILVA; PADILHA; 2016). Diante disso, o estudo pretende responder a seguinte questão norteadora: como o enfermeiro dentro de suas ações pode desenvolver o autocuidado na mulher frente à prevenção e tratamento das ISTs. Dessa forma, o estudo tem por objetivo discutir com base na literatura científica, como o enfermeiro dentro de suas ações pode desenvolver o autocuidado da mulher frente à prevenção e tratamento das ISTs. Ao abordar o assunto, se espera que o estudo possa contribuir de forma reflexiva sobre a importância do enfermeiro dentro de suas ações de cuidado à saúde, que estimule o autocuidado e a autonomia da mulher frente à prevenção e tratamento das ISTs. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa (RI) referente à Importância do autocuidado frente à prevenção e tratamento da mulher com ISTs. Este método permite a análise, identificação do problema, observação, síntese e descrição dos referenciais teóricos que julga relevantes para o estudo em questão (GALVÃO; RICARTE; 2020). O levantamento dos artigos ocorreu no período de maio de 2020, na Biblioteca Virtual de Saúde, nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Base de dados em Enfermagem (BDENF). Durante o levantamento de dados, obteve-se, inicialmente, 2.145 publicações. As palavras-chave utilizadas foram autocuidado, doenças sexualmente transmissíveis e enfermagem. Para a busca dos estudos, foram utilizadas as palavras-chave combinados com o operador booleano “AND”, onde ocorreram os seguintes cruzamentos: Doenças Sexualmente Transmissíveis and Autocuidado com 150 publicações e Doenças Sexualmente Transmissíveis and Enfermagem com 908 publicações. Os critérios de inclusão foram textos completos e de livre acesso, disponíveis em língua portuguesa e inglesa que compartilhassem da temática, objetivo de estudo e que fossem publicados nos últimos cinco anos. Foram excluídos os artigos com ano de publicação inferior a 2015, em forma de resumo, carta ao editor, duplicidade e os que não abordassem a temática escolhida. Após a leitura dos resumos, foram escolhidos 15 artigos que respondiam à questão de pesquisa. Após a leitura completa, foram selecionados 6 artigos para compor a RI. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando o rigor ético. Os artigos foram organizados no quadro conforme autoria do artigo, ano de publicação, local de publicação, tipo de estudo, objetivo e principais resultados. A análise dos estudos deu-se por meio de leitura criteriosa de cada artigo e posterior discussão dos resultados. **RESULTADOS:** Inicialmente foram selecionados 15 artigos potencialmente relevantes, dos quais 10 apresentaram-se para importância do autocuidado frente à prevenção e tratamento da mulher com infecções sexualmente transmissíveis. Destes foram escolhidos 6 artigos para compor a revisão integrativa dos quais estão dispostos no quadro abaixo por atenderem os critérios de

elegibilidade e temática do tema.

**Quadro 1.** Descrição dos artigos relacionados à importância do autocuidado frente à prevenção e tratamento da mulher com infecções sexualmente transmissíveis definidos por autoria do artigo, ano de publicação, local de publicação, tipo de estudo, objetivo e principais resultados. Natal/RN, 2020.

AUTORIA DO ARTIGO	ANO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	RESULTADOS
SILVA, Amina Regina; PADILHA, Maria Itayra.	2016	Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde	Pesquisa Quantitativa Descritiva	Conhecer as medidas de autocuidado utilizadas por estudantes de graduação em enfermagem.	Quando ocorre o déficit de autocuidado o enfermeiro entra no processo cuidar e auxilia no desenvolvimento do autocuidado.
BEZERRA, Luana Larissa Oliveira; FERNANDES, Sheila Milena Pessoa dos Santos; SILVA, Josefa Raquel Luciano.	2017	II COMBRACIS	Revisão Integrativa	Analisar como é realizada, na prática, a abordagem dos enfermeiros (as) frente às pessoas que possuem IST.	O enfermeiro (a) possui destaque nas ações de prevenção, proteção e recuperação da saúde.
MARTINS, Debora Cristina; PESCE, Giovanna Brichi; FERNANDES, Carlos Alexandre Molena.	2018	Revista Latino-Americana de Enfermagem	Quantitativo transversal	Analisar como são realizadas as ações de autocuidado frente às mulheres de apenados.	As mulheres se encontram vulneráveis e fragilizadas, pois tendem a praticar sexo sem proteção.
CHAVES <i>et al.</i>	2019	Revista Rene (online)	Estudo Epidemiológico	Identificar os fatores que levam a vulnerabilidade feminina diante das ISTs.	Estimular a valorização da mulher e incentivar a sua participação nas estratégias que promovem a adesão no tratamento das ISTs.
NOBRE <i>et al.</i>	2018	Revista de	Abordagem	Conhecer a	A educação em

		Enfermagem UERJ	Qualitativa	perspectiva dos (as) enfermeiros (as) acerca do sistema de saúde no controle da sífilis.	saúde entra como ações desenvolvidas pelos enfermeiros no controle da IST.
LÔBO et al.	2019	Revista de Enfermagem UERJ	Pesquisa Qualitativa	Analisar ações de prevenção e enfrentamento das ISTs em mulheres encarceradas, considerando as dimensões de vulnerabilidade.	As práticas psicoeducativas estimulam as mulheres a desenvolver o autocuidado frente às ações dos enfermeiros (as).

Fonte: Autoria própria, 2020.

Os seis artigos analisados foram publicados na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). No que se diz respeito ao ano das publicações estudadas, observa-se que nos anos de 2018 e 2019 ocorreu um maior número de publicações a respeito do tema em questão. Após a leitura dos artigos foi possível identificar o delineamento dos estudos, assim como também a diversificação dos mesmos: foram encontrados vários estudos com o tipo descritivo exploratório e abordagem qualitativa. A diversificação das metodologias nos leva a entender o tema de diferentes maneiras e olhares, possibilitando uma maior compreensão a respeito da importância do autocuidado frente à prevenção e tratamento da mulher com infecções sexualmente transmissíveis. Percebe-se que os objetivos relacionados nos artigos buscaram diferentes enfoques no que diz respeito às ISTs, para melhor exemplificar destaca-se os seguintes objetivos: Como é realizada a prática de abordagem dos enfermeiros frente aos pacientes com ISTs e quais são as condutas utilizadas no autocuidado; como a vulnerabilidade feminina influencia as medidas preventivas e tratamentos das ISTs e quais são as ações que os enfermeiros podem desenvolver frente ao sistema de saúde no controle destas infecções. Foi observado durante o estudo que os mais variados autores trazem grandes contribuições acerca da atuação do enfermeiro, exaltando meios com identificação de variáveis associadas às ISTs e categorias assistenciais de Enfermagem no cuidado. **DISCUSSÃO:** De acordo com Martins *et al.* (2018), as mulheres que praticam sexo sob o efeito de substâncias psicoativas encontram-se fragilizadas e vulneráveis, é possível identificar que as chances de ter contraído uma IST é de aproximadamente 2,2 vezes maior quando comparado à mulheres que relataram prática sexual sem estar sob o efeito de drogas, pois tendem a praticar sexo sem proteção, causando-lhe à falta de percepção dos riscos e de tomada de decisões. O uso de preservativo é um dos métodos utilizados para prevenção das ISTs. O uso inadequado reflete na elevação de novos casos, pois o seu uso não se torna tão efetivo pelo fato do prazer sexual estar em primeiro lugar. Outro fator que contribui para a não utilização é a confiança em seu parceiro (a), por outro lado enfatiza o uso de anticoncepcionais para prevenção da gravidez. Sendo assim percebe-se que a falta de conhecimento acerca da ISTs ainda é um tabu para a prática assistencial e o medo de uma gravidez indesejada é maior do que se contrair uma IST (SILVA; PADILHA; 2016). A inconsistência no uso do preservativo é evidente no grupo de mulheres que se apresentam em idade fértil, geralmente a parceria fixa tem como fator de resistência para a inutilização do

preservativo, causando vulnerabilidade de grande proporção às mulheres de contrair quaisquer tipos de IST. No entanto, revelam-se as desigualdades existentes no acesso aos serviços de saúde pública (CHAVES *et al.*, 2019). Salienta-se que é importante ressaltar a violência sexual como um fator influente, que contribui para os riscos da mulher contrair uma IST, pois cerca de 60% das mulheres que relataram violência de cunho sexual, teve como consequência o contágio de algum tipo de IST, evidenciando que uma mulher em situação de violência, torna-se vulnerável e incapaz de proteção e escolha diante do ato, sendo totalmente submissa ao agressor (MARTINS *et al.*, 2018). Desse modo percebemos a importância de se estimular e incentivar o autocuidado destas mulheres, pois atua como barreira de proteção, bem estar e sua baixa adesão podem acarretar o déficit do autocuidado afetando diretamente as medidas preventivas e a deixam expostas a desenvolver sexo inseguro e possíveis infecções. Por isso, quando ocorre a incapacidade de se cuidar, o enfermeiro entra no processo de cuidar e auxilia no desenvolvimento do autocuidado com ações desenvolvidas e planas de cuidados pensados e elaborados para a mulher com ISTs. (SILVA; PADILHA; 2016). O enfermeiro (a) possui seu destaque nas ações de prevenção, proteção e recuperação da saúde. O principal enfoque é que a assistência entra como ações educativas em educação em saúde para essas mulheres que se encontram vulneráveis e frágeis (BEZERRA; FERNANDES; SILVA; 2017). A abordagem do enfermeiro inclui ações e aconselhamento voltado à prevenção, diagnóstico e tratamento. Por isso nos dias atuais a teoria de Orem vem sendo estimulada por ser a teoria que desenvolve o autocuidado tem demonstrado aplicabilidade e prova sua eficácia quando realizado de forma efetiva na assistência. Uma das maneiras de se exercer o autocuidado é a utilização das medidas preventivas que requerem responsabilidade e comprometimento individual evitando o surgimento de novas fontes de infecções (SILVA; PADILHA; 2016). O enfermeiro é capaz de superar os obstáculos do processo, cuidar e desenvolver ações que integrem a mulher em atividades como palestras, visitas domiciliares, consultas e encaminhar para outros serviços quando necessário. As práticas de Enfermagem têm evoluído e focado nestas medidas, criando estratégias que auxiliam a inserção dos métodos de prevenção e orientando as mulheres para utilização do preservativo e autocuidado (BEZERRA; FERNANDES; SILVA; 2017). A atenção primária é responsável por desenvolver as ações de educação em saúde, realizar diagnóstico, notificar os casos positivos, encaminhar para os serviços de média complexidade. O enfermeiro tem como atribuição cuidar, ensinar e estimular a mulher a desenvolver o autocuidado. Na assistência são realizados os testes rápidos para diagnóstico das ISTs como HIV, sífilis e hepatite c, sua responsabilidade é voltada para prevenção, cura e reabilitação (NOBRE *et al.*, 2018). De acordo com Nobre *et al.* (2018), a assistência deve ser integrada e estar fundamentada na articulação de todos os passos na promoção do cuidado e no restabelecimento da saúde, devendo evitar a sua fragmentação. Dentro deste contexto destaca-se a estratégia de educação em saúde por ser um instrumento utilizado no processo de conscientização e autocuidado, por isso o enfermeiro entra para reconstruir a prática do cuidado direto, para um modelo abrangente, sob a perspectiva de ação- reflexão- ação dialógica, em que a educação faz parte da assistência. As práticas educativas são condutas indispensáveis no âmbito de prevenção, tratamento e na contenção das ISTs em mulheres, sendo que o comportamento sexual não poderá ser isolado das influências biopsicossociais, culturais e econômicas. Tornando essencial a implementação de programas de promoção à saúde a fim de garantir a diminuição de tal vulnerabilidade. (CHAVES *et al.*, 2019). A vulnerabilidade da mulher em situação de privação de liberdade, com determinadas condições de convívio com detentos e detentas, tem a probabilidade de maior risco a contrair diversas ISTs. No entanto, a



partir do acesso aos serviços de saúde dentro do sistema prisional, previstas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), as práticas psicoeducativas estimulam as mulheres a desenvolver o autocuidado frente às ações do enfermeiro (LOBO *et al.*, 2019). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao término do estudo, conclui-se que o enfermeiro é de extrema importância no processo e suas ações são capazes de ajudar mulheres vulneráveis em situações críticas. Fica evidente que as ações estimulam o autocuidado frente à prevenção ou tratamento das ISTs. Sua prática deve ser aderida e estimulada nos serviços de saúde. O uso do preservativo ainda é um tabu para a prática assistencial e tem resistência por parte dos parceiros que preferem o prazer do ato sexual a utilizar o método preventivo. Sabe-se que o seu uso é capaz de prevenir as ISTs, porém o conhecimento acerca do assunto apresenta ineficiência e acarreta a elevação do número de casos anualmente no Brasil e no mundo. É notório que a educação em saúde, integralidade dos serviços de saúde, acessibilidade a população são medidas que auxiliam no controle da incidência e prevalência das ISTs, cabendo a responsabilidade e autonomia para o enfermeiro. Diante disso, fica claro que as ações desenvolvidas têm papel fundamental no controle, prevenção e tratamento das ISTs, cabendo à assistência envolver-se e estimular o autocuidado em todas as etapas que a mulher estiver suscetível. Por fim, este trabalho teve como dificuldade explorar a problematização de modo abrangente e coerente justificando através dos artigos que as ações desenvolvidas pelo enfermeiro são capazes de elevar e estimular o autocuidado da mulher frente à prevenção e tratamento das ISTs. Sendo assim, deixamos como contribuição uma breve reflexão sobre a importância do autocuidado frente à prevenção e tratamento da mulher com ISTs dentro das ações de cuidado à saúde desenvolvidas pelo (a) enfermeiro (a).

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Luana Larissa Oliveira; FERNANDES, Sheila Milena Pessoa dos Santos; SILVA, Josefa Raquel Luciano. Abordagem das ISTs por enfermeiro (as). **II CONBRACIS**, 2017. Acesso em: 03 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cuidado integral as pessoas que vivem com HIV pela Atenção Básica:** Manual para a equipe multiprofissional. Departamento de IST, AIDS e Hepatites virais. Brasília: Ministério da Saúde [Internet]. 2015 [cited 2017 Dec 15];

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Departamento de informática do SUS - DATASUS. **Informações de Saúde, Epidemiológicas e Morbidade:** Casos de Aids. Banco de dados. Disponível em: <http://www2.aids.gov.br/cgi/tabcgi.exe?tabnet/br.def>. Acesso em: 27 maio 2020.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis.** Brasília; 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Protocolo de Investigação de Transmissão Vertical.** Brasília; 2014.

CHAVES, Ana Clara Patriota et al. Vulnerabilidade à infecção pelo Vírus da

Imunodeficiência Humana entre mulheres em idade fértil. **Rev. Rene**, Fortaleza – CE, 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/40274/pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

GALVÃO, M.C.B; RICARTE, I.L.M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.57-73, set. 2019/fev. 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/dms/wp-content/uploads/sites/575/2019/12/Revis%C3%A3o-Sistem%C3%A1tica-de-Literatura.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

LÔBO, Márcio Pereira et al. Ações de prevenção e enfrentamento das IST/AIDS vivenciadas por mulheres encarceradas. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/40203>. Acesso em: 04 maio 2020.

LUPPI, Carla *et al.* Diagnóstico precoce e os fatores associados às infecções sexualmente transmissíveis em mulheres atendidas na atenção primária. **Rev. Bras. Epidemiol**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 467-477, set., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v14n3/11.pdf> Acesso em: 05 maio 2020.

MARTINS, Debora Cristina; PESCE, Giovanna Brichi; FERNANDES, Carlos Alexandre Molena. Comportamento sexual e infecções sexualmente transmissíveis em mulheres de apenados. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, 2018. Disponível em: [http://www.revenf.bvs.br/pdf/rlae/v26/pt\\_0104-1169-rlae-26-e3043.pdf](http://www.revenf.bvs.br/pdf/rlae/v26/pt_0104-1169-rlae-26-e3043.pdf). Acesso em: 04 maio 2020.

MUSSI, Fernanda Carneiro; MELO, Cristina Maria Meira de. Descuidado em saúde e em Enfermagem. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 32, p. 01-09, 25 out, 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25732>. Acesso em: 01 jun. 2020.

NOBREL, Caroline Soares et al. Sistema de saúde no controle da sífilis na perspectiva das enfermeiras. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/12527/28199>. Acesso em: 03 maio 2020.

NUNES, B.B.S; MENDES, P.C. Políticas públicas de saúde reprodutiva: contexto histórico e implicações na maternidade em Uberlândia-MG. **Caminho da Geografia**, v. 16, n. 53, p. 81–100, Mar, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>. Acesso em: 01 maio 2020.

SILVA, R.S; PADILHA, M.I. Acadêmicos de Enfermagem e seu autocuidado em relação a doenças sexualmente transmissíveis. **Revista de Enfermagem e atenção a saúde**. Santa Catarina, v. 5, n. 1, p. 36-50, Jan/Jul, 2016. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=29087&indexSearch=ID>. Acesso em: 03 maio 2020.

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8 n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt\\_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf](https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf). Acesso em: 05 maio 2020.



## A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE A APLICABILIDADE DA LISTA DE VERIFICAÇÃO DE CIRURGIA SEGURA

### AUTORAS:

Aylanne Maria Lopes Soares  
Adna Raynara Galdino Barbosa  
Josiane Santa Rosa Silva  
Roseana Lima da Silva  
Andressa Monica Gomes Fernandes

**INTRODUÇÃO:** Devido ao grande número de erros cometidos em procedimentos cirúrgicos por profissionais de saúde que comprometem a integridade ou até a vida dos pacientes, chegou-se à necessidade de se desenvolver estratégias que possibilitem minimizar os efeitos adversos envolvidos nesses processos. Por isso tem se evidenciado a implantação nas instituições de saúde a Lista de Verificações de cirurgia segura, conhecido como *checklist*, em que se padroniza a lista de checagem em todo o processo que envolve a equipe cirúrgica (SOUZA *et al.* 2016). De acordo com Tostes, Galvão (2019), a Lista de Verificação de Segurança Cirúrgica (LVSC), originada no programa de “Cirurgias Seguras Salvam Vidas” da Organização Mundial da Saúde (OMS), tem como objetivo a prevenção de eventos adversos e a segurança do paciente em procedimentos cirúrgicos. Pensando nisso, vem sendo utilizada como ferramenta de forma operacional na sala cirúrgica. Para o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 529, quando se trata da segurança do paciente, essas e outras medidas foram e estão sendo implantadas para reduzir ao mínimo aceitável, risco e danos desnecessários associado ao cuidado prestado ao paciente em procedimentos cirúrgicos e anestésicos. Nesse contexto, o enfermeiro é primordial no processo de cuidado e segurança do paciente, é ele quem vai facilitar o processo de aprendizagem e gerenciar ações que venham culminar na assistência segura, dentre as ações, destacam-se a antecipação e diminuição de agravos ou eventos adversos, nos períodos pré, intra e pós-operatórios. Através dos *checklist*, a equipe de enfermagem consegue atingir um padrão de segurança do cuidado, a conseguir promover uma melhor interação entre as equipes, diminuição de eventos adversos no pós operatório e complicações mais sistêmicas ao paciente (ALPENDRE *et al.*, 2017). Quando se trata de segurança do paciente, o processo de enfermagem é de fundamental importância na disposição desse cuidado, ele é uma ferramenta utilizada com objetivo de organizar, facilitar a organização e a dinâmica do cuidado ao paciente, a otimizar as ações de enfermagem, obedecer uma sequência e ser aplicado em qualquer nível de assistência (FRANÇA; BASSETTO; FIGUEIREDO, 2020). Diante disto, este estudo científico pretende responder a seguinte pergunta norteadora: qual o papel do enfermeiro frente a verificação da aplicabilidade da cirurgia segura? Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo através de uma revisão da literatura, dispor a importância do enfermeiro na aplicação da lista de verificação de cirurgia segura. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de

literatura do tipo integrativa (RI), referente à “atuação do enfermeiro frente à aplicabilidade da lista de verificação de cirurgia segura”. Esse método permite a análise, identificação e síntese do conhecimento na comunidade científica agregando os resultados dos estudos na prática de modo eficiente (SOUZA; SILVA; CARVALHO; 2010). O levantamento dos artigos ocorreu no período de setembro de 2020, na Biblioteca Virtual de Saúde, nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Durante o levantamento de dados obteve-se, inicialmente, 324 publicações. Os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) utilizados foram: Enfermagem de centro cirúrgico, Avaliação de Enfermagem, Medidas de Segurança e Lista de Checagem. Para a busca dos estudos foram utilizados os seguintes descritores combinados com o operador booleano “AND”: Centro cirúrgico AND lista de checagem com 128 publicações. Os critérios de inclusão foram textos completos e de livre acesso, disponíveis em língua portuguesa e inglesa que compartilhassem da temática, objetivo de estudo e que foram publicados nos últimos cinco anos. Foram excluídos os artigos com ano de publicação inferior a 2015, em forma de resumo, carta ao editor, duplicidade e os que não abordassem a temática escolhida. Após a leitura dos resumos foram escolhidos 15 artigos que respondiam à questão de pesquisa. Após a leitura completa, foram selecionados 5 artigos para compor a RI. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando o rigor ético. Os artigos foram organizados em quadro conforme autoria do artigo, ano de publicação, local de publicação, tipo de estudo, objetivo e resultados. A análise dos estudos deu-se por meio de leitura criteriosa de cada artigo e posterior discussão dos resultados. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Inicialmente foram selecionados 15 artigos potencialmente relevantes, dos quais 10 apresentaram-se para a atuação do enfermeiro frente à aplicabilidade da lista de verificação de cirurgia segura. Desses foram escolhidos 5 artigos para compor a revisão integrativa dos quais estão dispostos no quadro abaixo por atenderem os critérios de elegibilidade e temática do tema. Segundo Santos, Domingues e Eduardo (2020) no estudo realizado no Hospital no interior do Estado de São Paulo evidenciaram que os profissionais saúde assim como toda equipe da instituição que atuavam diretamente no período intra-operatório, tinham ciência do *checklist* como uma ferramenta empregado na instituição mas os profissionais envolvidos não compreendiam sua real finalidade dentro da cultura de segurança do paciente e efetiva comunicação entre as equipes; em outrora Ferreira, Ribeiro, Mendonça, Amaro (2019) haviam pesquisado sobre a implantação dessa mesma ferramenta traçou-se as características dos profissionais envolvidos, muitos dos profissionais em estudo de nível técnico, não reconheciam a ferramenta como instrumento de prevenção de erros no ambiente intra-hospitalar. Os profissionais com formação técnica não reconheceram o *checklist* como ferramenta de prevenção de eventos adversos, comumente ocorridos em Centros Cirúrgicos ou não compreendiam a sua utilização de maneira correta. Cardoso *et al.*, (2020) exprimem o papel que o profissional de enfermagem tem nas etapas do processo cirúrgico, com destaque na segurança do paciente de forma interpessoal e o profissional de nível superior a capacidade técnico-crítico-reflexiva para desempenhar o papel de circulante de sala e conseqüentemente, verificador da listagem. Sobre essa perspectiva, o exercício da enfermagem requer que os profissionais estejam bem preparados com conhecimentos técnicos e teóricos, ajustados a todas as etapas do processo cirúrgico e protejam a segurança do paciente. Fernandes (2019) destaca que a utilização do *checklist* apenas, não age como papel transformador de ambientes sanitários, é capaz de promover uma assistência cirúrgica segura. Sugerem a cultura de segurança do paciente, envolvendo pacientes, gestores

e profissionais de saúde. A superar as mudanças inertes impregnadas culturalmente, e não considerar um instrumento criteriosamente burocrático e sim um qualificador de saúde (FERREIRA et al., 2019). Fujii Neta *et al.* (2019), é imprescindível que os profissionais de fato passem a utilizar o *checklist* cirúrgico visando a minimização de eventuais danos, através de implementação e avaliação cuidadosa, além do envolvimento de multiprofissional, para a sua adesão, flexibilidade e adaptações às mudanças e supervisão dos processos, os quais serão necessários para otimizar os benefícios potenciais associados a esse instrumento. **CONCLUSÃO:** O estudo apresentado evidenciou as dificuldades de adesão que os profissionais de enfermagem enfrentam para a utilização correta e eficaz do checklist de cirurgia segura, entre os motivos estão a falta de conhecimento e a pressa do médico em realizar o procedimento. Para que a implementação dessa ferramenta seja feita corretamente é necessário que o enfermeiro seja o mediador dessa capacitação dos profissionais e que todos que atuam no centro cirúrgico estejam comprometidos com a efetivação do checklist. Espera-se que o estudo contribua de forma científica, evidenciando a importância dos profissionais de enfermagem no processo de diminuição de erros em procedimentos cirúrgicos.

## REFERÊNCIAS

- ALPENDRE, Francine Taporosky *et al.* Cirurgia segura: validação de checklist pré e pós-operatório. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 25, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010411692017000100357&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692017000100357&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013**. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).
- FERREIRA, Núbia Conceição Santos et al. Checklist de cirurgia segura: conhecimento e utilização do instrumento na perspectiva dos técnicos de enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 9, 2019. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/2608/2064>. Acesso em: 26 set. 2020.
- FERREIRA, Rosilene Alves et al. Fatores intervenientes na implantação do checklist de cirurgia segura em um hospital universitário. **Revista Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 5, 2019. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3907>. Acesso em: 24 set. 2020.
- FRANÇA, Heitor Luiz de; BASSETTO, Carlos Roberto; FIGUEIREDO, Luana Prado. Processo de enfermagem aplicado ao paciente em unidades de cuidados críticos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 5, ed. 3, v. 1, p. 136-164. março de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/unidades-de-cuidados-criticos>. Acesso em: 18 set. 2020.

FUJII NETA, Akie. Segurança do paciente e cirurgia segura: taxa de adesão ao checklist de cirurgia segura em um hospital escola. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 22, p. 3380-3383, 2019. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/revistas/259/pg22.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

RIBEIRO, Luciane *et al.* Lista de verificação de cirurgia segura: Aderência de preenchimento; inconsistência e desafios. **Revista do colégio Brasileiro de cirurgias**. v. 5, n. 45, 2020. Disponível em: <https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&tl=pt&u=https%3A%2F%2Fpubmed.ncbi.nlm.nih.gov%2F31859726%2F&prev=search>. Acesso em: 24 set. 2020.

SANTOS, Evelyn Alves; DOMINGUES, Aline Natália; EDUARDO, Aline Helena Appoloni. Lista de verificação para segurança cirúrgica: conhecimento e desafios para a equipe do centro cirúrgico. **Enfermería Actual de Costa Rica**, San José, n. 38, p. 75-88, 2020 . Disponível em: [http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-45682020000100075&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682020000100075&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 set. 2020.

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8 n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt\\_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf](https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf). Acesso em: 23 maio 2020.

SOUZA, Rayanne Morais de *et al.* Aplicabilidade do checklist de cirurgia segura em centros cirúrgicos hospitalares. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 192-197, dez. 2016. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/67>. Acesso em: 17 set. 2020.

TOSTES, Maria Fernanda do Prado; GALVÃO, Cristina Maria. Lista de verificação de segurança cirúrgica: benefícios, facilitadores e barreiras na perspectiva da enfermagem. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 40, n. spe, e 20180180, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198314472019000200402&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198314472019000200402&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 set. 2020.



## AS CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NA SEGURANÇA DO PACIENTE PEDIÁTRICO NO AMBIENTE HOSPITALAR DE MÉDIA COMPLEXIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

### AUTORAS:

Núbia Santos Ed Santana  
Noemy Eduarda Santos Oliveira  
Aline Darc Silva Santos  
Anna Gabriella Cabral  
Andressa Monica Gomes Fernandes

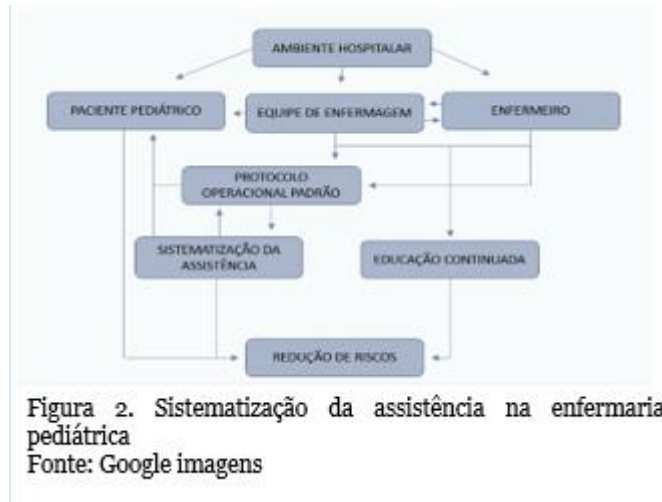
**INTRODUÇÃO:** O setor de pediatria hospitalar, de média complexidade, requer uma atenção redobrada quando falamos em riscos de acidentes, pois crianças são mais inquietas, o que pode facilitar quedas e pequenos acidentes físicos (WINCK, FIGUEIREDO, 2017).



Figura 1. Enfermaria pediátrica  
Fonte: Google imagens

**OBJETIVO:** Viu-se como objetivo de pesquisa compreender as contribuições do enfermeiro na segurança do paciente pediátrico no ambiente hospitalar de média complexidade. **MÉTODO:** Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, com a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre o tema demilitado, de maneira sistematizada e ordenada (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014). A pesquisa realizada delineou-se com a identificação na literatura nacional, em que foram escolhidos um total de três artigos para a composição do resumo. **RESULTADOS:** Os cuidados de enfermagem para prevenir possíveis eventos adversos compreendem a sistematização da assistência de todos os funcionários da instituição hospitalar (ROCHA *et al.* , 2018).





**CONCLUSÃO:** Conclui-se que o profissional de enfermagem deve promover ações de educação continuada e permanente junto às equipes que compõem uma instituição de saúde.

## REFERÊNCIAS

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

ROCHA, Cristiane M; *et al.* Administração segura de medicamentos em neonatologia e pediatria: cuidados de enfermagem. **Revista Enfermagem UFPE online**. Recife. dez., 2018.

WINCK, José Elias; FIGUEREDO Sandro oliveira. Os eventos adversos mais relevantes relacionados à administração de medicamentos em pediatria. **Revista Eletrônica Atualiza Saúde**. v. 5, n. 5, p. 78-84, Salvador, jan/jun, 2017.



## UTILIZANDO AS PICS COMO ESTRATÉGIA DO CUIDADO EM SAÚDE EM UMA UPA DO MUNICÍPIO DE NATAL-RN

### AUTORAS:

Alidia Monik Alves Vale Marques

Márcia Cunha da Silva Pellense

Taciana Jacinto de Almeida

**INTRODUÇÃO:** As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) estão previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), as quais buscam mitigar sua implementação, dando ênfase na atenção primária à saúde. As PICS fazem parte da matriz curricular do curso de Enfermagem do UNIFACEX, visando inserir o aluno na temática, possibilitando sua imersão nas atividades de extensão voltadas ao campo prático.

**OBJETIVO:** Relatar as atividades voltadas às PICS realizadas pelos acadêmicos do curso de Graduação em Enfermagem do 6º eixo em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Natal-RN. **MÉTODO:** Trata-se de um relato de experiência sobre a ação de extensão realizada no Curso de Graduação em Enfermagem. A atividade ocorreu em outubro de 2020, sob a supervisão da Enfermeira Acupunturista, e teve como público-alvo os funcionários da unidade.

Na ocasião, foram realizadas atividades como aplicações de auriculoterapia e escalda-pés.

**RESULTADOS:** Evidenciou-se a importância de vivenciar essas práticas durante a formação dos estudantes, como experiências que possam intervir para a melhoria do cuidado em saúde. Durante a ação, foi observado o interesse dos funcionários da equipe em participar da ação, principalmente durante a realização das ações voltadas ao relaxamento e alívio do estresse.

**CONCLUSÃO:** Percebeu-se que a ação trouxe impactos positivos, na medida em que conseguiu proporcionar benefícios para todos os envolvidos, tanto para os funcionários como para os estudantes. Entretanto, fatores como a inadequação de espaço físico e a restrição de alguns materiais dificultaram a realização da prática. Nesse sentido, é imprescindível um melhor planejamento para que as futuras ações possam ser realizadas de forma mais abrangentes e mais qualificadas.

**Palavras-chave:** Saúde do Trabalhador. Práticas Integrativas Complementares. Enfermagem.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**, e o Decreto nº 7.508/11 de 28 de junho de 2011. Dispõe sobre a organização do SUS. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Práticas Integrativas e Complementares (PICS)**. Natal, 2021.

# **FISIOTERAPIA**



## EFETIVIDADE DO TREINAMENTO DO ASSOALHO PÉLVICO PARA FUNCIONALIDADE PERINEAL RELACIONADA À PROSTATECTOMIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

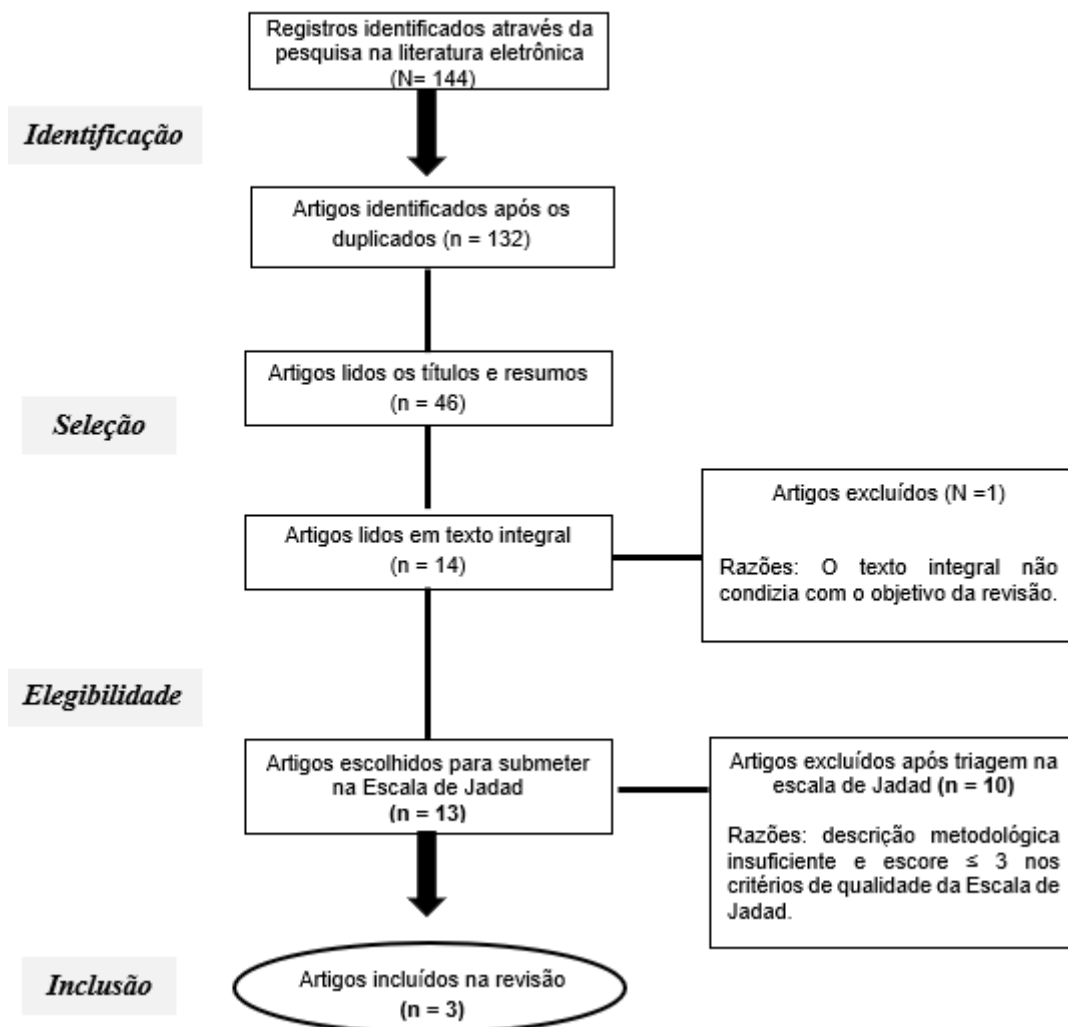
### AUTORES:

Karla Jesielly Varela da Costa  
Lilian Alves da Silva Santos Mendonça  
José Rodolfo Torres de Araújo

**INTRODUÇÃO:** De acordo com o Instituto Nacional do Câncer, o câncer de próstata é caracterizado como o crescimento desordenado das células da próstata, com formação tumoral e possibilidade de invasão para tecidos e órgãos, gerando um impacto extremamente danoso à saúde do homem com repercussões físicas e emocionais (INCA, 2020). Representa a segunda causa por morte oncológica entre homens no mundo, depois do câncer de pulmão. (Floratos *et al.*, 2002; Tobia *et al.*, 2008; Tantawy *et al.*, 2019). No Brasil, estima-se que para cada ano do triênio 2020/2022, sejam diagnosticados 65.840 novos casos, além disso, 75% dos casos são registrados em homens a partir dos 65 anos, sendo raro antes dos 40 anos (INCA, 2020). Mundialmente, a incidência aproximada é de 1,1 milhão de homens ao ano (Lin *et al.*, 2012). Os fatores de risco envolvem excesso de peso, idade acima dos 50 anos, histórico familiar, metabolismo, esteroide sexual desregulado, raça negra e elevados níveis de citocinas pró-inflamatória. (Lin *et al.*, 2012; Tantawy *et al.*, 2019; American Cancer Society, 2020). A detecção da doença se dá por meio do diagnóstico precoce ou do rastreamento, com aplicação de exame de toque retal e dosagem de PSA (antígeno prostático específico). Os sintomas se relacionam com a compressão da uretra prostática e gera dificuldade de urinar, demora em iniciar e finalizar o ato urinário, presença de sangue na urina, incontinência urinária (IU) e etc. (INCA, 2017). Seu tratamento clínico pode envolver cirurgia (prostatectomia) e radioterapia. Ainda existem dúvidas sobre quais terapias causam melhor resposta terapêutica na reabilitação pélvica masculina, visto que muitos estudos estão centralizados em formas de reabilitação do períneo feminino e que o homem apresenta peculiaridades anatômicas diferentes da mulher, como o órgão prostático. (Hou *et al.*, 2013; Pedrial *et al.*, 2016). Nesse contexto, esse estudo tem o objetivo de investigar, por meio de uma revisão sistemática, evidências de eficácia do treinamento funcional do assoalho pélvico para funcionalidade e integridade perineal de homens submetidos a prostatectomia. O mesmo treinamento que é utilizado em mulheres nas mais variadas situações, também funciona para homens? **METODOLOGIA:** Por meio de uma revisão sistemática da literatura dos últimos cinco anos, investigou-se as evidências da efetividade dos exercícios de treinamento do assoalho pélvico em homens pré-pós prostatectomia. Foram consultados trabalhos via PubMed, LILACS, SciELO, PEDro, MEDLINE e Bireme e usados os descritores: Pelvic Floor Trainig, Exercises, Therapeutic Exercises, Prostatectomy, Prostate Surgery e Prostate Cancer. Buscaram-se artigos que avaliaram as formas de uso, protocolos, e a efetividade dos exercícios para o assoalho pélvico

masculino no pré-pós cirurgia. Foram considerados estudos apenas do tipo ensaio clínico, sendo aceitos trabalhos em português, inglês e espanhol. A “Escala de Jadad” foi usada para análise da qualidade metodológica dos artigos, utilizando escore variável de 0 a 5. Estudos com escore menor que 3 foram considerados com alto risco de viés e descartados. (Silva *et al.*, 2013). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram encontrados 144 artigos e selecionados 13 artigos, os quais foram avaliados pela Escala Jadad (figura 1). Ao término, foram incluídos 3 artigos. As características e perfil das amostras dos estudos estão indicadas na tabela 2 e as características das intervenções na tabela 3.

**Figura 1- Processo de triagem dos artigos da revisão sistemática.**



**Tabela 2- Características dos estudos selecionados pela revisão sistemática.**

	Tipo de estudo	Amostr a	Grupo Controle	Grupo intervenção	Idade	Local/Pais
(Miliós et al., 2019)	Ensaio randomiz ado	N=97 homens	N=47	N=50	63,5 ± 6,8	Clínica de fisioterapia  Austrália e Nova Zelândia
(Gomes et al., 2017)	Ensaio randomiz ado	N = 104 homens	N=35	N=69	Grupo Pilates (G1) = 66,62 ± 5,66  Grupo exercício convencional +EEA* (G2) = 65,83 ± 5,64  Grupo Controle (G3) = 63,11 ± 7,19	Hospital de ensino (centro de referência)  Londrina, Brasil
(Pedriali et al., 2016)	Ensaio randomiz ado	N=85 homens	N=31	N=54	Grupo Pilates (G1) = 66,07 5,77  Grupo exercício convencional +EEA (G2) = 66,32 5,48  Grupo controle (G3) = 62,61 7,26	Hospital de ensino (centro de referência)  Londrina, Brasil

**Tabela 3 - Características das intervenções aplicadas nos estudos para tratamento pré-pós prostatectomia.**

Estudo	Objetivo do estudo	Intervenção	Tempo de intervenção	Conclusão
(Milios et al., 2019)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver um novo programa de treinamento da MAP focado na ativação de fibras musculares de contração rápida e lenta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>TPRÉ-C*:</b></li> <li><b>Grupo cuidados habituais:</b> 3 séries/dia de exercícios de treinamento da MAP, com 10 contrações, durante 10s, com um tempo de descanso igual. Uma série para cada posição (Deitado, sentado, e em pé.)</li> <li><b>Grupo Intervenção:</b> 6 séries/dia de exercícios de treinamento da MAP, com 10 contrações rápidas (1s de duração) e 10 lentas (10s de duração) com um tempo de descanso igual, para as posições em pé.</li> <li><b>TPÓS-C**:</b></li> <li><b>Grupo Controle:</b> 3 séries/dia dos exercícios realizados pré-cirurgia, enquanto o <b>grupo intervenção</b> continuava com exercícios 6 séries/dia de treinamento rápido e de contração lenta.</li> </ul>	• 12 semanas	<ul style="list-style-type: none"> <li>O treinamento da MAP pós prostatectomia, melhorou a função muscular e diminuiu a IU.</li> <li>Diferenças de grupo também foram aparentes para a percepção da IU e qualidade de vida no pós-operatório.</li> </ul>

(Gomes et al, 2017)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar efeitos do Pilates comparado ao protocolo convencional de treinamento da MAP em pacientes com IU pós-prostatectomia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>G1:</b> 10 sessões semanais de exercícios de esteira de Pilates, em pares, no solo por 45 min, orientações escritas para realizar exercícios diários em casa.</li> <li><b>G2:</b> 10 sessões semanais de treinamento da MAP por 45 min em combinação com o EEA com eletrodo intracavitário.</li> <li><b>G3:</b> avaliação inicial sem instruções para realizar o treinamento em casa.</li> </ul>	• 12 semanas com reavaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorias na força da MAP foram distintas entre os grupos de tratamento ativo <i>versus</i> o controle.</li> <li>Pilates promoveu resultados semelhantes na proporção de pacientes totalmente continentais quando comparados ao tratamento convencional.</li> </ul>
---------------------	--	--	------------------------------	--



Estudo	Objetivo do estudo	Intervenção	Tempo de intervenção	Conclusão
(Pedriali et al., 2016)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a eficácia de exercícios de Pilates em comparação com o protocolo ***ECAP tratamento conservador da IU pós prostatectomia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• G1: 10 sessões de exercícios de esteira de Pilates, em pares, uma vez por semana, por 45 minutos. Orientações por escrito para realizar exercícios em casa diariamente.</li> <li>• G2: 10 sessões semanais de ECAP combinado com EEA, com eletrodo uma vez por semana, por 40 a 50 minutos.</li> <li>• G3: Avaliação inicial e sem tratamento ou instruções para realizar exercícios em casa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 meses com reavaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa de exercícios Pilates provou ser tão eficaz quanto a ECAP em pacientes com IU pós-prostatectomia.</li> </ul>

\*TPRÉ-C: (Tratamento Pré-Cirúrgico); \*\*TPOS-C: (Tratamento Pós-Cirúrgico); \*\*\*ECAP: (Exercícios Convencionais do Assoalho Pélvico).

Este estudo buscou encontrar evidências que demonstrem a efetividade dos exercícios de treinamento da musculatura do assoalho pélvico para a funcionalidade perineal, em homens submetidos à prostatectomia. Poucos são os casos de IU antes da cirurgia, por essa razão, a maioria das ocorrências de perda urinária em homens ocorre após a prostatectomia. (MILIOS *et al.*, 2019). Lima *et al.*, 2016 aponta que a utilização dos exercícios do assoalho pélvico está entre as principais intervenções utilizadas para estimular o períneo masculino e beneficiam 74% dos pacientes após a ressecção da próstata por via endoscópica e 33% dos indivíduos pós-prostatectomia radical. Esses exercícios podem se associar com o uso da terapia por biofeedback, e exercícios do método pilates, visando o fortalecimento da MAP e minimizando os episódios de IU. Os estudos selecionados na revisão (MILIOS *et al.*, 2019, Gomes *et al.*, 2017, PEDRIALI *et al.*, 2016) demonstraram que as modalidades de EEMAP e Pilates possibilitam benefícios à saúde dos pacientes prostatectomizados, como: melhoria da continência dos músculos perineais, da qualidade de vida e diminuição na quantidade de absorventes diários. Milios *et al.*, 2019, observaram que o treinamento da MAP quando aplicado durante a avaliação e no período de 12 semanas pré cirurgia, reduziu ocorrências de IU, o estudo de Gomes *et al.*, 2017 identificou o mesmo benefício de melhora e recuperação da continência, quando utilizado o treinamento convencional da MAP associado ao pilates, por tempo semelhante. Pedriali *et al.*, 2016, utilizaram os mesmos métodos que Gomes *et al.* (2016), e concluíram resultados semelhantes entre exercícios de Pilates e treinamento convencional da MAP pós-prostatectomia. Até o momento, não é possível determinar superioridade terapêutica. Com base na análise desses estudos, essa revisão aponta que existem diversas possibilidades terapêuticas para o treinamento da MAP em homens, com capacidade de melhora da IU, entretanto, a literatura ainda orienta os mesmos protocolos de treinamento perineal que são utilizados amplamente nas mulheres. Os homens apresentam peculiaridades anatômicas diferente das mulheres, como a presença da próstata. Desse modo, ainda existem dúvidas se os exercícios recrutariam as mesmas estruturas pélvicas em ambos. (HODGERS *et al.*, 2019). Um estudo recente, identificou que em vários artigos, os princípios terapêuticos aplicados para o tratamento da IU de estresse nos homens são utilizados em mulheres, porém, nas mulheres, a

IU se dá no músculo elevador do ânus, disfunção secundária à gravidez e parto vaginal, já nos homens, ocorre em decorrência de cirurgia na região anal e perineal, onde a remoção de partes da uretra prostática gera danos no esfíncter uretral estriado. (HODGERS *et al.*, 2019). Logo, podemos inferir que as mesmas condutas terapêuticas são usadas em ambos os sexos, quando se trata de IU, porém, o treinamento funcional do assoalho pélvico assume protagonismo no tratamento de IU pós-prostatectomia.

**CONCLUSÕES:** Esta revisão sistemática concluiu que existem várias abordagens terapêuticas voltadas para o treinamento do assoalho pélvico masculino após a cirurgia de próstata, no pré e pós-cirúrgico, sendo as mais utilizadas: exercício convencional de fortalecimento da MAP associado ou não à eletroestimulação anal e ao Pilates. Essas terapias são grandes aliadas no tratamento das perdas urinárias e o treinamento funcional convencional da MAP. A literatura carece de estudos que investiguem se as mesmas intervenções para treinamento da MAP têm a mesma efetividade entre homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

AMERICAM CANCER SOCIETY. **Câncer de próstata**. Disponível em: <https://www.cancer.org/cancer/prostate-cancer/about/key-statistics.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

FLORATOS D.L., *et al.* Biofeedback vs verbal feedback as learning tools for pelvic muscle exercises in the early management of urinary incontinence after radical prostatectomy. *BJU International*. 2002;89:714-719. Doi: 10.1046/j.1464-410x.2002.02721.x.

GOMES C.S. *et al.* **The effects of Pilates method on pelvic floor muscle strength in patients with post-prostatectomy urinary incontinence:** A randomized clinical trial. *Neurourology and Urodynamics*. 2018;37(1):346-353. Doi: 10.1002/nau.23300.

HOU, C. P. *et al.* Use of the SF-36 quality of life scale to assess the effect of pelvic floor muscle exercise on aging males who received transurethral prostate surgery. *Clinical interventions in aging*. 2013;8:667-673. Doi:10.2147/CIA.S44321.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Detecção precoce - Monitoramento das ações de controle do câncer de próstata. **Boletim Informativo**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2017. Acesso em 13/04/20. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/03/Informativo-Câncer-de-Próstata-2017.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Câncer de próstata** [Internet]. Revisado em 2020 04/02/2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-prostata>. Acesso em: 13 abr. 20.

HODGES P. W. *et al.* Reconsideration of pelvic floor muscle training to prevent and treat incontinence after radical prostatectomy. *Urologic Oncology*. 2020;38(5):354-371. Doi: 10.1016/j.urolonc.2019.

LIMA, C. L. M.; VAZ F. P.; MÜLLER V. **Incontinência Urinária Pós-Prostatectomia: Tratamento.** Projeto diretrizes. Sociedade Brasileira de Urologia, 2006. Disponível em: [https://diretrizes.amb.org.br/\\_BibliotecaAntiga/incontinencia-urinaria-pos-prostatectomia-tratamento.pdf](https://diretrizes.amb.org.br/_BibliotecaAntiga/incontinencia-urinaria-pos-prostatectomia-tratamento.pdf).

LIN, Y. H. *et al.* Effects of Early Pelvic-Floor Muscle Exercise for Sexual Dysfunction in Radical Prostatectomy Recipients. *Cancer Nursing*. 2012;35(2):106-114. Doi: 10.1097/NCC.0b013e3182277425.

MILIOS, J. E.; ACKLAND, T. R.; GREEN, D. J. **Pelvic floor muscle training in radical prostatectomy: a randomized controlled trial of the impacts on pelvic floor muscle function and urinary incontinence.** *BMC Urology*. 2019;19(1):116. Doi: 10.1186/s12894-019-0546-5.

PEDRIALI F. R. *et al.* **Is pilates as effective as conventional pelvic floor muscle exercises in the conservative treatment of post-prostatectomy urinary incontinence?** A randomised controlled trial. *Neurourology and Urodynamics*. 2016;35(5):615-621. Doi:10.1002/nau.22761

SILVA, V. A. D. *et al.* **Avaliação da qualidade de evidências científicas sobre intervenções musicais na assistência a pacientes com câncer.** *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*. 2014.18(50): 479-492. Doi: 10.1590/1807-57622013.0875

TANTAWY, S. A., *et al.* Effect of 4 weeks of whole-body vibration training in treating stress urinary incontinence after prostate cancer surgery: a randomised controlled trial. *Physiotherapy*. 2019;105(3):338-345. Doi: 10.1016/j.physio.2018.07.013.

TOBÍA I., *et al.* Randomized study on urinary continence after radical prostatectomy with previous kinesic perineal physiotherapy. *Archivos Espanhole de Urologia*. 2008;61(7):793-798. Doi: 10.4321/s0004-06142008000700005.



## EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE AVC EM ÉPOCA DE PANDEMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

### AUTORAS:

Lilian Alves da Silva Santos Mendonça

Ana Beatriz de Oliveira Bezerra

Lorena Costa da Silva

Jessica Kamylla Nascimento Oliveira

Luciana Protasio de Melo

Karla Jesielly Varela da Costa

**INTRODUÇÃO:** De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016), o AVC refere-se ao desenvolvimento rápido de sinais clínicos de distúrbios focais e/ou globais da função cerebral, com sintomas de duração igual ou superior a 24 horas, de origem vascular, provocando alterações nos planos cognitivo e sensório-motor, de acordo com a área e a extensão da lesão. No mundo, o AVC é a segunda causa de morte e a primeira causa de incapacidade, podendo acometer 1 a cada 4 pessoas em qualquer idade. A cada ano, 13,7 milhões de pessoas têm um AVC no mundo, 5,5 milhões morrem e atualmente existem cerca de 80 milhões de sobreviventes de AVC (REDE BRASIL AVC, 2020). Dentre as causas de mortes mais comuns no Brasil, o AVC está em primeiro lugar sendo o tipo isquêmico o mais comum, com 85% dos casos (PEDRA *et al.*, 2019), o que também acontece no Rio Grande do Norte (MELO *et al.*, 2019). O dia 29 de outubro é denominado o Dia Mundial do AVC e, durante todo o mês, participantes do movimento trabalham na divulgação de informações visando a prevenção e conscientização aos indivíduos. A Rede Brasil AVC é uma organização não governamental formada por vários profissionais da saúde, atuando com ênfase no mês de outubro com o objetivo de melhorar a assistência global em pacientes com AVC no Brasil, diminuir o número de casos e melhorar o atendimento pré e pós-hospitalar (REDE BRASIL AVC, 2020). A educação em saúde é definida como a transmissão de informação à saúde com tecnologias avançadas ou não, sendo considerada uma ferramenta importante de promoção à saúde e depende da combinação de apoio educacionais e ambientais, com o intuito de gerir informações conducentes à saúde (SALCI *et al.*, 2013). Diante do momento de distanciamento social devido ao novo coronavírus, a incidência de AVC não diminuiu. Uma pesquisa feita pelo *World Stroke Organization* (WSO), em diferentes países, detectou uma queda no número de internação de 50 a 80%, por motivos de AVC mais brandos. No entanto, há a possibilidade do real motivo ter sido devido ao medo de contaminação pela Covid-19 (HUGH *et al.*, 2020). Considerando o grande número de casos de indivíduos acometidos por AVC no Brasil e no mundo, inclusive durante a pandemia da Covid-19, e as repercussões dessa doença na funcionalidade e qualidade de vida, são necessárias medidas de conscientização da sociedade sobre o tema. O projeto de extensão Campanha Virtual de AVC 2020, realizado por discentes das instituições Centro Universitário Facex (UNIFACEX) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),

sob orientação de uma pesquisadora e professora das duas instituições, se alinhou à Campanha nacional de AVC para oferecer informações científicas sobre o AVC e seus desdobramentos em uma linguagem clara e adequada para a população. No contexto atual de distanciamento social devido a pandemia, a campanha foi realizada no formato virtual e a divulgação se deu por meio de redes sociais. Com isso, este trabalho objetivou fornecer educação em saúde sobre AVC e seus vários aspectos em meio a pandemia da covid-19. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com base na vivência de 45 discentes do curso de Fisioterapia das instituições UNIFACEX e UFRN, participantes do projeto de extensão Campanha Virtual de AVC 2020 do UNIFACEX, com a supervisão da pesquisadora já mencionada. A extensão ocorreu no mês de outubro de 2020 e foi constituída de educação em saúde direcionada a população em geral, utilizando informações baseadas em evidências científicas relacionadas ao AVC. Inicialmente houve uma reunião de planejamento entre discentes e professora na sala virtual *Google Meet*, sendo repassadas orientações sobre o funcionamento da Campanha e embasamento teórico sobre a doença. Em seguida, foram disponibilizadas fontes de conteúdos adequados, entre elas artigos científicos, cronograma de eventos e manual de cuidados para os pacientes de AVC elaborado pela Rede Brasil AVC, como materiais de estudo e base para desenvolvimento de materiais eletrônicos, como folders. Entre as atividades realizadas pelo grupo, destacam-se as confecções de publicações informativas e suas divulgações em redes sociais como Instagram e WhatsApp, o planejamento e execução de uma reunião aberta à sociedade composta por discussão e esclarecimentos de dúvidas sobre o tema, o registro de prática de atividade física e seu compartilhamento, como forma de estimular outras pessoas a iniciar ou manter esse hábito. O alcance do público foi monitorado por meio do número de visualizações disponibilizado pela rede social utilizada. Aconteceram *lives* dentro da temática AVC, abordando neuromodulação e modelo biopsicossocial. Para fechar a campanha, nossa participação foi junto a agenda Conexão ([www.conexaoavc.com.br](http://www.conexaoavc.com.br)) da Rede Brasil AVC entre os dias 26 e 29 de outubro de 2020. **RESULTADOS:** O público-alvo envolveu indivíduos de diversas idades e níveis de escolaridade que acompanham as redes sociais dos participantes da extensão, por isso a necessidade do uso de uma linguagem clara e adequada, evitando um vocabulário técnico. A média de alcance do público neste projeto foi em torno de 11.004 pessoas, correspondente à soma do número de visualizações das postagens sobre AVC nas redes sociais já mencionadas. Uma das atividades realizadas pelo grupo constituiu a realização de uma reunião por vídeo chamada aberta para a sociedade, nela foram abordados tópicos importantes sobre o AVC, seus fatores de risco, formas de prevenção e brevemente sobre tratamento dos pacientes acometidos. Durante a explanação surgiram dúvidas dos 10 participantes em média, as quais foram respondidas pela professora e alguns discentes do projeto, e paralelamente troca de experiências. Quanto às duas *lives* realizadas, teve-se um bom retorno dos participantes com elogios aos temas e didática trazendo mais informações para prevenção, modelo de saúde e possibilidades de tratamento a quem já sofreu AVC. Em ambas, cerca de 54 pessoas participaram e interagiram. Dessa forma, foi perceptível a importância da transmissão de conhecimentos e a conscientização sobre o tema, desde que o combate efetivo aos fatores de risco por meio da população favorece a redução do número de casos, assim como um adequado manejo durante a ocorrência de um AVC diminui as chances de complicações. Ainda mais, em um período atípico de pandemia, onde todos estão voltados a covid-19 e deixando outras condições de saúde de lado. **CONCLUSÃO:** Observaram-se os benefícios da Campanha Virtual de AVC 2020 a partir da repercussão dos conteúdos informativos divulgados e

interação, atingindo uma quantidade satisfatória de leitores e ouvintes, tendo alcance maior do que presencialmente como em anos anteriores. O público alcançado obteve orientações essenciais com relação a como se prevenir e identificar a ocorrência de AVC, assim como a ação mais adequada nesse momento a fim de evitar ou amenizar possíveis complicações. Além disso, os discentes envolvidos foram beneficiados com o embasamento científico sobre o AVC e com a prática de educação em saúde por meio digital, fonte mais usada em período de pandemia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com acidente vascular cerebral.

**Biblioteca virtual em saúde do Ministério da Saúde.** Disponível em:

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_acidente\\_vascula\\_cerebral.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_acidente_vascula_cerebral.pdf).

CONEXÃO AVC. [Internet.]. Disponível em: <http://www.conexaoavc.com.br/>. Acesso em: 25 out. 2020

COSTA, F. A; *et al.* Clínica e Funcionalidade de Pacientes Hemiplégicos Pós-AVC Agudo Atendidos nos Serviços Públicos de Fisioterapia de Natal (RN). **Ciência e Saúde Coletiva**, Natal, v. 14, p. 1341-1348, 26 jan. 2009.

MARKUS H. S.; BRAININ, M. COVID-19 and stroke - A global World Stroke Organization perspective. **International Journal of Stroke**, v.15, n.4, p. 361-364, 2020. Disponível em: 10.1177 / 1747493020923472.

MELO, L. P. et al. Admissão de pacientes com Acidente Vascular Cerebral em hospital público. **Cad. Edu Saúde e Fis**, v.6, n.12, p. 13-23, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.18310/2358-8306.v6n12.a2>>.

PEDRA, E. F. P.; *et al.* Pacientes pós-AVC com e sem trombólise: análise da deglutição na fase aguda da doença. **CoDAS**, São Paulo , v. 32, n. 1, e20180229, 2020 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2317-17822020000100310&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822020000100310&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 out. 2020. Epub Fev 03, 2020. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20192018229>.

REDE Brasil AVC. [Internet.] Disponível em: <http://www.redebrasilavc.org.br>. Acesso em: 22 out. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Stroke, cerebrovascular accident.** Disponível em: <[http://www.who.int/topics/cerebrovascular\\_accident/en/](http://www.who.int/topics/cerebrovascular_accident/en/)> . 2016.



## EFETIVIDADE DAS CONDUTAS FISIOTERAPÊUTICAS NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

### AUTORES:

Walquíria Felipe da Silva

Micaella Rayane da Silva Rodrigues

José Rodolfo Torres de Araújo

**INTRODUÇÃO:** Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o câncer de mama (CM) é caracterizado como o processo de crescimento desordenado das células presentes nas glândulas mamárias, com formação tumoral, e sua possibilidade de infiltração para tecidos e órgãos. O câncer de mama é um sério problema de saúde pública, que afeta mulheres em todo mundo. Essa enfermidade compromete a qualidade de vida e a funcionalidade das mulheres com esse diagnóstico. O objetivo deste trabalho é investigar as evidências de efetividade das intervenções fisioterapêuticas utilizadas no tratamento do câncer de mama.

**METODOLOGIA:** Por meio de uma revisão sistemática da literatura dos últimos cinco anos (2015-2020), investigou-se as evidências de efetividade das condutas fisioterapêuticas no tratamento do câncer de mama. Foram consultados trabalhos via PubMed, LILACS, SciELO, PEDro, MEDLINE e Bireme. Como critério de busca dos estudos, foram usados os seguintes descritores: Physiotherapy, Treatment, Breast cancer, Mastectomy, Rehabilitation. Foram incluídos artigos que avaliaram as formas de uso, protocolos e a efetividade das condutas fisioterapêuticas no tratamento do câncer de mama. Aceitamos trabalhos publicados em português, inglês e espanhol. A busca incluiu artigos de “ensaios clínicos” e excluiu-se trabalhos publicados em anais de congresso, além de dissertações, teses e resumos. Para avaliação dos artigos, foram considerados os seguintes pontos: adequação do desenho do estudo ao objetivo da pesquisa, qualidade dos relatórios, além do desenvolvimento e qualidade da intervenção. Como roteiro e guia na avaliação da qualidade dos documentos, utilizamos a “Escala de Jadad”. Essa escala é baseada em cinco perguntas que avaliam três aspectos dos ensaios clínicos: randomização, cegamento e descrição das perdas no seguimento. Apresenta um escore que varia de 0 a 5. Estudos com escore menor que 3 foram considerados com alto risco de viés e descartados.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A maioria dos trabalhos foram realizados com mulheres entre 30 e 70 anos. As amostras variaram de 24 a 147 indivíduos. As principais intervenções envolveram o uso da TCD, drenagem linfática manual, bandagem elástica, exercícios respiratórios, kinesio taping, liberação miofascial, exercícios resistidos e fisioterapia convencional. O tratamento médico e cirúrgico do câncer de mama pode deixar sequelas e comprometer o padrão funcional das áreas acometidas do paciente, implicando em limitações funcionais. Nessa perspectiva, a abordagem fisioterapêutica se mostra importante para contribuir com esse perfil de paciente, pois suas intervenções podem melhorar os principais sintomas no pós-operatório, que envolve linfedema, dor, diminuição da amplitude de movimento articular e danos ao sistema tegumentar, como cicatrizes e fibroses (FARIA *et al.*, 2010). A TCD é a técnica considerada o padrão ouro no tratamento do linfedema secundário ao

CM. Melam et. al, 2016 em seu estudo submeteu 60 pacientes a TCD associada a um programa diário de exercício domiciliar onde observou diminuição significativa da dor e melhora na funcionalidade e na qualidade de vida das participantes do grupo intervenção comparadas ao grupo da terapia convencional. As evidências têm mostrado efeitos benéficos do exercício em pacientes com câncer. Segundo Bok *et. al*, 2015 o exercício trouxe melhorias clinicamente significativas apresentando consequências físicas e psicossociais positivas. Outro estudo mostrou que realizar atividade física de forma regular contribui beneficemente para a qualidade de vida de pacientes portadoras de câncer de mama (BINOTTO *et al*, 2016). Taradaj *et al.*, 2015, em seu estudo, utilizou Kinesio taping em pacientes com linfedema chegando à conclusão de que o uso de KT não gera efeitos melhores que a bandagem em multicamadas já utilizada no método padrão. Em uma revisão sistemática que avaliou a eficiência da KT no tratamento de linfedema onde foram avaliados cinco estudos controlados e randomizados concluíram que a bandagem elástica funcional promoveu redução do linfedema quando utilizada sozinha ou associada a outras técnicas, porém quando comparada a TCD apresentou menor diminuição do linfedema, mostrando-se inviável quanto ao alto custo e resultado inferior a TCD (PIVETTA *et al.*, 2017). **CONCLUSÕES:** A revisão conclui que a terapia complexa descongestiva é uma das que apresentam evidência científica mais consistente. A dificuldade de cegamento dos participantes desses estudos e a associação com outras técnicas dificulta a precisão da avaliação e identificação do efeito específico de cada terapia nessa população, contudo sabemos que a atividade física apresenta bons resultados na diminuição da fadiga muscular.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **A situação do câncer de mama no Brasil: Síntese de dados dos sistemas de informações**. Rio de Janeiro: INCA, 2019. Disponível: [https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/a\\_situacao\\_ca\\_mama\\_brasil\\_2019.pdf](https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/a_situacao_ca_mama_brasil_2019.pdf).
- BAGLIA ML *et al*. Endocrine-Related Quality of Life in a Randomized Trial of Exercise on Aromatase Inhibitor-Induced Arthralgias in Breast Cancer Survivors. **Cancer**, 2019; 125(13), p. 2262-2271, 2019. Disponível em: <:org/10.1002/cncr.32051>.
- BENTO, Teresa. Revisões sistemáticas em desporto e saúde: Orientações para o planeamento, elaboração, redação e avaliação. **Motri**, Vila Real, v. 10, n. 2, p. 107-123, jun. 2014, DOI:10.6063/motricidade.10(2).3699.
- BINOTTO M *et al*. Physical activity and its benefits in quality of life of women with breast cancer: a cross sectional study in Caxias do Sul – RS. **Rev Bras Ativ Fís Saúde**, v.21, n.2, p.154-161, 2016. Disponível em: 10.12820/rbafs.v.21n2p154-161.
- BOK, S. *et al*. Ultrasonographic Evaluation of the Effects of Progressive Resistive Exercise in Breast Cancer-Related Lymphedema. **Lymphatic Research And Biology**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 18-24, mar. 2016. Mary Ann Liebert Inc. DOI:10.1089/lrb.2015.0021
- CARIOLI G. *et al*. Trends and predictions to 2020 in breast cancer mortality in Europe. The



**Breast**, v.36, p 89 – 95. 2017. Disponível em: < 10.1016/j.breast.2017.06.003>.

FARIA, L. As práticas do cuidar na oncologia: a experiência da fisioterapia em pacientes com câncer de mama. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 17, supl. 1, p. 69-87, July 2010 Disponível em: 10.1590/S0104-59702010000500005.

FRETTA, TB *et al.* Pain rehabilitation treatment for women with breast cancer. **BrJP**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 279-283, Sept. 2019. DOI: 10.5935/2595-0118.20190049.

GALVÃO TF; Pereira MG. Revisões sistemáticas de literaturas: Passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v.23, n.1, p.183-184, jan./mar. 2014. Disponível: 10.5123/S1679-49742014000100018.

GROEF AD *et al.* Effect of myofascial techniques for treatment of persistent arm pain after breast cancer treatment: randomized controlled trial. **Clin Rehabilitation**. [s.l.], v. 32, n. 4, p. 451-461, 2017. Disponível em:10.1177/0269215517730863.

GROEF AD *et al.* Effect of myofascial techniques for treatment of persistent arm pain after breast cancer treatment: randomized controlled trial. **Clinical Rehabilitation**. 2017. Disponível: 10.1177/0269215517730863

GROEF AD *et al.* Myofascial techniques have no additional beneficial effects to a standard physical therapy programme for upper limb pain after breast cancer surgery: a randomized controlled trial. **Clinical Rehabilitation**.2017. Disponível: 10.1177/026921551770860.

GROEF AD *et al.* The effectiveness of botulinum toxin A for persistent upper limb pain after breast cancer treatment: a double-blinded randomized controlled trial. **Archives of physical medicine and rehabilitation**. 2017. Disponível: 10.1016/j.apmr.2017.12.032

JOHANSSON A *et al.* A single exercise session improves side effects of chemotherapy in women with breast cancer: an observational study. **BMC Cancer** 2019. Disponível: 10.1186/s12885-019-6310-0.

LEAL NFBS *et al.* Physiotherapy treatments for breast cancer-related lymphedema: A literature review **Rev Latino-am Enfermagem**, v.17, n.5, set./out.2009. Disponível: 10.1590/S0104-11692009000500021.

\_\_\_\_\_; Oliveira HF; Carrara HHA. Supervised physical therapy in women treated with radiotherapy for breast cancer. **Rev. Latino-Americana de Enf.**, v.8, n.24, p.327-345, 2016. Disponível: 10.1590/1518-8345.0702.2755.

LECLERC AF *et al.* Exercise and education program after breast cancer: benefits on quality of life and symptoms at three, six, twelve and twenty-four months of follow-up. **Clin Breast Cancer**. V.18, n.5, p.1189-1204, 2018. Disponível: 10.1016/j.clbc.2018.05.004.

MELAM GR *et al.* Effect of complete decongestive therapy and home program on health-

related quality of life in post mastectomy lymphedema patients. **BMC Women's Health**. 2016. Disponível: 10.1186/s12905-016-0303-9.

MELAM GR *et al.* Effect of complete decongestive therapy and home program on health-related quality of life in post mastectomy lymphedema patients. **BMC Women's Health** 2016. Disponível: 10.1186/s12905-016-0303-9.

MONTEIRO, SE *et al.* Treatment of upper limb lymphedema with low-level laser: a systematic review. **Fisioter. mov**, Curitiba, v. 27, n. 4, p. 663-674, Dec. 2014. Disponível: 10.1590/0103-5150.027.004.AR01.

OLIVEIRA MMF *et al.* **Effects of a 12-week resistance and aerobic exercise program on muscular strength and quality of life in breast cancer survivors**. V.98, n.44, p.17625, 2019. Disponível: 10.3109/09593985.2013.876695.

OLIVEIRA MMF *et al.* Manual lymphatic drainage versus exercise in the early postoperative period for breast cancer. **Physiotherapy Theory And Practice**. v. 30, n. 6, p. 384-389, 2014. Disponível:10.3109/09593985.2013.876695.

OTERO VP. *et. al.* Kinesio taping versus compression garments for treating breast cancer-related lymphedema: a randomized, cross-over, controlled trial. **Clin Rehabilitation**, v.32, n.4, p- 451-461, 2019. Disponível: 10.1177 / 0269215519874107

PIVETTA HMF *et. al.* Effects of Kinesiology Taping on the lymphatic edema. **Fisioterapia Brasil**, v.18, n.3, p.382-390, 2017. Disponível: 10.33233/fb.v18i3.1067.

SERRA-AÑÓ A *et al.* Effectiveness of myofascial release after breast cancer surgery in women undergoing conservative surgery and radiotherapy: a randomized controlled trial. **Supportive Care in Cancer** 2018. Disponível: 10.1007/s00520-018-4544-z

TORADA J *et al.* The influence of Kinesiology Taping on the volume of lymphoedema and manual dexterity of the upper limb in women after breast cancer treatment. **European Journal of Cancer Care**. 2015. Disponível: 10.1111/ecc.12331

ZANON, D.; PIVETTA, H.; BRAZ, M.; PIOVESAN, A.; CORRAZA, S. Efeito da massagem miofascial sobre a dor e a propriocepção pós-mastectomia radical. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 1, p. 115-121, 8 jun. 2017. Disponível: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v28i1p115-121>.



## EFEITOS DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL DO MÚSCULO DIAFRAGMA NA EXPANSÃO TORÁCICA, MOBILIDADE DIAFRAGMÁTICA E FUNÇÃO PULMONAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

### AUTORAS:

Rafaela de Melo Constantino  
Jéssica Kamylla Nascimento Oliveira  
Diana Amélia de Freitas Medeiros

**INTRODUÇÃO:** A respiração fisiológica, sendo um mecanismo sincronizado e autônomo e que envolve toda dinâmica de estruturas e tecidos envolvidos nas trocas metabólicas de gases, é um evento fundamental na manutenção da vida. Dentre essas estruturas, o mecanismo de posicionamento da fáschia muscular é fator essencial para manutenção da mobilidade da caixa torácica e elementos adjacentes. O diafragma é uma estrutura musculotendínea com aspecto de cúpula que é muito fina (BORDONI, 2013). Sendo o principal músculo respiratório. (BORDONI *et al.*, 2016). Para realizar a técnica de liberação miofascial diafragmática o terapeuta com ambas as mãos movimentava os pontos de contato durante a inspiração do paciente, no sentido cefálico e levemente lateral, observando o deslocamento e a elevação das costelas. (ROCHA, 2013). Esse estudo teve o objetivo de analisar as evidências da eficácia da liberação miofascial diafragmática e seus benefícios para a função respiratória. A terapia manual, por meio da liberação das fâscias presentes no músculo diafragma, é efetiva para expansão torácica, melhoria da mobilidade diafragmática e função pulmonar? **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão sistemática por meio de busca em bases de dados entre os meses de março e abril de 2020. Foram consultados nas bases de dados eletrônicas *Pubmed, Lilacs, Pedro, Scielo e Medline*. A pesquisa foi realizada na língua portuguesa e inglesa utilizando o cruzamento dos descritores “fisioterapia”, “terapia manual”, “teste de função respiratória”, “músculo”, “diafragma” e “fáschia”. Foram pesquisados estudos publicados no período de 2005 a 2020. Os critérios de inclusão: estudos do tipo ensaio clínico randomizado; quase-experimentais e crossovers; com pacientes saudáveis e/ou com doenças respiratórias; com adultos jovens e idosos de ambos os sexos. Os critérios de exclusão: estudos com abordagem medicamentosa ou cirúrgica, sem intervenções fisioterapêuticas, resumos, opiniões de especialistas e teses. As etapas de seleção dos estudos, avaliação por meio da escala Jadad. Essa escala é baseada em cinco perguntas que avaliam três aspectos dos ensaios clínicos: randomização, cegamento e descrição das perdas no seguimento. (SILVA *et al.*, 2014). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante a pesquisa foram selecionados 698 estudos nas bases de dados, 621 estudos não foram selecionados para leitura por não serem no idioma português e inglês, não ter relação com o tema e ter mais de quinze anos de publicação, restando 77 estudos que tiveram seus resumos lidos para possível inclusão, destes 74 estudos foram excluídos por não se encaixarem nos critérios de inclusão. Restando 03 estudos que foram submetidos na escala de Jadad e posteriormente incluídos na presente revisão. (ROCHA *et al.*, 2015) realizaram um estudo controlado randomizado com 20 participantes. Com objetivo de avaliar os efeitos da técnica

manual de liberação do diafragma sobre a função respiratória de pessoas com DPOC > 60 anos. Os participantes designados para o grupo experimental receberam a técnica de liberação manual do diafragma. No grupo controle, um protocolo simulado foi aplicado, mas o terapeuta manteve apenas um leve toque com os mesmos pontos de referência anatômicos, sem exercer pressão ou tração. Os participantes receberam seis sessões, separados por 1 a 2 dias, durante um período de 2 semanas. A manobra foi realizada em dois conjuntos de 10 respirações profundas, com um intervalo de 1 minuto entre elas. (MARIZEIRO *et al.*, 2018), elaboraram um estudo randomizado com 75 participantes, de 18 a 35 anos, e avaliaram os efeitos imediatos da liberação diafragmática na flexibilidade muscular da cadeia posterior, amplitude de movimento da coluna lombar, força muscular respiratória e mobilidade da parede torácica em mulheres sedentárias. O grupo experimental recebeu duas técnicas de liberação miofascial diafragmática e o relaxamento dos pilares do diafragma. O grupo controle recebeu duas técnicas de placebo iguais às do grupo experimental, porém apenas foram realizados um leve toque na pele, mas sem aplicação de força. Uma única sessão em ambos os grupos. (NAIR *et al.*, 2019) produziram um estudo crossover randomizado com 20 pacientes com DPOC leve e moderado, 60 anos. O objetivo de comparar os efeitos do alongamento diafragmático e da técnica de liberação manual do diafragma na excursão diafragmática em pacientes com DPOC. A amostra foi dividida em grupos. O Grupo A foi submetido à técnica de alongamento diafragmático e o grupo B foi submetido à técnica de liberação manual do diafragma. Posteriormente, os pacientes do grupo A e do grupo B foram cruzados para o outro grupo, 2 séries de 10 respirações profundas com intervalo de 1 minuto entre as séries. As duas variáveis de resultados foram registradas imediatamente após a intervenção. Um período de *wash out* de 3 horas foi mantido para neutralizar o efeito de uma dada intervenção. Percebe-se que a liberação miofascial diafragmática tem sido usada com o objetivo de aumentar a mobilidade da parede torácica e flexibilidade da musculatura posterior de tronco (MARIZEIRO *et al.*, 2018), melhora na excursão diafragmática após o tratamento (NAIR *et al.*, 2019), e melhora da mobilidade diafragmática na qual mostrou relação moderada com o volume pulmonar durante as manobras de capacidade inspiratória (ROCHA *et al.*, 2015).

Em linha com os resultados da presente pesquisa, o estudo de MORENO *et al.* (2007) apresentou resultados satisfatórios quando avaliou o efeito do alongamento da musculatura respiratória pelo método de RPG em jovens sedentários do sexo masculino. LEONÉS-MACÍAS *et al.* (2018) avaliaram os benefícios do alongamento diafragmático em pacientes asmáticos. De acordo com esses resultados, o estudo mostrou a eficácia da técnica com resultado significativo na mobilidade e flexibilidade, com uma melhora na excursão subaxilar e da caixa torácica que corroboram com o nosso estudo. **CONCLUSÕES:** Com esta revisão, concluiu-se que a liberação miofascial diafragmática pode ser favorável para contribuir na excursão, mobilidade diafragmática, assim como, na capacidade inspiratória de forma aguda em pacientes com DPOC. Não foram encontrados benefícios significativos em pacientes sem patologias pré-existentes. Apesar da relevância dos resultados, esta revisão foi limitada devido à escassez de dados existentes na literatura e pelo pequeno número amostral dos estudos incluídos.

## REFERÊNCIAS

BORDONI, Bruno *et al.* Manual evaluation of the diaphragm muscle. **International Journal Of Chronic Obstructive Pulmonary Disease**, [s.l.], v. 11, p. 1949-1956, ago. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.2147/copd.s111634>.

\_\_\_\_\_; ZANIER. Anatomic connections of the diaphragm influence of respiration on the body system. **Journal Of Multidisciplinary Healthcare**, [s.l.], p. 281-288, jul. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.2147/jmdh.s45443>.

GONZÁLEZ-ÁLVAREZ, Francisco J. *et al.* Effects of diaphragm stretching on posterior chain muscle kinematics and rib cage and abdominal excursion: a randomized controlled trial. **Brazilian Journal Of Physical Therapy**, [s.l.], v. 20, n. 5, p. 405-411, out. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/bjpt-rbf.2014.0169>

LEONÉS-MACÍAS, Enrique *et al.* Effects of manual therapy on the diaphragm in asthmatic patients: a randomized pilot study. **International Journal Of Osteopathic Medicine**, [S.L.], v. 29, p. 26-31, set. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijosm.2018.07.006>.

MARIZEIRO, Débora Fortes *et al.* Immediate effects of diaphragmatic myofascial release on the physical and functional outcomes in sedentary women: a randomized placebo-controlled trial. **Journal Of Bodywork And Movement Therapies**, [s.l.], v. 22, n. 4, p. 924-929, out. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbmt.2017.10.008>.

MORENO, Marlene Aparecida *et al.* Efeito de um programa de alongamento muscular pelo método de Reeducação Postural Global sobre a força muscular respiratória e a mobilidade toracoabdominal de homens jovens sedentários. **Jornal brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, v. 33, n. 6, p. 679-686, dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-37132007000600011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132007000600011&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 22 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1806-37132007000600011>.

NAIR, Aishwarya *et al.* Comparison of Diaphragmatic Stretch Technique and Manual Diaphragm Release Technique on Diaphragmatic Excursion in Chronic Obstructive Pulmonary Disease: a randomized crossover trial. **Pulmonary Medicine**, [s.l.], v. 2019, p. 1-7, 3 jan. 2019. Hindawi Limited. <http://dx.doi.org/10.1155/2019/6364376>.

ROCHA, Flávia Roberta *et al.* Diaphragmatic mobility: relationship with lung function, respiratory muscle strength, dyspnea, and physical activity in daily life in patients with copd. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, [s.l.], v. 43, n. 1, p. 32-37, fev. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1806-37562016000000097>.

ROCHA, Taciano Dias de Souza. **Eficácia da técnica manual de liberação diafragmática na distribuição regional de volume da caixa torácica, Mobilidade do diafragma e função pulmonar de idosos Saudáveis e com dpoc: um ensaio clínico.** 2013. Tese (Mestrado em

Fisioterapia) – Centro de Ciências da saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife 2013.

ROCHA, Taciano *et al.* The Manual Diaphragm Release Technique improves diaphragmatic mobility, inspiratory capacity and exercise capacity in people with chronic obstructive pulmonary disease: a randomised trial. **Journal Of Physiotherapy**, [s.l.], v. 61, n. 4, p. 182-189, out. 2015. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jphys.2015.08.009>.

SILVA, Vladimir Araujo da; LEÃO, Eliseth Ribeiro; SILVA, Maria Júlia Paes da. Avaliação da qualidade de evidências científicas sobre intervenções musicais na assistência a pacientes com câncer. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s.l.], v. 18, n. 50, p. 479-492, 1 ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0875>.



## A ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO MANEJO DE PACIENTES COM COVID-19 - REVISÃO DE ESCOPO

### AUTORES:

Ranieri Melo Barbalho

Eduardo Campos Gonzaga

Isabelly Cristina Rodrigues Regalado Moura

**INTRODUÇÃO:** No ano de 2019, especificamente no mês de dezembro, em uma cidade chamada Wuhan, província de Hubei, na China, surgiu um surto de pneumonia desconhecida. Em janeiro do ano seguinte, cientistas chineses já haviam detectado o agente causador, e descobriram que se tratava de uma nova cepa de coronavírus, que desenvolveu em alguns pacientes, o que chamamos de síndrome severa respiratória aguda. A doença anteriormente foi chamada de 2019-nCoV; a síndrome respiratória relacionada à doença foi catalogada como SARS-CoV-2, e hoje, a doença é popularmente conhecida como COVID-19 (PHELAN *et al.*, 2020). O vírus pode se propagar de pessoa para pessoa por meio de gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando alguém doente tosse ou espirra, e seu período de incubação, que é o tempo para que os primeiros sintomas apareçam, pode ser de 2 a 14 dias (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Segundo Xia *et al.*, (2020), a COVID-19 é uma doença que causa deficiência de estruturas do aparelho respiratório, levando a alterações nas funções respiratórias. A lesão pulmonar causa destruição do parênquima pulmonar que inclui consolidação extensa e inflamação intersticial (NISHIURA *et al.*, 2020). A COVID-19 também pode desencadear alterações além do comprometimento do sistema respiratório e prejudicar outros sistemas (INCIARDI *et al.*, 2020). A atuação do fisioterapeuta é de suma importância no tratamento e recuperação dos pacientes, em especial nos casos graves e que podem transcorrer com óbito, tendo em vista que as complicações respiratórias ocasionadas pela pneumonia viral determinam a gravidade e os casos de óbito, ao gerar os problemas de trocas gasosas (hipoxemia grave), com necessidade de suporte ventilatório (ventilação não invasiva e invasiva), de melhora da relação ventilação/perfusão: posicionamento, oxigenoterapia suplementar, manobras de higiene brônquica e de reexpansão pulmonar. Além disso, os efeitos da imobilidade no leito sobre todo o organismo devem estar no horizonte da equipe e também do fisioterapeuta. Sabendo da importância da fisioterapia para o tratamento de doenças respiratórias e reabilitação motora em ambiente hospitalar, faz-se necessário estudar como a fisioterapia tem ajudado no enfrentamento da COVID-19. O presente estudo tem o objetivo de reunir estudos a partir de uma revisão de escopo, com a finalidade de concatenar evidências da área estudada, assim como discutir lacunas deixadas na literatura, e sua implicação na prática clínica, destacando também a importância da fisioterapia na recuperação e reabilitação dos pacientes acometidos pela COVID-19. **METODOLOGIA: DELINEAMENTO DO ESTUDO:** O presente estudo trata-se de uma revisão de escopo, cuja a finalidade é fazer um levantamento do assunto a ser pesquisado, e mapear de forma mais ampla as evidências que implicam na prática clínica da área pesquisada, assim como identificar lacunas deixadas, buscando sintetizar e compartilhar

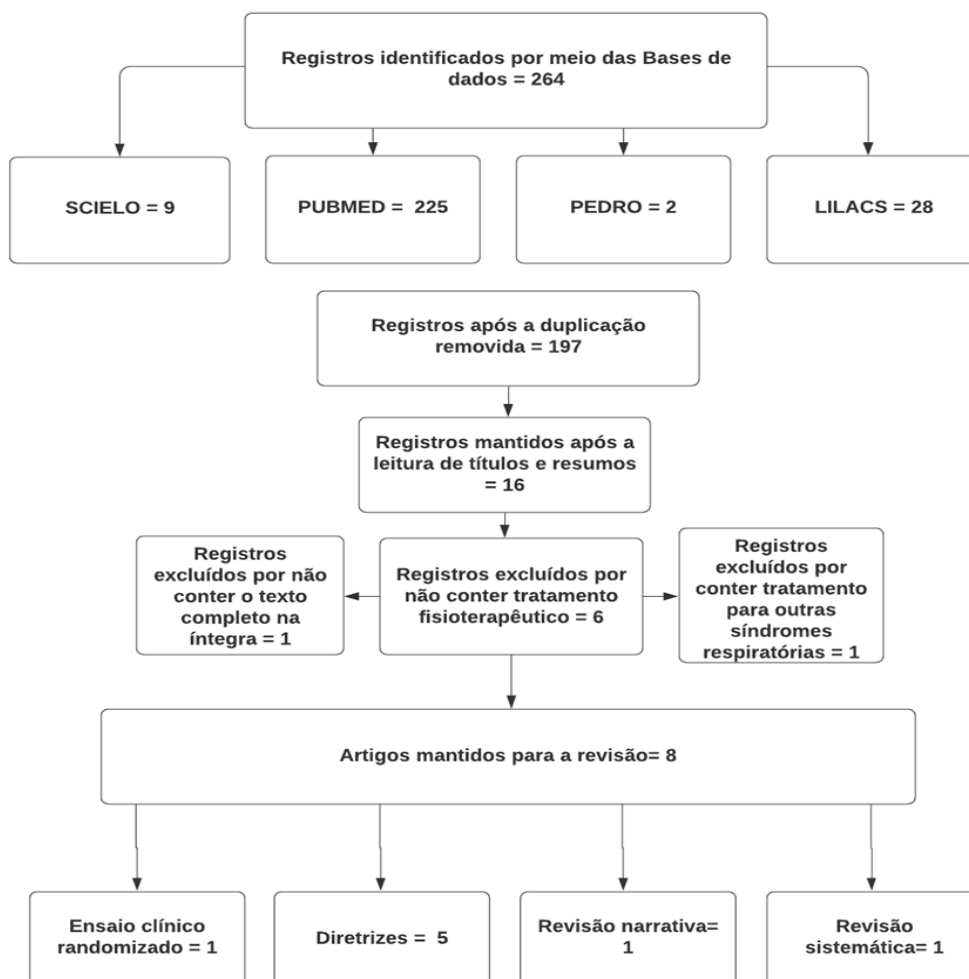
os dados da pesquisa (O'MALLEY, 2005). A pergunta norteadora da pesquisa foi: qual a importância do fisioterapeuta no manejo de pacientes com complicações desencadeadas pelo COVID-19? **SELEÇÃO DOS ESTUDOS:** Foi realizada uma busca ampla nas bases de dados do Scielo, Pedro, Pubmed e Lilacs. Em seguida, os resultados das pesquisas foram analisados, e duplicatas foram removidas. Os descritores utilizados na pesquisa foram consultados previamente nos Descritores de saúde (Decs). São eles: COVID-19, Fisioterapia, Reabilitação e SARS (COVID-19, Physiotherapy, Rehabilitation e SARS) utilizados simultaneamente e igualmente em todas as bases de dados, nos idiomas inglês, português e espanhol. Os artigos foram selecionados conforme os seguintes critérios de inclusão: (1) Publicados a partir de dezembro de 2019; (2) idiomas inglês, português e espanhol; (3) Estudos de casos, revisões, consensos, análises retrospectivas e relatos de experiência; (4) Artigos contendo condutas fisioterapêuticas. Serão excluídos: (1) Artigos relacionados a outros tipos de Coronavírus; (2) Estudos que não envolviam o tratamento fisioterapêutico; (3) Artigos indisponíveis para análise (Sem acesso ao texto completo). **EXTRAÇÃO E GRÁFICOS DE DADOS:** Foram criadas três tabelas de extração de dados no programa Excel. Na primeira tabela foram incluídos os dados com a descrição de todos os estudos: (1) autor; (2) ano de publicação; (3) Objetivo do estudo (4) País; (5) Delineamento; (7) Título; (8) Nível de renda do país; (9) Financiador(a); (10) Tamanho da amostra; (11) Idade média; (12) sexo; (13) Condição de saúde dos pacientes; (14) Local de realização do estudo. Na segunda tabela foram incluídos os dados de metodologia e intervenção do ensaio clínico randomizado, que são: (1) Critérios de elegibilidade; (2) Intervenção (3) Questionários/testes (4) Desfechos de estudo (5) Evidência; (6) Limitações. Na terceira tabela foram incluídos os dados de metodologia e intervenção dos demais estudos: (1) Critérios de elegibilidade; (2) Método; (3) Amostra; (4) Procedimentos; (5) Desfechos do estudo; (6) Limitações da pesquisa. Além disso, foram apresentados resultados positivos e negativos das intervenções/tratamento na discussão, para aumentar o conhecimento a respeito de sua eficácia e sua limitação. **COLETANDO, RESUMINDO E RELATANDO DESCOBERTAS:** Os autores desenvolveram três tabelas, as quais serviram para extrair, analisar e destacar os dados coletados nos estudos selecionados. Os dados foram coletados com base na tabela de extração. **RESULTADOS:** A figura 1 apresenta o fluxograma com o detalhamento da estratégia de busca nas bases de dados, e seleção dos estudos. Oito estudos foram selecionados, todos publicados no ano de 2020, com predominância na Itália (N=4; 50%), especificamente na região norte do país. Os estudos selecionados para esta revisão de escopo, incluem: ensaio clínico randomizado (N=1;12,5%), revisão narrativa (N=1;12,5%), revisão sistemática (N=1;12,5%), diretrizes e consensos (N= 5; 62,5%). (Figura 1).



**1: Fluxograma do processo de seleção dos estudos. Adaptado, PRISMA. Fonte da pesquisa: Natal-RN. 2020.**

Ranieri Melo Barbalho | September 9, 2020

Figura



**Tabela 1: Descrição dos estudos selecionados para a revisão de escopo.**

Autor/Ano	Objetivo	País	Delineamento	Título	Nível de renda do país	Financiador	Tamanho da amostra	Idade média	Sexo	Condição de saúde dos pacientes	Local de realização do estudo
<b>Liu et al./2020<sup>10</sup></b>	Investigar os efeitos da reabilitação respiratória de 6 semanas sobre a função respiratória, QV, mobilidade e função psicológica em pacientes idosos com COVID-19.	China	Estudo controlado randomizado	Respiratory rehabilitation in elderly patients with COVID-19: A randomized controlled study	Renda Média-Superior	Hainan General Hospital central e hospital central Huanggang.	72 Pacientes	Grupo intervenção 69.4 Grupo controle 68.9	Idosos do sexo masculino e feminino com COVID-19	92 pacientes foram avaliados para elegibilidade e. Entre eles, 9 pacientes discordaram deste estudo, 3 pacientes com VEF1 70%, 4 pacientes doença cardíaca grave.	Hainan General Hospital central e hospital central Huanggang
<b>Righetti F. et al./2020<sup>11</sup></b>	Propor recomendações de práticas clínicas sobre técnicas e procedimentos para fisioterapeutas, no tratamento de pacientes	Brasil	Recomendações clínicas	Physiotherapy Care of Patients with Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) - A Brazilian Experience	Renda Média-Superior	Hospital Sírio-libanês	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Pacientes com COVID-19	Hospital Sírio-Libanês

**Tabela 2.** Dados de metodologia e intervenção do ensaio clínico randomizado.

Autores	Crítérios de elegibilidade	Intervenção	Questionários/testes	Desfechos do estudo	Evidência	Limitações da pesquisa
<b>Liu et al<sup>10</sup>.</b>	(1) Diagnóstico definitivo de COVID- 19; (2) com 65 anos ou mais; (3) 6 meses após o início de outro quadro agudo doenças; (4) MEEM > 21; (6) sem DPOC ou qualquer outra doença respiratória; e (7) VEF1 = 70%.	2 sessões por semana durante 6 semanas, 1x/dia = 10 min. Treinamento muscular respiratório; tosse; Treino diafragmático e alongamentos.	Pletismografia de capacidade pulmonar de difusão para monóxido de carbono (DLCO), teste caminhada de 6 minutos, MIF, Escala de ansiedade e depressão (SAS e SDS).	A reabilitação de 6 semanas melhorou significativamente a função respiratória, capacidade de exercício e qualidade de vida.	Baixa qualidade metodológica	Este estudo tem várias limitações devido à natureza da recuperação e ambiente de avaliação, e cegamento, apresentando risco de viés.

*Tabela 3: Dados de metodologia e intervenção das revisões, diretrizes e consensos.*

Autores	Crítérios de elegibilidade	Método	Amostra	Procedimentos	Desfechos do estudo	Limitações da pesquisa
<b>Righetti F R. et al<sup>11</sup>.</b>	Não aplicável	Foi realizada uma revisão de literatura e opiniões de especialistas para propor um documento com recomendações clínicas inerentes à fisioterapia no âmbito hospitalar	Procedimentos adotados pela equipe de reabilitação do hospital Sírio-Libanês	Fisioterapia respiratória convencional; exercício e mobilização precoce; oxigenoterapia; nebulização; VNI; Oxigênio nasal de alto fluxo; Intubação endotraqueal; Ventilação mecânica protetora e posição prona.	A fisioterapia é fundamental durante a internação do paciente. A equipe de fisioterapia deve ser orientada em relação a cuidados específicos para reduzir o risco de infecção.	A validade deste estudo é limitada por sua natureza descritiva.

**CONCLUSÃO:** A fisioterapia respiratória e motora são importantes no tratamento da COVID-19, tendo um papel fundamental em ambiente hospitalar e domiciliar, no manejo de pacientes com alterações respiratórias e suas complicações secundárias. A telereabilitação surge como uma nova forma de atenção terapêutica neste contexto da pandemia com o isolamento social. Por fim, no contexto da COVID-19 ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, isso se deve ao contexto do aparecimento da doença. Nesta revisão de escopo foi possível reunir achados que corroboram com as evidências já documentadas relacionadas a atuação da fisioterapia respiratória e motora. No entanto, outros estudos devem ser realizados para dar contundência às evidências já encontradas, principalmente no acompanhamento e reabilitação dos indivíduos em contexto domiciliar.

## REFERÊNCIAS

- ARKSEY, Hilary, O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. **Int J Soc Res Meth**. Disponível em: <https://www.york.ac.uk/inst/spru/pubs/pdf/Scopingstudies.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Novo Coronavírus** (Covid-19): Informações básicas, 2020. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/example/index/abnt/entire-monograph-academic>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- INCIARDI, Ricardo, LUPI, Laura, ZACCONE, Gregório, *et al.* Cardiac Involvement in a Patient with Coronavirus Disease 2019 (COVID-19). **Jama Cardiol**, 2020. Disponível em: 10.1001/jamacardio.2020.1096. Acesso em: 23 ago. 2020.
- KAI, Liu; WEITONG, Zhang; YADONG, Yang, *et al.* Respiratory rehabilitation in elderly patients with COVID-19: A randomized controlled study. **Elsevier**, China, v.39, Mar. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1744388120304278>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- NISHIURA, Hiroshi, JUNG, Sung-mok, LINTON, Natalie M, *et al.* The extent of transmission of novel coronavirus in Wuhan, China, 2020. **Journal of Clinical Medicine**. 2020; 9 (2): 330. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jcm9020330>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- PHELAN, Alexandra L, KATZ, Rebecca, LAURENCE, O. Gostin. **The novel coronavirus originating in Wuhan, China: challenges for global health governance. JAMA 2020**; published online Jan 30. DOI:10.1001/jama.2020.1097. Disponível em: [doi:10.1001/jama.2020.1097](https://doi.org/10.1001/jama.2020.1097). Acesso em: 23 ago. 2020.
- RIGHETTI, Renato Fraga, AKEMI, Mirian Anoue, POLITI, Aurea Vanessa, *et al.* Physiotherapy Care of Patients with Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) - A Brazilian Experience. **Clinics, São Paulo**, P.75, maio 2020. Disponível em: <http://mr.crossref.org/iPage?doi=10.6061%2Fclinics%2F2020%2Fe2017>. Acesso em: 23 ago. 2020.

WEI, Xia, JIANBO Shao, YU Guo, *et al.* Clinical and CT features in pediatric patients with COVID-19 infection: Different points from adults. **Pediatric Pulmonology**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ppul.24718>. Acesso em: 23 ago. 2020.



## USO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA PARA INFORMAÇÃO EM SAÚDE SOBRE AVC: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

### AUTORES:

Rafaella Silva Câmara  
Elora de Lucena Maia  
Clarissa Fernandes Bezerra  
Rafaela de Melo Constantino  
Walquíria Felipe da Silva  
Luciana Protásio de Melo

**INTRODUÇÃO:** A partir da facilidade de acesso e agilidade na difusão das informações, as mídias sociais têm sido muito utilizadas por profissionais e estudantes de diversas áreas de atuação como forma de alcance à sociedade. A área da saúde está inserida nessa tendência, com isso a Campanha Nacional de AVC Virtual 2020 foi realizada com a finalidade de conscientizar a população quanto à importância do exercício físico na prevenção do Acidente Vascular Cerebral (AVC), além de informar diversos aspectos relacionados a essa condição de saúde. **OBJETIVO:** Descrever sobre a Campanha Virtual AVC 2020, baseada na Rede Brasil AVC, enfatizando os benefícios para a população e acadêmicos de Fisioterapia. **OBJETIVO:** Descrever sobre a Campanha Virtual AVC 2020, baseada na Rede Brasil AVC, enfatizando os benefícios para a população e acadêmicos de Fisioterapia. **MÉTODO:** 45 discentes da graduação em Fisioterapia (UNIFACEX e UFRN, Natal/RN), coordenados pela professora Luciana Protásio, foram responsáveis pela criação de conteúdos digitais, com imagens, vídeos e textos informativos, realizando postagens diárias em suas contas no aplicativo Instagram e Whatsapp. Somaram-se a isso a transmissão de *lives* pela plataforma *Google Meet* e Instagram, com acesso liberado à sociedade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Cerca de 11.004 pessoas foram alcançadas com as publicações realizadas pelos discentes e professora. Sabe-se que os impactos da cibercultura sobre os processos de saúde e doença podem ser positivos, como também trazem a possibilidade de serem um aliado para levar o conhecimento sobre a saúde, provocando um empoderamento nos indivíduos que absorvem essas informações. As *lives* oportunizaram a troca de ideias de maneira mais próxima a sociedade. **CONCLUSÃO:** A Campanha Nacional de AVC Virtual mostrou-se uma estratégia eficaz quanto à difusão de informações sobre AVC, obtendo um alcance positivo e satisfatório, até maior do que quando realizada presencialmente em anos anteriores. Destaca-se a importância deste trabalho na formação dos discentes da graduação, em que aprofundaram seus conhecimentos acerca do tema e obtiveram experiência quanto ao uso das mídias sociais para fins científicos.

### REFERÊNCIAS

CONEXÃO AVC. [Internet.] Disponível em: <http://www.conexaoavc.com.br/>. Acesso em: 25 out. 2020.

COSTA, F. A; *et al.* Clínica e Funcionalidade de Pacientes Hemiplégicos Pós-AVC Agudo

Atendidos nos Serviços Públicos de Fisioterapia de Natal (RN). **Ciência e Saúde Coletiva**, Natal, v. 14, p. 1341-1348, 26 jan. 2009.

DIRETRIZES de atenção à reabilitação da pessoa com acidente vascular cerebral. **Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_acidente\\_vascula\\_cerebral.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_acidente_vascula_cerebral.pdf).

MARKUS H. S.; BRAININ, M. COVID-19 and stroke - A global World Stroke Organization perspective. **International Journal of Stroke**, v.15, n.4, p. 361-364, 2020. Disponível em: 10.1177 / 1747493020923472.

MELO, L. P. *et al.* Admissão de pacientes com Acidente Vascular Cerebral em hospital público. **Cad. Edu Saúde e Fis**, v.6, n.12, p. 13-23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2358-8306.v6n12.a2>.

PEDRA, E. F. P.; *et al.* Pacientes pós-AVC com e sem trombólise: análise da deglutição na fase aguda da doença. **CoDAS**, São Paulo , v. 32, n. 1, e20180229, 2020 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2317-17822020000100310&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822020000100310&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 out. 2020. Epub Fev 03, 2020. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20192018229>.

REDE BRASIL AVC. [Internet.]. Disponível em: <http://www.redebrasilavc.org.br>. Acesso em: 22 out. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Stroke, cerebrovascular accident**. 2016. Disponível em: [http://www.who.int/topics/cerebrovascular\\_accident/en/](http://www.who.int/topics/cerebrovascular_accident/en/).

# **GASTRONOMIA**





## ESTUDO SOBRE O CONSUMO DA KOMBUCHA PARA A PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS

### AUTORES:

Valesca Oliveira do Amaral  
Ítalo Bruno Ribeiro da Silva  
Marcos Carlos Cosme da Silva

**INTRODUÇÃO:** A origem da kombucha é incerta e geralmente é atribuída à China. Durante a dinastia Qin, em 200 AEC, a primeira kombucha teria sido criada para o imperador Qin Shi Huangdi, que acreditava ter encontrado o chá da imortalidade (YOUNG, 2019). No entanto, o nome é associado à existência do Dr. Kombu, que teria levado a bebida produzida à base de chá, da Coreia para o Japão, em 414 EC, para curar problemas digestivos do imperador japonês Inyoko (PETRUZZELLO, 2017). A bebida tornou-se popular entre os samurais, que a bebiam para aumentar sua força e energia antes de uma batalha (YOUNG, 2019). Mais tarde, o suposto elixir foi introduzido em países europeus, pelos exploradores portugueses e holandeses, como uma erva medicinal (DUFRESNE; FARNWORTH, 2000). A bebida ressurgiu no início do século XXI nos EUA e tornou-se popular também em países como o Canadá e Austrália, e mais recentemente no Brasil, com o retorno do uso de produtos naturais e das crescentes pesquisas na área de alimentos e bebidas funcionais (VILLAREAL-SOTO *et al.*, 2018). **OBJETIVO:** É mostrar estudos a respeito do consumo do chá de Kombucha na alimentação humana, ressaltando seus benefícios. **MÉTODO:** Este estudo é uma revisão descritiva da literatura sobre o uso do Kombucha, suas características de composição e preparo, bem como os aspectos biológicos e clínicos de seu uso. A busca das referências foi realizada em bases de dados, usando os descritores: Chá de Kombucha, Fermentação, Alimentos Fermentados, Probióticos e Prevenção. Foram utilizados estudos publicados em português e inglês, publicados entre 2010 e 2020. Foram incluídas monografias, trabalhos de conclusão de curso e artigos sobre Kombucha com foco em temas necessários à esta revisão. Ao todo foram utilizados 26 trabalhos para fundamentação temática. **RESULTADOS:** Fermentação Natural: o processo não é realizado por uma única cepa isolada. O ser humano prepara uma rica fonte de carboidratos e outros nutrientes e disponibiliza para que microrganismos, como bactérias e leveduras (CLEARLY, 2019) é uma bebida obtida da fermentação de chá verde ou preto (*Camellia sinensis*) adoçado. No entanto, outros substratos já foram explorados como alternativa para sua produção, como echinacea, segurelha-de inverno e água de coco (VILLAREAL-SOTO *et al.*, 2018). Para o preparo são necessários uma cultura iniciadora SCOBY, aproximadamente 5 g de chá, 5 – 20 % de sacarose, 10% de uma kombucha previamente fermentada que servirá para acidificar o meio e impedir o crescimento de microrganismos patogênicos (JAYABALAN *et al.*, 2014; VINA *et al.*, 2013) e um recipiente fermentador. A fermentação é realizada, em temperatura ambiente, a partir da cultura iniciadora, conhecida como SCOBY (MAY *et al.*, 2019). O SCOBY pode ser adquirido a partir de uma fermentação anterior ou comprado. Após essa fermentação, que leva em torno de 7 a 10 dias, o produto resultante pode ser refrigerado e consumido (VILLARREAL-SOTO *et al.*, 2018). **CONCLUSÃO:** Os resultados presentes neste artigo mostraram que, mesmo sendo uma bebida artesanal, é possível produzir kombucha

em casa, mantendo sua qualidade físico-química e microbiológica e seus benefícios para o organismo.

## REFERÊNCIAS

CLEARLY, L. Fermenting uncertainty: re-imagining leisure under liquid modernity. **Annals of Leisure Research**, v. 1, n. 18, p. 2159-6816, 2019.

DUFRESNE, C.; Farnworth, E.. Tea, **Kombucha, and health**: a review. *Food Research International*. v. 33, p. 409-421, 2000.

JAYABALAN, R. et al. A review on kombucha tea—Microbiology, composition, fermentation, beneficial effects, toxicity, and tea fungus. **Comprehensive Reviews in Food Science and Food Safety**, v. 1, p. 538–550, 2014.

VILLARREAL-SOTO, S. A. et al. Understanding Kombucha Tea Fermentation: **A Review**. **Journal of Food Science**, v. 83, n. 3, p. 580-588, 2018.



## PANC's (IPOMOEA BATATAS E AMARANTHUS VIRIDIS) E SUAS APLICABILIDADES NA SUGESTÃO PARA A ELABORAÇÃO EM PREPARAÇÕES E SUAS FUNCIONALIDADES

### AUTORES:

Valesca Oliveira do Amaral  
Italo Bruno Ribeiro da Silva  
Marcos Carlos Cosme da Silva

**INTRODUÇÃO:** O conceito de alimentação muda conforme o conhecimento da população sobre os alimentos saudáveis e seus benefícios. A busca por uma vida saudável leva as pessoas a buscarem novas formas de alimentação tendo em vista sua funcionalidade e sustentabilidade, nesse sentido, podemos perceber em vários setores mudanças profundas, que vieram crescendo nas últimas décadas e levam ao indivíduo o retorno a vida natural (COSTA, 2012). Diante desse contexto, as Plantas Alimentícias Não Convencionas (PANCs), apresentam-se como uma ótima fonte nutricional e funcional para a alimentação humana. O termo PANC foi criado em 2008 pelo Biólogo e Professor Valdely Ferreira Kinupp e refere-se a todas as plantas que possuem uma ou mais partes comestíveis, sendo elas espontâneas ou cultivadas, nativas ou exóticas que não estão incluídas em nosso cardápio cotidiano (KELEN, *et al.*, 2015). **OBJETIVO:** Apresentar os conhecimentos relevantes sobre as PANC's e suas funcionalidades na aplicabilidade em prática na gastronomia, devido à ausência dessas informações sobre a temática, possibilitando agregar conhecimento científico às PANC's. **MÉTODO:** Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva de corte transversal, realizada por meio de busca sistemática por bibliografias publicadas em bases de dados científicos analisados. Dados esses selecionados por meio de plataformas de artigos científicos, os quais abordam a temática escolhida. Foram selecionados mais de 50 artigos científicos, abordando assuntos relevantes; desses, 3 foram descartados. **RESULTADOS:** Segundo KINUPP, A grande maioria das PANCs não é cultivada, crescem espontaneamente sem que sejam plantadas, podem ser cultivadas, não precisam de muita atenção apenas cuidados básicos em relação aos demais cultivos. As PANCs são plantas independentes, pois possuem maior adaptabilidade devido a sua variação genética. Segundo PASCHOAL; SOUZA, 2015, são excelentes fontes de nutrientes, vitaminas e sais minerais, as PANCs as características antioxidantes, anti-inflamatórias e ação terapêutica, o consumo de tais plantas e hortaliças deve ser realizado respeitando suas características e formas de preparo para que tais efeitos sejam obtidos com segurança. O Bredo ou Caruru é uma planta nativa da América tropical, considerada planta invasora. É usada para conter disenteria e inflamação. A planta é antidiabética, diminui a concentração de gordura no sangue, antioxidante, vermífuga. Possui lectinas que não deixam as células ruins multiplicarem-se e inibe a proliferação de fungos. O suco da raiz é utilizado para tratar a inflamação durante a micção, prisão de ventre e constipação. Ajuda a defender o organismo contra infecções. É recomendada como preventivo no tratamento de problemas hepáticos e apresentam atividade antibacteriana. Algumas indicações de usos medicinais: a decocção das folhas se toma em casos de problemas de fígado, tais como dores e digestões difíceis e na retenção de urina. A salada e o suco são diuréticos. O pigmento vermelho de algumas espécies serve como corante de alimentos e remédios. (CLEMENTE 2010).

**CONCLUSÃO:** Consideramos que é imprescindível que esse tema seja mais discutido e estudado pela população em geral e que este artigo se deslumbre como base para outros estudos mais aprofundados, desenvolvendo então pesquisas correlacionadas a essa temática, com foco na real utilização no âmbito da gastronomia.

## REFERÊNCIAS

COSTA, E.A. **Nutrição e Fitoterapia:** tratamento alternativo através das plantas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

KELEN, M. E. B. Et al. **Plantas alimentícias não convencionais (PANCs):** hortaliças espontâneas e nativas. UFRGS, PortoAlegre, 2015.

P. CLEMENTE J. STEFFEN, S.J. **Plantas Medicinais Usos Populares Tradicionais 2010.** Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS.

PASCHOAL, V.; SOUZA, N.S. Plantas Alimentícias não convencionais (PANC). *In:* CHAVES, D. F. S. **Nutrição Clínica Funcional:** compostos bioativos dos alimentos. VP Editora, 2015. cap. 13. p. 302-323. 2.



## COZINHA FUNCIONAL

### **AUTORAS:**

Ana Maria Lopes de Farias  
Bárbara Danielle Mendes Gomes  
Janaina Rego da Silva Lima  
Hilana Carla Rodrigues Maia Glasner

**INTRODUÇÃO:** Os alimentos funcionais trazem aos comensais um impacto benéfico para a saúde deles, como a redução e/ou o controle de doenças crônicas, tais como a diabetes, a hipertensão, a obesidade etc. A comida funcional traz esse olhar para o saudável, para uma gastronomia voltada para o bem-estar, para a longevidade do indivíduo. Nosso trabalho consiste em uma preparação de um *menu* completo com *drink*, entrada, prato principal e sobremesa. Nossa missão é que esse *menu* completo seja funcional e saudável. O referido trabalho irá trabalhar a interdisciplinaridade entre as disciplinas do 4º período do Curso de Gastronomia da Unifacex. Em suma, é substituir a farinha de trigo, o açúcar branco refinado, o óleo, a banha de porco etc. por alimentos que possam ser usados em todo o *menu* e que agreguem valores nutricionais aos comensais, proporcionando mais saúde, saciedade e bem-estar. **OBJETIVO:** Desenvolver um *menu* completo funcional, fazendo as substituições de alimentos não funcionais, tais como farinha de trigo, óleos, gorduras saturadas, por alimentos que proporcionem aos comensais um alimento que sacie e seja saudável ao mesmo tempo. **PERCURSO METODOLÓGICO:** As atividades se iniciaram no mês de agosto de 2020, quando foi realizado o sorteio dos temas que contemplariam a temática da atividade. Cada grupo foi sorteado com uma cozinha, sendo a deste trabalho a cozinha funcional. Tal atividade irá trabalhar a interdisciplinaridade entre as disciplinas do 4º período. A proposta é preparar um cardápio funcional para um serviço de *catering*. Foram realizados os primeiros testes na casa de uma das alunas, e os demais testes permearão até o término deste projeto, que culminará em um *menu* degustativo funcional.

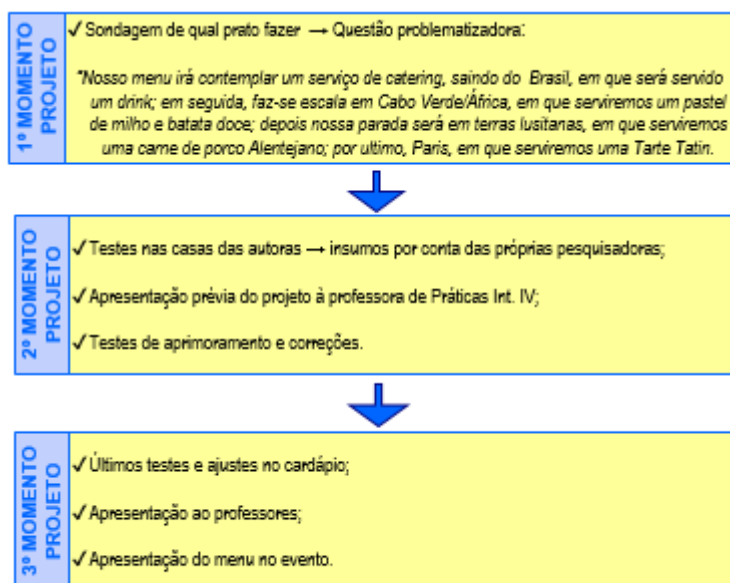


Fig. 1 – Sequência dos primeiros testes do menu. Fonte: as autoras.



Fig. 2 – Sequência de fotos dos primeiros testes. Fonte: as autoras.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Espera-se conseguir nos testes os pontos almejados com as substituições, já que, nesse processo de alterar os insumos convencionais como o açúcar pelo xilitol, a gordura por oleaginosas, a farinha de trigo pela farinha de aveia e/ou farinha de arroz, almejamos atingir os objetivos que pensamos em nossas pesquisas ao longo dos testes e obter com êxito a conclusão da tarefa proposta.



Fig. 3 – Fotos dos primeiros festes. Fonte: as autoras.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao escolhermos essa forma de apresentar o nosso trabalho de final de curso, acreditamos que a gastronomia é algo muito maior que a elaboração de comidas. No nosso roteiro de viagem, escolhemos como país de origem o Brasil, pois é a nossa terra. Começamos mostrando nossos insumos e tradições em um *drink* de boas-vindas a uma viagem sensorial. Em seguida apresentamos a África e Portugal por fazerem parte de nossa identidade étnico-cultural, nossas raízes, nossa cultura, nossa herança, nossa identidade. Por último, e não muito menos importante, nosso destino final, Paris, por ser o berço da alta gastronomia e a origem de nossa sobremesa escolhida, a *Tarte Tatin*. Fazendo dessa viagem sensorial nossa identidade nesta atividade final, esperamos alcançar os objetivos propostos e nossas metas.

## REFERÊNCIAS

CANELLA-RAWLS, S. **Pão: arte e ciência**. 5. ed. São Paulo: SENAC, 2012.

CHEFTV. 2020. Disponível em: <https://www.cheftv.com.br/receita/tarte-tatin-tradicional-de-maca-francesa/>. Acesso em: 23 set. 2020.

France. 2007. Disponível em: <https://br.france.fr/pt/onde-ir/artigo/historia-da-tarte-tatin-0>. Acesso em: 23 set. 2020.

# NUTRIÇÃO





## CARDÁPIO DE ALMOÇO PARA UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL PARA CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS DE IDADE

### AUTORAS:

Bruna Karolina Silva de Carvalho  
Barbarah Rosane Tavares de Aragão Leão  
Ingrid Cecília Sena Duarte  
Maria de Lourdes Patriota Cavalcanti Neta  
Nathalia Cristina Santos do Nascimento  
Genyklea Silva de Oliveira

**INTRODUÇÃO:** De acordo com um estudo realizado por Neves e Madruga (2019), o consumo de alimentos ultraprocessados como gelatinas, doces e refrigerantes vêm aumentando entre as crianças após o início da alimentação complementar. Tais hábitos podem ter impactos negativos na saúde em sua vida adulta, ocasionando as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como diabetes, hipertensão, problemas renais, entre outros. A presença desses alimentos ultraprocessados no cotidiano das pessoas é característica da transição alimentar e nutricional (BRASIL, 2014). Nesse contexto, a infância é a fase onde o indivíduo está em constante desenvolvimento. Com isso a alimentação é uma variável importante para um crescimento saudável e regular, pois os hábitos criados nesta fase da vida poderão refletir na saúde até o envelhecimento (BRASIL, 2014). Desse modo, devem ser estimuladas mudanças no padrão alimentar e hábitos de vida. O sedentarismo é um dos fatores de risco para a obesidade, com isso a prática de atividade física em todos os estágios de vida é primordial para um perfil nutricional adequado. Na alimentação é essencial a oferta de alimentos *in natura* e a diminuição do consumo de ultraprocessados, estimulando a criança a desenvolver hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2014). Apesar de tais mudanças negativas no padrão alimentar da sociedade brasileira, o mais recente Guia Alimentar traz orientações para a população em geral de modo que todos o compreendam, não apenas nutricionista e outros profissionais da área da saúde, sobre como ter uma alimentação saudável e nutricionalmente adequada (BRASIL, 2014). Dessa forma, seguindo as orientações do Novo Guia Alimentar e tendo como base as mudanças no perfil alimentar das crianças, o trabalho a seguir tem como objetivo elaborar uma refeição (almoço), saudável, sustentável, saborosa e que atenda a 30% das necessidades energéticas diárias de crianças de 4 a 6 anos de idade. **METODOLOGIA:** A experiência relatada foi realizada em uma atividade interdisciplinar dos discentes do 5º período do curso de nutrição com o auxílio dos docentes responsáveis pelas disciplinas. O público-alvo da intervenção foi crianças pré-escolares de uma escola de ensino infantil de Natal/RN. A partir das necessidades nutricionais de crianças de 4 e 6 anos, foi elaborado um cardápio com a proposta de um almoço nutricionalmente adequado, visando atender a 30% das suas necessidades energéticas e nutricionais, segundo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o *Institute of Medicine - Dietary Reference Intake* (DRI) de 1997, 2000, 2001 e 2003. Os alimentos escolhidos para compor a refeição dos escolares são considerados regionais. Optou-se por eles, por terem baixo custo em relação a outros tipos de alimentos, além de serem de fácil acesso e estarem no seu período sazonal. Para a elaboração de uma estrutura física

adequada segundo as recomendações para as Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs) em geral, visando desde o controle higiênico-sanitário, qualidade das edificações, instalações, equipamentos, móveis, utensílios, equipamentos de proteção dos empregados, manuseio dos alimentos até a chegada das preparações aos comensais foi utilizado como referência a RDC nº 216/04. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para elaboração da refeição, inicialmente os manipuladores fizeram o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIS), higienizaram as mãos e os utensílios necessários para a elaboração da preparação. Em seguida, os legumes e vegetais utilizados foram submetidos à lavagem em água corrente, reduzindo os resíduos sólidos e os microrganismos patogênicos. Após este procedimento as hortaliças foram colocadas em uma bacia com água e gotas da solução de hipoclorito de sódio por 20 minutos. Na sequência, os alimentos foram lavados novamente em água corrente e secos com papel toalha. A etapa seguinte foi a realização do pré-preparo, através dos cortes e desprezo de partes não comestíveis, com a finalidade de logo em seguida proceder à montagem das porções. De acordo com a RDC nº216 / 2004, os serviços de alimentação devem oferecer alimentos de forma adequada, seguindo as orientações de manipulação, preparo e armazenamento do alimento, com a finalidade de evitar contaminações garantindo assim a produção de alimentos seguros e saudáveis. Os manipuladores todos apresentaram boas condições higiênicas para a manipulação: unhas cortadas, sem esmaltes, sem adornos, maquiagem, com touca de proteção (ANVISA, 2004). As técnicas de boas práticas de manipulação foram realizadas para garantir o controle higiênico dos alimentos, desde a etapa de compra, transporte, armazenamento, pré-preparo, preparo e consumo. Alguns ingredientes utilizados, como as bananas e as maçãs, passaram pelo processo de branqueamento, o qual inativa as enzimas, evitando o escurecimento dos alimentos, aumentando assim a sua durabilidade e prevalecendo as características sensoriais. A planta baixa foi planejada de acordo com a resolução RDC nº 216/04 que mostra as divisões de dentro do lugar para obter organização dos processos estabelecidos, das pessoas dentro do espaço, cozinha, pensando no fluxo para evitar contaminações cruzadas, desde como a matéria-prima entra ao estabelecimento até a sua finalização, ou seja, a saída do prato finalizado até os comensais, evitando assim riscos de DTAs (Doenças Transmitidas por Alimentos). Para que uma UAN tenha sucesso ela precisa ter uma localização, estrutura física adequada; conforto, climatização, recursos financeiros disponíveis, bons equipamentos, gêneros de qualidade e uma equipe motivada, bem orientada e treinada (ABREU, SPINELLI, SOUZA PINTO, 2016). De acordo com o que foi proposto a partir dos 30% do GET foi estabelecido 435 kcal, que atenderam suficientemente às necessidades nutricionais das crianças. Em relação aos micronutrientes apenas o Ferro (4,2 mg/d), Sódio (526,7 mg/d) e a Vitamina C (26,1g/d) atenderam as necessidades. Entretanto, a Vitamina A (1.046,6 mcg/d) ultrapassou o adequado, já a Vitamina D (0,5 mcg/d) e o Cálcio (99 mg/d) ficaram abaixo do recomendado e esperado (DEPARTAMENTO DE NUTROLOGIA; MANUAL DE ALIMENTAÇÃO, 2018). Apesar da deficiência em atender as necessidades dos minerais, o cardápio mostrou-se diversificado, simples e com características regionais além de ser de fácil acesso e baixo custo. Além disto, trata-se de uma refeição do dia e os nutrientes que ficaram inadequados podem ser ofertados nas demais refeições. A diversidade dos alimentos oferecidos para as crianças é de suma importância para o desenvolvimento de seus paladares e o relacionamento com os mais variados tipos de alimentos no futuro. **CONCLUSÕES:** Segundo os resultados acima, pode-se concluir que apesar da variedade alimentar e nutricional ofertada no almoço, também deve-se ter uma preocupação nas demais refeições do dia para que dessa forma haja uma boa adequação nutricional. Assim, faz-se importante a orientação de uma alimentação saudável e equilibrada, diversificada e que atenda às necessidades nutricionais das crianças. Além dos fatores nutricionais, a intimidade com o alimento, a participação na preparação dos pratos e a descoberta de novos insumos são de suma importância para uma relação saudável entre a criança e a comida. Portanto, a oferta diária de refeições variadas e equilibradas

nutricionalmente é importante para garantir um crescimento e desenvolvimento saudável. Logo, as ações de educação alimentar e nutricional desde a infância são primordiais para a construção de hábitos alimentares saudáveis.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Edeli Simioni de; SPINELLI, Mônica Glória Neumann; SOUZA PINTO, Ana Maria. **Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer**. 6. ed. São Paulo: Metha, 2016.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação**. 3. ed. Brasília: ANVISA, 2004

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a População brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA: **Resolução – RDC Nº 216, de 15 de Setembro de 2004**. Estabelece procedimentos de boas Práticas para serviços de alimentação, garantindo as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de Setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2013.

INSTITUTE OF MEDICINE. **Dietary reference intakes for energy, carbohydrate, fiber, fat, fatty acids, cholesterol, protein, and amino acids**. Washington (DC): National Academy Press; 2005.

\_\_\_\_\_. **Dietary reference intakes for water, potassium, sodium, chloride, and sulfate**. Washington (DC): National Academy Press; 2004.

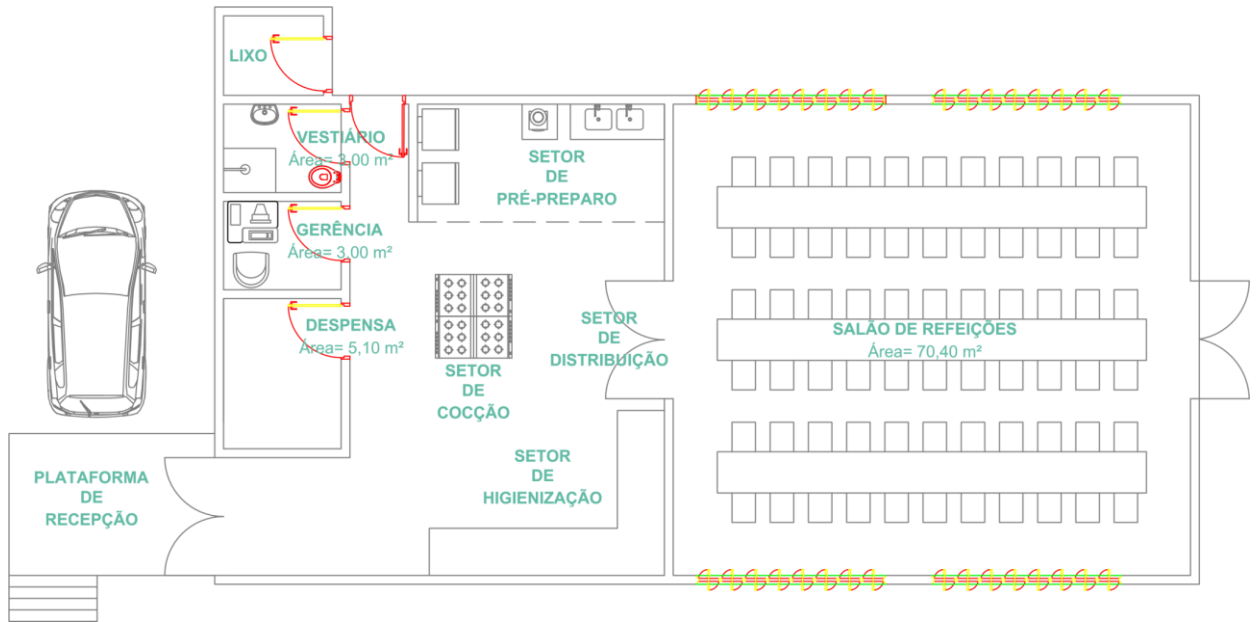
\_\_\_\_\_. **Dietary reference intakes; the essential guide to nutrient requirements**. Washington (DC): National Academy Press; 2006.

NEVES, Alice Magagnin; MADRUGA, Samanta Winck. **Alimentação complementar, consumo de alimentos industrializados e estado nutricional de crianças menores de 3 anos em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2016: um estudo descritivo**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 2019.

PHILIPPI, S. Tucunduva. **Nutrição e Técnica Dietética**. 3. ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA – Departamento de Nutrologia Manual de Alimentação: **Orientações para alimentação do lactante ao adolescente, na escola, na gestante, na prevenção de doenças e segurança alimentar/Sociedade Brasileira de Pediatria**. Departamento Científico de Nutrologia – 4. ed. - São Paulo: SBP, 2018.

# Apêndice 1: PLANTA BAIXA





## CONSUMO DE ALIMENTOS SEGUNDO O GRAU DE PROCESSAMENTO POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM NATAL/RN

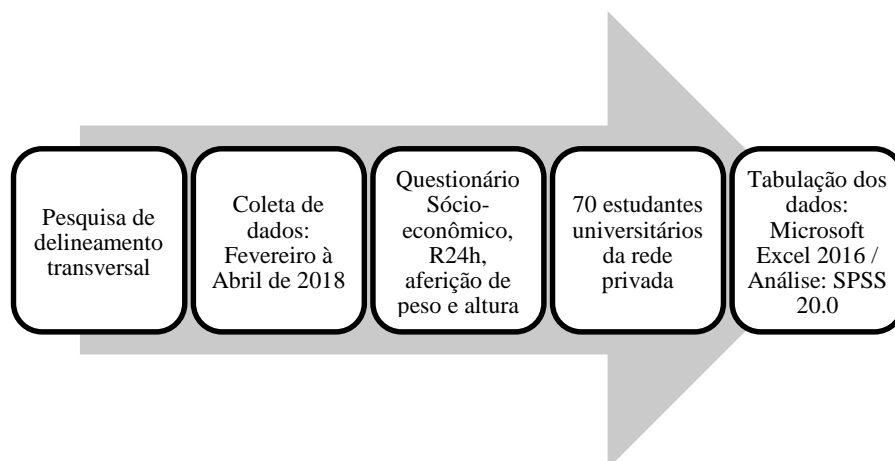
### AUTORES:

Vinícius Amaro do Nascimento  
Brena Oliveira da Fonseca  
Natalia Louise de Araújo Cabral  
Genyklea Silva de Oliveira  
Marina Clarissa Barros de Melo Lima  
Mariana Silva Bezerra

**INTRODUÇÃO:** O perfil da alimentação da população vem se transformando ao longo dos anos, caracterizando um processo de transição alimentar e nutricional, a qual caracteriza-se por modificação no padrão alimentar da população e em seu estado nutricional (SILVA *et al.*, 2018). Dentro desse contexto, o guia alimentar para a população brasileira (2014) recomenda a utilização predominante de alimentos in natura ou minimamente processados. Pois é inegável que o consumo de alimentos processados e ultraprocessados possuem conotação negativa no padrão de vida da população, já que esses alimentos passam por técnicas de processamento com adição de ingredientes como sal, açúcar, óleos e diversos outros aditivos (BRASIL, 2014; BERTI *et al.*, 2019). Essa alimentação inadequada relaciona-se com maior prevalência de comportamentos de risco em universitários (TEO *et al.*, 2014). Uma vez que há nesse público um consumo inadequado de frutas associado a alta ingestão de ultraprocessados. Tais atitudes são quase sempre impulsionadas pela rotina estressante e sobrecarregada do dia-a-dia (PIRES; MUSSI, 2016). Além disso, se alimentar fora de casa, substituindo o almoço por um lanche, como salgado ou até mesmo um sanduíche, é considerado uma ação não saudável e uma tentativa de diminuir a fome vista como uma prática comum entre os estudantes (ULHOA; RINALDI; ABDALA, 2015). Diante disso, é de grande importância a análise do consumo de alimentos por grau de processamento pelos universitários a fim de elaborar estratégias de sensibilização sobre o consumo controlado destes produtos por parte da comunidade acadêmica em questão. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi avaliar o consumo de alimentos por grau de processamento por estudantes universitários de Natal, no Rio Grande do Norte.

**METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de delineamento transversal com caráter quantitativo e descritivo, realizada com 70 estudantes de um centro universitário da rede privada de ensino em Natal, Rio Grande do Norte. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Potiguar (Parecer nº 2.285.956). A participação dos estudantes foi condicionada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados ocorreu de fevereiro a abril de 2018, com amostragem aleatória por conveniência, entre os alunos de diferentes cursos da universidade, matriculados no turno matutino. Utilizou-se um questionário de avaliação do perfil sociodemográfico, recordatório de consumo alimentar de 24 horas e avaliação de peso e altura para cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) (BRASIL, 2011). Os resultados foram tabulados no Microsoft Excel 2016® e analisados no software *Statistical Package for the Social Science Statistics* (SPSS) versão 20.0 para realização da estatística descritiva (Figura 1).

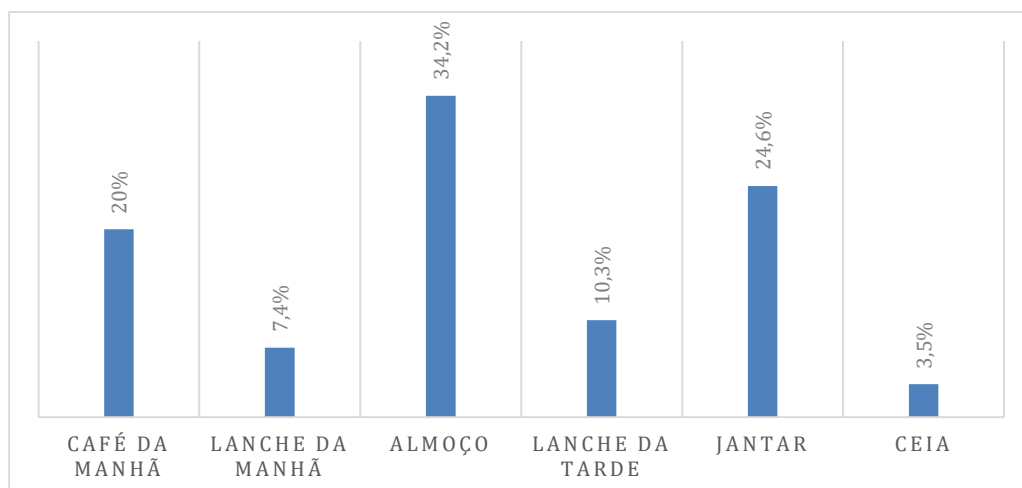
**Figura 1.** Fluxograma da metodologia da pesquisa



**Fonte:** Autoria própria, 2020.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Verificou-se que 91,4% dos indivíduos eram do sexo feminino, 90% apresentavam estado civil solteiro e 87,8% tinham renda familiar mensal superior a 1 salário mínimo. Por ser uma universidade privada, o perfil financeiro desses indivíduos, geralmente, é de renda domiciliar maior (SILVA *et al.*, 2018). Em relação ao estado nutricional, 48,6% dos indivíduos estiveram em eutrofia, 24,3% em excesso de peso e 1,4% com baixo peso. Sabe-se que a prevalência de excesso de peso corporal está cada vez maior, em especial nos jovens e adultos, sendo um dos principais fatores para Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (SOUSA; BARBOSA, 2017). Foram analisados 982 itens alimentícios consumidos nas 6 refeições do dia: 196 no café da manhã, 73 no lanche da manhã, 336 no almoço, 101 no lanche da tarde, 242 no jantar e 34 na ceia. O maior consumo de itens esteve nas principais refeições do dia, sendo a maior parte no almoço (34,2%), seguido do jantar (24,6%) e do café da manhã (20%) (Gráfico 1). Isso mostra que a população mantém a cultura alimentar tradicional de realização das principais refeições, porém incluindo novas formas de alimentar-se em rotinas que exigem cada vez mais praticidade (BERTI *et al.*, 2019).

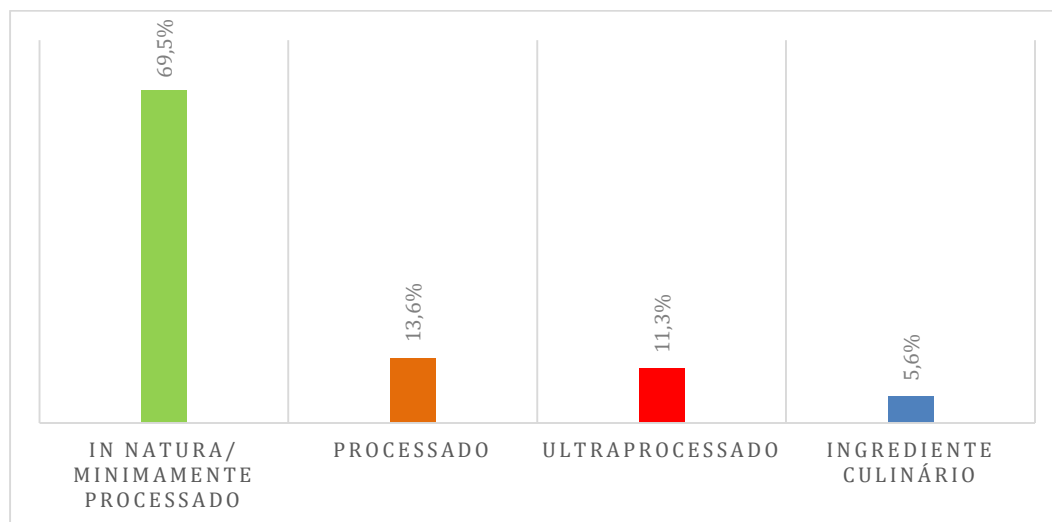
**Gráfico 1.** Distribuição de alimentos consumidos de acordo com a refeição por estudantes universitários, Natal/RN, 2018.



**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Dos alimentos consumidos de acordo com o grau de processamento, 69,5% correspondem a alimentos in natura ou minimamente processados, seguido de 13,6% de alimentos processados e 11,3% de alimentos ultraprocessados. Por fim, 5,6% dos itens consumidos correspondem a ingredientes culinários acrescidos às refeições (Gráfico 2). Sabe-se que há necessidade de limitar o consumo de processados e ultraprocessados por terem adição de açúcar ou sal, ingredientes relacionados a DCNT e suas complicações (BRASIL, 2014).

**Gráfico 2.** Distribuição dos alimentos consumidos de acordo com o grau de processamento por estudantes universitários, Natal/RN, 2018.



**Fonte:** Autoria própria, 2020.

A Tabela 1 retrata que o maior percentual de alimentos in natura ou minimamente processados foi consumido no almoço (43,7%), seguido do jantar (24%) e do café da manhã (15,4%). O maior número de itens processados foi encontrado no café da manhã (33,6%), jantar (25,4%) e lanche da manhã (15,7%). Os ultraprocessados, estavam mais presentes no café da manhã (27,9%), seguido do jantar (24,3%) e do almoço (17,1%).

**Tabela 1.** Itens alimentares consumidos por grau de processamento e refeição por estudantes universitários, Natal/RN, 2018.

	Alimento in natura/ Minimamente processado	Alimento Processado	Alimento Ultraprocessado
Refeição	% (n)	% (n)	% (n)
Café da manhã	15,4 (105)	33,6 (45)	27,9 (31)
Lanche da manhã	5,1 (35)	15,7 (21)	12,6 (14)
Almoço	43,7 (298)	8,2 (11)	17,1 (19)
Lanche da tarde	8,2 (56)	14,9 (20)	13,5 (15)
Jantar	24,0 (164)	25,4 (34)	24,3 (27)
Ceia	3,5 (24)	2,2 (3)	4,5 (5)
Total	100 (682)	100 (134)	100 (111)

**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Ao analisar o consumo dos principais alimentos consumidos por grau de processamento percebeu-se que entre os alimentos in natura ou minimamente processados mais consumidos encontram-se os hortifrutis, café e arroz. Os principais itens processados consumidos foram pães, queijos, bolos e salgados, enquanto que entre os itens ultraprocessados mais consumidos estavam os biscoitos e bolachas, refrigerante e achocolatado (Tabela 2). Massarani et al (2015) constatou que alimentos tradicionais como arroz, feijão e outras leguminosas ainda são muito presentes e constituem fator protetor contra DCNT. Talvez por isso, pôde-se notar hábitos alimentares tradicionais ao maior consumo de itens in natura/minimamente processados nas principais refeições do dia.

**Tabela 2.** Principais alimentos consumidos por grau de processamento por estudantes universitários, Natal/RN, 2018.

Alimentos in natura, minimamente processados e preparações culinárias à base desses alimentos	n	%
Verduras e legumes	122	12,2
Café	60	6,1
Frutas	59	5,9
Arroz	59	5,9
Raízes e tubérculos	53	5,3
<b>Processados</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Pães	35	3,6
Queijos	36	3,6
Salgados	25	2,5
Bolos	10	1,0
Doces	09	0,9
<b>Ultraprocessados</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Bebidas adoçadas	33	3,3
Embutidos	24	2,4
Biscoitos/bolachas	23	2,3
Guloseimas	09	0,9
Molho pronto	05	0,5

**Fonte:** Autoria própria, 2020.



**CONCLUSÕES:** De acordo com o presente estudo, pôde-se perceber que os alimentos processados e ultraprocessados estiveram frequentemente presentes no consumo diário dos universitários. Além do mais, o excesso de peso foi prevalente, provavelmente devido aos inadequados hábitos de vida como alimentação inadequada e sedentarismo, os quais podem trazer risco para doenças crônicas e distúrbios nutricionais. Assim, intervenções são necessárias no ambiente universitário, com foco em incentivo a hábitos alimentares mais saudáveis.

## REFERÊNCIAS

- BERTI, Talita Lelis *et al.* Consumo alimentar segundo o grau de processamento e características sociodemográficas: Estudo Pró-Saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s. l.], v. 22, p. 1–14, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira Guia Alimentar para a População Brasileira**. [s.l.: s.n.]. v. 2, 2014.
- FARIA, Yone de Oliveira; MOURA, Lenora Gandolfi; AZEVEDO, Leides Barroso. **Prevalencia de comportamento de risco em adultos joven e universitarios**. Acta Paulista de Enfermagem, [s. l.], v. 27, n. 6, p. 591–595, 2014.
- MASSARANI, Fábila Albernaz *et al.* Familial aggregation and dietary patterns in the Brazilian population. **Cadernos de Saude Publica**, [s. l.], v. 31, n. 12, p. 2535–2545, 2015.
- PIRES, Cláudia Geovana da Silva; MUSSI, Fernanda Carneiro. Excess weight in nursing junior and senior undergraduate students. Escola Anna Nery - **Revista de Enfermagem**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 4–8, 2016.
- SILVA, Mariane Alves *et al.* **The consumption of ultra-processed products is associated with the best socioeconomic level of the children ' s families**. [s. l.], p. 4053–4060, 2018. b.
- SOUSA, Thiago Ferreira de; BARBOSA, Aline Rodrigues. Prevalence of body weight excess in undergraduate students: Analysis of repeated surveys. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 586–597, 2017.
- TEO, Carla Rosane Paz Arruda *et al.* Ambiente alimentar e vulnerabilidade de adolescentes universitários: um estudo com foco no convívio familiar. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**. [s. l.], v. 16, n. 1, p. 49–58, 2014.
- TRANCOSO, Suelen Caroline; CAVALLI, Suzi Barletto; DA COSTA PROENÇA, Rossana Pacheco. Café da manhã: Caracterização, consumo e importância para a saúde. **Revista de Nutricao**, [s. l.], v. 23, n. 5, p. 859–869, 2010.
- ULHOA, Niara; RINALDI, Ana Elisa; ABDALA, Monica Chaves. **Hábitos Alimentares e Sociabilidade no Horário de Almoço de Estudantes Universitários**. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 539–554, 2015.



## RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM UNIVERSITÁRIOS

### AUTORES:

Bruna Karolina Silva de Carvalho  
Barbarah Rosane Tavares de Aragão Leão  
Marina Clarissa Barros de Melo Lima  
Genyklea Silva de Oliveira  
Mariana Silva Bezerra

**INTRODUÇÃO:** O Transtorno Alimentar é um padrão de comportamento alimentar disfuncional que pode influenciar de modo negativo, tornando-se prejudicial à saúde mental e física do sujeito (BITTENCOURT, ALMEIDA., 2013). Essas disfunções alimentares são comuns em universitários, em especial da área da saúde (SILVA *et al.*, 2012). Com isso, torna-se importante a identificação desse agravo na população estudada para compreensão dos seus principais determinantes. **Objetivo:** Avaliar o risco para transtornos alimentares em universitários dos cursos de educação física, nutrição e psicologia de um Centro Universitário do município de Natal, no Rio Grande do Norte. **Método:** Realizou-se um estudo observacional, descritivo, transversal e quantitativo. A pesquisa foi submetida ao comitê de ética em pesquisa (Parecer nº 3.323.273). Na coleta de dados, alunos dos cursos de educação física, nutrição e psicologia responderam ao questionário *Eating Attitudes Test-26* (EAT-26), como também, foram aferidos dados antropométricos de peso e altura para cálculo do Índice de Massa Corporal e, posterior classificação do estado nutricional. Foram realizadas análises descritivas, com frequências relativas e absolutas. Além disso, teste qui-quadrado de *person* avaliou a associação entre o risco para transtorno alimentar e estado nutricional. **Resultados:** Do total de 128 alunos do estudo, 16,4% apresentaram risco para transtorno alimentar. As medidas de peso e altura só foram possível ser aferidas em 117 indivíduos, destes 40,2% foram classificados com estado nutricional inadequado (4,3% com baixo peso e 35,9% com excesso de peso) (Tabela 1). Os indivíduos em risco para transtorno alimentar apresentaram em sua maioria (55%) estado nutricional inadequado ( $p$ -valor = 0,028). Os estudantes do curso de psicologia tiveram maior percentual de risco para transtornos alimentares (52%) (Gráfico 1).

**Tabela 1.** Caracterização da população do estudo, Natal/RN, 2020.

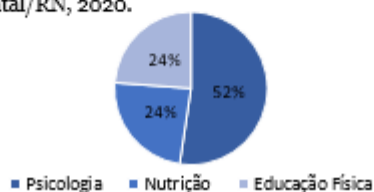
Variável	Categoria	% (n)
<b>Sexo</b> n=128	Feminino	70,3 (90)
	Masculino	29,7 (38)
<b>Curso de graduação</b> n=128	Psicologia	35,2 (45)
	Nutrição	39,1 (50)
	Educação Física	25,7 (33)
<b>Risco para Transtorno Alimentar (EAT-26)</b> n=128	Sem risco	16,4 (21)
	Com risco	83,6 (107)
<b>Estado Nutricional</b> n= 117	Baixo Peso	4,3 (5)
	Peso Adequado	59,8 (70)
	Excesso de Peso	35,9 (42)

**Tabela 2.** Associação entre risco para transtorno alimentar e estado nutricional em universitários, Natal/RN, 2020.

Estado Nutricional	Risco para TA		x <sup>2</sup>	p
	Sem risco para TA % (n)	Com risco para TA % (n)		
Baixo Peso	3,1 (3)	10,0 (2)	8,987	0,028
Peso Adequado	62,9 (61)	45,0 (9)		
Sobrepeso	29,9 (29)	25,0 (5)		
Obesidade	4,1 (4)	20,0 (4)		
<b>Total</b>	100 (97)	100 (20)		

TA: Transtorno alimentar  
x<sup>2</sup>: teste que quadrado de person

**Gráfico 1.** Distribuição dos estudantes com risco para o desenvolvimento de Transtornos Alimentares por curso de graduação, Natal/RN, 2020.



**CONCLUSÃO:** Percebeu-se que um estado nutricional inadequado pode ser um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares, e esse distúrbio esteve mais presente em graduandos do curso de psicologia.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Liliane de Jesus; ALMEIDA, Rafaela Andrade. Transtornos Alimentares: Patologia ou Estilo de Vida?. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. q, p. 220-229, 2013.

SILVA, Janiara David et al. Influência do Estado Nutricional no Risco para Transtornos Alimentares em Estudantes de Nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17. 3399-3406, 2012.



## USO DE NUTRIENTES QUE AUXILIAM NA PREVENÇÃO CONTRA O DESENVOLVIMENTO DO CÂNCER COLORRETAL

### AUTORES:

Ana Beatriz Medeiros Patricio  
Maria de Lourdes Patriota Cavalcanti Neta  
Genyklea Silva de Oliveira  
Katuscia Medeiros Silva de Araújo

**INTRODUÇÃO:** A alimentação pode reduzir o risco de desenvolver o câncer colorretal, por isso está sendo vista a cada dia como uma estratégia para fatores preventivos, e esses nutrientes podem influenciar em uma resposta imune muito importante. Foi possível observar, ao longo das pesquisas, que o incentivo à ingestão regular e adequada de frutas, vegetais e fibras pode reduzir os riscos desse câncer. **Objetivo:** Tem-se como objetivo revisar a ingestão de nutrientes que mostraram resultados inversos ao risco do carcinoma e contribuíram na prevenção da neoplasia. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, através de pesquisa de artigos científicos dos últimos 10 anos sobre nutrientes ligados à prevenção do câncer colorretal, utilizando bases de dados como: Google Acadêmico, BVS, Pubmed, Lilac e Scielo. **Resultados e discussão:** Foram encontrados, nos artigos, evidências afirmando que vitamina A, D, linhaça e ômega-3 contribuem de várias formas para a prevenção, envolvidos na inibição de proliferação, formação e progressão dos focos, induzindo diferenciação celular e apoptose, possuindo também funções imunomoduladoras, anti-inflamatórias e antioxidantes. **Conclusão:** Conclui-se que as vitaminas A e D, juntamente com a linhaça e o ômega-3, trouxeram efeitos positivos em relação ao risco de câncer colorretal por seu papel anti-inflamatório, antioxidante e imunomodulador, aumentando assim o potencial preventivo da alimentação, dessa forma reduzindo o risco para desenvolver a neoplasia. Evidenciando a extrema importância de manter uma alimentação saudável, rica em frutas, vegetais e fibras, buscando assim uma constante melhora na qualidade de vida. Sendo uma forma preventiva, de tratamento ou paliativa diante do câncer colorretal.

### REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ingritty Daysiane Torres. **Efeito da Suplementação de Ácidos Graxos Poliinsaturados Ômega-3 nos Marcadores de Inflamação em Indivíduos com câncer Gástrico e colorretal em tratamento quimioterápico:** um ensaio clínico randomizado, placebo-controlado e triplo cego: dissertação de mestrado. Dissertação de mestrado. 2017.

CHAGAS, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189345/PNTR0212-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 maio 2020.

FEDIRKO, Veronika *et al.* Vitamin D-Related Genes, Blood Vitamin D Levels and Colorectal Cancer Risk in Western European Populations: article. Article. 2019. **Nutrientes.**

Disponível em: <https://sci-hub.im/https://www.mdpi.com/2072-6643/11/8/1954>. Acesso em: 22 maio 2020.

FRANCESANGELI, Federica; ANGELIS, Maria Laura de; ZEUNER, Ann. Dietary Factors in the Control of Gut Homeostasis, Intestinal Stem Cells, and Colorectal Cancer: **review. Review**. 2019. *Nutrients*. Disponível em: <https://sci-hub.tw/10.3390/nu11122936>. Acesso em: 04 jun. 2020.

GOMES, Igor Felício et al. Papel dos compostos bioativos da linhaça (*Linum usitatissimum* L.) no câncer: The role of bioactive compounds of flaxseed (*Linum usitatissimum* L.). **cancer. Nutrição Brasil**, São Paulo, p.48-55, 14 jan. 2012. Semanal. Disponível em: <http://brunoluigi.com.br/elos/cargill-site/wp-content/uploads/2015/05/Revista-Nutricao-Brasil->

HUANG, Jing *et al.* Serum carotenoids and colorectal cancer risk: a case-control study in Guangdong, China: serum carotenoids and colorectal cancer risk: a case-control study in guangdong, china. Serum carotenoids and colorectal cancer risk: a case-control study in Guangdong, China. 2017. **Molecular Nutrition & Food Research**. Disponível em: <https://sci-hub.tw/10.1002/mnfr.201700267>. Acesso em: 20 maio 2020.

# **PEDAGOGIA**



## **AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

### **AUTORAS:**

Rayanne Fernandes de Araújo Lima  
Teciana de Brito Duarte Xavier de Souza  
Lúcia de Fátima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** Desde as primeiras manifestações da existência humana, a afetividade está presente em todos os espaços em que o sujeito convive, incluindo a escola onde passará boa parte da sua vida, aprendendo, socializando, interagindo, construindo conhecimentos. Essa convivência e relações sociais precisam estar permeadas por aspectos afetivos positivos, porque esse vínculo entre a criança e o meio em que vive/conviverá, de certa forma, determinará a construção de identidade e o valor que a criança dá a si mesma. Para as crianças, é preciso que sejam oferecidas condições para que seu emocional floresça e ganhe espaço. Neste trabalho, pretendemos refletir sobre como a afetividade de um docente pode ecoar significativamente na formação de um indivíduo e no seu processo de aprendizagem. A escola nos prepara para a vida e é onde o indivíduo terá suas primeiras experiências sociais, mas, até que ponto a afetividade nutre o processo da aprendizagem? Afinal, o afeto é um ingrediente primordial em qualquer relação humana e, por isso, deve estar presente em todas as fases da vida do indivíduo, principalmente na sala de aula. Para realização deste estudo, nos baseamos na experiência vivenciada durante o estágio supervisionado em educação infantil, em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), situado no bairro das Quintas, em Natal/RN. Aliado a isso, buscamos, nos conteúdos bibliográficos, o aprofundamento necessário na temática. Buscamos nas obras educacionais presentes nos trabalhos como os de Dantas (1990), Wallon (1989), Goleman (2001), entre outros, as referências necessárias sobre a afetividade e ela relacionada ao processo de aprendizagem. No ambiente familiar, a criança estabelece suas primeiras relações afetivas por ser o primeiro grupo social em que tem contato. A escola será o local onde ela vai expandir essas relações e se desenvolverá em diversos aspectos, que somente no ambiente familiar não seria possível. No ambiente escolar a figura adulta que será referência é o professor, tendo em vista a convivência intensa própria desse contexto. Dantas (1990, p.10) descreve que a “afetividade designa [...] os processos psíquicos que acompanham as manifestações orgânicas da emoção. A afetividade pode bem ser conceituada como uma das formas de amor”. Nesta linha de compreensão, Almeida e Mahoney (2007, p.17) definem afetividade como “a capacidade, a disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo e interno por meio de sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis.”. Na perspectiva professor-aluno, fica claro que, nessa relação, ambos precisam estar de fato envolvidos e comprometidos para que a aprendizagem ocorra de forma mais verdadeira, eficaz e competente. A primeira infância é a fase em que a criança se desenvolve e faz novas descobertas, desenvolve as suas primeiras cognições, percepções da vida, bem como vai ser tornando um sujeito social e afetivo. São através de reflexões como estas que estudos sobre a relevância da afetividade são tão importantes, por ser necessário que os professores entendam, desde cedo, a importância das emoções, contribuindo, assim, para a formação de crianças saudáveis, inteligentes e, acima de tudo, felizes. Wallon (1989) afirma que os aspectos

emocionais são intrínsecos a afetividade, ele ainda diz que, a afetividade constitui domínio funcional tão importante quanto o da inteligência. Goleman (2001, p.338) apresenta sua teoria da Inteligência Emocional a fim de orientar as práticas que objetivavam desenvolver os componentes: autocontrole emocional, automotivação, autoconhecimento, empatia e sociabilidades. Para ele, as pessoas que têm a capacidade de domínio das emoções tendem a ser mais fecundas e efetivas em qualquer atividade que exerçam, sendo assim, tendo importância na sala de aula no âmbito da aprendizagem. A BNCC (2017) define os conhecimentos essenciais que todos os alunos têm direito de aprender. No Brasil, até 2020, todas as escolas deverão contemplar as competências socioemocionais em seus currículos. A promoção da educação socioemocional descrita na BNCC desenvolverá nos alunos as seguintes competências: Autoconsciência, para um melhor conhecimento individual; Autogestão, para controle de emoções; Consciência social, para a prática da empatia; e Habilidade de relacionamento, para tomadas de decisões responsáveis.

Este estudo trata-se de um relato de experiência, elaborado no contexto da disciplina de Planejamento e Organização das Atividades do Estágio na Educação Infantil, com o objetivo de compreender e refletir sobre a relação afetiva entre professor e aluno no processo de aprendizagem de crianças da educação infantil; e, mais especificamente, estabelecer relações entre as contribuições teóricas da relação professor/aluno e a prática desenvolvida pelo professor, considerando, para tanto, os aspectos afetivos, sócio-emocionais, inteligência emocional e a aprendizagem e desenvolvimento das crianças. **METODOLOGIA:** Escolhemos o relato de experiência como pesquisa por reunir diversos elementos descritos, precisamente, através de uma retratação da experiência vivenciada durante o estágio curricular obrigatório num CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), situada no bairro das Quintas em Natal/RN. O estágio foi realizado em 20 dias de observação em sala de aula, totalizando a carga horária de 80 horas de práticas curriculares exigidas pelo curso de Pedagogia, com vistas a contribuir de forma relevante para atuação do pedagogo escolar.

A turma tinha um total de 20 alunos matriculados. Um deles apresentava diagnóstico de autismo não verbal, condição que necessitava de uma estagiária auxiliar de sala, exclusiva para estimular a interação deste aluno com as outras crianças, através de brinquedo e das brincadeiras, dentre outras atividades lúdicas. Os alunos da turma têm entre quatro a cinco anos de idade e são moradores do bairro, a maioria de classe média baixa e com realidades diversas. Como recurso para obtenção de dados, utilizamos a ficha de acompanhamento, destacando aspectos principais que foram observados na relação professor/aluno, tais como: falar com a criança de forma madura; promover roda de conversa com as crianças; acompanhar atividades individuais; contar história; acompanhar a relação entre as crianças; promover atividades lúdicas; impor limites de forma não agressiva; acolher críticas, problemas e manter boa relação com os responsáveis. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No início do período de observação, percebemos comportamentos tais como inquietação, dificuldade no cumprimento de regras e desacordo entre eles. As ações da professora fomentaram as seguintes tomadas de posição: não falar alto ou gritar com as crianças, ouvi-las no geral, considerar suas opiniões e seus pontos de vista, sugerir acordos e deixar claros os limites. Esses aspectos atendiam aos cinco componentes da inteligência emocional. As crianças, no meio do ano, já apresentavam comportamentos que evidenciavam uma inteligência interpessoal. Observamos que a interação entre as crianças tinha evoluído no sentido do respeito à vez do colega, da participação nos momentos da roda de conversa, do compartilhamento de brinquedos e na resolução dos conflitos entre eles. Igualmente, passaram a compreender as necessidades do colega autista, principalmente em não fazer muito barulho etc. À professora talvez não tenha dimensão do uso dessas habilidades, mas que se faz presente durante a aplicação das dinâmicas cotidianas para melhorias desses componentes. Ela agia como educadora inclusiva, praticando de uma forma igualitária as ações com todos os alunos. **CONCLUSÕES:** O estágio representou para nós uma etapa importante



e fundamental na nossa trajetória acadêmica, essencial para formação de educador que almejamos, de forma que consigamos nos maravilhar com as crianças em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, com as possibilidades de trabalho no cotidiano educativo, experimentar e construir o papel de professor na prática associando com as teorias aprendidas na faculdade. Uma reflexão que fizemos é que, no ensino infantil, é necessário que tenhamos um olhar diferente para as crianças, percebendo-as individualmente, ou seja, compreender que as crianças têm medos, angústias, alegrias, sonhos e desejos. Elas também são altamente observadoras e por isso devemos nos atentar para os seus gostos e desgostos, acompanhar e vibrar por suas descobertas, compartilhar e engrandecer as suas conquistas, independentemente do nível de desenvolvimento, construindo junto com eles os laços afetivos que são fundamentais nesse processo. Assim sendo, poderemos dar o nosso melhor para que nossos alunos sejam grandes pessoas futuramente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; MAHONEY, Abigail Alvarenga. **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Competências socioemocionais como fator de proteção à saúde mental e ao bullying**. Brasília: MEC, 2017.

DANTAS, Heloysa. **A infância da razão**. São Paulo: Editora Manole, 1990.

GOLEMAN, Daniel. **Trabalhando com a Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WALLON, Henri. **As origens do pensamento da criança**. São Paulo: Manole, 1989.



## **A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **AUTORAS:**

Kerzia de Oliveira Pinheiro

Sahra Danielly Holanda Amorim

Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza

**INTRODUÇÃO:** Os jogos e as brincadeiras são elementos que estão muito presentes na infância de toda criança, pois provocam afetos positivos e possibilitam o desenvolvimento da subjetividade, da cognição, motivação, aprendizagem e dos valores morais (VYGOTSKY, 1984). Brincando, a criança percebe o mundo à sua volta e começa um processo de significação das coisas. A ludicidade, através dos jogos e brincadeiras são grandes aliados no processo de aprendizagem, principalmente por permitir que as crianças experimentem e vivenciem aprendizados de forma espontânea, tornando-os significativos e possibilitam também construir suas interações sociais. Além disso, ao brincar, ela adquire habilidades motoras essenciais para o seu desenvolvimento e cria vínculos afetivos. Assim, o lúdico também é um auxiliador na comunicação da criança, por causa da representatividade, de ordem psicoemocional, como diz Ribeiro (2013), “ao brincar a criança também adquire a capacidade de simbolização, permitindo que ela possa vencer realidades angustiantes e domar medos instintivos”. A partir da brincadeira, portanto, a criança encontra meios para solucionar problemas e tornar-se crítica diante das situações propostas. Ainda partindo desse entendimento, no contexto escolar, essas ferramentas possuem grande importância, pois a partir do momento em que a criança se entrega ao brincar, ela está totalmente submersa as ações subjetivas e prazerosas que acontecem naquele momento, o que a deixa mais suscetível a aceitar atividades de aprendizagem. De acordo com Vygotsky:

A brincadeira cria para as crianças uma “zona de desenvolvimento proximal” que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível atual de desenvolvimento potencial, determinado por meio da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz. (VYGOTSKY, 1984, p. 97).

Dessa forma, Vygotsky (1984) nos mostra que, por meio do brincar, a criança consegue absorver e internalizar um discurso externo, contribuindo para a construção do seu próprio pensamento. Fortuna (2003) afirma que “as brincadeiras e os jogos são espaços privilegiados para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem”. Para tanto, é necessário que haja o envolvimento do professor, que este planeje e organize situações de aprendizagens baseadas no lúdico, fazendo com que a criança elabore suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais de forma independente (BRASIL, 1998). Partindo da ideia de que o brincar é um fato natural na vida da criança e que através desse ato, ela se desenvolve nos campos cognitivo, motor, afetivo e social, torna-se necessário discutir amplamente a relação entre o aprender e o

brincar na educação infantil, tendo em vista que é um processo assegurado pelos direitos de aprendizagem descritos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017). Nessa perspectiva, este trabalho teve como objetivo refletir acerca da influência dos jogos e brincadeiras para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças na educação infantil. A idealização deste estudo se deu a partir da experiência vivenciada durante o período do estágio obrigatório na Educação Infantil, para o estudo do tema, buscamos subsídios teóricos quanto às práticas pedagógicas, em obras de autores que possuem uma maior propriedade quanto a importância da ludicidade para o desenvolvimento da criança, tais como Vygotsky (1984), Ribeiro (2013), Piaget (1998), Kishimoto (2005) e Pedroza (2005), entre outros, a fim de promover uma maior compreensão a respeito do lúdico nas atividades escolares, nos jogos e brincadeiras, de forma a compreender como ocorre no processo de ensino e aprendizagem dos alunos durante a Educação Infantil. **METODOLOGIA:** O estudo teve como base as experiências vividas no período do estágio obrigatório do curso de pedagogia, realizado na Educação Infantil, em um colégio da rede privada, situado na zona sul de Natal/RN. O estudo teve como público-alvo 11 alunos do Nível IV do Ensino Infantil e uma professora. A metodologia a ser empregada na análise da temática escolhida foram as pesquisas de campo e bibliográficas com abordagem qualitativa que, de acordo com Sarmiento (2003), visa a análise das realidades sociais a qual estejam inseridas e a compreensão das ações no ambiente escolar. A entrevista foi outro procedimento metodológico empregado com o intuito de recolher o maior número de informações possíveis sobre o estudo, aplicada previamente no início do estágio, com a professora titular da turma, onde procuramos conhecer, entre outros fatores, a sua formação profissional e acadêmica, bem como a interação com as crianças e sua percepção diária com elas, além da observação das práticas pedagógicas em sala e a interação entre a professora e alunos durante o período de estágio. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante o processo inicial de observação, foi notado que em relação ao comportamento das crianças, era de bastante inquietação, desordem nos momentos de fala e constante descumprimento de regras durante as aulas. Diante disso, a professora buscou sempre ouvir os alunos, para saber o motivo de sua agitação, propondo a criação de acordos diários, estabelecendo de forma clara os limites e o respeito à turma. Para isso, algumas atividades lúdicas eram realizadas em momento de roda, tais como: dinâmicas musicadas para mostrar a importância de respeitar o momento de fala da professora e dos colegas; aplicação de um jogo envolvendo os combinados do dia, assim os alunos conseguiam visualizar, compreender e respeitar os combinados, através do respeito as regras dispostas pelo jogo; atividades de respiração também eram executadas para a apaziguação dos alunos mais agitados (cheirar a florzinha e soprar a velinha). As atividades eram trabalhadas de maneira lúdica, assim, as crianças compreendiam e obedeciam às condições aplicadas de maneira mais cooperativa. Após uma roda de conversa para esses combinados e dinâmicas, a professora conseguia prosseguir conduzindo as atividades tranquilamente, contando muitas vezes com a colaboração dos próprios alunos quando algum dos combinados não era obedecido por um dos colegas. Sobre isso, Kishimoto (1994, p.49) diz: "quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade". Assim, observou-se que as atividades propostas pela professora como medida interventiva, tiveram o êxito previsto, pois, todas as suas ações foram realizadas de maneira intencional e planejada, o que refletiu no desenvolvimento comportamental da turma durante as aulas. **CONCLUSÕES:** O trabalho possibilitou observar o quão importante é a presença do lúdico na vida da criança, visto que, ao participar de brincadeiras, a criança tende a desenvolver melhor suas capacidades motoras e cognitivas, suas interações sociais, conhecimento de si próprio e do espaço a sua volta, sua expressividade, ações essas asseguradas pelos direitos de aprendizagem descritos pela BNCC (2017), a fim de promover melhores condições de aprendizagem da criança, sem fazê-la pular

fases, deixando-a ser criança. Foi perceptível a importância da atuação do professor na mediação das atividades propostas, reforçando o valor de um planejamento organizado e bem direcionado às necessidades da criança de maneira que as ações favoreçam o bem estar e interações entre as crianças e o meio.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Brasília: MEC, 1998. 3 v.

\_\_\_\_\_. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. 2017.

Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

Acesso em: 15 jun. 2020.

FORTUNA, Tânia Ramos. Jogo em aula: recurso permite repensar as relações de ensino-aprendizagem. **Revista do Professor**, Porto Alegre, v. 19, n. 75, p. 15-19, jul./set. 2003.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez; 2005.

\_\_\_\_\_. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. **Aprendizagem e Subjetividade: Uma construção a partir do Brincar**. 2005. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-80232005000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232005000200006) Acesso em: 15 jun. 2020.

PIAGET, J. A. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

RIBEIRO, Maiane Santos Malaquias e Suely de Souza. A Importância do Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância. **Psicologado**, [s.l.]. 2013.

Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SARMENTO, M. J. O estudo de caso etnográfico em educação. *In*: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



## ESCOLA E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

### AUTORES:

Ady Livne de Lima Lucas  
Jailson da Costa Pontes  
Ana Eloisa Silva de Souza

**INTRODUÇÃO:** A família é o primeiro núcleo, sistematizado socialmente, de interação e socialização do ser humano. É no sistema familiar que a criança tem suas primeiras experiências de aprendizagem e desenvolvimento, tornando-se a base para a construção do conhecimento real e concreto que se desenvolve através das experiências socioculturais adquiridas nesse sistema (TERRA, 2001). Com isso, para que se tenha uma aprendizagem escolar com significado (PONTES, 2019), é preciso que se leve em consideração as vivências e influências familiares, articulando maneiras de estabelecer uma relação da escola com a família que contribua para o desenvolvimento do educando. Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 2º:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2017, p. 8).

Nessa direção, para que se tenha uma educação integral e de qualidade, se faz necessário entender quais são os desafios e benefícios da relação familiar no processo de ensino aprendizagem. Ressaltando que, as interações provenientes das relações (sociais, econômicas, culturais, etc.) trazem uma rede de desafios, tanto para a escola como para a própria família, pois nas interações entre o grupo de convívio do indivíduo que se tem a formação integral do sujeito (caráter, socialização, interação) influenciando diretamente no processo de escolarização. No Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no tocante a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que são as duas primeiras etapas da educação básica. Menciona em sua estrutura, o vínculo entre o cuidar e o educar, assim também como a valorização da articulação com as experiências vivenciadas durante todo o processo educacional. Este documento busca orientar os professores bem como os demais profissionais da educação. Propondo que, ao considerar na proposta pedagógica as vivências e o conhecimento adquiridos pelo aluno na família e na comunidade, as habilidades e experiências adquiridas por eles são ampliadas, estimulando a curiosidade e a criatividade, aproximando o conteúdo escolar da realidade do educando servindo, assim, como completo para educação familiar e estabelecendo significado ao processo de ensino aprendizagem. Com isso, podemos dizer que o ensino é também uma prática de transmitir o conhecimento empírico que é culturalmente vivenciado pelo ser humano. Ao qual essa transmissão faz com que o educando busque respostas aliadas aos ensinamentos (formal e não formal) propostos, visando a formulação de hipóteses, questões de pesquisa e a participação efetiva durante o processo. Nesse sentido, podemos observar a importância do ensino e aprendizagem durante todo o processo educativo, salientando que existem diferentes maneiras de ensinar e de aprender, pois

cada indivíduo é subjetivamente único. Diante disso, o aluno pode apresentar, durante o processo, alguma dificuldade em compreender e/ou desenvolver determinado conteúdo. Considerando assim, as dificuldades de aprendizagem como uma desordem mental (de origem orgânica ou social) que afeta as habilidades do indivíduo de interpretar e relacionar o que é visto, ouvido ou falado, possuindo diversas causas e manifestando-se de diversas maneiras, estando diretamente relacionado ao sistema familiar, educacional e social no qual está inserido. **METODOLOGIA:** A análise dos dados foi embasada na perspectiva psicopedagógica (POLITY, 2001) que relaciona o modelo sistêmico as relações familiares para assim entender melhor seu funcionamento, “Segundo o modelo sistêmico, o sujeito está inserido no mundo das relações que, ao mesmo tempo influencia e é influenciado por elas” (POLITY,2001, p.31). Correlacionando a responsabilidade de uma situação a todos os membros envolvidos nela onde, neste estudo, a situação analisada é a dificuldade de aprendizagem e sua relação com a família, objetivando a importância de se estabelecer uma parceria entre essas duas instituições. O estudo foi realizado durante a graduação do curso de Pedagogia, através do estágio não obrigatório em uma escola particular de Natal/RN. Nela foram feitas observações sistemáticas da participação da família (na condução das atividades escolares e de casa) e o efeito desta no desempenho de uma amostra de 50% dos alunos de cada uma das duas turmas – 3º e 4º anos do ensino fundamental I. Durante o processo, foram realizadas entrevistas qualitativas durante as reuniões com pais e professores, ao qual questionou-se o desenvolvimento e autonomia do educando na realização das atividades propostas pela escola e qual o apoio destinado pelos pais ao seus filhos para minimizar qualquer possível dificuldade do educando, seguindo as diretrizes éticas do consentimento e garantia do sigilo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram considerados, para análise dos resultados, aspectos relacionados à estrutura familiar; possibilidade de diferenciação e formação de identidade; adaptação ao ciclo vital; padrão de aprendizagem familiar; padrões de repetição; e o funcionamento familiar (POLITY, 2001). Assim quanto aos alunos do 4º ano do ensino regular, através das observações, constatou-se que as famílias participavam somente nos eventos proporcionados pela instituição como em datas comemorativas ou em reuniões apenas para cobrar bons resultados nas provas.

### 1 - Tabela de Entrevista

<ul style="list-style-type: none"> <li>Como é a participação dos pais na condução das atividades escolares e de casa do educando?</li> </ul>	40% auxiliavam as crianças.	35% não auxiliavam devido ao tempo.	25%, quando podiam, auxiliavam.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Quanto do seu tempo é destinado para diálogo/interação com seu filho fora da escola.</li> </ul>	Média geral de, aproximadamente, 4 à 5 horas por dia. Sem contar o fim de semana.	10 % não soube informar.	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Você participa ativamente dos eventos proporcionados pela escola?</li> </ul>	25% respondeu que sim.	35% que tentam ao máximo participar.	40% somente em reuniões ou quando o filho tem um baixo rendimento
---	------------------------	--------------------------------------	---

Fonte: Autoria própria, 2020.

As respostas das entrevistas evidenciaram que alguns pais apenas matriculam seus filhos e esperam que a escola cuide de toda a educação deles aparecendo na escola, apenas, quando eles estão com problemas, baixo desempenho ou quando a coordenação mandava chamá-los. Já a turma do 3º ano do tempo integral, ficou evidente com as observações e entrevistas que os filhos cujos pais que participavam mais da vida escolar, tinham um nível maior de desenvolvimento e autonomia na realização das atividades escolares ao contrário das demais. **CONCLUSÕES:** Dado o exposto, foi percebido que as crianças que tinham uma base familiar mais estruturada desenvolviam suas atividades sem necessidade de muitas intervenções, mas aquelas cuja base era desalinhada ou pouco interessada no tocante ao desenvolvimento e aprendizagem escolar, necessitavam de mais intervenções e orientações. Nessa perspectiva, pode-se supor que a educação quando dada apenas por instituições escolares não funciona efetivamente, pois a família tem um papel importante quando a referência é um projeto educacional sério. É importante dizer que sabendo da importância dessa parceria a escola, local do estudo, criou um projeto chamado “dia da família”, na tentativa de incluí-la de forma integral no processo educacional de seus filhos como uma forma de ampliar essa participação e interação dos pais neste processo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 22 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 18 maio 2020.

POLITY, Elizabeth. **Dificuldades de aprendizagem e família**: construindo novas narrativas. São Paulo: Vetor, 2001.

PONTES, Jailson da Costa. **Identificação e caracterização do perfil de erros e dificuldades de aprendizagem nas questões de estatística e probabilidade das provas de matemática do ENEM nos anos de 2013 a 2016 dos aprovados na primeira chamada do sisu para ingressar na UFRN**. Tese de doutorado. UFRN. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28114>. Acesso em: 16 out.2020.

TERRA, Marcia Regina. **Desenvolvimento humano na teoria de Piaget**. 2001. Disponível

em: <https://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/d00005.htm>. Acesso em: 04 out. 2019.





## AFETIVIDADE NA AÇÃO DOCENTE: UM OLHAR INCLUSIVO

### AUTORAS:

Eloisa Lucinda da Silva

Hellen Silva Chacon

Lúcia de Fátima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** O presente estudo aborda o quão é necessário discutir a afetividade na ação docente, por permear todo o processo de ensino-aprendizagem. Etimologicamente, a palavra afetividade pressupõe estar junto, ação com o outro. De acordo com o Minidicionário da língua portuguesa (1996 p.27), afetividade é: “qualidade do que é afetivo; afeição; carinho.” Sabemos que a prática docente é uma via de mão-dupla. O professor tanto precisa do aluno quanto o aluno precisa do professor. Quando há reciprocidade em ambas as partes, o docente consegue atingir seus objetivos e o discente é estimulado a prosseguir em busca do conhecimento. Conforme Saltini (2008, p.100), “essa inter-relação é o fio condutor, o suporte afetivo do conhecimento”. E ainda completa:

[...] o educador serve de continente para a criança. [...] continente é o espaço onde podemos depositar nossas pequenas construções e onde elas são acolhidas e valorizadas, tal qual um útero acolhe um embrião. A criança deseja e necessita ser amada, aceita, acolhida e ouvida para que possa despertar para a vida da curiosidade e do aprendizado.

Também sabemos que o papel da escola é favorecer a formação integral de indivíduos críticos, criativos, reflexivos, tolerantes, justos e que saibam participar ativamente das decisões coletivas da sociedade, sendo assim, a educação em sua totalidade já é uma grande demonstração de amor. Aspectos afetivos e cognitivos formam um par inseparável. Nesse sentido, Wallon (1966) afirma que a afetividade está presente nas nossas vidas desde o momento em que nascemos e vai se desenvolvendo gradativamente desde o choro do bebê até nossas fases adultas; também deixou claro que os complexos afetivos são resultados de reflexos condicionados e paulatinamente vão se tornando irredutíveis ao raciocínio. Salla (2011), comenta que todas as pessoas são afetadas pelo olhar do outro, por um objeto, por atenção e outros fatores externos. Cabral (2013), traz a ideia de relacionar a afetividade as emoções e afirma que ambas vão auxiliar na maneira com que as pessoas visualizam o mundo e, além disso, determina que a falta de afeto ainda durante a infância causa baixa autoestima.

No âmbito educacional, a afetividade está respaldada pela BNCC (2017), em que as expressões de afetos são objetos de avaliação como parte do desenvolvimento integral das crianças bem como a resolução de conflitos e o controle das emoções, os quais são observados por meio dos Eixos Estruturantes da Educação Infantil dentro das competências socioemocionais. Assim sendo, objetivamos refletir sobre a importância da afetividade na ação docente para desencadear o processo de ensino aprendizagem. **METODOLOGIA:** O relato de experiência ocorreu durante a realização do estágio supervisionado em Educação Infantil, disciplina obrigatória no

curso de Pedagogia, no período correspondente a 80 horas/aula. Ao longo desse processo, vivenciamos a rotina de uma turma do nível IV em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na zona oeste de Natal – RN. A referida turma tinha 16 alunos matriculados na faixa etária de cinco e seis anos de idade e entre eles havia um aluno diagnosticado com baixa visão e que ficava retraído na sala de aula. Em decorrência disso, considerava-se incapaz de acompanhar os demais alunos da turma nos conteúdos escolares e sua interação estava restrita apenas à professora titular da sala. A docente se apresentava sempre muito sensível nas interações com a referida criança e constantemente dialogava com ele acerca de variados assuntos em sala de aula, e refletia com ela acerca de como seria divertido se ele pudesse brincar com seus colegas usufruindo juntos de todo o lúdico que a Educação Infantil propõe. Em consonância com o projeto anual da instituição, intitulado ‘‘Convivendo e respeitando as diferenças’’, a professora passou a abordar com seus discentes, em suas rotineiras rodas de conversas, a respeito das singularidades de cada criança e que são elas que as tornam únicas e igualmente importantes. No caso da educação especial, isso é primordial já que o estigma gera baixa autoestima (GIL, 2000). Portanto, devido a esse olhar afetivo e inclusivo da professora, o menino passou a se sentir acolhido, respeitado e melhorou bastante sua interação com as demais crianças. Não obstante, ao planejar as atividades pedagógicas, a docente realizava as devidas adaptações necessárias para trabalhar com alunos de baixa visão como por exemplo ampliação dos tamanhos das letras e garantia de sua presença nas carteiras mais próximas à lousa. Simultaneamente, havia mais atividades que contemplassem as artes, primordialmente a música, tendo vista que o aluno demonstrava interesse em momentos os quais as músicas eram inseridas. Entendemos, assim, que a música se faz presente nos momentos do nosso dia a dia, contribuindo para o bem estar, proporcionando aprendizado a cada vez que ouvimos e nos conecta a outras pessoas e ao mundo, tanto é que a inclusão do aluno junto a turma se tornou possível principalmente por meio dela. Como afirma Tiago (2007, p. 86), ‘‘a música é fundamental na Educação Infantil, pois faz parte do dia a dia e dá suporte ao trabalho dos professores que buscam integrar diversas áreas do conhecimento’’. Esse contato entre as crianças é de grande valia à luz da psicogenética, perspectiva que se utilizou para embasar toda a experiência. No que se refere à psicogenética de Wallon, a afetividade ocupa lugar central (LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992). Vale ressaltar que a docente afirmou o quão é importante a relação professor/família/escola e que esta deve ocorrer de forma harmônica para que esse aluno desenvolva empatia e segurança com os espaços de aprendizagem. O afeto proporciona uma relação baseada na confiança, no respeito, na admiração, elevando a autoestima. É nessa absorção que o aluno reflete o prazer de estar na escola. A falta de afeto compromete a construção do conhecimento e influi no emocional da criança. Os pais e os professores devem levar em conta a dimensão afetiva durante a aprendizagem e cuidarem da criança como um todo. Ademais, a professora usufruía de apoio tanto da coordenação pedagógica quanto da gestão escolar. O trabalho de acolher é da escola e de todos que se propõem a educar com afeto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No início do processo, a criança retraída e que apresentava baixa visão evidenciou também baixa autoestima, pois, não se considerava hábil a ser alfabetizado como os demais colegas de sala e sua relação e interação se limitava a professora. Durante esse período de observação, houve um trabalho em conjunto com a professora titular da turma e as estagiárias em prol de auxiliar as crianças e suas necessidades buscando maneiras de incluir todas as crianças, independentemente de suas singularidades no contexto escolar. Vale acrescentar também o fato de que a inclusão da criança foi tão trabalhada ao ponto de a turma como um todo contribuir de forma empática ao longo do processo. Paulatinamente, ocorreram mais avanços na interação e houve a demonstração do receio, por parte do discente, que evoluiu bastante, mas não aprendeu a ler e escrever. Tendo como instrumento principal atividades que fomentavam a afetividade, a professora concluiu que era necessário, naquele momento, um trabalho mais atencioso, principalmente, para com

aquela criança e a partir disso começou a criar estratégias para tornar seu planejamento flexível visando alcançar todos os envolvidos. O olhar empático da professora devolveu a vontade de aprender que estava bloqueada no aluno. Ao final do processo, observamos uma grande evolução do desempenho escolar e socialização de toda a turma. A docente salientou, ainda, a ideia de a comunidade escolar trabalhar em consonância e frisou que a presença das famílias no contexto educacional é crucial. **CONCLUSÕES:** Sabe-se que aprender é um direito de todas as crianças, independentemente de limitações. Segundo Oliveira (1992, p. 58), “tal estado psicológico é de grande influência no comportamento e no aprendizado das pessoas juntamente com o desenvolvimento cognitivo”. Por tal motivo o conceito de Educação Inclusiva está em pauta na atualidade. A afetividade proporciona que os docentes tenham o cuidado de realizar seus trabalhos cientes de que seus conteúdos devem ser acessíveis a todo o seu público, respeitando a singularidade de cada um, tendo em vista que há casos em que a aprendizagem ocorre de formas divergentes.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 12 maio 2020.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.
- CABRAL, Gabriela. **Afetividade**. Disponível em:  
<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/psicologia/afetividade.htm>. Acesso em: 05 dez. 2019.
- GIL, M. (Org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação a Distância, 2000. Brasília: MEC, Secretaria de Educação a Distância, 2000.
- SALLA, Fernanda. **O conceito de afetividade de Henri Wallon**. Disponível em:  
<https://novaescola.org.br/conteudo/264/0-conceito-de-afetividade-de-henri-wallon>. Acesso em: 06 out. 2020.
- SALTINI, Cláudio J. P. **Afetividade e inteligência**. 5. ed.- Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.
- TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygostky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- TIAGO, Roberta Alves. **Música na Educação Infantil: saberes e práticas docentes**. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Minas Gerais, 2007.
- WALLON, Henri. **Do ato ao pensamento: ensaio de psicologia comparada**. Lisboa: Portugal, 1966.



## **A LITERATURA INFANTIL NA ALFABETIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**

### **AUTORAS:**

Yngridd Julianna Leite de Oliveira Tertulino

Ana Edilza Aquino de Sousa

**INTRODUÇÃO:** O presente relato discute sobre o efeito da literatura infantil no processo de alfabetização. A literatura favorece uma reflexão sobre si mesmo e sobre o mundo, fomentando a criatividade, o desenvolvimento e a aprendizagem. Segundo Costa (2005), quanto mais cedo as crianças tiverem contato com os livros de Literatura Infantil, maiores serão as chances de desenvolverem o gosto pela leitura, ou seja, quando estimulamos a literatura, desde a fase inicial da criança, teremos maiores probabilidades dela desenvolver o gosto pela leitura. A literatura infantil possibilita aprender, refletir, questionar, comparar, investigar, imaginar, emocionar, divertir, transformar, viver, amadurecer, desenvolver a sensibilidade estética e a expressão linguística, adquirir cultura, diferentes visões de mundo etc. (BRAGATTO FILHO, 1995). O objetivo da pesquisa é abordar e refletir sobre o efeito da literatura nos ciclos de alfabetização. A discussão em torno dos conhecimentos literários envolvidos na fase da alfabetização permite compreender as contribuições do ato de ler histórias para crianças, tendo em vista o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. A escolha desse tema se deu pelo fato de considerar a literatura infantil como uma ferramenta indispensável no processo de alfabetização, além disso, pôde-se perceber na prática o quanto é importante utilizá-la na formação das crianças, contribuindo para ampliação de seus saberes de maneira significativa e facilitando a socialização entre os alfabetizandos. A intervenção desta pesquisa está pautada em observações da vivência e na prática mediadora. Sendo assim, foram realizadas três semanas de observação e uma semana de intervenção. No período de intervenção, tinha como foco a contação de histórias, atividade dialogada de interpretação textual e o desenvolvimento de atividades de reconhecimento das partes da narrativa das histórias. **METODOLOGIA:** A pesquisa surgiu a partir de reflexões sobre as possibilidades de ampliação do conhecimento através da literatura infantil e de uma vivência durante o estágio supervisionado obrigatório em uma escola particular situada na zona sul de Natal/RN. O público-alvo deste estudo é formado por professores alfabetizadores e alunos que estão no processo de alfabetização. É importante mencionar que tomaram-se todos os cuidados éticos durante o processo. Esta pesquisa também se define como uma pesquisa participante, pois ela se desenvolve a partir da interação entre o pesquisador e membros das situações investigadas. Segundo Marconi e Lakatos (2010) essa pesquisa se adequa em estudos exploratórios que podem contribuir para solução de problemas identificados no ambiente natural. Também realizamos uma revisão bibliográfica, pois a pesquisa foi ancorada nos estudos dos autores que são referências nessa temática. Há uma vivência direta, no ato das observações das aulas, entre o pesquisador, professor e alunos. Vale salientar que este estudo também se caracteriza como uma pesquisa participante, pois o pesquisador envolveu-se diretamente na situação de pesquisa de modo cooperativo, participando das aulas, atuando como contador de histórias. A análise dos dados dar-se-á à luz das perspectivas de Zilberman (2007), Cadermartori (1994) e Faria (2004), que tratam a

literatura infantil como uma ferramenta que pode e deve ser uma grande aliada no desenvolvimento de crianças que estão sendo alfabetizadas. A partir de reflexões dos estudos de Zilberman, podemos entender que cada literatura traz consigo uma cultura, uma história e um estilo, mas é a partir das vivências da criança que a leitura terá um significado no seu dia a dia, considerando que:

A literatura acirra a fantasia do leitor, colocando-o frente a frente com o imaginário e suscita um posicionamento intelectual, uma vez que o mundo representado no texto produz uma modalidade de reconhecimento. Nesse sentido, o texto literário introduz um universo que por mais distanciado do cotidiano, leva o leitor a refletir sobre sua rotina e a incorpora novas experiências. (ZILBERMAN, 2007, p. 19)

Através de Cadamartori, concluímos que as obras literárias possuem significados e objetivos que contribuem de maneira positiva para o processo de aprendizagem de seus leitores que conseguem desenvolver a capacidade de escrita, competências de leitura e oralidade, compreendendo o que ele diz “a literatura infantil se configura não só como instrumento de formação conceitual, mas também de emancipação da manipulação da sociedade. Se a dependência infantil e a ausência de um padrão inato de comportamento são questões que se interpenetram, configurando a posição da criança na relação com o adulto, a literatura surge como um meio de superação da dependência e da carência por possibilitar a reformulação de conceitos e a autonomia do pensamento.” (CADEMARTORI, 1994, p. 23). Para Faria, é inevitável que o professor perceba a importância da Literatura e as suas formas de exploração, sendo fundamental que esse professor também saiba ler, devendo preparar-se para a formação de leitores, em que o trabalho a ser desenvolvido feito com crianças terá os resultados necessários e desejados. (FARIA, 2004). **RESULTADOS:** No início da experiência, verificou-se que a maioria das crianças da turma não tinha interesse pela literatura e também não existia nenhum projeto voltado para a temática; além disso, a professora titular não fazia mediações em suas aulas utilizando esse gênero literário. É essencial que o professor alfabetizador possa estimular a literatura infantil na sala de aula, bem como, seja o mediador entre os livros de histórias e o aluno, tornando esse processo de aprendizagem mais prazeroso e significativo. Observou-se que as crianças possuíam dificuldades na escrita, na expressão da linguagem oral e, ainda, na concentração para realizar as atividades. Além disso, notou-se que elas não conseguiam fazer uma boa interpretação da história lida. Foi possível realizar uma semana de intervenção, em que foram expostas histórias de literatura infantil, para que pudesse ser analisado o processo de desenvolvimento dos alfabetizandos. A professora mediadora utilizava de recursos lúdicos, como fantoches, para tornar esses momentos de interação engajadores. Durante as oficinas literárias, buscou-se utilizar livros que foram julgados como mais adequados aos objetivos propostos. Dessa forma, foram lidas as seguintes histórias: Chapeuzinho amarelo; O lápis cor de pele; A bela e a fera; O urso corajoso e Chapeuzinho colorido. Todas as histórias veiculavam uma temática moralizante a fim de que as crianças pudessem refletir e relacionar o enredo às suas realidades. No término da contação, eram realizadas, ainda, atividades voltadas para o letramento, visando ampliar o conhecimento das crianças, além de contribuir para uma aprendizagem significativa da escrita. O professor que está proposto a trabalhar com a alfabetização deve procurar incrementar atividades que possuam características variadas e peculiares colaborando para o progresso expressivo das crianças que estão nesse processo. À vista disso, durante a intervenção, foi pensado em elaborar práticas que envolvessem diferentes aspectos do processo de alfabetização, sendo capaz de proporcionar exercícios de aquisição da escrita de maneira que as crianças pudessem também fazer o uso social da língua em situações socialmente relevantes, ou seja, alfabetizar letrando e tornando-as leitores eficientes. No final do processo, foi possível perceber que as crianças

conseguiam acompanhar a história com concentração, adentrando no mundo da imaginação da história lida, expressando suas ideias e se envolvendo e interagindo com os livros e suas histórias e pôde-se perceber, também, o desenvolvimento delas no processo de alfabetização e na construção do seu próprio conhecimento. Desta forma, as intervenções realizadas trouxeram as finalidades que Coelho (2000) propõe: estimular a consciência crítica, desenvolver a sua própria expressividade verbal ou sua criatividade latente, dinamizar sua capacidade de observação e reflexão em face do mundo que o rodeia e torná-lo consciente da complexa realidade em transformação que é a sociedade. **CONCLUSÃO:** Levando-se em consideração os fatos teóricos mencionados e tendo em vista os aspectos observados durante a experiência do estágio, conclui-se que o processo de intervenção realizado surtiu grande efeito no desenvolvimento das crianças, em que pudemos ter a certeza de que a literatura infantil tem papel fundamental no processo de alfabetização tornando-o mais significativo e prazeroso. Portanto, se faz necessário desenvolver o interesse e o hábito pela leitura nas crianças, em um processo contínuo, de maneira prazerosa, para que ela possa interagir com o livro e sentir a magia que o mesmo proporciona, de maneira intensa e contextualizada provocando ações de transformação e de novas descobertas, pois o gênero literário é uma grande ferramenta eficaz no ciclo de alfabetização das crianças.

## REFERÊNCIAS

- BRAGATTO FILHO. **Pela leitura literária na escola de 1º grau.** São Paulo: Ática, 1995.
- CADEMARTORI, L. **O que é literatura infantil?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, M. **Literatura Infantil.** Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2005.
- FARIA, M.A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2001.
- ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. da. **Literatura e pedagogia: ponto e contraponto.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2007.



## OS EFEITOS DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO

### AUTORAS:

Ana Idalina Bezerril de Gambarra Morais

Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza

**INTRODUÇÃO:** Este resumo explora uma discussão sobre a utilização do lúdico como instrumento do desenvolvimento da criança, isto é, a funcionalidade do lúdico como impulsionador dos aspectos físico, emocional e cognitivo infantil. No que se refere as atividades lúdicas Kramer (2007) enfatiza que estas fazem parte da vida dos seres humanos, destacando-se no entanto na infância, fase em que as brincadeiras constituem-se a principal forma de linguagem, sendo elas ainda o meio pelo qual a criança interage com o mundo e constrói o conhecimento, dando significado e vivenciando experiências. Normalmente, as pessoas associam a ludicidade como um estímulo externo que seriam os jogos e brincadeiras, porém Luckesi (2006) trata a ludicidade como um sentimento interno, integral e subjetivo da criança que vivencia a experiência. Através desse outro ponto de vista, os educadores podem ser mediadores e propulsores de sentimento, do prazer, da emoção, mas, para isso, precisam estar muito seguros para acolher as reações que, por causa da subjetividade, são diferentes. Assim, entender de que forma a ludicidade contribui para o desenvolvimento infantil é essencial para que o profissional da educação desenvolva seu trabalho de forma categórica e eficiente. Como proposto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017), o lúdico é o ponto de partida para a criação de currículos eficazes, na Educação Infantil, pois a ludicidade proporciona à criança o desenvolvimento de suas capacidades mentais, físicas e emocionais. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi levantar, reunir, avaliar criticamente e sintetizar os resultados de estudos sobre ludicidade e a sua influência na educação. Essa revisão torna-se importante, pois amplia o domínio do conhecimento do tema, tal como suas particularidades, para aqueles que pretendem utilizar esta ferramenta em seu exercício profissional.

**METODOLOGIA:** Este trabalho tem caráter qualitativo, visto que se baseia em dados coletados predominantemente descritivos, caracterizando-se ainda como uma pesquisa exploratória por meio de revisão de literatura (LUDKE e ANDRÉ, 2011). Dessa forma, para o desenvolvimento desta pesquisa foram analisados os dados da literatura. Os artigos analisados foram selecionados pela temática, sendo consultados os repositórios Scientific Electronic Library Online – SciELO e Google Acadêmico, tomando como descritores desenvolvimento infantil, ludicidade, educação e o brincar. Depois da leitura dos artigos selecionados, foram observados como os autores descrevem a relevância e a utilização da ludicidade para o processo de ensino-aprendizagem e a importância do estudo mais aprofundado sobre o brincar para aprimoramento da prática.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir da análise dos artigos notou-se a relevância de discutir sobre o processo de ensino-aprendizagem direcionado à educação infantil. Neste sentido, Cardoso e Jung (2018) relatam que a discussão sobre a educação infantil tem se tornado crescente desde a alteração feita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, tornando obrigatória a matrícula a partir dos quatro anos. Esse fato evidenciou a necessidade de repensar as estratégias de ensino relacionadas às necessidades da criança. Neste sentido, podemos

considerar este tema relevante, pois é bastante debatido e, apesar de óbvio, é importante discuti-lo para pensar a prática docente relacionada aos aspectos do lúdico, considerando-o como um instrumento norteador. O lúdico deve ser praticado e assumido pelo professor como um compromisso que pauta a sua interação com os alunos, ultrapassando um discurso bem elaborado. Machado (2003) indica que a brincadeira é uma eficiente ferramenta capaz de construir a aprendizagem, possibilitando a aplicação de metodologias atraentes para criança, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e estimulando outras transformações que possibilitam a busca pelo conhecimento, reflexão e a autonomia do estudante nessa fase de ensino. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) indica que a criança, assim como qualquer ser humano, é um sujeito social, portanto, estabelece relações com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda. Mas, é por meio das brincadeiras que elas explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos (BRASIL, 1998). Destarte, enquanto parte constituinte da sociedade, a criança também tem direitos e o brincar é um deles. Freire (2009, p. 22), então afirma que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Nessa perspectiva, o professor tem um papel essencial na construção do conhecimento e na afirmação do direito da criança de experimentar através do lúdico a aprendizagem. Ronca (1989) também corrobora com esta compreensão e afirma que através do lúdico a criança constrói classificações, elabora sequências lógicas e amplia conceitos das várias áreas da ciência. Para tanto, para que o lúdico se concretize no contexto escolar, é necessário que o professor esteja envolvido nessa proposta e construa meios que propiciem práticas mais prazerosas e próximas da realidade das crianças. A brincadeira bem direcionada e planejada é capaz de alcançar o interesse infantil e possibilitar a aprendizagem significativa dela. **CONCLUSÕES:** Baseado nos estudos realizados para a elaboração deste trabalho, observou-se a acentuação da visão sobre a importância que se tem em aprofundar o estudo da temática, concluindo que é pertinente o objetivo inicial e a justificativa para a produção deste material, visando que esse estudo possa agregar valores positivos para a área educacional e os profissionais que nela há. Cabe ressaltar, ainda, que o presente estudo evidenciou a necessidade de uma maior atenção a prática do professor e a aplicação das atividades lúdicas na educação infantil, considerando o brincar como essencial para o desenvolvimento da criança, sendo necessário, portanto, o desenvolvimento de metodologias dinâmicas e atrativas que garantam esse direito e a aprendizagem significativa nesse nível de ensino.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: **Educação é a base**. 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.
- CARDOSO, Josiane Inajara Weber; JUNG, Hildegard Susana. **O lúdico na educação infantil: aprendizagem e diversão**. SEFIC 2018, 2018.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da **Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 39. ed.



São Paulo: Paz e Terra, Coleção leitura. 2009. 148 p.

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e atividades lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna. 2006. Disponível em: [http://portal.unemat.br/media/files/ludicidade\\_e\\_atividades\\_ludicas.pdf](http://portal.unemat.br/media/files/ludicidade_e_atividades_ludicas.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Em Aberto, v. 5, n. 31, 2011.

MACHADO, M. M. **O brinquedo-sucata e a criança**. [s.l.]: Edições Loyola, 2003.

RONCA, Paulo Afonso Caruso. **A aula operatória e a construção do conhecimento**. São Paulo: Edisplan, 1989.

SILVA, Carlene Michely Pereira. **O lúdico na educação infantil**: aspectos presentes na prática docente. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.



## A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### AUTORAS:

Beatriz Salustiano da Silva

Ana Edilza Aquino de Sousa

**INTRODUÇÃO:** Este trabalho atenta para a temática da leitura voltada para o desenvolvimento cognitivo na primeira infância; conteúdo que ainda é ignorado por muitos professores, os quais acreditam que as crianças pequenas não possuem aptidão para o reconhecimento da leitura. Porém, tornar-se um leitor é um processo que exige estímulos, não havendo idade mínima para que uma pessoa possa ter contato com a língua escrita. Queremos também enfatizar as contribuições das neurociências para a compreensão do processo funcional da leitura. O objetivo deste estudo é realizar um mapeamento das pesquisas que tenham como foco a leitura como propulsora de atividades cerebrais e seu impacto na evolução das funções executivas. Para tanto, consideramos as atividades cerebrais responsáveis pela leitura e os processos que levam desde a decodificação de símbolos até a significação dos conteúdos e o armazenamento de informações. Temos por justificativa ampliar discussões que embasem as práticas pedagógicas nas atuais descobertas da neurociência com fim maior de desenvolver o potencial da aprendizagem dos alunos da educação infantil. Também trataremos de reconhecer o cérebro como elemento principal para aquisição da leitura e da aprendizagem de modo geral, embasado nos estudos de Dehaene (2012), que se ancora na abordagem da neurociência para descrever a capacidade humana de ler. Dahan (2012) entende esse atributo como um processo que envolve desde a decodificação de símbolos e significação de conteúdos até o armazenamento de informações, tudo coordenado pelo cérebro. A leitura é uma expressão da linguagem e esta, por sua vez, é um dos aspectos cognitivos. Assim, o desenvolvimento da leitura indica o desenvolvimento cognitivo, criativo, crítico e autônomo do sujeito. Acrescidos a esta investigação, foram reunidas as análises realizadas em alguns artigos científicos encontrados no site Scielo.br, que são condizentes ao tema. Com isso, colocamos em diálogo os estudos dos diversos autores e realizamos uma reflexão em torno da relevância desta temática para a área de estudos em Educação. **METODOLOGIA:** Para viabilização deste trabalho, utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica, que é caracterizada por investigar determinado caso a partir de literaturas, artigos, teses, dissertações e periódicos, condizentes com esse tipo de pesquisa. Macedo (1987) aponta que a revisão bibliográfica é a busca de informações, de seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédias, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final). Como procedimento metodológico, optamos pela leitura de livros e artigos acadêmicos relacionados ao tema ora pesquisado. Dentre as pesquisas consultadas, realizamos um recorte e selecionamos as obras de Dehaene (2012) e Carvalho e Baroukh (2018). Os artigos consultados no site Scielo.br tiveram como descritores: criança, leitura, neurociência, cérebro e funções executivas. Dentre eles foram descartados os que apresentavam outros idiomas (que não fossem o português do Brasil) e os que não tinham o foco específico da neurociência voltada para a leitura. As informações

obtidas foram reunidas em fichamento e resumo para análise e reflexão das discussões trazidas pelos referidos autores. **RESULTADOS:** A leitura é uma expressão da linguagem e esta, por sua vez, é um dos aspectos cognitivos. Ela envolve um conjunto de funções realizadas pelo cérebro, que compreende os circuitos neuronais para desempenhar essa tarefa. Um dos recursos que o cérebro utiliza para a leitura é a Memória de Trabalho (MT), uma das funções executivas desempenhadas pelos lobos frontais, que tem um papel extremamente importante para execução de diversas tarefas, em que mantém as informações ativas durante o processo. Segundo Faria e Júnior (2013), a MT coordena informações prévias com as informações que estão sendo adquiridas no momento, o que é bastante necessário para a compreensão leitora, já que o leitor precisa acessar informações anteriores para dar sentido ao que está lendo. Pinto (2019) compactua desse posicionamento e afirma que a MT se torna importante para leitura porque envolve a abstração simbólica em um processo de assimilação e acomodação. Gradativamente, as informações já acomodadas no cérebro irão sendo “consultadas” para apreensão de novos conhecimentos. De acordo com Dehaene (2012), antes de estabelecer a escrita convencional, a criança já possui a estrutura neuronal necessária para aprendizagem da leitura, pautadas na percepção visual e fonológica. Segundo Dehaene (2012, p.214), “a compreensão da língua falada e o reconhecimento visual invariante, faculdades essenciais que a leitura vai reciclar e interconectar, já estão posicionadas”. O que leva a refletir sobre o grau de importância que tem para a criança o contato com esse universo desde cedo, principalmente na primeira infância, onde a criança está desenvolvendo suas funções mentais superiores. Dentre elas, destacamos o desenvolvimento da linguagem. A leitura consiste na decodificação dos signos linguísticos, que representam nosso sistema de escrita e tendem a possuir valor semântico e a sua percepção, como citado anteriormente, consiste na união de dois sistemas cerebrais: o visual e a linguagem. Essa é uma atividade que se inicia na retina, que funciona como uma espécie de scanner que capta as imagens e transmite para o cérebro através de circuitos neurais. Dehaene (2012) fala que depois de escaneada pela retina, a escrita é ancorada no cérebro, onde encontra seu lugar nos circuitos que já estão em funcionamento. De lá a escrita é convergida gradativamente à região occípito-temporal esquerdo, levando a especialização da escrita e a interconexão com outras regiões. Entender essa mecânica é o que faz da neurociência cognitiva uma das importantes ferramentas que os professores podem utilizar para a melhoria do desempenho de seus alunos. No caso particular da leitura, compreender esse processo através dos circuitos neuronais envolvidos pode ser a chave para enfrentar problemas de aprendizagem e para o desenvolvimento de métodos mais eficazes para o aprimoramento desse conhecimento. Dehaene (2012) afirma que o método global de alfabetização é inconsistente e não atende à demanda necessária para aprendizagem das crianças. Para o autor, o método global ativa no cérebro um circuito inapropriado para leitura fluente e ao utilizá-lo na alfabetização provoca um retardo na maturação cerebral que envolve a leitura. Alguns dos benefícios da leitura na primeira infância apresentados por Carvalho e Baroukh (2018) é que através do ouvir a criança já consegue conhecer características pertinentes a língua e ao mundo letrado, o que pode contribuir para a formação de um futuro leitor. Desta forma, destaca-se a relevância dos livros infantis tanto na escola quanto em casa. A criança precisa ter acesso a uma variedade de livros, pois através de variadas histórias ela irá compreender que o livro é um instrumento que possibilita o conhecimento de diversas realidades. Além disso, é nesse trajeto que a criança possivelmente manifestará o gosto e o aprendizado da leitura. **CONCLUSÃO:** É fundamental para a criança que ela tenha o contato com a leitura desde a mais tenra idade. Os circuitos responsáveis pela leitura se desenvolvem juntamente com a maturação da criança, chegando futuramente a plena capacidade de ler. Com tais estímulos ela irá construir saberes que ampliarão sua cognição, contribuindo com a construção do vocabulário, da compreensão da gramática de sua língua bem como melhorar as habilidades da escrita e estimular a memória. O desenvolvimento da leitura indica o desenvolvimento cognitivo, criativo, crítico e autônomo do

sujeito. As contribuições na neurociência cognitiva se afirmam quando se entende que os diversos problemas encontrados no processo de alfabetização podem ser solucionados ao encontrar novas formas de ensino que sejam mais eficazes no processo de formação dos conhecimentos e habilidades dos alunos.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ana Carolina; BAROUKH, Josca Ailine. **Ler antes de saber ler: Oito mitos escolares sobre a leitura literária.** São Paulo: Panda Brooks, 2018.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica nossa capacidade de ler.** Porto Alegre: Penso, 2012.

FARIA, Elaine Leporate Barroso; MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto. Os Recursos da Memória de Trabalho e suas Influências na Compreensão da Leitura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Juiz de Fora, 2013.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para fundamentação do trabalho de pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1987. 39 p.

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro. Aprendizagem da leitura e da escrita à luz da psicolinguística genética. **Ilha do Desterro A Journal Of English Language, Literatures In English And Cultural Studies**, [s.l.], v. 72, n. 3, p. 63-84, 7 out. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2019v72n3p63>. Acesso em: 25 maio 2020.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. Políticas públicas de alfabetização. **Ilha do Desterro A Journal Of English Language, Literatures In English And Cultural Studies**, [s.l.], v. 72, n. 3, p. 271-290, 7 out. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2019v72n3p271>.



## A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DO AFETO

### AUTORAS:

Josinara Letícia Fontes Verissimo

Lúcia de Fátima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** Como já conhecido, o afeto está relacionado a atingir positivamente algo ou alguém, como afirma o Dicionário Online de Português, “que possui ou demonstra dedicação ou afeição por...” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2020). Desse modo, não podemos dizer que afeto é sentimento ou emoção. Para melhor compreensão podemos exemplificar: as ações que praticamos por/para determinada pessoa, diz claramente o tipo de afeto que carregamos sobre ela, e conseqüentemente evidencia os sentimentos presentes também. Quando tratamos da afetividade na educação, queremos dar destaque às ações do professor sobre seus alunos e, mediante isso, as que os próprios alunos passarão a executar diante dos exemplos que são propostos à eles, deixando claro que, é essencial ao educador que se tenha consciência e intencionalidade dos fins. Portanto, se destaca aqui a necessidade de se trabalhar esse conteúdo, tendo em mente que, “a relação interpessoal positiva que o aluno constrói com o professor, como aceitação e apoio, possibilita o sucesso dos objetivos educativos” (MELLO; RUBIO, 2013). Dessa forma, já se torna fácil perceber como a relação afetiva, não só com o professor, mas também com o grupo de convívio da criança é capaz de construir nela um comportamento que possibilitará seu desenvolvimento de maneira muito mais saudável, ampla e adequada ao aprendizado. Contudo, é essencial ressaltar que, quando falamos de afeto dentro da escola, não nos referimos à necessidade do docente beijar ou abraçar os seus alunos e eles praticarem isso com seu grupo, até porque alguns pais e/ou responsáveis podem não se agradar dessas ações, mas sim, tratamos da conscientização do educador do seu compromisso com o desenvolvimento efetivo de seus discentes, a atenção que ele dá para cada movimento deles que será resultante no rendimento educacional já é um exemplo claro a ser considerado. É preciso esclarecer sobre a importância de todo o afeto que a criança recebe na escola. São eles capazes de facilitar de forma extraordinária todo o processo, dando eficiência no desempenho dos aspectos: intelectual e emocional. Com ênfase na relação professor-aluno, compete ao educador estabelecer sobre seus discentes toda essa estrutura que será base para o rendimento educacional de modo geral, a dedicação que o professor exerce, quando dá atenção, cuida, se empenha nos seus planejamentos e objetivos, compromete de maneira abundantemente saudável e por esse motivo essa conscientização é imprescindível na mente de todo professor. Corroborando com esse pensamento, a BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2017) define seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, essenciais para garantir o respeito ao modo como as crianças aprendem e se desenvolvem. São eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Observando esses pontos podemos perceber claramente que, são totalmente dependentes de relações afetivas dentro da sala de aula, para que se conduza de maneira harmoniosa e eficiente o processo educativo. Marchand (1985, p. 40), por sua vez, também destaca: “É preciso gostar de suas crianças. É preciso compreendê-las e dar-se bem com elas. Este sentimento do mestre provoca o dos alunos. Mas, este amor deve ser lúdico e desinteressado.” A afirmativa, do ponto de vista meramente profissional pode

não soar da melhor forma, pois, é comum encontrarmos aquele professor que expressa o seguinte pensamento “o meu papel é apenas ensinar” quando se depara com situações complexas, que trazem à tona os problemas da criança além da sala de aula, é como se a educação se limitasse à conteúdos prontos e independentes do conjunto de procedimentos articulados que garantem o desenvolvimento pleno do indivíduo nesse período da vida. Porém, não estamos focando toda a responsabilidade no professor, sabemos que a comunidade escolar deve cumprir o seu papel a fim de que o processo flua, mas, é ele quem deve tomar a iniciativa e jamais ficar neutro diante dos impasses, pois, quem melhor poderá apresentar tais problemas ao grupo a fim de que possam ser solucionados, quem terá mais autoridade e propriedade para isso, já que, é ele quem está em contato constante com seus alunos... não se pode esquecer: é essencial que o educando sinta-se notado, protegido e cuidado pelo professor... Dessa forma, este relato de experiência tem o objetivo de refletir a relação afetiva professor/ aluno no contexto da sala de aula e suas implicações na aprendizagem. **METODOLOGIA:** A temática abordada será discutida a partir de uma experiência vivenciada em uma escola pública de educação infantil, em uma turma de nível III, com 21 alunos matriculados na faixa etária entre 4 e 5 anos com frequência regular variando entre 12 ou 13 alunos, uma professora e uma auxiliar de professora. Durante o ano letivo de 2017, fiz estágio de observação da relação afetiva da professora com seus alunos desta instituição, em especial a uma aluna rejeitada pela classe, aparentando abandono familiar, pois frequentava a escola sem a higiene necessária a preservação da saúde e da vida afetando suas relações socioemocionais, interação, socialização, comprometendo o desenvolvimento cognitivo da criança que pouco interagiu com as outras crianças e com a professora. Nos deparamos muitas vezes com um comportamento frio e mecânico da docente para com sua turma, aquelas situações em que, por exemplo, o aluno questiona algo e recebe, constantemente, como resposta, simplesmente um “não!” ou “porque não!” de maneira rude, fazendo com que a criança se sinta confusa, sem compreender o motivo. Essa é uma das formas de lidar com o educando, que não trará benefício à sua aprendizagem e que poderá comprometer negativamente o seu desempenho na escola e até mesmo fora dela, principalmente quando se trata dessa fase da vida do indivíduo. Lembrando que, o “não” é necessário, mas devemos nos atentar para a forma como ele é dito. Para referenciar este estudo consultei autores como Mello (2013); Rubio (2013); Marchand (1985); pesquisas em livros e artigos acessados pela internet; e uma pesquisa bibliográfica, tendo como motivação e inquietação a vivência adquirida, a qual se caracteriza inicialmente por uma pesquisa de campo, por meio dessa experiência realizada com participação e observação do cotidiano escolar, especialmente na sala de aula, na função de auxiliar da professora titular, com a mesma carga horária de trabalho. **RESULTADOS:** Tendo em vista que, durante a vivência apresentada, o tratamento afetuoso necessários aos alunos e a aluna no seu processo de aprendizagem ficou a desejar, por parte da docente titular, a qual não conseguiu contribuir como poderia no desenvolvimento dessa aluna específica, visivelmente por questões de preconceito. A criança se encontrava em situação precária em diversos aspectos, como: socioemocionais, de cognição, interação, socialização e higiene e não foi ajudada nem pela professora nem pela escola. Sendo a família a maior contribuinte para essa realidade. Convivendo com isso, focando nas competências socioemocionais, que, de acordo com a BNCC as habilidades focadas na educação das emoções é fundamental, busquei como professora auxiliar e tratar a criança de forma que ela se sentisse acolhida e realmente parte do grupo de convívio dela, dialogando sempre que necessário com os demais alunos, para que o preconceito, que eles tinham inocentemente, fosse se dissolvendo, e conseguissem fazer com que ela se sentisse acolhida por eles, procurando também, por mais complexo que se apresentasse o problema, um contato com seus pais, para tentar contornar ao máximo aquela situação. Apesar das diversas dificuldades, ao final do ano letivo, pude perceber um pequeno avanço no desenvolvimento da discente em relação aos primeiros meses de aula. Demonstrando uma melhor interação, uma participação

mais relevante, um avanço cognitivo ao corresponder melhor nas atividades e nos momentos de diálogos e interação nas brincadeiras e rodas de conversa. **CONCLUSÃO:** Como futura pedagoga, foi possível perceber a importância da intervenção e contribuição do educador na vida de seus alunos, reconhecendo-os como protagonistas do processo de ensino-aprendizagem tendo em mente que, “a relação interpessoal positiva que o aluno constrói com o professor, como aceitação e apoio, possibilita o sucesso dos objetivos educativos” (MELLO; RUBIO, 2013). E para que esses objetivos sejam realizados, o docente precisa considerar, especialmente, a boa relação com a família de seus alunos, pois, a participação dos pais/responsáveis é de extrema importância para que o processo flua e seja efetivo. Em conjunto com os estudos realizados nas teorias dos autores e artigos referenciados, esta experiência foi extremamente útil e enriquecedora, contribuindo fortemente para a minha formação e decisão acerca do futuro como profissional docente. Necessária, para conhecer na prática as dificuldades existentes no âmbito escolar, adquirindo assim, a oportunidade de me preparar para melhor trabalhar as situações-problemas que, possivelmente, farão parte do meu mundo profissional.

## REFERÊNCIAS

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: [dicio.com.br/afeto/](http://dicio.com.br/afeto/). Acesso em: 10 set. 2020.

ESCOLA DA INTELIGÊNCIA. **BNCC e Competências Socioemocionais:** educando com mais qualidade. Disponível em: [escoladainteligencia.com.br/bncc-e-competencias-socioemocionais-educando-com-mais-qualidade/](http://escoladainteligencia.com.br/bncc-e-competencias-socioemocionais-educando-com-mais-qualidade/). Acesso em: 14 maio 2020.

MARCHAND, Max. **A Afetividade do Educador**. São Paulo: Summus, 1985.

MELLO; RUBIO, Tágides; Juliana. **A Importância da Afetividade na Relação Professor/Aluno no Processo de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil**. 2013. Disponível em: [docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf](http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf). Acesso em: 14 set. 2020.



## **PAPEL DO ASSISTENTE TERAPÊUTICO NA INTERVENÇÃO PRECOCE DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - MODELO DENVER**

### **AUTORAS:**

Ana Paula Gomes de Lima

Waleska Patricia de Lima Santos

**INTRODUÇÃO:** Ao longo de anos, o ser humano evoluiu e desenvolveu meios próprios para sua sobrevivência, chegando ao momento atual, em que o conhecimento e seus inúmeros desdobramentos têm oportunizado o surgimento de novas atividades e funções para atender as demandas que o progresso traz consigo. Assim, tem-se no cenário nacional uma nova função, a de Assistente Terapêutico (AT), que vem crescendo e se tornando essencial para o profissional pedagogo atuar em mais um viés do fazer Pedagogia e no mercado de trabalho. Essa atividade é uma ferramenta para possibilitar a reabilitação de crianças com transtornos de desenvolvimento e vem sendo utilizada no acompanhamento de crianças com diagnóstico de transtornos mentais. De acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DMS – V (*Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais*), o Transtorno do Espectro Autista - TEA não é considerado doença e sim um transtorno que provoca alterações no neurodesenvolvimento do paciente afetando as áreas motoras, cognitivas, comportamentais e de linguagem, prejudicando muitas vezes a interação social em diversos contextos. Os pacientes com TEA são diagnosticados em graus de comprometimento leve, moderado ou severo, sabendo-se que esse diagnóstico é realizado por um médico especialista qualificado.

Segundo o DSM – V:

Os primeiros sintomas do transtorno do espectro autista frequentemente envolvem atraso no desenvolvimento da linguagem, em geral acompanhado por ausência de interesse social ou interações sociais incomuns (p. ex., puxar as pessoas pela mão sem nenhuma tentativa de olhar para elas) padrões estranhos de brincadeiras (p. ex., carregar brinquedos, mas nunca brincar com eles), e padrões incomuns de comunicação (p. ex., conhecer o alfabeto, mas não responder ao próprio nome). DMS-5 (2014 p. 56).

Em relação aos sinais que podem ser indicativo da presença do TEA, Ozonoff, Rogers e Hendren (2003, p. 60), complementam informando que:

Muitas vezes é incerto se estes sintomas adicionais são distintos ou se fazem parte da perturbação [...], autismo, por si só, provoca uma variedade de défices psicossociais e comportamentos desadequados, além do que a sua presença pode mascarar outros sintomas mentais ou torná-los difíceis de identificar. (Ozonoff, Rogers e Hendren, 2003, p. 60).

O Objetivo do presente trabalho foi refletir acerca do método de intervenção precoce voltado para crianças autistas entre 12 a 60 meses, qual seja, o método ESDM - *Early Start Denver Model*, que visa proporcionar ganhos significativos na comunicação, habilidades sociais e bom desempenho no comportamento humano. As atribuições trabalhadas no modelo são:



comunicação receptiva e expressiva, competências sociais, domínio de jogo, competências motoras finas, competência motora grossa e comportamento apropriado. Justifica-se esse trabalho pelo aumento do número de crianças portadoras de TEA e pela importância da intervenção do pedagogo especializado em assistência terapêutica no processo de aprendizagem dessas crianças, com vistas a efetivar seu direito à inclusão no ambiente social, escolar e familiar. Visto que a função primária do pedagogo cuida promover a alfabetização na primeira infância, de forma que seus alunos passem a ler não só as letras mais também o mundo que o rodeia, urge expandir e aprimorar o alfabetizar para atender esse público crescente de crianças portadoras de TEA, através da busca por conhecimentos que o façam atuar também na função de Assistente Terapêutico, de forma que sua intervenção junto a esse público contribua para a construção de indivíduos com capacidade de existirem de forma digna e autônoma.

**METODOLOGIA:** A atividade foi desenvolvida no período de 16 de janeiro de 2020 a 17 de março de 2020, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Participaram do processo um paciente com 3 anos; uma assistente terapêutica; e a supervisora do caso. Assegurou-se as devidas precauções éticas durante o processo. Além disso, foi realizado um estudo bibliográfico para consubstanciar essa reflexão, visto que o ESDM é embasado em diferentes abordagens científicas: 1) análise do comportamento aplicado (do inglês *ABA - Analysis Behavioral Applied*), que integra a investigação de três etapas do comportamentos essenciais na aprendizagem, os estímulos que devem auxiliar as crianças, a expressividade do comportamento ao estímulo, e retorno positivo para que a criança alcance o comportamento desejado; 2) o PRT (do inglês *PRT - pivotal response training*) que dá ênfase em uma análise qualitativa do comportamento e funciona necessariamente com a preferência da criança; 3) modelo Denver, que reforça o afeto positivo do vínculo entre a criança e o terapeuta. Diante disso, o presente trabalho tem caráter de estudo de caso, através da vivência com o paciente durante 15 horas semanais.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Aplicou-se um check-list inicial para saber o nível de atraso da criança e assim elaborar o plano de intervenção, nesse check-list é calculado todas as habilidades, quais sejam: comunicação receptiva (índice inicial 84, atual 89), comunicação expressiva (índice inicial 81, atual 89), comportamentos de atenção conjunta (índice inicial 100, atual 100), competências sociais (índice inicial 79, atual 93), imitação (índice inicial 100, atual 100), cognição (índice inicial 79, atual 93), jogo (índice inicial 93, atual 100), motricidade fina (índice inicial 84, atual 98), motricidade grossa (índice inicial 93, atual 102), comportamento (índice inicial 100, atual 100) e independência pessoal (índice 91, atual 95). Esses dados foram coletados diariamente pela AT, de acordo com plano de intervenção feito pela supervisora do caso da criança, nessa coleta é colocada a quantidade de oportunidades daquele objetivo, que foram feitas durante a intervenção. Os dados são inseridos em uma plataforma e nele é comparado a idade real da criança e os índices de atraso no desenvolvimento. O resultado final da criança objeto do presente estudo, durante a intervenção, com uma média geral, apresenta-se abaixo: índice (95), idade calculada no sistema (44 meses), idade real da criança (46 meses), atraso (2 meses), tempo de intervenção (3 meses) Os resultados ora apresentados apontam uma taxa de aprendizado de 209%. Na etapa final, foi possível identificar que a criança havia consolidado o que assimilou durante o período de intervenção, pois passou a reproduzir corriqueiramente no ambiente familiar e escolar, tendo passado a brincar de modo funcional com o brinquedo, aumentado o interesse por literatura e brincadeiras como o “faz de conta” e, não menos importante, a reciprocidade social de modo geral.

**CONCLUSÕES:** Considerando que o processo não depende exclusivamente do AT, mas também da motivação da criança, da fidelidade dos pais ao método aplicado e os demais profissionais envolvidos em sua implementação, foi possível atestar que a intervenção realizada pela AT trouxe progresso significativo ao desenvolvimento da criança, podendo o sucesso ser atribuído ao trabalho realizado pela profissional que, para além da criança, envolveu a família e escola. O método Denver se mostrou bastante eficaz e de grande valia como ferramenta para

o desenvolvimento da função AT junto aos pequenos com diagnóstico TEA, pois tornou notória o avanço que a criança apresentou na questão da interação social, na comunicação e na aprendizagem, reduzindo significativamente comportamentos estereotipados, ecolalias e autoagressões que, algumas crianças com este diagnóstico, apresentam. Destarte, “torna-se cada vez mais claro que quanto mais cedo o diagnóstico for feito e a terapia comportamental for iniciada, melhores serão os resultados a longo prazo” (Ozonoff, Rogers e Hendren, 2003, p.148). Portanto, os professores e futuros docentes da Educação Convencional e Especial têm um papel importantíssimo no desenvolvimento dos indivíduos portadores não só de TEA, como também outras necessidades, sendo imperativo que os profissionais que desejem atuar junto a este público, busquem o devido treinamento e especialização para atuar nessa função que descortina e encontra cada vez mais espaço.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 948 p. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. et al ; revisão técnica: de Aristides Volpato Cordioli. Disponível em: file:///C:/Users/Erika/AppData/Local/Temp/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

DAWSON, Geraldine; ROGERS, Sally; VISMARA, A. Laurie. **Autismo**. Compreender e agir em família. [s.l.]: LIDEL, 2015.

OZONOFF, S.; ROGERS, S.; HENDREN, R. **Perturbações do Espectro do Autismo: Perspectivas da investigação actual**. Climepsi Editores, 2003.

ROGERS, S. J, Vismara LA. **Evidence-based comprehensive treatments for early autism**. *J Clin Child Adolesc Psychol*, 2008.

ROGERS, S. J., Dawson, G.. **Intervenção precoce em crianças com autismo: modelo Denver para a promoção da linguagem, da aprendizagem e da socialização**. Lisboa: LIDEL, 2014.



## A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A PRÁTICA DO PROFESSOR

### AUTORES:

Raquel Azevedo de Araújo

Jailson da Costa Pontes

**INTRODUÇÃO:** Seja o professor atuante na Educação Básica ou superior, os desafios são constantes e somente a formação superior não é suficiente para prepará-lo no enfrentamento destes, pois cada aluno, família e comunidade escolar é uma particularidade. A formação superior por mais completa que seja, pertence à esfera teórica, é na prática que se aplica o saber. Para que haja transformação da realidade e seja alcançado um conhecimento superior, é necessário unir os dois saberes, a teoria e a prática (FREIRE; FAUNDEZ, 2013). No cotidiano, alguns desafios são conhecidos e outros novos, pois acompanham as transformações sociais e de tempo, de acordo com a história da humanidade. Os desafios vividos por professores a dez anos atrás, são totalmente diferentes dos de hoje. E o que fazer, como reagir, como despertar interesses nos alunos, o que falar quando um aluno mostrar alguma deficiência que nem os pais perceberam. São muitos porquês que se faz necessário parar, rever, estudar e pesquisar. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), é o documento responsável por orientar a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras, ela ressalta que a formação continuada faz parte do que é necessário para se ter qualidade na escola, e além disso é uma das formas de valorizar os profissionais da educação (BRASIL, 2013). A formação continuada é uma necessidade dos docentes para que possam exercer melhor sua profissão. Ela consiste no processo permanente de aprendizados por meio da sistematização de conteúdos, visando melhorar a prática docente, para que seja mais efetiva e de qualidade. Não somente isso, mas para que o professor pesquise e assim esteja mais preparado para enfrentar os desafios diários que surgem no ambiente escolar. É muito importante que tanto o professor quanto a escola, nas pessoas de direção e coordenação pedagógica, se preocupem em buscar esse conhecimento e proporcionem essa formação continuada. **METODOLOGIA:** Esse estudo é de natureza exploratória e explicativa. O método procedimental utilizado foi o bibliográfico, com a finalidade de coletar e analisar ideias de autores, que discorreram em seus livros e artigos sobre a importância da formação continuada. A pesquisa bibliográfica proporciona ao pesquisador o contato com todos os detalhes, do que foi escrito, filmado ou dito, ou seja, ele se aprofunda no assunto pesquisado (MARCONI, LAKATOS, 2017). Para o estudo foi utilizado a base de dados [www.scielo.br](http://www.scielo.br), que é uma biblioteca digital online de livre acesso. Foram escolhidos os artigos publicados nos últimos três anos (2017, 2018 e 2019) e que continham dados sobre a formação continuada. Desses, alguns foram descartados pelo ano de publicação e por não terem relação direta com o tema. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Na formação continuada existe espaço para se pensar fora da caixa, refletir sobre as práticas e compartilhar suas experiências. Isso é sobre não ser a cópia de algo ou só repassar metodologia, e sim sobre articular os saberes de teoria e prática através do diálogo (REIS; OSTETTO, 2018). Desenvolvimento profissional exige desenvolver competências e habilidades, é ser flexível, acompanhar as mudanças históricas e profissionais, melhorar a comunicação e entender as necessidades de seu público.

Quando um professor tem condições de investigar e estudar sobre os desafios encontrados em sua prática ou do contexto escolar, como consequência ele reflete sobre o que faz, gerando novas ações e assim suas práticas docentes avançam do que é considerado tradicional. Ele se torna inovador, curioso e não aceita o comodismo. (HARRES, 2018). A formação continuada não é curso eventual ou paralelo ao trabalho do professor, mas algo vinculado às necessidades que existem em sua prática profissional, necessidades essas provenientes de desafios diários, que surgem por parte dos alunos, suas famílias, com a comunidade docente, etc (DIAS, SOUZA, 2017). Alguns profissionais por falta de conhecimento, limitam suas práticas e tem concepções errôneas quanto ao desenvolvimento dos seus alunos. Vargas e Portilho (2018) falam de uma experiência interessante, que ocorreu numa Escola de Educação Básica Modalidade Especial em Curitiba/ PR. Por meio da formação continuada foi identificado que os professores entendiam a deficiência como limitadora, e por meio dela também houve mudanças quanto a essas percepções. Os professores passaram planejar suas aulas objetivando atender as necessidades educativas de cada um de seus alunos e não enxergavam mais a deficiência como uma limitação. A educação atual ainda é muito tradicional e apegada a utilizar os mesmos métodos de anos atrás. Quanto a formação continuada não é diferente, a forma como é realizada na maioria das vezes não traz inovação e não desafia os envolvidos. Carvalho e Gasque (2018) falam sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), para que haja um maior alcance e agilidade com os alunos através do Ensino a Distância. É necessário que os materiais sejam didáticos e interativos. Nesse mesmo contexto, Santos, Melim e Paniago (2017) trazem uma experiência muito interessante que foi usar o Facebook como meio de formar profissionais. As redes sociais estão cada vez mais envolvidas com a educação e usá-la trouxe muita interação, colaboração e laços sociais. **CONCLUSÕES:** Através desse estudo, podemos identificar que o profissional da educação que participa e tem acesso à formação continuada, estará capacitado para enfrentar os desafios diários, como também é estimulado a ser pesquisador e cada vez mais inovador em suas metodologias e atividades. Essa formação não deve ser vista como rotina ou um curso qualquer ao ser oferecida pelos órgãos gestores da escola, e sim como oportunidade de crescer como profissional e pessoa. Ela possibilita nos reinventarmos e nos impulsiona a sair da zona de conforto. Os gestores e órgãos responsáveis por promover esses cursos precisam procurar sair do tradicional e envolver as tecnologias de informação e redes sociais. Elas trarão mais dinamicidade, interações e ludicidade ao processo. É necessário ressaltar e expor cada vez mais a importância dessa formação para toda a comunidade escolar, trazer os resultados e mostrar que todos os dias precisamos de novas ferramentas para trabalhar de forma eficaz. Os benefícios dessa formação não é somente para o profissional da educação, é também para seus alunos, seus familiares e escola. Ao rever e melhorar sua prática, o aluno se desenvolve, a família vê o progresso e apoia o professor e a educação é eficaz em transformar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARVALHO, Livia Ferreira de; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Formação continuada de professores e bibliotecários para o letramento informacional: a contribuição da educação a distância. **Transinformação**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 107-119, abr. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862018000100107&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862018000100107&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 maio 2020.

DIAS, Marisa da Silva; SOUZA, Neusa Maria Marques de. Contribuições para Compreender a Formação na Licenciatura e na Docência. **Educ. rev. Belo Horizonte**, v. 33, e 157758, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982017000100123&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100123&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 maio 2020.

FREIRE, Paulo, 1921- 1997. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HARRES, João Batista Siqueira. Constituição e Prática de Professores Inovadores: Um Estudo de Caso. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 20, e 2679, 2018 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-21172018000100201&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172018000100201&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 maio 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REIS, Gabriela Alves de Souza Vasconcelos dos; OSTETTO, Luciana Esmeralda. Compartilhar, estudar, ampliar olhares: narrativas docentes sobre formação continuada. **Educ. Pesqui. São Paulo**, v. 44, e180983, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022018000100474&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100474&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 maio 2020.

SANTOS, Rosimeire Martins Régis dos; MELIM, Ana Paula; PANIAGO, Maria Cristina Lima. Formação continuada de professores universitários na rede social facebook: interagir, trocar, dialogar, compartilhar, aprender e conviver. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 2, p. 13-20, abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122017000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000200013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 maio 2020.

VARGAS, Adriana; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Representações Sociais e Concepções Epistemológicas de Aprendizagem de Professores da Educação Especial. **Rev. bras. educ. espec**, Bauru. v. 24, n. 3, p. 359-372, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382018000300359&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000300359&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 maio 2020.



## **A IMPORTÂNCIA DAS REGRAS DE CONVIVÊNCIA E A DISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **AUTORES:**

Larissa Beatriz Andrade Lima do Carmo  
Ítala Layanna Aristeu

**INTRODUÇÃO:** O homem é um ser social, portanto não tem como pensar nele como um ser independente, alheio ao contexto sociocultural no qual está inserido. Ao nascer, cada indivíduo começa a vivenciar o processo de socialização, sendo necessário aprender as regras que regem a sociedade para tornar-se parte dela. Para ser um “ser social”, o indivíduo deve relacionar-se com o outro de forma equilibrada em seus pontos de vista. O ser social de uma criança é diferente da de um adolescente, por exemplo. Uma criança ainda se encontra em processo de desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Até o período pré-operatório, as crianças pequenas não têm a capacidade necessária de se manter em um diálogo, elas dão uma opinião e logo após afirmam o contrário, porém isso vai mudando ao passo em que ela vai se desenvolvendo socialmente, afetivamente e cognitivamente. (BRANDÃO, 1981). A criança pequena tem uma enorme dificuldade de aceitar o ponto de vista do outro, por ter um pensamento egocêntrico típico da sua faixa etária, não conseguindo, assim, formar um vínculo de reciprocidade, tendo o seu ponto de vista como absoluto. Sendo assim, as crianças acreditam que as regras sociais e morais são imutáveis, não sendo permitida nenhuma alteração. É justamente nessa fase que se faz necessária a conversação e a iniciação às regras de combinados para uma boa convivência dentro e fora de sala de aula. Conforme estudos de Piaget (1992), é no estágio operatório que a criança inicia o amadurecimento da sua personalidade, quando começa a submeter-se voluntariamente às regras e normas que regem a sociedade, assim opondo-se ao seu egocentrismo inicial, iniciando o processo de reciprocidade e reconhecimento de que o seu ponto de vista não é absoluto. Segundo Ciampa (2007), a escola é uma das instituições que promovem esse processo. Nela, regras de convivência com outros, além da família, devem desenvolver o pensamento moral (PIAGET, 2002). Para este autor, a construção do pensamento moral pela criança é fruto das experiências que ela vivencia no âmbito familiar e com outros vínculos afetivos que vai mantendo no decorrer das relações sociais construídas. A disciplina é vista com complexidade no contexto da Educação Infantil, pois é necessário observar a forma de agir de cada criança e identificar quais atitudes estão relacionadas à indisciplina. Nesta etapa de ensino surgem, em algumas crianças, a dificuldade de adaptação à vida coletiva, resistência às regras e reações agressivas, tendo em vista que é na educação infantil a sua primeira experiência com a convivência coletiva. É nesse contexto que se insere esta pesquisa e tem como objetivo geral observar o processo de socialização e construção das regras pela criança para o bom convívio social. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 34), nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse caso, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e

habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar, como a socialização, a construção da autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade. Este trabalho tem como objetivos específicos: a) refletir a respeito da importância das regras de convivência na Educação Infantil e como estas podem influenciar no desenvolvimento das crianças no âmbito escolar e familiar; b) discorrer sobre como se dá a formação moral na construção da personalidade da criança, considerando que as influências externas podem afetar a sala de aula; c) refletir sobre a importância da afetividade e socialização no processo de desenvolvimento infantil. **METODOLOGIA:** Este trabalho nasceu a partir das vivências do estágio obrigatório na Educação Infantil. O que lá vivenciamos despertou o interesse para realizar um estudo mais aprofundado a respeito da construção das regras sociais na infância. O Estágio na Educação Infantil foi realizado em uma turma de crianças, com faixa etária entre quatro e cinco anos de uma escola privada localizada na zona sul de Natal. Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, desenvolvido através da vivência no contexto pesquisado, pela observação e avaliação dos métodos utilizados pela professora em sala de aula. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No início dessa experiência, alguns alunos não demonstravam interesse pela aula e pela didática da professora. A turma era vista como uma turma bem complicada, com problemas de concentração, socialização, disciplina e interesse. E, ao longo da experiência, em conjunto com a professora, conseguimos mediar situações de conflitos por meio do diálogo e atividades lúdicas, momento em que as crianças apresentavam suas aprendizagens de forma carinhosa e respeitosa uns com os outros, sempre buscando novas estratégias pedagógicas sobre regras de convivência, no intuito de melhorias das aulas por meio de conversas sobre as regras de convivência e como essas nos ajudam a conviver melhor uns com os outros. Sempre estivemos atentos, buscando novas alternativas pedagógicas, procurando, assim, metodologias diferentes e lúdicas para engajar os alunos nas aulas. **CONCLUSÕES:** Pudemos observar uma abertura da professora para receber sugestões, no momento em que propomos a ideia de socialização diretamente com os alunos. A realização de atividades coletivas, como a elaboração do cartaz com os combinados da sala de aula, brincadeiras e atividades grupais proporcionaram aos alunos momentos de socialização, de diálogo na troca de ideias sobre quais atitudes são corretas, podendo compreender a empatia, respeito e o cumprimento dessas ações, tornando a metodologia da professora mais acolhedora aos interesses das crianças. Foi observado ainda, as atitudes de respeito e colaboração nas dinâmicas dentro de sala de aula, o que influenciou para atividade positiva entre os alunos, contribuindo, assim, com ações coletivas democráticas, dinâmicas e respeitadas em relação à rotina de atividades vivenciada pela turma. Tais ações tornaram as crianças mais empáticas, capazes de se colocar no lugar do outro, auxiliando os seus colegas, atenuando a característica egocêntrica desta fase de desenvolvimento. Assim, como declama os documentos oficiais que regem a Educação Infantil, para que a escola e o professor alcancem os objetivos na aprendizagem dos alunos é necessário que a família esteja presente e em parceria constante, a fim de obter sucesso no desenvolvimento da criança. É igualmente importante que os responsáveis pelas crianças ensinem o respeito ao próximo, pois isso facilitará na adaptação da criança ao convívio social dentro de sala de aula. É necessário que a criança perceba nos adultos com quem convive, tanto fora como dentro da escola, modelos de atitudes de colaboração e respeito às diversidades. Dessa maneira, a criança vai poder perceber nos adultos atitudes que a incentive a compreender que juntos podem construir uma rotina de atividades em consonância com as regras, para, assim, manter uma boa convivência social adequada e, por isso, possa sentir-se à vontade para se expressar diante dos seus colegas, socializando-se, o que

é de fundamental importância para seu desenvolvimento individual.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e bases.** Brasília: Imprensa do Senado, 1996.

CIAMPA, Antônio da Costa. Sílvia Lane: o homem em movimento. **Psicol. Soc.** Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 17-18, 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000500006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500006> .

FRANZOLOSO, Mariana R. **Existe indisciplina na educação infantil?**. Disponível em :&lt; [https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5828\\_2592.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5828_2592.pdf)&gt; Acesso em: 28 set. 2019.

PIAGET, J. **Epistemologia Genética.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RODRIGUES BRANDÃO, Carlos. **O Que é Educação.** São Paulo: Brasiliense, 1981.





## A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### AUTORAS:

Elizandra Guimaraes Alves Dantas

Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza

**INTRODUÇÃO:** Nos dias atuais, tem sido amplamente discutida a relação do homem com o espaço em que está inserido. O debate se amplia conforme observa-se os desastres ambientais ocorrendo de forma abrupta e acelerada, trazendo a reflexão sobre o impacto das ações antrópicas, bem como, da responsabilidade que os indivíduos têm para com o ambiente. Nessa perspectiva, Soares, Salgueiro e Gazineu (2007) defendem que o homem é responsável pelas transformações que acontecem no meio ambiente e acreditam que o pensamento em relação a produção e consumo acarretam em agravamento nessas mudanças desde o período da Revolução Industrial. Nessas condições, o homem passou a desenvolver hábitos abusivos de consumo, gerando mais resíduos e tornando esse fator cultural. Costa e Echeverría (2019) afirmam que a sociedade atual tem uma necessidade insaciável de consumir, sendo esta prática fruto do modelo capitalista de produção. Dessa forma, cabe pensar como as crianças percebem e lidam com o consumismo, como as escolas elaboram estratégias de combate a esse modelo.

Vale salientar ainda que as crianças de hoje estão imersas em uma era tecnológica, onde as mídias geram grande influência sobre a necessidade de consumir, para tanto, é necessário uma maior atenção sobre o olhar da criança para o ambiente, fazendo com que esta assuma um papel responsável sobre o meio em que vive e possa ser atuante, reflexiva e crítica quanto a essas questões.

Santos e Paixão (2017) lembram que a Conferência de Estocolmo trouxe um grande avanço sobre os desafios de trabalhar os impactos ambientais, ao sugerir a educação ambiental como ferramenta possível para sensibilizar os indivíduos. Destarte, desenvolver a educação ambiental nas escolas pode ser um meio facilitador para construção do ser social preocupado com o meio ambiente e com as futuras gerações. Para tanto, essa pesquisa tem como objetivo analisar como a educação ambiental acontece nas escolas, em especial na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, sabendo que a criança tem um grande potencial para sensibilizar-se e disseminar culturalmente hábitos saudáveis em relação à natureza. **METODOLOGIA:** A pesquisa constitui-se em um artigo de revisão, com abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 2011) e exploratória a partir da revisão da literatura, utilizando as plataformas Google Acadêmico e Scientific Eletronic Library Online – SciELO, tendo como descritores meio ambiente, educação ambiental, consumo e produção, educação infantil e outros. Os artigos foram selecionados usando como parâmetro a temática central do estudo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A educação ambiental tem sido amplamente discutida na atualidade com o intuito de abarcar as frequentes e crescentes problemáticas geradas pelas ações antrópicas. Para Cuba (2010) a Educação Ambiental surge diante da necessidade de uma melhoria do mundo em que vivemos, visto que tem-se percebido uma regressão na qualidade de vida de um modo geral, nos deixando levar por nossas obrigações diárias. Assim, vale ressaltar que a educação ambiental ganhou notoriedade com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795, de 27 de abril de 1999), a qual

estabelece a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira (BRASIL, 1999). Tal política fortaleceu as bases que constituem a escola como um espaço apropriado para o desenvolvimento de estratégias capazes de desenvolver o senso crítico do cidadão e torná-lo consciente de sua responsabilidade com o meio ambiente. Como afirmado por Lima (2004), a educação formal se constitui como espaço de grande relevância para que o indivíduo desenvolva valores e atitudes comprometidas com a sustentabilidade ecológica e social. Neste sentido, importa pensar a criança como ser social em pleno desenvolvimento, a qual precisa encontrar meios e ferramentas adequadas que a instrua como parte do meio e colaboradora deste. Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) traz em seus objetivos gerais que a criança precisa: “observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para a sua conservação” (BRASIL, 1998, p.63). Rodrigues e Andreoli (2016) falam sobre a importância de trabalhar a educação ambiental na educação infantil, mas ressalta que os professores desse nível de ensino devem levar em consideração uma formação crítica e transformadora buscando superar a educação ambiental conservadora. Nessa compreensão da importância do professor como articulador e mediador da aprendizagem, gera-se a reflexão sobre a relação entre sensibilização ambiental e o educador, sendo este responsável pelo compartilhamento de seus sentimentos com as crianças, “pois somente quando partilhamos nossos mais profundos pensamentos e sentimentos é que transmitimos aos outros – e os inspiramos – o amor e o respeito pela Terra” (CORNELL, 2008, p. 27). Câmara (2017) diz que a promoção de atividades que ajudem as crianças a se apaixonarem pela Terra faz-se essencial para a manutenção da vida no planeta. A autora ainda defende a ideia que durante a infância as aprendizagens estão bem conectadas com o meio natural, visto que a criança se interessa pelos elementos da natureza, sendo importante, portanto, desenvolver na educação infantil ações que busquem esse contato com o natural. **CONCLUSÕES:** A partir dos artigos analisados, observou-se que a educação ambiental é uma ferramenta essencial para construir uma consciência crítica e ecológica, fazendo com que os indivíduos possam repensar seus hábitos e desenvolver uma sociedade mais justa e sustentável. Para tanto, a escola se constitui como espaço apropriado para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam vivências e a aproximação do sujeito com o ambiente. Ressalta-se ainda a importância do desenvolvimento de ações direcionadas às crianças durante a educação infantil, desenvolvendo métodos que instigam a curiosidade e o sentimento de pertencimento do indivíduo ao meio em que se insere. Assim, o professor precisa estabelecer uma relação de aproximação da criança com a natureza, vinculando a isso o lúdico, possibilitando uma aprendizagem significativa.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v.1, 2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999.
- CÂMARA, Vanessa Oliveira Fernandes. A importância da Educação Ambiental lúdica: abordagens e reflexões para a construção do conhecimento infantil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 12, n. 4, p. 60-75, 2017.

CORNELL, J. **Sharing nature with children**. Dawn publications. 3. ed. São Paulo: Aquariana, 2008.

COSTA, Lorena Silva Oliveira; ECHEVERRÍA, Agustina Rosa. O consumo e o consumismo na sociedade contemporânea: diálogos para se pensar a formação de professores. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental - REMEA**, v. 36, n. 2, p. 168-189, 2019.

CUBA, Marcos Antonio. Educação ambiental nas escolas. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 2, 2010.

LIMA, Waldyr. Aprendizagem e classificação social: um desafio aos conceitos. Fórum Crítico da Educação: **Revista do ISEP/Programa de Mestrado em Ciências Pedagógicas**. v. 3, n. 1, out. 2004.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 2011.

RODRIGUES, Daniela Gureski; ANDREOLI, Vanessa Marion. Desafios e perspectivas das ações educativo-ambientais na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 11, n. 4, p. 130-148, 2016.

SANTOS, Jaqueline da Silva dos; PAIXÃO, Adriele do Carmo. Ação de sensibilização ambiental: da reflexão à aplicação. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 10, n. 1, 2017.

SOARES, Liliane Gadelha da Costa; SALGUEIRO, Alexandra Amorim; GAZINEU, Maria Helena Paranhos. Educação ambiental aplicada aos resíduos sólidos na cidade de Olinda, Pernambuco—um estudo de caso. **Revista Ciências & Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2007.



## A UTILIZAÇÃO E A INFLUÊNCIA DE MATERIAIS RECICLADOS NA BRINCADEIRA E APRENDIZAGEM INFANTIL

### **AUTORAS:**

Bárbara Mendonca da Silva

Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza

**INTRODUÇÃO:** O ser humano é peça constituinte do ambiente, participa das dinâmicas do mesmo de forma positiva ou ainda degradante, fato este que depende da maneira como o homem percebe e se relaciona com o meio. Nesse contexto, a criança, enquanto ser social, também precisa compreender a importância do meio ambiente e desenvolver-se conscientemente em relação ao seu papel junto à natureza e contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais sustentável. Não obstante a essa compreensão, sabe-se a importância da escola enquanto espaço adequado para desenvolver uma compreensão mais crítica do papel do indivíduo no meio em que se insere. Compreendendo então que o planeta vem sofrendo grandes pressões em decorrência das atividades antrópicas, cabe ressaltar esse discurso no âmbito escolar, sensibilizando as crianças a partir da promoção de estratégias que viabilizem essa mudança de paradigmas. Nessa perspectiva, o lúdico é de grande relevância para aproximar a criança de uma compreensão mais clara do mundo. Para Vygotsky (1998) a criança em idade pré-escolar resolve tensões envolvendo-se em um mundo imaginário, o qual ele representa pelo brinquedo. Assim, associando o brinquedo como instrumento de aprendizagem, o mesmo pode ser utilizado para elevar a importância dos recursos naturais e sua preservação por meio do reaproveitamento e reciclagem. Baseado nisso, este trabalho tem como objetivo evidenciar considerações acerca da influência da brincadeira na aprendizagem infantil e especificamente com utilização de materiais reciclados, analisando o comportamento das crianças frente a produção e utilização desses brinquedos alternativos. **METODOLOGIA:** Este trabalho tem uma abordagem qualitativa baseada na investigação e observação. A pesquisa compreende parte do estágio obrigatório supervisionado, realizado durante a graduação em Pedagogia, desenvolvido com alunos do terceiro ano do ensino fundamental em uma escola particular localizada no município de Natal/RN. Para coleta de dados, foram utilizadas as plataformas do Google Acadêmico e Scielo, usando descritores relacionados a ludicidade, brinquedo, meio ambiente, aprendizagem e outros. Para viabilização deste trabalho, realizamos um projeto durante o estágio de graduação em pedagogia de Natal/RN, com alunos do terceiro ano do ensino fundamental. Foram ainda utilizados os instrumentos de observação e avaliação de atividades. Importa ressaltar que durante todo o processo, foram tomados os devidos cuidados quanto a aplicação da ética em cada atividade desenvolvida e o sigilo dos participantes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir da experiência desenvolvida foram discutidas e planejadas estratégias que viabilizassem o ato do brincar de modo que envolvesse materiais alternativos, gerando uma conversa com as crianças sobre o assunto e a consequente reflexão, possibilitando com isso, estabelecer a relação entre o produzir-consumir-conservar. A proposta possibilitou ainda a ressignificação das percepções do educador sobre o lúdico e o brinquedo, evidenciando outras possibilidades e intenções pedagógicas. Notou-se, portanto,

uma ampliação na discussão sobre o brincar com os estudantes e as formas de construção do brinquedo, direcionando o olhar da criança sobre a importância da matéria-prima, de onde são extraídas, se são finitas ou não, entre outras reflexões sobre a temática. Sobre isso, consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), que a consciência ambiental deve estar incluída na formação do educando e estar entre os temas transversais, devendo ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, de forma continuada e permanente, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999). Inicialmente foi realizada uma roda de conversa onde o tema foi abordado, dando seguimento aos questionamentos das crianças. Nesse primeiro instante foi observado que as crianças não tinham compreensão sobre a origem dos materiais e não conseguiam fazer uma relação muito clara sobre a utilização dos recursos e os impactos no meio ambiente. Além disso, notou-se também que as brincadeiras não eram direcionadas ou mediadas pelo professor para essa área durante o processo. A fim de consolidar as ideias discutidas de início, foi realizado um projeto com os alunos que consistiu em fazer brinquedos com materiais reutilizáveis, tais como casinhas de boneca de caixas de papelão e aviões de garrafa pet para que eles vissem o que se pode fazer com materiais anteriormente descartados. Posteriormente, foi ensinado às crianças que se pode brincar com o que foi desenvolvido por cada um, provando que os materiais descartáveis podem ser reaproveitados. Ao final do projeto, uma nova rodada de discussão foi realizada, notando-se uma nova postura em relação à temática. O resultado dessa experiência com a construção do “brinquedo-sucata” propiciou a compreensão do papel essencial do brincar na formação da compreensão das crianças construindo a possibilidade do novo e do original, além da satisfação de criar um brinquedo já sendo considerado uma brincadeira por si só que favorece a autoestima das crianças envolvidas no projeto que queriam repetir a experiência. Tal fato remete ao que afirma Kishimoto (2005) ao dizer que em sua essência todo jogo é educativo, além disso, o brinquedo é visto como objeto suporte da brincadeira. No caso da atividade proposta observou-se de fato o que afirma Kishimoto, notando os resultados positivos da aplicação com as crianças. Araújo, Jorge e Pereira (2015), complementam dizendo que a produção do brinquedo-sucata incentiva a criatividade, além de despertar o interesse das crianças sobre a importância da preservação do planeta. **CONCLUSÕES:** Ao concluir o projeto, percebeu-se o quanto é relevante traçar uma relação de forma prática entre a brincadeira, o brinquedo e a preservação do meio ambiente para o espaço escolar, já que por meio das mais variadas atividades lúdicas as crianças estabelecem uma conexão mais clara entre suas experiências e as possibilidades de novas aprendizagens. Se a brincadeira foi orientada por um profissional preparado para lidar com a ludicidade, poderá render bons frutos no seu desenvolvimento e proporcionar indivíduos mais conscientes para com suas responsabilidades perante a sociedade e com a natureza, podendo ser esse o caminho para sociedades mais sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mariana dos Santos Tavares; JORGE, Daniela Moraes; PEREIRA, Tatiana Domingues. Jogos e brinquedos com sucata: reciclagem. **Intracência Revista Científica**. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 02 nov. 2019.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



## O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A APRENDIZAGEM

### AUTORAS:

Ana Rafaela dos Anjos

Isabel Sílvia de Araújo

Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza

**INTRODUÇÃO:** Entende-se que a brincadeira facilita o desenvolvimento dos aspectos cognitivo, afetivo, intelectual, social e psicomotor da criança, correspondendo então a uma atividade essencial para o desenvolvimento infantil. Segundo Luckesi (2002), ludicidade é um estado interno do sujeito que age e/ou vivencia uma atividade lúdica. Para a criança o brincar estabelece uma forma de criar o mundo e experimentá-lo. Nessa vivência, a criança se coloca no lugar do outro, aprende regras e constrói maneiras de superar dificuldades. Dessa maneira, a escola, como um espaço de desenvolvimento humano e social, tem um importante papel na construção do indivíduo, devendo, portanto, estabelecer o desenvolvimento da criança de forma prazerosa e significativa. Como citado por Vieira (2014) a educação deve promover a formação integral da criança, com isso, importa salientar que essa formação deve ser baseada no direito ao brincar, e assim, é necessário pensar em propostas que facilitem a aprendizagem utilizando o lúdico como ferramenta. Nesse sentido, Santa Clara, Camargo e Peroza (2016) dizem que o brincar precisa ser pensado em suas características essenciais, pensando nas capacidades e possibilidades da criança, nas etapas de desenvolvimento delas e as possibilidades de construir mecanismos que se direcionem ao ver e ouvir os fazeres e saberes da criança pequena. Esse trabalho, portanto, se justifica por colocar em prática o que é disposto na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2019) que determina que o processo de ensino e aprendizagem se planeje e ponha em prática, criar e desenvolver autonomia, facilitando sua comunicação com o mundo trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para seu desenvolvimento integral. Assim, o trabalho tem como objetivo discutir como o brincar influencia a aprendizagem de crianças durante o ensino infantil e como o professor compreende a ludicidade nesse contexto. Para tanto, este relato de experiência discute a relação entre ludicidade e aprendizagem. **METODOLOGIA:** O trabalho foi realizado no mês de outubro durante o período do estágio obrigatório na educação infantil, em uma escola da rede pública municipal de Natal-RN, com crianças do nível III e V com idade entre quatro e cinco anos. Para coleta dos dados foi elaborado ainda um roteiro de entrevista com as seguintes perguntas destinada às professoras: de que forma o lúdico contribui para o processo de ensino e aprendizagem das crianças? No seu ponto de vista qual a importância das brincadeiras para o desenvolvimento da criança? Você concorda que para o ensino se tornar mais prazeroso o professor precisa desenvolver atividades de caráter lúdico que contribua para o desenvolvimento infantil? Para você qual conceito definiria melhor o brincar? Qual material é disponibilizado pela escola para se trabalhar o lúdico? Foram propostas e aplicadas ainda oficinas de brincadeiras cujo objetivo era desenvolver o autoconhecimento e desenvolvimento interpessoal e psicomotor. Durante o processo foram feitas observações das crianças e professores a fim de analisar o comportamento dos estudantes perante as atividades lúdicas e interação com professores e seus pares. Quanto

ao sigilo, foram solicitadas a leitura e a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelos participantes ou responsáveis da entrevista, termo esse que informava o objetivo e todos os aspectos relevantes a aplicação e publicação dos dados da pesquisa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir da aplicação da entrevista foi percebido que os professores enxergam o lúdico como uma ótima ferramenta de acesso no seu fazer pedagógico. Ressaltam a contribuição das brincadeiras para estimular o foco e a concentração da criança desde cedo, pois, dessa maneira, se torna algo atrativo que desperta o interesse da criança e a torna mais participativa nas atividades. Através do lúdico, o professor estimula a criança a obter diversas habilidades, como a atenção, a memória, o foco, entre outras, tendo assim um melhor resultado no seu objetivo. No que se refere a observação das ações realizadas em sala de aula e no pátio percebeu-se que já havia uma cultura do brincar e como era a semana comemorativa alusiva ao dia das crianças, foram planejadas diversas atividades em toda escola. As atividades iniciaram-se com uma dinâmica de acolhimento, em que as crianças deveriam escolher uma das imagens apresentadas em um cartaz. Cada imagem simbolizava uma ação e assim, em fila, as crianças poderiam escolher entre um coração que representava um abraço, duas mãos para quem preferisse um aperto de mão e um símbolo da música para quem optasse fazer uma dança, proporcionando assim a interação entre a criança e o professor, além de desenvolver outros aspectos sociais no indivíduo. Dentre as atividades, também foi realizado o boliche numérico, o qual utilizou materiais alternativos como garrafas Pet enumeradas de um a dez com líquidos de cores diferentes em cada uma. Essa atividade possibilitou trabalhar as cores e o reconhecimento dos números. A atividade evidenciou a possibilidade de construir vários conceitos, inclusive conceitos referentes ao meio ambiente e a reutilização dos materiais. Todas as ações realizadas em sala de aula eram de caráter educativo visando o desenvolvimento da criança de forma integral levando em consideração os seis direitos de aprendizagem apresentados na BNCC, sendo eles, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Diante do observado, detectou-se que o brincar de forma lúdica aproxima a criança do saber elaborado, proporcionando à criança desenvolver valores de interação social ao partilhar brinquedo, respeitar regras e a construção de laços afetivos. Assim, ao final do estágio foi notório que as crianças começaram a participar mais das atividades que eram desenvolvidas de forma lúdica, sempre com um olhar atento e interagindo com os demais colegas. Quanto à entrevista aplicada às professoras, no que se refere à contribuição do lúdico para o processo de ensino-aprendizagem, ambas consideram ser um instrumento facilitador que contribui para estimular o foco, a concentração da criança, permitindo que ela desenvolva habilidades sociais fazendo com que preste mais atenção nas atividades pedagógicas a serem desenvolvidas. Para as professoras é importante utilizar as estratégias técnicas lúdicas e recursos de neurociência para acalmar a criança e levar a concentrar-se, pois ainda de acordo com uma das educadoras, o cérebro da criança não está totalmente formado, precisando, portanto, de estímulos. Para tanto, trabalhando o concreto tem-se um resultado satisfatório no aprendizado. As professoras consideram que o lúdico é muito importante no processo de aprendizagem, acreditam que através do brincar sejam sozinhas, ou em grupos, elas têm a oportunidade de criar suas próprias ações, possibilitando um amplo desenvolvimento na construção do conhecimento. É por meio desse lúdico que as crianças vão ter a oportunidade de aprender, criando um ambiente rico em estímulos de desenvolvimento cognitivo, além do desenvolvimento de capacidades importantes como atenção, imaginação, a exemplo disso existe as fantasias imaginativas onde terá a oportunidade ser aquilo que ainda não é, ou ser algo que gostaria muito de ser, algumas vezes fora de sua realidade. Logo, enquanto desfruta do brincar fará inúmeras descobertas, do mundo, de si mesma, sobre a vida. Sendo assim vai criando seus conceitos e sua visão, destarte, as brincadeiras se tornam uma maneira de se expressar e formar entendimento sobre o mundo contribuindo no processo de desenvolvimento infantil. Para tanto, o professor deve propiciar um ensino carregado de intencionalidades, buscando desde o princípio levar em consideração



a realidade do aluno, analisando seus limites e suas questões pessoais, para que haja de maneira plena um ensino de qualidade usando recursos pedagógicos que somem nesse processo. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que essa experiência com o aspecto lúdico voltado para as crianças só veio afirmar a ideia que já existia a respeito da eficácia do ato de brincar para evolução integral da criança de forma dinâmica, afetiva, prazerosa e significativa, e que mesmo sendo um ato natural, é capaz de fazer toda diferença na aceitação das crianças para participar das aulas ativamente. A partir dos resultados observados, pode-se dizer que a intervenção foi satisfatória, porém, o tempo não foi suficiente para detectar a grandiosidade que o impacto do brincar pode provocar na vida estudantil da criança. Fazendo uma correlação entre os pressupostos teóricos acerca das contribuições do lúdico para a aquisição do conhecimento infantil e as observações da ação do aprender brincando na prática, pode-se elencar que a base fundamental para o desenvolvimento total da criança inicia com o ato de brincar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc20dez-site.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

LUCKESI, Cipriano C. Educação, Ludicidade e Prevenção das Neuroses Futuras: uma Proposta Pedagógica a partir da Biossíntese. **Ludopedagogia**, Salvador, BA: UFBA/FACED/PPGE, v. 1, p. 9-42, 2000.

SANTA CLARA, Cristiane Aparecida Woytichoski de; CAMARGO, Daiana; PEROZA, Marilúcia Antônia de Resende. O brincar como expressão de liberdade: entre a dignidade e o direito da criança. **Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 2, p. 168-191, 2017.

VIEIRA, Graziella Pereira. A teoria psicogenética de Henri Wallon. In: JORNADA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO DA UNUCSEH, **Anais...**, v. 1, n. 1, 2014.



## EDUCAÇÃO EMOCIONAL: UM RELATO SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### AUTORAS:

Lidilaile de Melo Lira

Lúcia de Fátima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** A emoção que vivenciamos induz o ser humano a agir de diferentes maneiras, ou seja, cada tipo de emoção vai preparar o corpo para agir de diversas formas e diferentes respostas influenciando as emoções no ser humano. Sabemos que as emoções interferem de forma direta e indiretamente no processo de ensino e aprendizagem, já que a emoção é um dos processos básicos de comportamento. Assim sendo, compreendemos a importância de se trabalhar com as emoções na educação infantil para que as crianças aprendam desde cedo a controlar emoções como a ansiedade, choro, angústia, confiança, respeito, etc. Para tanto, tomamos como referência os estudos e as ideias de GOLEMAN; ANTUNES; que trazem suas reflexões a respeito dessa temática. Concordando com Antunes (2012 p. 17) que ressalta: “A alfabetização emocional trabalha com valores diferentes. Não dispensa a ação do professor, ou eventualmente do psicólogo, para a descoberta e administração das emoções dos alunos, e, sobretudo, não aceita e não admite resultados concretos e imediatos”. Sendo assim, cabe ao educador e a família preparar a criança para o meio social e sabendo que esse meio possui uma infinidade de diferenças culturais e educacionais, o trabalho com as emoções fará com que o indivíduo saiba lidar com diferentes situações de forma equilibrada, já que as emoções estão sempre presentes na vida do ser humano. Portanto, o objetivo principal deste estudo é refletir sobre a importância de se trabalhar com a educação emocional na educação infantil. **METODOLOGIA:** Este relato das experiências tem como objetivo refletir sobre a interferência das emoções no processo de aprendizagem. Sendo assim, a importância desse trabalho é colaborar com a divulgação de saberes necessários ao professor da educação básica do ensino infantil. A investigação sobre o assunto abordado se caracteriza como uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo. Utilizou-se como instrumento a observação sobre a influência das emoções com mediação para reforçar o estudo. Ainda, utilizou-se levantamentos bibliográficos, como Antunes(2012) e Goleman(1955) documentais e referenciais para um aprofundamento no assunto de modo a trabalhar com as ideias de alguns autores e sua subjetividade, já que esses dados se tornam difíceis de se obter em uma metodologia quantitativa, não se limitando à perguntas que tragam respostas como: “sim” ou “não”, mas levantando ideias, indagações, opiniões e olhares diferenciados sobre o tema abordado. Durante todo o estudo, foram tomados cuidados éticos, como assinatura do termo de consentimento e garantia do sigilo. A pesquisa que realizamos envolveu 12 crianças do nível II e uma professora no Centro Municipal de Educação Infantil/RN e uma estagiária(eu) durante a investigação foi feita uma atividade em grupo, onde as crianças deitaram e procuraram relaxar ao som de uma música calma e depois a professora fez questionamentos para desencadear a problematização para que os alunos pudessem se posicionar sobre seus sentimentos sinceridade e confiança, para tanto, a professora propôs as seguintes perguntas: “o que você está se sentindo?”; “o que você faz quando se sente assim?”; “e o que você faz resolve o problema?”; “quando é que você se sente assim?”. No decorrer da atividade, as crianças respondiam “eu bato nele”; “não resolveu”; “quando sentam na minha cadeira”, e a professora continuava com as perguntas de acordo com

as respostas. Durante a atividade, as crianças se soltavam, faziam o som de choro, de alegria junto com as expressões e as demais crianças achavam engraçado. A professora foi a mediadora e eu estagiária, participante e observadora das aulas. As respostas foram anotadas e fizemos perguntas para que a criança conseguisse se abrir e também refletir sobre o que estava sentindo e sobre suas ações com os colegas. Destarte, a aula era finalizada com a sistematização das atividades e retomada das questões problematizadoras discutindo em roda com os alunos, observando se eles trazem nas suas falas de conclusão uma clareza sobre a origem e manifestação das expressões apresentadas e os sentimentos apresentados durante os conflitos.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No início do estágio as crianças apresentavam agressividade, dificuldade de aceitação e impaciência, e não conseguiam desencadear um bom relacionamento com as pessoas ao seu redor dificultando o seu desenvolvimento social, afetivo, pois agiam em determinadas situações por impulso. Ao longo do processo do trabalho com as emoções em sala de aula, foram realizadas atividades com as crianças, como um momento de relaxamento, proporcionando o autoconhecimento e compartilhando emoções, além de proporcionar uma autorreflexão sobre algumas ações desencadeadas causadas pela emoção. visto que Antunes (2012, p. 27) comenta que é interessante o aluno refletir e discutir sobre suas emoções em qualquer faixa etária. Ao desenvolver as atividades, pôde-se notar um avanço significativo no comportamento das crianças, em que elas começaram a administrar seus estados emocionais. No final do processo, já se observavam comportamentos mais tranquilos no grupo de crianças que apresentavam agressividade, onde elas tentavam resolver conflitos entre si, evitavam usar a agressividade com os colegas e conversavam mais com a professora sobre seu dia a dia. Aquelas crianças que apresentavam dificuldade de aceitação começaram se tornar mais flexíveis e ter mais aceitação com o outro, especialmente quando se tratava de dividir objetos, comidas e atividades com colegas diferentes, também, as crianças que não tinham paciência, começaram a esperar sua vez quando se tratava da hora da brincadeira, a hora da atividade e a hora de ir para casa. Além disso, observamos que houve mais respeito às opiniões dos colegas. A partir das observações realizadas, podemos refletir que é essencial uma alfabetização emocional durante o processo de aprendizagem. Ao desenvolvê-la, pôde-se perceber um avanço significativo no comportamento das crianças, em que elas começaram a administrar seus próprios estados emocionais. **CONCLUSÕES:** Com base no que foi apresentado sobre as observações feitas durante este estudo e a reflexão de autores como Antunes e Goleman, que trazem uma reflexão sobre a inteligência emocional, conclui-se então que há interferência das emoções no processo de aprendizagem, trazendo consigo uma relação entre esse processo e a saúde emocional e que o trabalho com as emoções dos alunos desde cedo traz um incentivo para seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo e possuem uma relação estreita entre elas, fazendo com que as crianças se expressem e monitorem suas emoções para saber lidar com o que sente em determinadas situações e para que exista um equilíbrio entre a emoção e a razão. Ressaltando o pensamento de Goleman (1995, p.87) quando afirma que é fundamental para o bem-estar, manter sob controle as emoções que nos afligem. Portanto, é importante o trabalhar com o desenvolvimento das emoções para que conheçam e saibam lidar com a própria emoção e com a do outro e consigam controlá-las quando estas ocorrem, tendo, também, um discernimento emocional e autocompreensão e assim, possuir uma maior contribuição no desenvolvimento da criança. É sabido que o não cuidado com a saúde emocional das crianças trará consequências para a sua vida futura por mais que a criança tenha facilidade para aprender algum objeto de estudo, se não acompanhado o seu desenvolvimento emocional, posteriormente a criança poderá sofrer abalos, acarretando, possivelmente, em maiores danos à sua saúde e desenvolvimento. Antunes (2012, p. 17) ressalta que:” A alfabetização emocional trabalha com valores diferentes. Não dispensa a ação do professor, ou eventualmente do psicólogo, para a descoberta e administração das emoções dos alunos, e, sobretudo, não aceita e não admite resultados concretos e imediatos”. Dessa forma, podemos

pensar que é de salutar importância que o professor trabalhe com este enfoque inclusive a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), coloca como grande desafio investir nas competências cognitivas/acadêmicas e também nas competências socioemocionais. Entende que as competências socioemocionais beneficiam o aluno não apenas no seu desenvolvimento, mas também no desempenho escolar de modo geral e na manutenção de uma sociedade pró-social. Portanto, para que as competências socioemocionais sejam trabalhadas no contexto escolar do aluno do século XXI, essas competências devem ser o foco de qualquer proposta curricular que desenvolva as emoções, pois é basilar, discutir a ansiedade, estresse, insegurança, dificuldade de concentração e falta de inteligência emocional são conceitos que não combinam com aprendizagem. Compreendemos, assim, que é importante refletir sobre a influência das emoções na educação infantil para que a criança tenha clareza do que sente e tenha uma boa saúde emocional, não procurando agir por impulso e tenham ações desenfreadas, mas buscando conhecer seus limites e compreender as suas emoções, já que ela interfere no processo básico de aprendizagem, podendo trazer facilidades ou dificuldades, tendo em vista que após as atividades, percebe que as crianças apresentaram um avanço significativo na administração de seus estados emocionais e na sua relação com os demais colegas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Trabalhando a alfabetização emocional com qualidade**. São Paulo: Editora Paulus, 2012.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Editora Objetiva, 1995.

TAYLLE, Y.; OLIVEIRA, M.; DANTAS, H. **Piaget, Vigotski, Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. Summus Editorial, 2019.



## EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS NA ESCOLA

### AUTORAS:

Nathalya Gomes Magno Pinto

Ana Luiza Chacon da Silva

Joseane Maria Araújo de Medeiros

**INTRODUÇÃO:** O trabalho discutirá sobre a educação especial. Nos últimos anos, podemos considerar o avanço na inclusão das crianças no ambiente escolar. Superamos, legalmente, as práticas segregadoras, mas ainda temos que conquistar ações pedagógicas que possam de fato incluir as crianças no contexto escolar. Esta pesquisa busca destacar a importância do papel do professor(a) como mediador (a) do desenvolvimento da criança. Realizamos uma pesquisa com o intuito de investigar as necessidades e realidades das professoras da Educação Infantil na promoção da inclusão das crianças com deficiência. Assim sendo, objetivamos refletir neste trabalho sobre os desafios da educação especial no contexto escolar. Os documentos legais (A Constituição de 1988 e a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96) permitem garantir a matrícula da criança com deficiência, mas não é suficiente para se concretizar a inclusão da criança no contexto escolar, possibilitando seu desenvolvimento.

Para fundamentar nosso trabalho, além dos documentos legais, selecionamos alguns trabalhos que discutem de forma inclusiva a educação especial. Dentre eles, destacamos a contribuição de Mazzotta (1982 e 2001), Mantoan (2003) e Beyer (2013); como também, o estudo de Lira, Favassa e Medeiros (2019). Entendendo que a educação é um direito de todos e que a escola é um espaço social onde acontece de maneira simultânea a sistematização de saberes e transmissão de valores é que se torna fundamental ações inclusivas. Segundo Lira, Favassa e Medeiros (2019), a matrícula da criança não é um indicativo de segurança para a sua aprendizagem no contexto escolar; especialmente quando se trata da educação especial. É necessário um conjunto de condições favoráveis que o meio ambiente promova para o desenvolvimento da criança. Mazzotta (1982) afirma que a educação especial é fundamentada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, por meio de diversos serviços educacionais, a fim de atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam. Conforme Mantoan (2003) incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola para todas as crianças, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

**METODOLOGIA:** O estudo foi instigado a partir das observações realizadas no estágio supervisionado na Educação Infantil. Nele foram despertadas inquietações relacionadas à prática educativa com crianças da educação especial. Sendo assim, optamos pela pesquisa qualitativa e exploratória desenvolvida em dois contextos distintos, tendo o objetivo de identificar os desafios dos professores da educação infantil na inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais. Observamos na experiência do estágio algumas queixas das professoras que nos chamou atenção em relação às dificuldades para incluir as crianças da educação especial. Ampliamos a investigação para aplicar a pesquisa e por questões éticas mantivemos o sigilo de identidade dos profissionais. Participaram do estudo dezessete professoras da Educação Infantil. A pesquisa qualitativa é comumente referida como pesquisa interpretativa e está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências

do mundo social e a como as compreendem nesse mundo. Segundo Lyra, Souza e Costa (2019) a pesquisa exploratória estabelece relação com o tema e visa à criação de uma maior familiaridade em relação ao fato ou fenômeno. Inicialmente realizamos observações em uma escola privada na cidade de Natal-RN e na outra etapa aplicamos o questionário virtual. No total, responderam ao questionário 17 professores da educação infantil de diferentes escolas. No instrumento questionário havia questões fechadas e abertas que abordavam os conhecimentos científicos e legais, os desafios e anseios sobre a educação especial inclusiva. As perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas se pode utilizar a linguagem do próprio respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador. As perguntas fechadas possuem alternativas específicas para que o informante escolha uma delas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Na análise, refletimos sobre as respostas das professoras da educação infantil que contribuíram com o nosso questionário, para conhecer os desafios da educação especial nos dias atuais no contexto escolar. Inicialmente investigamos o conceito de educação inclusiva e todas as respostas sinalizam a concepção de igualdade de direitos à aprendizagem escolar. As entrevistadas concordaram cem por cento sobre o fato da pessoa com necessidade educacional específica ter garantido o direito de frequentar a escola regular. Na terceira questão consultamos as colaboradoras do estudo sobre os desafios que enfrentam no processo de inclusão. As respostas contemplam algumas particularidades correspondentes à realidade de cada escola, tais como: formação continuada, materiais adequados, flexibilidade no currículo, entre outros. No que se refere à experiência na área, todas disseram que tinham acima de um ano, mas algumas sinalizaram que, durante seu processo de formação no curso de graduação, não tiveram acesso aos conhecimentos sobre a educação inclusiva. Porém noventa e quatro por cento afirmaram que conhecem a LDB, sessenta e quatro por cento conhecem o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mais de oitenta por cento afirmaram que trabalha ou já trabalhou com alunos com necessidades educacionais especiais, sendo a maioria transtorno do espectro autista e outros transtornos específicos de aprendizagem. Perguntamos também sobre o incentivo das escolas sobre participação do corpo docente em cursos específicos, e também questionamos sobre a disponibilidade de recursos pedagógicos específicos para se trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais (NEE). Mais de quarenta por cento afirmaram que as escolas trazem profissionais para ministrar cursos e palestras sobre o assunto. E os demais disseram que não existe esse incentivo nas escolas que atuam. Mais da metade das entrevistadas asseguraram que as escolas que trabalham disponibilizam os recursos pedagógicos específicos para esse público, bem como afirmaram que existe planejamento e orientações educacionais pedagógicas para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **CONCLUSÃO:** A investigação nos permitiu compreender que não basta os conhecimentos e a experiência para a concretização de uma prática inclusiva na escola. Também percebemos a necessidade de uma formação mais específica para as professoras, pois atenderia melhor a relação teórica e prática. Os resultados do questionário apontaram que temos alguns desafios a serem superados, para que aconteça a inclusão escolar de maneira efetiva. Neles há questões de ordem familiar e outras de competência da escola, como por exemplo, promover condições materiais e formativas para a melhor intervenção das professoras.

## REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. 4. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e bases**. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Educacional Anísio Teixeira. **Censo escolar**. Brasília: Imprensa Nacional, 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Imprensa Nacional, 2015.

LIRA, Eleide Gomes Teixeira Torres; MEDEIROS, Joseane Maria Araújo de; QUEIROZ, Noemi Favassa. Da educação do direito a aprendizagem da inclusão. *In: Educação e Saúde. Coletânea Fronteira do Saber*. Natal: Unifacex, 2019. Disponível em: [http://unifacex.com.br/wp-content/uploads/2019/06/ebook\\_corrigido\\_educacao.pdf](http://unifacex.com.br/wp-content/uploads/2019/06/ebook_corrigido_educacao.pdf). Acesso em: 21 set. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, Marcos J.S. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982 (Série Cadernos de Educação).

POPE, Mays N. C. **Pesquisa qualitativa na Atenção à Saúde**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; 2005.



## REFLEXÕES SOBRE O BRINCAR NA ESCOLA

### AUTORES:

Jeossana Gleizer Ribeiro de Araújo Souza

Arashely Araújo de Medeiros

Glauciana Timbo Ferreira

**INTRODUÇÃO:** O trabalho que iremos discutir foi motivado pela observação da postura das famílias em relação ao brincar na escola. A escola tem, culturalmente, ao longo da história, promovido atividades conteudistas com poucas ações lúdicas. Na educação infantil, a presença do lúdico é mais marcante ao se reconhecer o seu papel no desenvolvimento da criança, estando consolidado nos Referenciais Curriculares Nacional para Educação Infantil – RCNEI (1998) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018). Assim sendo, se defende que “o brincar e as brincadeiras favorecem o desenvolvimento da linguagem, pois a criança amplia o repertório de novas palavras ao manusear objetos diversificados e diferentes situações”. (BRASIL, 1998, p.23). Os familiares, geralmente, são resistentes à ênfase no brincar e buscam, inclusive na educação infantil, evidências concretas de atividades que abordam os conteúdos de forma tradicional, ou seja, registros em folhas ou livros. Diante deste contexto, realizamos um estudo com familiares que possuem suas crianças estudando na educação infantil da rede pública e privada, para discutir a importância do brincar na formação da criança. Para sedimentar nossa reflexão sobre o lúdico e a infância, nos baseamos em Almeida (1995), Kishimoto (2011), Piaget (apud COLL, 1996), Santos (2000), Vygotsky (1994), Maluf (2003). O brincar e o aprender estão estreitamente vinculados segundo esses autores, compreendendo que a relação emocional e cognitiva são impulsionados pela aprendizagem. A criança na brincadeira desenvolve sua linguagem, seu pensamento e suas relações sociais, compreendendo o mundo que lhe cerca e ampliando seus conhecimentos. Para Almeida (1995, p.11) o brincar é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento. Nesta direção Santos (1999), coloca que “para a criança, brincar é viver [...] pois a própria história da humanidade mostra que as crianças sempre brincam”, sendo culturalmente parte de sua identidade socio-histórica. Kishimoto (2011, p.64) estabelece o brincar como parte do jogo simbólico, podendo se classificar em: “jogos imaginários, jogos de faz de conta, jogos de papéis ou jogos sociodramáticos. A ênfase é dada à "simulação" ou faz de conta, cuja importância é ressaltada por pesquisas que mostram sua eficácia para promover o desenvolvimento cognitivo e afetivo-social da criança. Seus estudos estão fundamentados na perspectiva de Piaget (apud COLL, 1996) que classifica o brincar pelas fases do desenvolvimento das estruturas mentais da criança, partindo dos jogos de exercício ou manipulação, em seguida o jogo simbólico do faz de conta e, por fim, o jogo de regras. Vygotsky (1994, p.97) coloca que a criança no brincar na interação social e “pela repetição daquilo que já conhecem, utilizam a ativação da memória, atualizam seus conhecimentos prévios ampliando-os e transformando-os por meio da criação de uma situação imaginária”. **METODOLOGIA:** A pesquisa, de cunho qualitativa e exploratória, foi desenvolvida com os familiares das crianças da educação infantil com o objetivo de refletir sobre a importância do brincar no desenvolvimento da criança. Segundo Gil



(2008) o tipo de pesquisa se vincula pelo objetivo e pelos procedimentos utilizados, sendo essas classificações mencionadas acima pertinentes pelo caráter significativo destacados pelos sujeitos e do estudo preliminar que realizamos. A investigação contou com a ajuda de 20 familiares, sendo 10 com crianças matriculadas na educação infantil da rede pública e a mesma quantidade na rede privada de diferentes escolas da cidade de Natal/RN. Os familiares e as escolas foram resguardados da sua identificação, seguindo as considerações éticas de um procedimento investigativo. No processo, aplicamos questionários perguntando sobre as expectativas dos familiares sobre a educação infantil e a relação dessa etapa do ensino com a aprendizagem através do lúdico. As perguntas realizadas foram: o que você espera da educação infantil? Você acredita na aprendizagem através da brincadeira? A sua criança pode aprender os conteúdos da escola apenas brincando? O que você sugere que tenha mais na escola da sua criança? **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O discurso da importância do lúdico virou um “chavão” para os familiares investigados. Na análise dos questionários vimos que todos eles colocaram que acreditavam na aprendizagem através da brincadeira, mas setenta por cento (70%) colocaram que sugerem mais atividade em folhas/livros na escola de suas crianças. Este resultado revela a insegurança dos familiares em relação à brincadeira e a aprendizagem das crianças. O papel da escola é também desmistificar o estereótipo sobre o brincar, mas geralmente observa-se que a resistência dos familiares se consolida ao realizar na prática mais ações pedagógicas distantes do lúdico para as crianças. Segundo Maluf (2009, p.13) “É difícil alguém dizer que criança não precisa brincar, porém são raros os adultos que dão a seriedade que esse momento precisa [...] brincar livremente por si só já traz efeitos positivos para o desenvolvimento das crianças”. A concepção de educação infantil para os familiares se encontra relacionada ao passado, ou seja, a ideia da pré-escola como preparatória para o ensino básico. Neste sentido, todos os familiares colocaram que a expectativa das crianças concluir a educação infantil lendo e escrevendo, para poder ingressar no ensino fundamental com essas habilidades adquiridas. Essa questão remete a conduta, muitas vezes, da escola iniciar com as cópias do quadro como parte desse momento preparatório, dando prioridade na educação infantil, reduzindo ao máximo os momentos lúdicos de criação e sentido da escrita para as crianças. Conforme Carvalho (1992, p.28) a escola precisa reconhecer que “o ensino absorvido de maneira lúdica, passa a adquirir um aspecto significativo e afetivo no curso do desenvolvimento da inteligência da criança. **CONCLUSÕES:** Na BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2018) se destaca a importância dos campos de experiências baseados nos eixos estruturantes da prática pedagógica, abordados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), que são: Interações e brincadeira. Desse modo, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil deve se consolidar nas práticas que promovam: o conviver, o brincar, o participar, o explorar, o expressar e o conhecer-se. E são ações que devem extrapolar o uso de folhas, registros de cópias e utilização de livros que fazem parte das expectativas dos familiares. Os campos de experiências na educação infantil expressam a necessidade da criança vivenciar práticas que permitam o desenvolvimento de habilidades por meio da brincadeira, sendo ela uma das metodologias primordiais no cotidiano da escola. As respostas dos familiares sinalizaram a necessidade da escola desmistificar as concepções sobre a brincadeira, destacando sua finalidade no campo das práticas educativas. O resultado da afirmação da sua importância com a negação da sua presença nas atividades diárias da escola, destaca a compreensão superficial da família e a fragilidade da escola em defender e aplicar práticas que se distanciam dos registros convencionais para “provar que se ensina”. Portanto, defendemos que se deve refletir sobre a função da educação, estudar sobre o brincar e promover um planejamento que permita o desenvolvimento da criança de forma significativa e extremamente lúdica.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica: Técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental: MEC. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 22 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Base Nacional Comum Curricular. **Ministério da Educação e do Desporto**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 25 out. 2020.

CARVALHO, A.M.C. *et al.* (Org.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

COLL, Cesar; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação. Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. V.2

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MALUF, A. C. M. **Brincar: prazer e aprendizado**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedos e infância: um guia para pais e educadores**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



## A CRIANÇA COM MICROCEFALIA NO CONTEXTO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

### AUTORAS:

Júlia Alves do Nascimento

Waleska Patrícia de Lima Santos

**INTRODUÇÃO:** O Ministério da Saúde do Brasil, embasado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), define a microcefalia como uma malformação congênita em que o encéfalo não se desenvolve de maneira adequada, sendo que em 90% dos casos ocorre o retardo mental. (BRASIL, 2019). Também nominada de deficiência intelectual, define-se essa condição como déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático que se dão no início do período do desenvolvimento. Pessoas com esse diagnóstico podem ter prejuízos na memória, na atenção, no raciocínio lógico e/ou na linguagem e necessitam de auxílio, em menor ou maior grau, dependendo do nível do comprometimento desses atributos. (ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA, 2014). Na escola, as pessoas com necessidades educacionais específicas (PNEs), como são nomeadas pela Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva (PNEEI) necessitam de atendimento educacional especializado (AEE), dentre outras medidas que possibilitem o respeito ao princípio da equidade e, com isso, favoreçam a garantia dos seus direitos constitucionais. (BRASIL, 2015). Nesse contexto, se insere o objetivo desta experiência que foi investigar a influência de uma professora no desenvolvimento do processo intelectual de uma criança com microcefalia. Esse estudo se justifica pela necessidade de produção de conhecimento sobre esse tema, especificamente, porque durante o ano de 2015, em especial na região nordeste do país, houve um surto de neonatos diagnosticados com microcefalia, uma das consequências da infecção de mulheres grávidas pelo vírus Zika durante o período. Essas crianças estão ingressando no ambiente escolar e se faz necessário orientar os componentes das instituições escolares sobre como mediar o processo de ensino-aprendizagem delas. **METODOLOGIA:** Este trabalho foi baseado na experiência de estágio, em uma turma de nível II de um Centro Municipal Educação Infantil (CMEI), localizado na cidade de Natal, durante o ano letivo de 2018. Sem menosprezar a participação de outros envolvidos na educação da criança, esse estudo focou na relação professor-aluno-criança. A criança em questão é do sexo feminino, com três anos de idade, diagnosticada com microcefalia. A professora, participante da pesquisa, possui formação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia clínica e institucional. O procedimento envolveu a observação da criança e da atuação da professora para identificar seu embasamento teórico-técnico. Também foi utilizada entrevista diagnóstica sobre os atributos intelectuais da criança. Esta foi realizada no início do processo e, ao final, para fins comparativos da eficácia da mediação. Como perspectiva de análise dos dados coletados, escolheu-se a Psicomotricidade, área que estuda a relação de interdependência dos atributos: cognição, afetividade e movimento, entendendo que ao estimular o movimento (técnicas corporais, jogos, brincadeiras etc forma mais atrativa aos olhos de uma criança), também seriam desenvolvidos os outros dois atributos, sendo um deles o foco deste trabalho – a cognição. A ‘estimulação psicomotora’, um dos âmbitos de atuação da área, é muito indicada nos casos de

deficiência intelectual. (WALLON, 1979). É importante dizer, ainda, que essa área tem estrita relação com o proposto pela BNCC, evidenciado nos seus ‘Campos de experiências’, principalmente, no que trata a relação ‘corpo, gestos e movimentos’. (BRASIL, 2018). Por fim, tomou-se todos os cuidados éticos, como a assinatura do termo de consentimento e a garantia do sigilo. **RESULTADOS:** Como foi apontado no método, o primeiro passo foi caracterizar o nível cognitivo através de avaliação diagnóstica cujo resultado mostrou que quanto à atenção, evidenciou-se momentos curtos de concentração. Em relação à memória, a criança conseguia lembrar dos nomes das professoras e colegas; no que dizia respeito ao raciocínio-lógico, demonstrava compreender os momentos da rotina; no que concerne à linguagem, não identificava as letras do alfabeto, nem do seu nome, mas identificava seu crachá pela foto e expressava-se de maneira clara e compreensível, seja por meio da oralidade ou por gestos. De acordo com as observações realizadas a partir da avaliação citada, percebeu-se que as atividades realizadas pela professora não partiam de Plano educacional individualizado (PEI), documento que direciona o professor na mediação de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) considerando suas potencialidades e suas dificuldades. O que realmente acontecia era o uso das mesmas atividades planejadas para toda turma e, quando necessário, eram feitas adaptações para a aluna. Algumas dessas atividades foram: contação de histórias pela professora e recontação pela aluna (mesmo que somente citando as imagens), jogo da memória, recortes de atividades impressas, desenho e pintura livre, atividade de identificar e colar as partes do corpo, montagem com legos, coreografias de músicas, brincadeiras diversas etc. No final do processo, com a estimulação psicomotora, foi possível verificar uma grande evolução da coordenação motora ampla, do equilíbrio e tônus, evidenciado pela melhoria da marcha. Corroborando com a literatura (WALLON, 1979; PAPALIA; FELDMAN, 2013), essa evolução do movimento deu suporte ao desenvolvimento dos processos cognitivos constatado principalmente pelo desenvolvimento da linguagem (passou a se comunicar com seus colegas e professoras, ampliando seu vocabulário, expressando-se com mais clareza e segurança). Quanto à atenção, à memória e ao raciocínio lógico, não se notou grandes mudanças concentrada, porém demonstrou maior motivação para participar e desenvolveu mais autonomia para fazer as atividades de vida diárias (AVDs) como, por exemplo, tirar agenda da mochila, guardar os brinquedos na estante, alimentar-se sozinha (pegando o alimento seja com as mãos ou talher, levando-o a boca), atos que não fazia antes da estimulação, indicando ter desenvolvido, também, o aspecto sócio-afetivo. É importante dizer que não foi ofertado o atendimento educacional especializado (AEE), direito previsto pela PNEEI (BRASIL, 2008). Esses espaços - sala multifuncional ou centro de atendimento educacional especializado da rede pública ou privada conveniado à Secretaria de educação, são estruturados com recursos assistivos e profissionais capacitados para atender aos alunos NEE e deve ser frequentado no contraturno da aula em sala de aula regular. Vale ressaltar também que, exceto o acompanhamento fisioterapêutico que era realizado pela aluna, uma vez por semana no Centro de Reabilitação Infantil (CRI), não havia nenhum profissional que a acompanhasse na escola, nem mesmo para saber sobre seu desenvolvimento naquele âmbito e orientar seus educadores. Cabe mencionar, ainda, que durante todo o período do ano letivo não houve nenhuma capacitação dos educadores visando melhorar a atuação destes, deixando claro que embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) e a PNEEI (BRASIL, 2008). apontem para o atendimento qualificado da pessoa com NEE, preferencialmente, na rede regular de ensino, nessa experiência, verificou-se que não ocorre o preparo adequado para recebê-las, atendê-las, incluí-las. Capacitações e fiscalizações por parte do Estado, também, seria bem-vinda. A questão que fica é: esse avanço apresentado pela criança seria maior com uma intervenção orientada pelo PEI, usando de forma correta a perspectiva psicomotora, promovendo o AEE e a formação dos educadores? Sobre isso, Papalia e Feldman (2013) falam que quanto mais cedo e sistêmica for a intervenção, melhor serão os resultados. Por exemplo,

uma intervenção focada unicamente no desenvolvimento cognitivo, provavelmente, não será eficaz se forem ignorados os fatores social e emocional. Os documentos oficiais no Brasil deixam claro que é importante incluir a criança na rotina da aula regular possibilitando-a participar de todas as atividades, respeitando sua singularidade e limitações. (BRASIL, 1996; 2008; 2015). **CONCLUSÕES:** Quando se trata da educação Inclusiva, faz-se ainda mais necessário que o educador busque novas estratégias para aplicar em sala de aula, pois a PNE tem um desenvolvimento atípico e precisa de apoio de acordo com sua necessidade. O que ficou claro com essa experiência é que, apesar de existirem diretrizes oficiais determinando a inclusão, ainda existem diversos obstáculos a serem vencidos para uma educação inclusiva de verdade, que nesse caso foram: a falta de apoio da gestão e coordenação na orientação dos PEI, da promoção do AEE e da capacitação de professores; De toda forma, cumprindo um dos papéis das instituições de nível superior (IES) que é, através de problematização, pesquisa e proposição de mudanças, contribuir com saberes embasados cientificamente para melhoria da comunidade, fizemos nossa parte, sugerindo possibilidades para o preenchimento da lacuna encontrada, apresentando as diretrizes de estimulação precoce para crianças com microcefalia (BRASIL, 2016).

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5.ed. Porto alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes de Estimulação Precoce: Crianças de zero a 3 anos com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor Decorrente de Microcefalia**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D.. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre, Artmed. 2013

WALLON, Henri. **Do acto ao pensamento**. Lisboa: Moraes, 1979.



## A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### AUTORAS:

Vanessa Rodrigues Roberto  
Maria Beatriz Santos da Silva

**INTRODUÇÃO:** No que se refere à criança, sabe-se que essa aprende brincando, assim como afirma Rolim, Guerra e Tassigny (2008) quando dizem que “brincar é aprender”; na brincadeira, reside a base daquilo que, mais tarde, permitirá à criança aprendizagens mais elaboradas. Ao propor atividades lúdicas, o professor proporciona uma aprendizagem mais prazerosa, visto que a brincadeira torna mais concreto os conceitos, aproximando-os do seu mundo. Santa Clara, Camargo e Peroza (2017) também indicam “que em sua origem, a criança é brincante, ou seja, o brincar constitui o ser humano no mais profundo de sua essência e se consolida na cultura”. Destarte, é importante reconhecer a relevância no processo de ensino-aprendizagem, entendendo a brincadeira como um direito da criança. Quanto às implicações do brincar na vida da criança, Santa Clara, Camargo e Peroza (2017) ainda afirmam que através desse ato, ela se desenvolve de forma plena e com inteireza do ser, possibilitando ativar as possibilidades criativas, comunicativas e no estabelecimento das relações. Quando brinca a criança vivencia uma realidade própria, mas pode se colocar na situação do outro, imitando e se desenvolvendo. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido. Para tanto, na escola, enquanto espaço de socialização, cabe ao professor orientar e planejar as atividades de forma lúdica para que nesse contexto, o desenvolvimento possa ser global e direcionado. Assim, o brincar na escola não significa negligenciar o processo de ensino-aprendizagem e os conteúdos, mas é necessário “que o professor busque o equilíbrio entre ministrar aulas convencionais, em que recursos como lápis e caderno precisam fazer parte do cotidiano como forma de preparo para o mundo adulto, e aulas lúdicas” (RIBAS *et al.*, 2013). Em face do exposto, o trabalho justifica-se pela importância da relação ensino-aprendizagem e desenvolvimento infantil mediante o brincar conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) a qual dá ênfase a interação durante o brincar como sendo uma das principais características do universo infantil, a qual favorece muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral dos alunos de forma significativa. Dessa forma, este estudo teve como objetivo analisar a percepção do professor sobre a importância da ludicidade para o desenvolvimento da criança inserida na educação infantil, observando ainda a relação percebida entre o lúdico e a aprendizagem significativa. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, estando ancorada em Minayo (1996), visto que tal abordagem indica que a quantidade e a qualidade dos fatos e das relações são inseparáveis e interdependentes para que haja o entendimento da realidade humana. Dessa forma, para o desenvolvimento da pesquisa, foram analisados os dados da literatura, sendo consultados os repositórios *Scientific Electronic Library Online – SciELO* e *Google Acadêmico*, tendo por descritores “lúdico”, “aprendizagem”, “educação infantil” e outros. Para levantamento dos dados quantitativos, foi elaborado um questionário estruturado com questões fechadas,

envolvendo perguntas sobre o tempo de docência, a importância do lúdico para o desenvolvimento da criança e a relação entre o lúdico e aprendizagem significativa. Em seguida, o questionário foi submetido a professores da educação infantil, selecionados aleatoriamente por conveniência, juntamente com um termo de consentimento livre e esclarecido, através do aplicativo *WhatsApp*. Os dados foram então tabulados e confrontados com a literatura analisada. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir da aplicação da pesquisa, observou-se que, dos 17 professores pesquisados, 64% lecionam entre 5 a 10 anos. Aqueles que lecionam a menos de 1 ano, entre 10 a 15 anos e com mais de 15 anos de docência apresentaram uma taxa de 12% em cada grupo. Nessa perspectiva, inferimos que os professores têm um tempo considerável de experiência, o que pode colaborar para o desenvolvimento de estratégias didáticas significativas. Quando questionados sobre o que eles consideram essencial para aprendizagem da criança nesse período de desenvolvimento, notou-se que 35,3% dos entrevistados, equivalente a 6 professores, responderam que o lúdico é essencial no processo de aprendizagem da criança. Os demais professores, com um quantitativo inferior, distribuíram suas respostas entre a interação, autonomia, saberes prévios, socialização e afetividade. Todos os professores consideraram que a brincadeira deve fazer parte da construção do conhecimento durante a educação infantil, além de considerarem que a atividade lúdica deve ser planejada e orientada pelo professor (a), bem como todos os professores consideram que o lúdico torna a aprendizagem significativa, visto que aproxima a criança de sua realidade, de seu mundo. Para Vygotsky (1998), compreender o desenvolvimento da criança é fundamental considerar suas necessidades e motivações de acordo com sua faixa etária, selecionando brincadeiras, jogos, músicas, e assim, o incentivo é de suma importância para colocá-las em movimento. Percebeu-se também que 94% dos professores consideram que a partir do lúdico a criança desenvolve-se em diferentes áreas tais como o motor, o social, o afetivo, e o cognitivo. Observou-se ainda que 6% considerou que a atividade lúdica desenvolve apenas o cognitivo da criança. **CONCLUSÕES:** Diante dos artigos encontrados percebe-se que a falta de recursos é, de fato, um grande obstáculo para que os profissionais possam cumprir efetivamente com suas atribuições e dar uma assistência de qualidade para os alunos. Acredita-se que diante dessas situações difíceis e para dispor ao discente um processo de ensino-aprendizagem significativo, os professores e a equipe escolar por muitas vezes desenvolvem mecanismos que os auxiliem a enfrentar as dificuldades cotidianas e a criar estratégias para trabalhar com o material disponível, fazendo sempre uso de suas competências e habilidades para a efetivação do seu papel como profissional da Educação. Considera-se ainda que os professores têm compreensão da relevância das abordagens lúdicas para o desenvolvimento da criança, não só do aspecto cognitivo, mas também de outros aspectos como o motor, social e afetivo. Além disso, é relevante ressaltar a importância do professor nessa construção, orientando e tornando a aprendizagem significativa. Importa para tanto, que o professor esteja atento às necessidades de seus alunos, a realidade de cada um, para que as metodologias possam ser orientadas e direcionadas de forma coerente, efetiva e construtiva.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.
- RIBAS, Adriana Tressa *et al.* **O brincar em sala de aula a partir da perspectiva do professor**. Educação Pública. 2013.

ROLIM, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Revista Humanidades**, v. 23, n. 2, p. 176-180, 2008.

SANTA CLARA, Cristiane Aparecida Woytichoski de; CAMARGO, Daiana; PEROZA, Marilúcia Antônia de Resende. O brincar como expressão de liberdade: entre a dignidade e o direito da criança. **Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 2, p. 168-191, 2017.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.





## O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### **AUTORES:**

Shellda Sued Cunha da Cruz

Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza

**INTRODUÇÃO:** Este relato de experiência aborda a relação do brincar com a educação infantil para o desenvolvimento integral da criança. A Ludicidade envolve atividades que tornam o momento da aprendizagem atrativo e divertido ao aluno, fazendo com que eles aprendam brincando, despertando o seu interesse em aprender e buscar novas fontes de informações para ir em busca de novos conhecimentos. Como dito por Oliveira e Silva (2014, p. 73) “a criança, ao ingressar na educação infantil, não é como uma folha em branco, traz consigo seus aprendizados, suas vivências do dia a dia e, fora da escola, brinca e socializa com a família e amigos”. Dessa maneira, é impossível dissociar o brincar do processo formativo da criança, visto que ela aprende associando os conteúdos à sua vivência de mundo. Nesse sentido, Oliveira (1997) cita as ideias de Vygotsky considerando o brinquedo essencial para o desenvolvimento da zona de desenvolvimento proximal (ZDP) da criança, ele enfatiza a brincadeira de “faz de conta”, quando a criança é posta em um mundo imaginário, porém com regras. Nota-se portanto, que além do desenvolvimento cognitivo, a brincadeira possibilita que a criança se desenvolva também socialmente, compreendendo os limites e respeitando-os. No entanto, para que a aprendizagem se desenvolva de forma significativa, é necessário que o professor faça seus planejamentos incluindo o brincar em seus projetos pedagógicos, uma vez que a criança tem seu direito de brincar garantido. Assim, é de grande relevância desenvolver estudos que analisem essa vinculação da aprendizagem infantil com o brincar, pois além de ser direito da criança, também se constitui como uma prática prazerosa que estimula e facilita o aprender. Tal fato está assegurado pela própria Base Nacional Comum Curricular- BNCC (BRASIL, 2017), a qual determina que as interações e as brincadeiras são eixos estruturantes do ensino infantil, contidos nos campos de experiências, citando as habilidades essenciais que as crianças devem desenvolver ao longo do seu processo de aprendizagem. Sendo assim, cabe à escola e ao professor desenvolverem atividades que coincidam com os objetivos presentes na BNCC, lembrando que, se deve considerar, os diferentes ritmos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Portanto, os objetivos presentes na BNCC estão contemplados nesse trabalho. Pensando nesses aspectos, o objetivo dessa experiência foi refletir sobre a influência da ludicidade no processo de desenvolvimento e aprendizagem para que a criança construa habilidades, mas respeitando o seu direito à infância. **METODOLOGIA:** O trabalho foi desenvolvido durante 1 (um) mês no estágio obrigatório da graduação em pedagogia na educação infantil, em uma escola particular de Natal no Rio Grande do Norte. O grupo de estudo em análise foi uma professora e 10 alunos, sendo estes na faixa etária de cinco anos, componentes da turma de nível V da educação infantil. Como instrumentos de pesquisa para coleta dos dados, foram realizadas observação e entrevista baseadas, especificamente, na ludicidade. Durante o período da pesquisa, foi introduzido o projeto “Brincando, eu aprendo” produzido pelo Sistema Ari de Sá. Quanto ao sigilo, foi encaminhado um termo de

consentimento livre e esclarecido para garantir a ética no desenvolvimento do trabalho. Durante toda pesquisa, foi feito o levantamento de referencial teórico, utilizando as plataformas Google Acadêmico, pesquisando por descritores como “ludicidade”, “ensino-aprendizagem”, “brincadeiras”, entre outros. Além disso, a pesquisa se baseou na perspectiva da Psicologia histórico-cultural, criada por Vygotsky. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi observado que, inicialmente, antes da inserção do projeto, os alunos não tinham tanto entusiasmo nas aulas, fato este que possivelmente provocaria dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Com base nisso, sabe-se que a criança aprende ao brincar, pois brincando ela emerge em seu mundo, tornando a aprendizagem significativa. De outro modo, sem a intervenção lúdica, o momento de aprendizagem torna-se cansativo e sem significado. Quanto às brincadeiras realizadas, foram propostos o boliche matemático, onde disponibilizamos os pinos de boliche e anexamos 1 (um) número a cada pino, e uma criança por vez, jogava a bola, e os pinos que caíssem, a criança realizou a soma dos números, sílabas estouradas, onde colocamos uma sílaba dentro de cada bexiga e iria uma criança por vez estourar uma bexiga, e ele realizava a leitura da sílaba, logo após procurava na caixa mágica uma palavra que contenha a sílaba do que estava na bexiga. O quebra-cabeça, em que as crianças cortaram uma imagem e logo após embaralharam e formaram o quebra-cabeça da cuca, em comemoração ao folclore. Teve ainda a brincadeira do equilibrista proposta pelo livro didático, onde as crianças tentaram se equilibrar com o livro na cabeça e ainda a contação de histórias, onde as crianças ouviram a história que contamos, e sempre perguntávamos questionamentos sobre a história, logo após houve o registro da história. A partir das atividades descritas acima, proporciona à criança desenvolver o raciocínio lógico matemático, explorar os movimentos, a ter noção de tempo e espaço, motricidade global, motricidade fina, percepção, atenção e ainda a imaginação. Com a aplicação do projeto proposto, as crianças demonstravam empolgação, interesse e participação ativa, bem como o desejo de aprender cada vez mais, confirmando assim que o lúdico é de suma importância para o desenvolvimento dos alunos ao realizar as atividades. Relatos também foram ouvidos, onde as crianças diziam gostar da atividade realizada, corroborando com a ideia de o uso de metodologias lúdicas envolvem a criança, garantindo a vontade de aprender. De acordo com Furth e Wachs, (1979), baseado na teoria de Piaget, para que a criança possa realizar determinadas atividades acadêmicas, é necessário ela ter um controle de seus movimentos, ou seja, uma motricidade fina e ampla bem trabalhada. Para que essas habilidades sejam desenvolvidas, os brinquedos significativos e os jogos para o pensamento, como ele especifica, é fundamental para que a criança tenha um controle de seus movimentos e, conseqüentemente, poderá desenvolver outras atividades que exijam um pouco mais do seu esforço. Em seu livro “A formação social da mente”, Vygotsky (1991), diz que o imaginário na vida de uma criança é o que ele chama de primeira manifestação de emancipação relacionado às restrições do dia a dia, pois a criança começa a criar um significado diferente do real e o brinquedo se torna um aliado, pois a criança segue um caminho de menor esforço para ela, por sentir prazer em brincar, mas por outro lado ela aprende a seguir rumos mais difíceis, por ter que seguir as regras dispostas naquele brincar e ajuda para que a criança não haja compulsivamente. Para enfatizar isso, Vygotsky diz que “o maior autocontrole da criança ocorre na situação do brinquedo”. Contudo, o brinquedo aguça na criança uma nova forma de desejos, relacionado ao seu eu imaginário e o seu papel no mundo, trazendo para a criança princípios que no futuro irão ser refletidos em suas ações de moralidade. **CONCLUSÕES:** Conclui-se, portanto, que a ludicidade é importante na mediação da aprendizagem do aluno, sendo essencial para despertar o prazer dele em aprender e querer ir em busca de novos conhecimentos, contribui com o desenvolvimento das crianças, nos seus aspectos cognitivo (raciocínio lógico matemático, imaginação, criatividade), psicomotor (movimento corporal, estimulando a motricidade fina e ampla e outros elementos psicomotores) e afetivo, podendo ser usado em qualquer disciplina do currículo escolar. Desse modo, a

atividade lúdica, direcionada aos conteúdos, proporciona a construção do conhecimento de forma a tornar o momento atrativo e divertido, resultando em maior possibilidade para que os objetivos referentes aquele conhecimento se concretizem, sendo constatado o que se pretendia no objetivo, pois foi garantido o direito da criança brincar e o professor insere o brincar no planejamento dessa amostra.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagerticis/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagerticis/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 22 set. 2019.

FURTH, Hans G.; WACHS, Harry. **Piaget na prática escolar**: A criatividade no Currículo Integral. 6. ed. São Paulo: Ibrasa, 1979.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **VYGOTSKY**: Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Silvia R.; SILVA, Débora Regina Machado. **O brincar na educação infantil**: um direito da criança aprender brincando. [s.l.]: Conselho Editorial, p. 69. 2014.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A Formação Social da Mente**. 4. ed. São Paulo: Ltda, 1991. 631 v.



## CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA PARA O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM

### AUTORAS:

Katyanne Vilela Nunes

Juliana do Nascimento Alves

Jainne Anylle Meneses Silva

Noemi Favassa Alves Queiroz

**INTRODUÇÃO:** A controvérsia sobre o método utilizado nas escolas públicas não é um tópico novo na educação brasileira. Se revisarmos brevemente o relacionamento entre algumas teorias e filosofias aplicadas nas escolas, com ênfase na educação formal, veremos que a existência da tecnologia colaborou para a crescente necessidade de uma educação inovadora que propicie um ensino adequado a essa nova realidade. Promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura de forma a assegurar o foco no aprendizado do estudante, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica (Plano nacional da Educação, 2010 p. 44). Mediante o plano nacional da educação e o crescente avanço tecnológico, alguns pesquisadores no campo da educação e instituições respeitadas têm apostado na defesa das metodologias ativas e na inclusão de um ensino significativo nas escolas públicas. Embora essa defesa seja legal, a aplicação de novas metodologias torna-se um desafio na sociedade em que estamos inseridos; visto a complexidade do processo de ensino-aprendizagem e a falta de investimento público para a qualificação dos professores que precisarão, além de inovar suas práticas, promover a inclusão em sala de aula regular de alunos com necessidades educacionais específicas. "O professor tem o dever de preparar os estudantes para pensar, para aprender a serem flexíveis, ou seja, para serem aptos a sobreviver na nossa aldeia de informação acelerada" (FONSECA, 1998, p. 315)". Nesse sentido, estudos científicos, que avançam de forma acelerada, sobre o desenvolvimento do cérebro desde a infância podem contribuir para a qualificação docente, uma vez que segundo aponta o Centro de Pesquisa Educacional e Inovação (Cedi) o entendimento da neurociência permite ao educador compreender sobre as capacidades mentais mais complexas dos estudantes, como por exemplo, a linguagem. Assim, partindo desta afirmação, desenvolveremos, neste trabalho, uma interlocução sobre como a neurociência e a educação podem ampliar os conhecimentos docentes com saberes fundamentais para a compreensão da complexidade do processo de ensino-aprendizagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo, com uma abordagem qualitativa, realizado por meio do ensino remoto com alunos do Ensino Fundamental I em uma escola particular em Natal/RN. Para a coleta de informações, utilizaram-se os jogos, uma vez que possibilitam trabalhar o sistema cognitivo da linguagem interligado ao sistema auditivo, visual e até mesmo o sistema tátil das crianças. Além, é claro, de contribuir para o raciocínio lógico; a concentração; os conceitos matemáticos; a ortografia, enquanto envolve a fala; a leitura; e a escrita, ativando, desta maneira, diferentes estruturas cerebrais, bem como conversas sobre a "caixinha especial" de cada pessoa, apontando de forma lúdica como nosso cérebro funciona e como essas condições nos fazem ser incomparavelmente únicos, pensantes, com gostos e personalidades distintas. Levaram-se em consideração os conhecimentos prévios

inerentes a cada aluno e a formulação do pensamento reflexivo de cada um durante a exposição. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A neurociência por sua vez não propõe uma nova pedagogia, pelo contrário, ela vem para consolidar e nortear, através de fundamentos científicos, nossa prática docente e, desta forma, fazer com que muitas das nossas práticas, dos nossos métodos, sejam repensados, ampliados e aprimorados por conta desse avanço na ciência. Afinal, se a aprendizagem acontece dentro do sujeito e dentro do funcionamento do sistema nervoso, é mais do que necessário que os professores, tanto da pedagogia quanto das demais áreas das licenciaturas, entendam como suas práticas em sala de aula podem provocar alterações positivas no funcionamento cerebral dos estudantes. Desta forma, qualificar-se para entender estratégias facilitadoras que estimulam e consolidam o conhecimento dos estudantes faz com que a neurociência se torne uma grande aliada do professor no entendimento de que cada estudante inserido no ensino regular é um ser único, pensante, atuante, que aprende com sua individualidade de uma maneira toda única e especial. Além de permitir ao educador com maior facilidade entender as capacidades mentais mais complexas como a linguagem e a memória para promover uma maior inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas nas salas de aula, uma vez que graças a essa nova ciência os transtornos de aprendizagem e de comportamento começaram a ser compreendidos tanto por educadores quanto por famílias que quando aliados a neurociência e voltados para uma educação rica em entender as especificidades da criança conseguem adaptar e encontrar estratégias inclusivas para cada caso. Logo, essa nova forma de conhecimento é imprescindível para o educador uma vez que o habilita a caminhar para uma pedagogia ativa, moderna, significativa que amplia ainda mais suas habilidades educacionais e socioemocionais e que permite os alunos serem seres atuantes e participativos do ensino. Assim como, valorizando as exigências do aprendizado e da inclusão abrindo uma nova esfera para o processo de aprendizado e da transmissão do saber de maneira ética e inclusiva em mundo tido como globalizado. **CONCLUSÕES:** As escolas que apresentam novas oportunidades e inovação na metodologia aplicada em sala de aula tendem a formar alunos ativamente reflexivos. Verdadeiros protagonistas cujos conhecimentos prévios são de extrema relevância para o processo de ensino-aprendizado. Para que haja então uma aprendizagem significativa de fato, além de elaborar e realizar uma abordagem metodológica eficaz e simplesmente utilizar recursos inovadores e tecnológicos para ensinar, nós devemos focar no significado que determinada abordagem terá na vida do aluno. “Ainda que o material seja potencialmente significativo para o aluno, este tem de estar psicologicamente motivado para levar a cabo o processo de assimilação significativa, que não é necessariamente fácil” (VALADARES, 2011, p. 37).

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Aloísio Pessoa de. **Aprendizagem infantil:** uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011. 264 p. – (Ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional. Estudos estratégicos).

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** 2010. Acessado em: 27/010/2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA DOS ESTADOS UNIDOS. **Como as Pessoas Aprendem:** Cérebro, Mente, Experiência e Escola. São Paulo: Editora Senac, 2007.

\_\_\_\_\_. **Educação e conhecimento:** relação necessária, insuficiente e controversa.

Petrópolis: Vozes, 2002.

FONSECA, Vitor da. **Aprender a aprender**: a educabilidade cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 1998.

\_\_\_\_\_. **Saber pensar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VALADARES, J. A teoria da aprendizagem significativa como teoria construtivista. **Aprendizagem Significativa em Revista**, v.1, n.1, p.36 -57, 2011.



## A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DO EDUCADOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM TEA

### AUTORAS:

Júlia Taina Coelho Cabral

Aline Priscila Silva Alves

Waleska Patrícia de Lima Santos

**INTRODUÇÃO:** Educar em ambiente escolar é percorrer caminhos escuros em que as luzes vão se acendendo no tempo de cada ser presente em sala de aula; isso exige do educador uma transformação diária e dedicação exclusiva a cada aluno. Ensinar uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), foco do nosso trabalho, é um desafio maior, visto que esse é um transtorno do neurodesenvolvimento com características específicas e também que cada indivíduo com diagnóstico possui sua singularidade. Isto exige do profissional incumbido dessa missão um olhar diferenciado, amoroso, paciente e um empenho na capacitação com embasamentos científicos. Segundo a quinta versão do Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais – DSM V (APA, 2013), os critérios diagnósticos envolvem o prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social diminuindo o interesse por envolvimento social e da comunicação. Ainda segundo o DSM V, os fatores causadores do transtorno são de ordem genética e ambiental; a classificação pode se dar nos níveis leve, moderado e severo (de acordo com a quantidade de suporte que o indivíduo diagnosticado precisa para desenvolver atividades de vida diária básica); existem comorbidades, sendo as mais comuns: Transtorno e déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), Transtorno opositor desafiador (TOD), transtornos específicos de aprendizagem, Altas Habilidades e Superdotação e Deficiência intelectual; e, tanto a avaliação quanto a intervenção nos casos da hipótese e confirmação do diagnóstico, é interdisciplinar. (APA, 2013). No desenvolvimento deste trabalho, detemo-nos na discussão de um dos âmbitos de intervenção - a escolar. Primeiro, é bom lembrar que crianças com autismo são muito capazes de aprender, elas criam laços com as pessoas de seu convívio e passam a responder bem a mediação de conhecimento se for feita de acordo com o estilo de aprendizagem particular delas (ROGERS, 2015). Também é bom recordar que essa mediação escolar não só é favorável educacionalmente quanto é também terapêutica (KUPFER; PETRI, 2000). Do ponto de vista legal, é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade a toda população visando a formação de cidadãos e a capacitação para o mercado de trabalho, colocando as crianças com deficiência a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2016). Quanto a educação formal, é importante qualificar o processo de mediação, com crianças com necessidade educacional específica (NEE), para que o educador obtenha melhor conhecimento de como melhor mediar e desenvolver criticidade, criatividade e autonomia necessárias para se tornar um cidadão que contribua para a construção de uma sociedade melhor. Essa responsabilidade da escola é imensa e não pode ser repassada, somente compartilhada com demais responsáveis pela educação dessas e de outras crianças ali inseridas. (PADILHA; OLIVEIRA, 2008). Em função da subjetividade – característica que nos fazemos únicos (BOCK, 2002), ensinar uma criança neurotípica já é difícil, porém, quando no meio

destas existem uma, duas, três ou mais crianças consideradas atípicas, esse processo se torna mais complexo, com dificuldades mais acentuadas, pois estas precisam de uma ajuda maior para execução das atividades pedagógicas e sociais. É também, em função da subjetividade, impossível encontrar em uma escola crianças com TEA que possuam idênticas necessidades, capacidades ou atrasos. Um(a)s precisam de recursos visuais, de clareza e objetividade, necessitam saber o que vai acontecer para poder se programar, mesmo que seja uma atividade prazerosa. Assim, os professores das salas regulares e, também da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), têm a incumbência de conhecer o transtorno da criança para compreender suas dificuldades, respeitando sua condição, de adaptar planos e usar estratégias de manejo mais adequadas, buscando a parceria com a família, possibilitando uma situação digna para tal e com qualidade de vida individual (como autonomia e uma carreira profissional). É importante, ainda, obedecer à lei quanto à elaboração e implementação do plano de ensino individualizado. Isso posto, é possível entender que a capacitação de professores é imprescindível para que a escola cumpra seu objetivo social. Esse processo envolve conhecimento sobre a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), sobre a legislação (BRASIL, 2015), sobre os diversos transtornos (APA, 2014) e sobre seus próprios processos psicológicos, como motivação e emoção, já que quem cuida precisa também de ser cuidado. Nesse contexto se insere o objetivo da discussão levantada aqui, fruto das nossas inquietações relacionadas ao ambiente escolar durante o período de estágios: refletir sobre a formação do professor que atende crianças com TEA na escola. Justificamos esta experiência pelo interesse de ampliar a discussão com demais professores e responsáveis pela educação sobre a importância da capacitação profissional para trabalhar com crianças com autismo. É importante dizer que segundo o último censo (IBGE, 2012) hoje existem mais alunos com necessidades especiais do que se existia há dez. Como graduandas em Pedagogia, estagiárias, sem a preparação necessária para trabalhar com crianças atípicas, tivemos que nos debruçar, por conta própria, em livros, cursos e pesquisas para ter melhor interação e desenvolver um trabalho eficaz. A vasta lista de características do transtorno causa a essas professoras a necessidade de um suporte maior da escola, que poderia oferecer qualificação com profissionais que sejam realmente especialistas no transtorno do espectro autista. **METODOLOGIA:** Essa pesquisa é caracterizada como pesquisa bibliográfica e exploratória. O instrumento utilizado foi um questionário com perguntas sobre: a formação, tempo, se possuía pós-graduação e qual; se tinha lecionado alunos com TEA e quantos; se se sentia capacitado para trabalhar com uma criança com TEA; se já tinha procurado algum curso para se especializar no assunto; se a instituição que trabalha já tinha oferecido algum curso ou capacitação sobre o tema e qual era sua maior dúvida sobre o assunto. O procedimento foi a coleta online consubstanciada pela análise à luz de documentos técnicos e legais (APA, 2013; BRASIL, 1996; 2016; 2017). Houve todo cuidado ético em todo o momento dessa experiência. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A média de tempo de formação é de 16 anos, em que 11 têm formação em pedagogia e pós-graduação na mesma área. Pelo menos 14 professoras já tinham ensinado a crianças com TEA. Ficou explícito que os professores possuem dificuldades relevantes em relação a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA); não somente por falta de capacitação oferecida pelas próprias escolas, mas também pela ausência de alunos que, apesar de apresentarem todos os critérios, ainda não tinham diagnóstico. Ficou evidente que os participantes se questionam se são totalmente capacitados para realizar adequações no âmbito escolar, adequações nas atividades e nas interações sociais com os colegas de sala de aula. **CONCLUSÕES:** Posto isso, não podemos negligenciar esse grande trabalho que nos é confiado. Como pedagogos atuantes em sala de aula temos que encarar novos desafios e nos reinventar a cada novo pleito. Saber lidar com crianças com necessidades especiais é ter que estar sempre se atualizando e estudando sobre o assunto, confiando e acreditando que com uma boa abordagem baseada na ciência os resultados serão positivos. Existe uma urgência sobre esse assunto, as crianças autistas irão



crescer e com a prevalência só aumentando a escola deve estar preparada para recebê-los e incluí-los como cidadãos participantes e ativos. Nós somos sujeitos produtores de saberes criando possibilidades para a construção do conhecimento e não transferindo-o. A cada aluno formado, nos formamos juntos a cada ensino dado, aprendemos juntos. Essa é a maior troca que a educação nos proporciona. (FREIRE, 2014). Que essa prática não nos falte no nosso dia a dia e em nosso fazer pedagógico. Que os professores recebam cada vez mais formação e possam fazer a diferença na vida dessas crianças e suas famílias.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA - APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5.ed. Porto alegre: Artmed, 2014.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).  
Acesso em: 25 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KUPFER, Maria Cristina M.; PETRI, Renata. Por que ensinar a quem não aprende. **Estilos clin.**, São Paulo , v. 5, n. 9, p. 109-117, 2000 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282000000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282000000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 out. 2020.

PADILHA, Juliana. **As contribuições da neurociência na educação inclusiva: compreendendo os transtornos de aprendizagem mais evidentes no contexto escolar**. **Paidéia**, 2018. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/7098/3361>.



## A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA INTERVENÇÃO DE CRIANÇAS DE DESENVOLVIMENTO ATÍPICO EM CASOS CLÍNICOS

### AUTORAS:

Márcia Caroline Souza e Costa Figueredo

Waleska Patricia de Lima Santos

**INTRODUÇÃO:** O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento que ocorre por predisposição genética e se caracteriza, principalmente, por um déficit nas competências sociais, emocionais, cognitivas, motoras, sensoriais e pela presença de comportamentos restritos e estereotipados dos indivíduos. (APA, 2013). O TEA traz três níveis de gravidade, que, de uma forma geral, podem ser caracterizados pela dependência, quantidade de suporte que o paciente necessita para seguir sua vida de maneira autônoma e independente. (SELLA, 2018). Podemos considerar que: Atualmente, sabemos que o autismo possui “janelas de oportunidade” para intervenção. Isso significa que, se esperarmos para agir, perdemos chances ímpares de promover a melhoria da criança e limitaremos sua chance de obter sucesso na diminuição de muitos sintomas. (GAYATO, 2019, p. 3). Os pacientes diagnosticados com esse transtorno são acompanhados por diversos profissionais, tais como: fonoaudiólogos, TO, psicólogos, psicomotricistas, etc. Desse modo, eles são estimulados de acordo com as suas necessidades. Faz parte do tratamento dos indivíduos com TEA o trabalho da acompanhante terapêutica (AT). Esse trabalho é desenvolvido através de sessões diárias com duração mínima de duas horas. O objetivo das sessões terapêuticas realizadas pela AT, é aplicar o programa de intervenção, elaborado por um(a) neuropsicólogo(a), ou analista do comportamento, seguindo as orientações de um laudo médico, de forma singular e subjetiva, de modo que este laudo alcance as habilidades e competências, conforme as suas necessidades específicas, conseguindo assim, ficar nivelado com seus pares. As intervenções para as crianças com TEA, são geralmente fundamentadas na ABA, que é uma ciência que estuda o comportamento/ambiente. Todo comportamento tem uma função, e o objetivo principal da ABA, é aumentar ou diminuir a frequência de comportamentos alvos, por meio de estímulos e respostas, através de uma análise funcional do comportamento emitido pela criança. (LOOVAS, 2003). Justifica-se esse trabalho, pela necessidade de expandir as discussões sobre a atuação do pedagogo nos contextos terapêuticos, os benefícios da estimulação precoce, a eficácia da intervenção naturalista, e a importância do brincar, no desenvolvimento infantil. Quando pensamos nos pedagogos, fazemos uma associação direta ao contexto escolar, pois é comum que a maioria dos profissionais formados nesta área, siga sua carreira no âmbito docente, gestão escolar, etc. Entretanto, o pedagogo não está limitado somente às escolas regulares de ensino, a sua atuação vai além das salas de aula. Os pedagogos também estão aptos para trabalhar no contexto clínico, lidando com crianças diagnosticadas com o desenvolvimento atípico. Esse trabalho pode ser realizado em clínicas, ou em domicílio, assim como na própria escola. Neste caso, o trabalho é feito de forma direcionada para uma criança específica. O pedagogo poder ser AT, trazendo consigo toda sua bagagem de conhecimento, obtida através da formação voltada para a aprendizagem da criança, assim como toda a ludicidade envolvida na pedagogia, proporcionando para o sujeito diagnosticado com TEA, ou outros transtornos do desenvolvimento, que apesar de tanto tempo disponibilizado em diversas terapias envolvendo

a sua vida diária, ele possa continuar a ser criança, ou seja, que o tratamento possa ser desenvolvido em um ambiente lúdico. O presente trabalho consiste em fazer com que a atuação do pedagogo como AT e seus resultados, possa expor a eficácia da intervenção baseada na ciência ABA, respeitando a forma pela qual cada criança aprende, e principalmente a relevância de se ensinar no contexto natural da criança, fazendo parte da sua vivência, considerando o conhecimento já adquirido por ela anteriormente, e ampliando o que ela ainda possa aprender.

**METODOLOGIA:** A intervenção foi realizada com uma criança de dois anos de idade, com duração de 6 meses. Utilizamos, nas sessões, brincadeiras, jogos e brinquedos, tais como, quebra-cabeças, jogo da memória, jogos de encaixe, livros, bonecos etc. pertencentes à criança. A terapia foi realizada sem o uso de mesinhas. Desse modo, o trabalho foi desenvolvido no chão, em um local onde o paciente costumava brincar. Todo o trabalho foi efetivado com base na ciência ABA, sob a perspectiva do ensino naturalista do modelo de Denver, para o atendimento terapêutico diário do TEA. O modelo de Denver se caracteriza por priorizar o interesse da criança, narrando o que está fazendo, e buscando uma interação mais recíproca, seja com rotinas sociais sensoriais, tais como, cosquinha, pega-pega etc. ou com algum objeto, criando a partir daí, as várias possibilidades de refinar as habilidades que a criança já tenha obtido anteriormente, e de ensinar algo novo. As intervenções foram realizadas, baseadas na aprendizagem sem erro, por meio de estímulos e respostas, com suportes realizados sempre do menor para o maior, são esses: Suporte gestual, Suporte parcial e suporte físico total, ou bloqueio de atenção, permitindo assim, que no primeiro momento após observar um modelo, a criança pudesse reproduzir aquele comportamento ensinado, por exemplo: Tocar no outro para chamar a sua atenção; apontar para algum objeto; pedir de forma apropriada um brinquedo, etc. Para cumprimento da ética no local de trabalho, foi mantido total sigilo da identidade da criança e seus familiares. O trabalho da AT, em conjunto com uma neuropsicóloga, teve carga horária de 15 horas semanais, divididas em 3 horas por dia, e supervisões semanalmente.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ao iniciar o tratamento, a criança apresentava uma defasagem significativa em relação aos seus pares, e na atenção compartilhada com adultos, nos seguintes quesitos: Comunicação receptiva e expressiva, motricidade fina e grossa, cognição, imitação, atenção conjunta, independência pessoal, e repertório de jogos. Esta criança não observava o ambiente, logo não aprendia. O seu brincar não era funcional, e na maioria das vezes, os brinquedos eram usados de forma estereotipada, apenas girava o carrinho virado de cabeça para baixo no chão. A sua comunicação era primitiva usava unicamente o choro para expressar pedidos simples como querer água, comer, ou ter acesso a um brinquedo. Após seis meses de intervenção, a criança já estava observando as pessoas e o ambiente ao seu redor. Já fazia imitações para comunicação gestual, como apontar para pedir algo, bem como imitações motoras e orofaciais em canções e rotinas de jogos. O seu comportamento já se adequava ao que estava sendo proposto, permitindo assim, que ela conseguisse brincar de forma funcional, ou seja, usar uma bola para jogar, um livro para explorar suas imagens, etc. Os campos em defasagem apresentaram em esfera gráfica, um avanço de mais de 100%, apontando um ganho menor para a comunicação expressiva, pois este não era verbal (não falava), havendo assim, a necessidade de aumentar a intensidade de terapias com a fonoaudióloga, que introduziu um modelo de comunicação alternativa por meio de figuras, e ao longo de mais dois meses, a criança passou a falar suas primeiras palavrinhas.

**CONCLUSÕES:** Concluímos que, a intervenção terapêutica sob a perspectiva do ensino naturalista, cuja base consiste na ciência ABA, trabalha de forma completa e sistemática, todas as esferas do desenvolvimento da criança, garantindo assim que esta seja estimulada em todos os contextos. Entendemos assim, que a ABA, em seu objetivo principal de aumentar ou diminuir a frequência de comportamentos alvos, por meio de estímulos e respostas, através de uma análise funcional do comportamento emitido pela criança, é de fato eficaz no tratamento de crianças acometidas pelo TEA. A ludicidade, ferramenta primordial do pedagogo, adequa para criança, um interesse maior no que

está sendo proposto para ela, pois a mesma se encontra no seu ambiente natural. Percebemos isto, quando lembramos que toda criança gosta de brincar, e com isso, garantimos um aprendizado significativo com facilidade de generalização (SKINNER, 2007), ou seja, que o comportamento aprendido no set terapêutico, seja emitido em outras esferas do convívio social do indivíduo. Por fim, trazemos a reflexão sobre a necessidade de quebrar o estigma entre o pedagogo e a sala de aula, e indagar: “Por que a análise do comportamento aplicada não faz parte da grade curricular da formação em pedagogia?” Tendo em vista que o trabalho realizado por uma estudante de pedagogia, com a criança descrita acima, trouxe resultados satisfatórios para o desenvolvimento dela, unindo seus conhecimentos de formação à sua profissão de AT. É válido lembrar que é necessária a constante atualização sobre o tema, estudar é o ponto de partida.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-V**. São Paulo: Manole, 2003.

GAIATO, Mayra. **S.O.S Autismo**: guia completo para entender o transtorno do espectro autista. São Paulo: nversos, 2019.

LOVAAS, o ivar. **Ensinando indivíduos com atrasos de desenvolvimento**: técnicas básicas de intervenção. austin, texas: pro-ed, 2003.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A Ludicidade na Educação**: uma atitude pedagógica. Curitiba: Ibplex, 2011.

ROGERS, sally *et al.* **autismo**. Compreender e agir em família. canadá: lidel, 2014.

SELLA, Ana Carolina *et al.* **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do Espectro autista**. Curitiba: Appris, 2018.

SKINNER. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1974.



## A INFLUÊNCIA DA BRINCADEIRA PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

### AUTORAS:

Dayane Silva Cunha

Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza

**INTRODUÇÃO:** O brincar é uma ação facilitadora do desenvolvimento físico, motor, cognitivo, emocional e social, independente das fases da vida humana, sendo o lúdico fundamental na infância (BROUGÉRE, 2002; BARROS, 2000). Nessa perspectiva, compreende-se que a brincadeira acarreta em benefícios nos mais variados campos do desenvolvimento da criança, sendo uma ferramenta significativa para a aprendizagem. Neste sentido, Brougère (2002) e Barros (2000) afirmam ainda que os processos de desenvolvimento e de aprendizagem se influenciam mutuamente, devendo o lúdico, portanto, ser parte constituinte do processo educativo, e o professor, enquanto mediador desse processo, precisa promover atividades como jogos, e brincadeiras, a fim de aproximar a aprendizagem a realidade da criança. Dallabona e Mendes (2004) corroboram com a ideia de que a infância é a idade das brincadeiras, sendo esta a maneira como a criança organiza as suas concepções de mundo, assim, os conteúdos podem ser ensinados por intermédio de atividades lúdicas, estimulando a vida social e o desenvolvimento construtivo da criança. Sabendo que o lúdico pode contribuir para a melhoria significativa do ensino, promovendo o desenvolvimento global e uma visão crítica de mundo, é de grande relevância discutir e analisar os aspectos da relação entre aprendizagem e ludicidade. Para tanto, em concordância com as indicações das diretrizes técnicas e legais publicadas no país (BRASIL, 1996; BRASIL, 2017), importa ampliar os estudos sobre as formas de mediação escolar/educacional significativas e eficazes.

Diante do exposto, o objetivo do trabalho é analisar a influência do brincar para o desenvolvimento e aprendizagem de alunos da educação infantil em sistema integral, observando as brincadeiras desenvolvidas nessa faixa de idade, correlacionando com a aprendizagem dos conteúdos. **METODOLOGIA:** Este trabalho foi desenvolvido a partir de dados observados durante o estágio supervisionado obrigatório do curso de Pedagogia, realizado no nível II da educação infantil, em uma instituição privada localizada no município de Natal/RN. Foi utilizado como abordagens a contações de histórias, músicas e brincadeiras, durante o projeto intitulado “Lendo o mundo através da arte”. Além da observação, foi realizado o levantamento de referencial que possibilitasse a discussão mais ampliada da temática, dessa maneira, quanto ao levantamento dos dados, foram consultados os repositórios Scientific Electronic Library Online – SciELO e Google Acadêmico, tomando como descritores brincar na infância, desenvolvimento infantil e jogos e brincadeiras na educação.

O trabalho foi sustentado teoricamente pelas ideias de Barros (2000), Brougère (2002), entre outros que discutem o desenvolvimento e aprendizagem da criança e o uso das brincadeiras como elemento importante para esse processo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante o período de aplicação da pesquisa, as crianças participaram de atividades lúdicas como: trilha geométrica que tinha o objetivo de conhecer, comparar e identificar as figuras, desenvolver a concepção, aprimorar a coordenação motora ampla e estimular o raciocínio. Com as atividades,

observou-se que os alunos apresentavam interesse nas propostas e interagiam com o processo, propiciando desta forma um ambiente prazeroso no qual a aprendizagem acontece de forma significativa. É possível aferir que as abordagens desenvolvidas chamaram a atenção dos alunos e gerou resultados satisfatórios no ensino e aprendizagem das crianças. Foi possível perceber a interação da turma com o que estava sendo proposto, havendo a participação efetiva das crianças, troca de ideias e respostas coerentes aos questionamentos, onde todos conseguiam se expressar oralmente muito bem, facilitando o processo de interação e a socialização do grupo. Foram desenvolvidas diversas atividades como: arte com as mãos para confecção da bandeira do Brasil em data comemorativa, musicalização onde dentro de uma caixa surpresa tinham diversos personagens e objetos que se relacionam com algumas músicas, melancia matemática em que os alunos teriam de colar as sementes das melancias de forma que chegasse a ter seis sementes na metade da melancia, educação no trânsito onde fariam uma simulação de tráfego nas ruas com motoristas e pedestres. **CONCLUSÕES:** A partir da observação em sala de aula, foi possível notar a interação efetiva e significativa da criança com os conteúdos abordados frente às atividades lúdicas. Tal fato mostrou-se de acordo com dados apresentados por outros autores que descrevem a relação de aprendizagem e ludicidade. As abordagens lúdicas contempladas em sala de aula são ferramentas essenciais para o desenvolvimento da capacidade cognitiva da criança, além de ampliar a visão de mundo e outras habilidades motoras. A docência foi desenvolvida de maneira a contemplar o fazer pedagógico dentro da sala de aula. O processo de descoberta dos alunos seja em uma nova regra ou apenas um pouco de mudança na rotina, os alunos descobrem as coisas com rapidez e de forma divertida sendo satisfatório para ambos, aluno e mediador.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, MEC/CONSED/ UNDIME, 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 1996.

BROUGÉRE, Gilles. **A criança e a cultura lúdica**. In: KISHIMOTO, TizukoMorchida (Org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schimit. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 1, n. 4, p. 107-112, 2004.

OLIVEIRA, Vera Barros de (Org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.



## EDUCAÇÃO DECOLONIAL: DIALOGICIDADE COMO CAMINHO

### AUTORES:

Maria Luiza Araujo França do Nascimento

Diego Henrique Bezerra Ribeiro

Waleska Patricia de Lima Santos

**INTRODUÇÃO:** Desde a infância, a pessoa parda<sup>1</sup> aprende como se portar, agir e até mesmo a não aceitar-se. Partindo desse ponto, começamos a analisar não só a trajetória do aluno não branco, como também a história que nos é contada e nem sempre nos traz à luz o quê e quem somos e de nossa importância para as futuras gerações. Segundo o Censo demográfico, o Brasil é um país cuja população se caracteriza pela miscigenação sendo formada por uma maioria de negros, tintos ou retintos (BRASIL, 2010). Apesar disso, mesmo em tempos de tanta informação e conhecimento ao alcance de um *smartphone*, a questão racial é um tabu.

No tocante à educação, como destaca o Ministério de Educação e Cultura-MEC, o grande desafio da Escola é fomentar a superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade étnico-cultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade (BRASIL, 2000). Partindo dessas considerações questionamos: porque as escolas não adotam políticas de diversidade que atendam aos grupos étnicos? Por tudo em vista a essa questão é que chegamos ao conceito de decolonialidade, definido como pensamento crítico dos subalternizados pela modernidade capitalista para se contraporem às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento histórico e social. (OLIVEIRA, 2019). Quijano (2005), usando o termo colonialidade do poder se referindo a manutenção de elementos de colonialidade no padrão de poder hegemônico mesmo quando as gestões coloniais acabam. Walsh (2010) diz que o homem branco estabelece o sistema racial-classificatório e hierárquico como modelo de identidade e o conhecimento moderno europeu como universal, desprezando as outras matrizes de conhecimento. Nesse contexto se insere o objetivo deste estudo que foi analisar na literatura as discussões já existentes sobre o tema para, então, pensarmos estratégias possíveis para a mudança dessa conjuntura. Justifica-se o estudo pela necessidade de ampliação de conhecimento, haja vista a dificuldade de encontrar literatura específica que trate da cultura e história ancestral e, em específico, na educação brasileira, mesmo existindo documentos técnicos e legais que determinem uma compreensão oposta (BRASIL, 1996; 2000; 2004; 2017).

**METODOLOGIA:** Foi utilizada a pesquisa bibliográfica usando os descritores: Educação Decolonial; Decolonial; Educação Dialógica; Dialogicidade; Educação Intercultural, como foco de coleta. Como auxílio das ferramentas digitais, como: Scielo e Google acadêmico. Artigos, livros, e uma escola com abordagem decolonial e dialógica serviram de base para o início da pesquisa bibliográfica. Os critérios de seleção foram: 1) materiais publicados durante os últimos três anos, 2) publicados em língua portuguesa, 3) do enfoque no aspecto educacional e 4) do descarte de revisões bibliográficas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Houve certa dificuldade

---

<sup>1</sup> Embora exista um certo desconforto no uso do termo, advindo das discussões sobre colorismo, optamos por usá-lo levando em conta a definição do IBGE que chama de pardo qualquer mestiçagem de etnia.

em achar literaturas que dialoguem sobre Educação Decolonial nas ferramentas digitais *Scielo* e Google Acadêmico, sendo 0.05% e 0.24%, respectivamente, visto nos resultados encontrados dos autores que dissertam sobre essa temática em relação aos resultados para Educação no geral. De acordo com os textos selecionados, foi possível constatar que o termo ‘decolonial’ surgiu de um movimento que é fruto dos já existentes estudos sobre questões étnico-raciais provenientes do meio acadêmico: historiadores, sociólogos, filósofos de todas as partes da América latina, todos voltados às questões de políticas públicas. Assim, segue os eleitos. Mastrella-de-Andrade (2020) relata a construção da sua experiência de estágio na perspectiva decolonial, destacando sua atuação como professora formadora, descentralizando-se do papel de detentora do saber, e o papel dos sujeitos da escola, ressignificando sua visão de quem e como são as/os alunas/alunos. Para Gomes (2018), a colonialidade usa a raça e o sexo/gênero em seu processo de desumanização, portanto análises sobre decolonialidade que só levam em conta uma dessas categorias estariam incompletas; paralelamente, não defende que para realizar uma análise completa utilizando essas duas categorias deve-se fusioná-las em uma só. Ponso (2018) acredita no ensino superior como uma poderosa ferramenta de transformação da atual conjuntura e propõe que tornando-o emancipatório, intercultural, crítico e decolonial, agregando valor às vivências de alunos indígenas e quilombolas, essa educação permitirá novas formas de inserção desses povos na sociedade brasileira. Enfim, para um assunto tão importante e já abordado por pesquisadores de outras áreas, ficou clara a escassez de pesquisa e comunicação científicas na área da Pedagogia. No entanto é preciso mencionar que existem teorias que contribuí para a construção de uma educação decolonial, uma concepção de que o(a) professor(a) e o(a) aluno(a) aprendem juntos por meio do diálogo e esse processo exige criticidade, empatia, diálogo, concebendo que “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (FREIRE, 2016, p. 107). Outros estudos poderiam partir dessa concepção. **CONCLUSÕES:** Percebemos a importância de um calendário decolonial, que consiste na mudança de perspectiva do calendário unicamente eurocêntrico e cristão para o reencontro com a nossa ancestralidade. Nesse sentido, a escola deve ser um lugar de diálogo, um lugar de aprendizagem da convivência, de vivência da própria cultura e do respeito às diferentes formas de expressão cultural. A escolha para o tema foi dada ao perceber que ainda é difícil abordar temas como racismo, cotas raciais e história étnico-brasileira, dentre outras questões, sem que isso permaneça um tabu. Decidimos, então, debater em torno de tais questões, inserindo no ambiente escolar a ideia de que o racismo existe e é estrutural aqui no Brasil. Nessa perspectiva, o papel do educador é dialogar com a visão de mundo do educando. Assim, a Pedagogia se torna decolonial quando parte das vivências dos educandos para eleger temas geradores e a partir deles promover uma problematização/reflexão e subsequente conscientização crítica que levará ao um novo agir diante as imposições da realidade tal como determina a principal lei de educação no Brasil (BRASIL, 1996) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação (Comp.). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** 2004. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYISGMAMkW1/document/id/488171](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYISGMAMkW1/document/id/488171). Acesso em: 08 dez. 2019.



\_\_\_\_\_. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: Acesso em: mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais**. Rio de Janeiro, DD&A 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Saúde, de 20 de dez. de 1996

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CANDAU, Vera Maria; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. v. 26, n.01, Belo Horizonte, abril de 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GALIAZZI, Maria do Carmo *et al.* (orgs.). **Indagações dialógicas com Gordon Wells**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, Apr. 2018. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-60892018000100065&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892018000100065&lng=en&nrm=iso). Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>. Access on: 25 Oct. 2020

MASTRELLA-DE-ANDRADE, Mariana R.. Abandonamos a sala da universidade: uma opção decolonial no estágio de inglês e na formação docente crítica. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 189-216, Mar. 2020. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-63982020000100189&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982020000100189&lng=en&nrm=iso). Access on: 26 Oct. 2020. Epub Nov 25, 2019. <https://doi.org/10.1590/1984-6398201914886>.

OLIVEIRA, I. B.; GERALDI, J. W. Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão. *In*: OLIVEIRA, I. B. (orga.). **Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão**. Petrópolis, RJ/ Rio de Janeiro: DP et Alii/FAPERJ, 2010. p. 13-28.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **O que é uma educação decolonial**. Nuevamérica. Buenos Aires, v. 149, p. 35-39, 2016.

PONSO, Leticia Cao. Letramento acadêmico Indígena e quilombola: Uma política Linguística afirmativa Voltada À Interculturalidade Crítica. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 57, n. 3, p. 1512-1533, set. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132018000301512&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132018000301512&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/010318138653744444791>.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura, y conocimiento em América Latina. **Ecuador Debate**, Quito, v. 44, p. 227-238, 1998.

WALSH, C. Estudios (inter)culturales en clave decolonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 12, p. 209-227, 2010.



## **ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS: BARREIRA COMUNICATIVA ENTRE ALUNOS SURDOS, PROFESSORES E COLEGAS NAS ESCOLAS REGULARES**

### **AUTORES:**

Kathleen Custódio Vitória

Joiran Medeiros da Silva

**INTRODUÇÃO:** Infelizmente muitos surdos chegam à escola regular, chamada “escola inclusiva”, e não sabem ao menos o básico de sua língua materna (LIBRAS), o que dificulta sobremaneira o processo de escolarização, ensino e aprendizagem já que não possuem uma estrutura linguística para dar suporte no seu aprendizado. Outro fator preocupante é o próprio professor não dispor do conhecimento das LIBRAS, a barreira da comunicação constitui-se em uma das maiores dificuldades da inclusão e escolarização de surdos. O presente trabalho trata-se de um relato de experiência que visa abordar a temática da escolarização de alunos surdos no sistema educacional brasileiro, especificamente sobre a importância que há do aluno e do professor conhecerem a Língua Brasileira de Sinais para que haja progressos no seu desenvolvimento pessoal, intelectual e cognitivo. Isto posto, este relato de experiência busca trazer uma reflexão sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como L1 por parte do professor e do aluno Surdo para assegurar-lhe uma aprendizagem real e significativa no seu processo educacional. O objetivo desta experiência foi observar o desenvolvimento de uma criança surda, suas limitações e seus avanços escolares, bem como verificar se a LIBRAS é utilizada no seu processo de escolarização. **METODOLOGIA:** Este trabalho consiste em um relato de experiência sobre observações realizadas no período de estágio obrigatório da graduação de Pedagogia em um CMEI, na cidade de Parnamirim/RN, no nível V de Educação Infantil, no período de setembro/2019 a novembro/2019, foram realizados cinco encontros por semana. Durante esse tempo, observamos uma aluna surda com cinco anos de idade no período de pré-alfabetização, atentamo-nos em sua interação com os colegas de sala e na interação dela com a sua professora. A professora observada é licenciada em Pedagogia possuindo pós-graduação em Educação Infantil. No período de intervenção, executado na última semana do estágio, realizou-se uma contação de histórias através de imagens e brincadeiras envolvendo o corpo e os movimentos que buscaram ao máximo envolver a aluna e promover sua interação com seus colegas. Também foi realizada uma entrevista aberta com a professora da turma em que a aluna está inserida, a fim de compreender melhor algumas situações e as limitações encontradas no processo de ensino e aprendizagem da criança. Também realizamos uma pesquisa bibliográfica para aprofundar nosso conhecimento acerca da temática em questão e revelar como os estudos já realizados em torno desta temática abordam a questão da escolarização e inclusão de alunos surdos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** É sabido que os surdos em todo o mundo sempre enfrentaram inúmeras dificuldades e travaram lutas em favor da igualdade e inclusão na sociedade. Em civilizações antigas como era o caso dos espartanos, Berthier, (1984) ancorado nos estudos de Nascimento (2008) revela que a criança é condenada a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado.

A infeliz criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar", eram condenados à morte por não "ter o que oferecer à sociedade (BERTHIER, 1984, p. 12)

Tempos depois com o advento e a influência do cristianismo, a sociedade passou a cuidar dos considerados deficientes, mas, ainda assim, o acesso à educação era restrito, pois eles eram considerados incapazes de aprender. Contudo, a comunidade surda foi se desenvolvendo e criando uma forma de comunicação entre si através de gestos, o que depois veio a ficar conhecido como Língua de Sinais (LS). No Brasil, a história da educação de Surdos deu-se início com a fundação do instituto nacional de surdos mudos, - hoje o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) - no Rio de Janeiro no ano de 1857. Desde então, políticas e métodos educacionais vêm sendo discutidos. Porém, a luta por inclusão continua e ainda há debates no que diz respeito ao melhor método para ensinar o público surdo. A questão comunicativa é uma das principais barreiras para a inclusão e escolarização dos alunos surdos. Diante dessa realidade, no período de estágio observou-se que a aluna não interagiu com os colegas nem com a professora e encontrava-se numa situação delicada pois ninguém do convívio de sala de aula nem ela mesma possuía conhecimento da LIBRAS, mesmo que em seu nível básico. Na entrevista aberta realizada com a professora ela pontuou que os pais da criança não permitem que ela tenha contato com a comunidade Surda para aprender LIBRAS por entenderem que isso a deixará preguiçosa para "falar" o português. Diante disto vemos a consequência da influência das correntes oralistas que tiveram origem no congresso de Milão, onde o método oral - em que os Surdos eram obrigados a aprender leitura labial - era visto como o único válido para o desenvolvimento dos alunos com deficiência auditiva. Isto posto, está claro que ainda há muita desinformação a respeito da surdez e sua forma comunicativa, pois a própria cidade onde observou-se a situação, dispõe de instituições de apoio à pessoas Surdas (CAS - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez), o que sem dúvidas poderia auxiliar na aprendizagem da língua materna da aluna (LIBRAS) e em sua própria identidade enquanto pessoa Surda contribuindo assim no seu processo de escolarização. Foi observado, também, que a professora da aluna não conhecia a LIBRAS e nem seus sinais básicos; com o passar do tempo, a criança não apresentou avanços, pois não conseguia expressar-se e a professora era impedida pela barreira linguística de explicar-lhe algum conteúdo. Durante o período de intervenção, os colegas de sala foram levados a convidá-la a participar das brincadeiras, houve um pequeno momento de conscientização sobre a importância do respeito para com pessoas "diferentes" do que estavam acostumados e o único momento observado de interação, mesmo que com dificuldades entre ela e os colegas. **CONCLUSÕES:** Diante do que foi observado, constatou-se que a criança não evoluiu significativamente no seu processo de aprendizagem e inclusão. No final do ano ainda não conhecia nenhuma letra do alfabeto nem conseguia se expressar de forma básica sobre o que estava sentindo ou pensando o que é um agravante considerável para seu processo inclusivo. É de extrema importância que haja algum tipo de intervenção, caso contrário, a criança terá grandes prejuízos sociais, emocionais, cognitivos e psicológicos. Deve-se levar em consideração que apesar da deficiência auditiva, a criança não possui nenhuma outra deficiência, portanto, o motivo para não haver avanços educacionais se dá pela barreira da comunicação.

## REFERÊNCIAS

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto: Curso Básico: livro do estudante**. 8 ed. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2007.

NASCIMENTO, L. C. R. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 255-265, 13 nov. 2008.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. 2009. 49 f. (Curso de Letras/libras) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.



## MÚSICA: UMA ALTERNATIVA PARA O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

### AUTORAS:

Danielle da Silva Dantas

Lúcia de Fatima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** O presente estudo surgiu da preocupação com o processo de aprendizagem dos estudantes da EJA (educação de jovens e adultos) que demonstravam desinteresse e falta de motivação para o aprendizado, apresentando-se como estudantes passivos, que apenas ouvem e/ou memorizam o que o professor transmite. E, na tentativa de mudar esse cenário, buscamos novas metodologias para manter os estudantes adultos interessados no aprendizado, tornando-se conscientes, participativos, reflexivos que questionam e valorizam a busca da sua cidadania e da construção ativa e autônoma do seu conhecimento. **METODOLOGIA:** Trata-se de experiência, prática e impressões obtidas na atividade de intervenção realizada no Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, para cumprir os requisitos do Curso de Pedagogia - 4º período noturno - da UNIFACEX, no período de setembro a novembro de 2019. A escola é localizada em uma praia do litoral de Parnamirim, possuindo 800 alunos devidamente matriculados, divididos em três turnos (matutino, vespertino e noturno), com uma estrutura física em bom estado de conservação, que atende às leis de acessibilidades básicas. A frequência nas turmas diurnas é de quase 100%, o que contrasta com a realidade noturna, onde são matriculados 178 alunos, e apenas 60 % frequentam regularmente. A experiência vivenciada deu-se com a minha participação numa atividade extra sala realizada pelo professor da disciplina de Artes. Trata-se de um evento nomeado de “A arte na prática: a matéria do som”, que ocorreu em novembro, no turno noturno da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Na tentativa de romper com as aulas convencionais ministradas pela maioria dos professores desta modalidade de ensino, buscamos um novo olhar para a adoção de propostas pedagógicas diferenciadas, fazendo com que os alunos associem o conhecimento da teoria com a prática, visto que esses alunos apresentam um histórico de desmotivação com a escola e com os métodos tradicionais. Buscamos estratégias pedagógicas, que favorecessem o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos, para que se possa estabelecer uma relação satisfatória de produção da própria aprendizagem, melhorando a relação com o professor e tornando-o, efetivamente, mediador, como diz Paulo Freire “os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber, lado a lado do educador” (FREIRE, 1996, p.26). No primeiro momento, fizemos uma reunião com a equipe pedagógica da escola para explanar a ideia do evento que logo foi aceito e apoiado pela gestão. No segundo momento, entramos em contato com um artista, que é cantor e multi-instrumentista, para apresentar seu trabalho e fazer uma imersão dos alunos na musicalidade. No dia combinado organizamos no pátio da instituição uma exposição das famílias de instrumentos musicais. O artista convidado trouxe seus instrumentos e iniciou a demonstração teórica mostrando como manusear os instrumentos de cordas, percussão e sopro. O evento ocorreu após o término do estudo teórico do livro didático sobre a matéria do som. A escolha de trabalhar com a música deu-se pelo fato dela atender às múltiplas particularidades do

desenvolvimento humano, e por estar presente no nosso cotidiano, contribuindo para momentos prazerosos. Além disso, pôde ser aplicado em um componente curricular na modalidade de educação para jovens e adultos (EJA). O artista, em sua apresentação, uniu-se a nós, tornando a aula interativa e prática, complementando a teoria, relacionando a teoria e a prática pelo sujeito social que faz arte. Uma contribuição significativa para o momento vivenciado pelos alunos, pois além de falar um pouco sobre a origem dos instrumentos, demonstrou como manuseá-los, assim como realizou uma apresentação musical unindo os instrumentos em exposição, todos de seu acervo pessoal (escaleta, cajon, violão, pandeiro, gaita, gonzá). É importante dizer que a aceitação não ocorreu de maneira espontânea e direta, foram necessárias estratégias oblíquas como: escolha de músicas que fazem parte do imaginário coletivo, para envolvê-los afetivamente, levando em consideração a heterogeneidade causada pelas diferentes idades dos alunos. **RESULTADOS:** Vale salientar que é preciso inserir novas estratégias pedagógicas em sala para tirar os alunos da inércia que parece já está posta, e que é preciso encorajar os professores a acreditar que os alunos são capazes de aprender com prazer e alegria. Verificamos que, inicialmente, havia uma participação de forma tímida, olhares dispersos, mas, aos poucos, foram tornando-se fixos e atentos, burburinhos entre eles, inquietações acalmadas, e os braços cruzados tornaram-se palmas a cada finalização do artista. Sorrisos, vozes ecoando por toda a escola acompanhando as melodias, eram indissociáveis as vozes dos alunos, com a do artista. Em pouco tempo todos estavam envolvidos em um espaço de convívio social permeado pela música que recordava suas histórias de vida, logo se animaram a interagir com os colegas e o artista, enchendo de contentamento todo o corpo escolar. Destaco a participação dos alunos em um momento de curiosidade, em que houve perguntas ao artista, e a participação de um professor na execução musical, tocando um instrumento percussivo, bem como a minha participação cantando junto com o artista. Momentos assim, acredito, são um fio que une afetivamente professor e aluno.

A cada momento sentíamos cada vez mais o envolvimento de todos, chegando ao ponto de transpor do tempo estimado sem perder a presença de nenhum aluno, tornando-se cada vez mais satisfatório e prazeroso aquele momento tão raro entre todos daquele ambiente, enxergava-se, naquela ocasião, dificuldades superadas, chegando a ser entorpecedor ver nossas expectativas superadas e objetivos alcançados. **CONCLUSÃO:** A possibilidade de estagiar na modalidade EJA permitiu-nos observar suas fragilidades quanto à aplicação de metodologia de aprendizagem, percebendo, assim, o quão sensível é a conexão entre professor e aluno, nos causando grandes reflexões em relação à desmotivação do docente com a educação e de resistência com as novas modalidades de produção de conhecimentos. As características do público atendido na EJA nos permitem sugerir grandes mudanças metodológicas, pois, os estudantes da instituição são adolescentes marginalizados pela sociedade, em vulnerabilidade social, estigmatizados, desacreditados e impacientes para aprender de forma tradicional os conteúdos propostos. Compreender o perfil do educando da EJA requer conhecer a sua história, cultura e costumes, entendendo-o como um sujeito com diferentes experiências de vida e que em algum momento afastou-se da escola devido a fatores sociais econômicos políticos e ou culturais. (DCEs, 2005, p 33). Conforme a gestão e a coordenação da escola, a maior dificuldade é a permanência do aluno em sala de aula. A gestão mostrou-se disposta a motivar e sensibilizar os seus educadores, e nos proporcionou a liberdade para motivá-los a acolher atividades que gerassem a estimulação da articulação da teoria com a prática. Dessa forma, acreditamos que o ensino através da música em sala de aula rompe com o modelo tradicional, atrai a atenção dos jovens, inclusive trazendo motivação para entender outros conteúdos. Percebemos que o processo de ensino-aprendizagem associado à musicalização pode ser o ponto chave para trazer alunos que não mais se interessam pela educação escolar. Conforme Sekeff (2007, p. 15), A música em suas inúmeras formas quando utilizada em sala de aula, desenvolve diferentes habilidades como: o raciocínio, a criatividade, promove a autodisciplina

e desperta a consciência rítmica e estética, além de desenvolver a linguagem oral, a afetividade, a percepção corporal e também promover a socialização. Isso significa que mesmo em meio a tantas complexidades enfrentadas no dia a dia da escola pública, buscar entender como enfrentar as barreiras e vencer os desafios é necessário para o desenvolvimento de uma educação significativa, afetiva e efetiva.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação de jovens e adultos no estado do Paraná.** Versão Preliminar. Curitiba: SEED – PR, jan. de 2005.

SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da música, seus usos e recursos.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.





## SÍNDROME DE BURNOUT E PROFESSOR: UM ALERTA PARA A EDUCAÇÃO

### AUTORAS:

Juliana Dias Maia

Joseane Maria Araújo de Medeiros

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho tem a intenção de abordar a relação da profissão do professor com a síndrome de Burnout. Estudos conceituam como um nível de esgotamento físico e psicológico que acometem as pessoas que estão expostas constantemente em situações de excesso de trabalho e precarização das condições físicas e emocionais no ambiente de trabalho. O conceito dessa patologia foi mencionado pela primeira vez pelo autor Herbert Freudenberger em 1974, anos depois, a psicóloga Christina Maslach e Susan Jackson deram continuidade ao estudo da síndrome e então foi criado o *Maslach Burnout Inventory (MBI)*, uma das ferramentas mais utilizadas para diagnóstico da síndrome de Burnout. Como aponta Moraes Cruz (2010), a profissão docente que antes era vista com muito respeito e admiração, hoje é vista como a profissão que busca constantemente pela sua valorização e reconhecimento social. Essa e outras questões são o que estão deixando os professores desmotivados e adoecidos, sua profissão está entre as que mais se afastam do trabalho por conta de doenças mentais, perdendo para enfermagem e outras de enfrentamentos intensos de estresse no trabalho. Dentre as doenças, a síndrome de Burnout é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como uma das mais presentes e como consequência na atividade dos professores. (Carlotto, 2011). Para entendermos essa questão, realizamos um estudo exploratório para saber as causas que promovem mais consequências nesse ofício. Deste modo, o objetivo do estudo foi identificar as causas que podem desencadear no professor a síndrome. A questão motivadora desta investigação foi o conhecimento de algumas professoras que foram afastadas do ofício em razão da enfermidade. Na oportunidade também averiguamos as condições de trabalho de professoras que estavam no exercício da profissão. Acreditamos na relevância deste estudo, pois proporciona uma reflexão sobre a relação trabalho-saúde, qualidade de vida, valorização e motivação no trabalho. **METODOLOGIA:** Segundo a Organização Mundial da Saúde, a qualidade de vida envolve a relação do sujeito com suas expectativas, objetivos e preocupações, sendo elas em diversos contextos culturais, sistema de valores etc. Sendo assim, não há como estabelecer um padrão de qualidade de vida, pois é algo subjetivo. Com base nesta concepção, realizamos uma pesquisa de cunho exploratório e qualitativa no período do estágio, atendendo às especificidades do contexto escolar. Como instrumento de investigação utilizamos a observação, a entrevista e o questionário. A escolha da pesquisa qualitativa e exploratória atendeu ao objetivo do estudo, que conforme Gil (2008) descreve esse tipo de instrumento como algo que permite uma maior aproximação com o caso a ser estudado, pois permite uma visão abrangente do fato, já que auxilia na formulação de problemas ou hipóteses. Para fazer o levantamento da relação qualidade de vida e adoecimento, utilizamos um questionário na versão reduzida e preliminar, com apenas com 20 (vinte) itens que se referem a relação do sujeito com seu trabalho, averiguando como ele interfere/contribui no seu bem-estar. Esta versão foi elaborada por Jbeili (2008) que se inspirou no *Maslach*

*Burnout Inventory (MBI)*. No questionário as questões evidenciam diretamente a relação do bem-estar dos sujeitos com sua profissão. A questão norteadora, não teve o instrumento como diagnóstico, mas como identificador do risco do adoecimento nas professoras participantes do estudo. A experiência se deu a partir da observação na Educação Infantil no período de 28 de outubro a 22 de novembro de 2019, em Natal/RN, onde foi possível observar a rotina escolar da professora do nível III. E a aplicação do questionário ocorreu de forma individualizada com algumas professoras do município de Parnamirim/RN e Olho d'água do Borges/RN em maio de 2020. Ao todo, cinco professoras contribuíram no estudo, sendo três já aposentadas e as outras duas ainda atuantes na profissão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com as respostas à entrevista, o que mais desencadeia mal-estar é: indisciplina dos alunos em sala de aula; sobrecarga de demandas ao final de cada bimestre/trimestre para a entrega de resultados; distúrbios vocais; problemas de coluna e trabalho extraescolar. O desgaste físico e mental foi relatado por todas, sendo cada uma apresentada em menor ou maior frequência. Conforme os acontecimentos diários, entretanto, a partir do meio do ano, os desgastes apresentam-se em maior grau, segundo as entrevistadas. Das cinco professoras, apenas duas consideravam que apresentavam sinais/sintomas mais próximos dos critérios de risco da síndrome de acordo com os fatores citados no questionário, entretanto, as outras três não ficaram muito longe. A questão nos leva a outros desdobramentos, pois há fatores externos e características de cada professora investigada que dão a condição da resiliência, apesar da hostilidade das pressões diárias da profissão. Uma observação que nos chamou atenção, na análise, foi a relação das professoras que atuam na capital com as profissionais que atuaram no interior do estado, pois estas tinham respostas mais positivas que podem estar relacionadas com a qualidade de vida. Nos referimos ao conceito de qualidade de vida, o ambiente mais calmo, sem enfrentamento de trânsito, sem turmas superlotadas, entre outras questões. **CONCLUSÕES:** O estudo permitiu uma maior reflexão para que seja repensada a atuação do professor(a) e a devida necessidade de sua valorização. É preciso garantir o acesso aos direitos básicos do profissional da educação, como por exemplo, o cumprimento e adequação do piso salarial, para que eles possam desenvolver sua prática sem precisar atuar em jornadas triplas ou complementares de sua renda, pois a dignidade do profissional passa pelas condições que assegurem financeiramente o bem-estar, ou seja, sua qualidade de vida. Também é fato que as condições materiais de trabalho estão além dos recursos financeiros, mas a necessidade de ter uma sala de aula com a quantidade de estudantes que permita acompanhar com qualidade o desempenho individualmente, e não apenas coletivamente. Isso representa a constituição de turmas adequadas em número para a aproximação de resultados mais favoráveis ao planejado e não somente a relação tamanho da sala e quantidade de carteiras. As salas superlotadas não permitem o professor(a) praticar a relação dialógica, a avaliação processual na íntegra e não contribui para superar os resultados de massa. A realização do profissional da educação também é sinalizada pelo direito de acompanhar mais de perto o crescimento e as conquistas individuais de sua turma. O sentimento de função cumprida e de papel social realizado tem como o principal motivo o resultado excelente de seus estudantes. No contexto atual este tem sido também uma das questões críticas, pois os estudantes, no geral, não reconhecem a importância do estudo, não tem uma família colaboradora, ficando sobrecarregado o professor na função de ensinar e exclusivamente motivar. É importante destacar que o estudante para aprender precisa do desejo e não apenas da motivação externa. O estudo permitiu às professoras uma maior familiaridade com o tema, fazendo com que reconheçam e reflitam sobre o assunto em discussão, entendendo que a defesa pela educação de qualidade não se limita a resultados de números, mas perpassa pelo bem-estar de seus profissionais. Portanto, a luta pelas melhorias no trabalho é legítima e necessária.

## REFERÊNCIAS

CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout em Professores: Prevalência e Fatores Associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 27, n. 4, p. 403-410, out-dez 2011.

DWORAK, Ana Paula; CAMARGO, Bruna Caroline. **Mal-estar docente: um olhar dos professores**. 2016. Conclusão de curso (Pedagogia) - UFPR, Ponta Grossa, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008. 199 p.

JBEILI, Chafic. **Síndrome de Burnout: identificação, tratamento e prevenção**. Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.saudedoprofessor.com.br/Burnout/Arquivos/cartilha.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

MORAES Cruz, Roberto et al. Saúde docente, condições e carga de trabalho. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, [s. l.], p. 147-160, 4 jun. 2010.



## A MUSICALIZAÇÃO COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO BILÍNGUE

### AUTORAS:

Ana Carolina de Oliveira Villar  
Luciana Medeiros Lucena

**INTRODUÇÃO:** Estudos recentes têm trazido discussões a respeito do ensino bilíngue na Educação Infantil. No entanto, pretendemos destacar, nesta pesquisa, o recurso da musicalização no processo de ensino de uma segunda língua nesse contexto em específico. A música é um recurso que merece destaque, pois pode ser utilizada no cotidiano da escola em momentos de rotina, transição e aprendizado dos conteúdos trabalhados pelo professor polivalente, promovendo igualmente momentos de diversão, descontração, relaxamento e fazer pedagógico. Nesse sentido, este estudo parte das seguintes questões: como a música pode ser utilizada em aulas bilíngues? E qual a contribuição da música para o aprendizado de uma segunda língua? A motivação da escolha deste tema se deu pela nossa vivência na prática pedagógica do ensino bilíngue e que nos permitiu reconhecer a eficácia da utilização da musicalização para o engajamento das crianças nas aulas e, desta forma, na sedimentação dos conteúdos ensinados bem como no desenvolvimento integral do aluno. Sabemos que há outros recursos didáticos que também promovem o desenvolvimento do aprendizado, contudo, como recorte a esta pesquisa, teremos como foco o recurso da musicalização. Sendo assim, nossa pesquisa tem como objetivos mostrar como a música pode ser utilizada nas aulas bilíngues e relatar quais contribuições da música para o aprendizado de uma segunda língua.

**METODOLOGIA:** A opção desse tema provém da realização do estágio obrigatório, disciplina ofertada no curso de Pedagogia do Centro Universitário Facex - UNIFACEX, no semestre de 2020. A pesquisa foi desenvolvida no Centro Educacional União, escola privada localizada no Bairro Pitimbu, em Natal/RN. Ela oferta serviços educacionais do berçário ao nível V. Durante o estágio, observou-se a metodologia utilizada pelos professores no cotidiano com os alunos em sala de aula. Para tanto, elegeu-se as seguintes ações a serem observadas durante a prática de ensino: o uso de recursos didáticos utilizados pela professora e a atenção compartilhada dos alunos. Foi observado a rotina diária e os objetivos e resultados obtidos pelo professor. Também foram observados os planejamentos, com objetivos e metodologia propostas àquela turma. Por termos como foco a observação de práticas pedagógicas em contexto de ensino bilíngue é que nossa pesquisa se caracteriza como um relato de experiência. Segundo Lakatos Marconi (1991, p.194) a observação participante é uma "tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles". Foi através dessa técnica de pesquisa que me permitiu refletir sobre a temática de pesquisa a partir da experiência no contexto estudado. Foram observadas aulas diariamente, durante todo tempo de estágio, em 30 dias. É sabido que toda pesquisa deve comportar a revisão da literatura acerca da temática escolhida para ser pesquisada. Dessa forma, destacamos referenciais teóricos que são pertinentes e dialogam com este estudo. A priori, explicitamos que, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), a música é um meio

de conhecimento no qual as crianças e os bebês têm livre acesso para se expressarem. A linguagem musical favorece o desenvolvimento da expressão, equilíbrio, autoestima, autoconhecimento, e ainda contribui como um poderoso meio de interação e integração social. Ao entender diferentes aspectos do desenvolvimento infantil, físico, mental, social, emocional e espiritual, a música pode ser considerada um agente facilitador da aprendizagem. Para Gardner (1995) uma inteligência implica na capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou em comunidade cultural. Dentre as inteligências observadas por Gardner, está a inteligência musical, que se caracteriza pela habilidade de reconhecer sons e ritmos, gosto em cantar ou tocar instrumento musical. Essa inteligência pode estar relacionada também ao interesse por variados tipos de arte, tais como: dança, teatro, vocabulários, pintura, escultura e outros. Essa prática pedagógica tem seu início nos primeiros anos escolares, na educação infantil, e prossegue durante a formação acadêmica do ser humano. Podemos, assim, entender a música como um instrumento facilitador e motivador no processo de formação do homem. Porém, a música terá um poder educativo quando empregada com prudência e sabedoria, por meio do conhecimento dos seus efeitos sobre a alma humana. Segundo Bréscia, a música facilita a integração entre a inclusão social e o equilíbrio. “O aprendizado de música, além de favorecer o desenvolvimento afetivo da criança, amplia a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo.” (BRÉSCIA, 2003, p. 81). Nesse sentido é que a música facilita o processo de ensino e aprendizagem da criança na educação Infantil, notadamente entre 05 e 06 anos de idade, ao estimular a apreciação do valor de uma peça musical, despertando na criança o gosto pela música, na aquisição de novos conhecimentos, na concentração, na autonomia e na criticidade, sendo, pois, um importante instrumento didático. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados deste estudo apontam que poucos professores trabalham a questão da exploração dos sons por meio do corpo, dos objetos e, por isso, não referenciam as propriedades da música e não enxergam esses aspectos como um trabalho essencial dentro da linguagem de forma geral. Ao observar a prática dos professores bilíngues ao utilizar as músicas como rotina em sala de aula, na marcação de horários e momentos, na introdução e finalização das aulas, pude notar a facilidade das crianças em memorizar aquelas músicas e comandos. Foi observado, também, que as crianças utilizavam as músicas, ritmos e até coreografias em momentos de lazer entre amigos e familiares, incluindo assim a língua inglesa no seu cotidiano de forma natural. A música na infância ativa conceitos importantes para a formação do conhecimento. É importante trabalhar na Educação Infantil a musicalização para desenvolver as várias capacidades da criança como: motricidade, sensorialidade do ritmo e do som e afetividade por meio da melodia, prosódia começando pelas canções de roda, assim ativam-se não só o sistema acústico receptor, mas também os expressivos da fala (OLIVEIRA, 2000). O canto irá beneficiar a fala, que auxiliará na pronúncia correta das palavras, a comunicação será bem melhor desenvolvendo a autoestima e a socialização da criança. Sendo assim, a música voltada para o ensino da segunda língua nos anos iniciais é de extrema relevância, pois estimula diversas habilidades na criança e, conseqüentemente, há uma ampliação do vocabulário, dando a oportunidade à criança de expandir seus conhecimentos desde os anos iniciais da sua alfabetização. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O desvelamento da visão dos professores sobre a utilização da música como recurso pedagógico na Educação Infantil nas aulas do bilíngue traz uma importante contribuição para o desenvolvimento integral das crianças, auxiliando, desta forma, na sua formação como cidadãos. Conforme exibido pelos autores destacados ao longo desta pesquisa, a musicalização em sala de aula é um recurso poderoso e acessível a todos. A música enriquece a formação cultural das crianças e auxilia no desenvolvimento cognitivo, psicomotor, socioafetivo, sendo ainda um instrumento indispensável para auxiliar na socialização das crianças que apresentam timidez quando se trata da aprendizagem de uma segunda língua, que lhe é totalmente desconhecida. Evidenciamos a necessidade de os

professores entenderem a importância da música e conseguirem adequá-la ao contexto curricular. Sendo assim, a contribuição deste estudo está na promoção de um repensar pelos professores da educação infantil que trabalham com o ensino bilíngue, no sentido de reconhecer a contribuição da musicalização para incentivar as crianças tanto em sua forma de aprender quanto a desenvolverem o gosto musical. Além disso, reforçamos, ainda, que o ensino bilíngue através da musicalização pode favorecer a autoestima, a socialização e, principalmente, o interesse e o desenvolvimento no aprendizado de uma segunda língua.

## REFERÊNCIAS

ABRA, Juliana. **Musicalização Bilíngue**: ensinando em outro idioma através da música. Disponível em: <https://leiturinha.com.br/blog/musicalizacao-bilingue/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical**: bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p 194.

OLIVEIRA, Vera Barros de (org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PIMENTEL, Letícia. **Utilizando a música para ensinar inglês**. Disponível em: <https://sproutly.com.br/2016/02/04/utilizando-a-musica-para-ensinar-ingles/>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

SILVA, C. N.; OLIVEIRA M. C. **A música como recurso didático no desenvolvimento infantil da criança na pré-escola**. Disponível em: [http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais\\_simposio/arquivos\\_up/documentos/artigos/2bdfbd928fb5bf372a70671466faeedf.pdf](http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/2bdfbd928fb5bf372a70671466faeedf.pdf) . Acesso em: 25 ago. 2020.



## **A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DA LITERATURA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

### **AUTORAS:**

Isabelle Stefani Salvador Vasconcelos de Melo

Ana Edilza Aquino de Sousa

**INTRODUÇÃO:** É sabido que a literatura tem tomado um espaço abrangente na educação atual, pois através dela os alunos podem aprender de forma lúdica e prazerosa, trabalhando sua imaginação e aperfeiçoando sua cognição, podendo, assim, desenvolver-se de forma integrada com outros pares. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, “é direito de toda criança uma educação básica de qualidade e dever da família e do Estado promover esta educação”. Porém, temos ciência de que uma grande parte da comunidade infantil não frequenta as escolas e, por este motivo, tem uma educação defasada, assim como a outra parte dos que frequentam também possuem dificuldades na aprendizagem. Contudo, temos a hipótese de que a literatura é uma grande propulsora do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos no ensino infantil, pois possibilita o engajamento e participação deles em atividades de leitura que envolvem a imaginação, a criação de novos espaços e identificação com os personagens. Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar as possibilidades e os desafios do ensino da literatura através da ludicidade no contexto da educação infantil. Para tanto, o presente estudo foi realizado em uma instituição pública da rede Municipal de ensino Natal/RN, com crianças de quatro a cinco anos de idade. Desta forma, compreendemos que a literatura pode contribuir para o desenvolvimento afetivo, motor e cognitivo das crianças na Educação Infantil (E.I). A escolha desse tema se deu durante o estágio de observação na referida escola em que constatamos a falta do uso frequente de livros de histórias infantis. Esta constatação se dá em virtude da ausência de uma biblioteca bem como de uma sala de leitura adequada para que os alunos venham a se interessar e a criar um hábito de leitura. Assim, observamos que fazendo o uso da literatura, estaremos colaborando para que o ensino das crianças esteja comprometido com as suas necessidades e às suas demandas sociais atuais e também possibilitar uma aprendizagem significativa. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa se desenvolveu no Estágio obrigatório na educação infantil. A proposta deste estágio consiste tanto na observação das aulas dos professores regentes como na atuação do estagiário em sala de aula. Sendo assim, primeiramente, foram observadas três semanas de aulas no nível IV e, em um segundo momento, foi realizada uma intervenção. A intervenção neste nível se deu em uma semana. Este trabalho foi desenvolvido em uma instituição pública da rede municipal de ensino de Natal/RN, com crianças de quatro a cinco anos de idade, ocorrido no período de 09 de setembro de 2019 a 12 de outubro de 2019. Foram realizados cinco encontros por semana. Posto isto, é que esta pesquisa pode ser caracterizada como de natureza prática e qualitativa, pois está voltada para intervir em um aspecto determinado da realidade, produzindo alternativas. É também denominada como uma pesquisa participante, pois visa encontrar problemas reais na comunidade para serem debatidos e estudados. A semana dedicada à intervenção, isto é, à regência, deu-se a partir de um projeto que vinha sendo desenvolvido pela professora da turma.

O projeto foi denominado “Brincadeiras cantadas”, que consistia na interação através das músicas infantis e brincadeiras que proporcionavam às crianças a retomada do que estava sendo estudado em sala. A primeira proposta da professora regente consistiu em uma brincadeira chamada “reloginho” relacionado à cantiga de roda “Linda rosa juvenil”. Baseado nisso, montamos a nossa proposta de intervenção. Ela foi inserida no projeto da professora regente. Nossa oficina teve como proposta utilizar literaturas diversas por meios diferentes, com a finalidade de desenvolver habilidades de interação, imaginação, desenvolvimento da percepção, pensamento e autonomia. Selecionamos um livro diferente a cada semana, com o objetivo de inserir a literatura na rotina das crianças. Fizemos uso de estratégias diversas para contar a história, tais como figuras metafóricas, livros impressos e mídias eletrônicas, despertando nas crianças o interesse pelo livro em seu cotidiano. Com isso, no período de regência, organizamos uma oficina de leitura. A cada semana trabalhamos uma narrativa diferente, como: A dona baratinha – Ana Maria Machado; Chapeuzinho Amarelo - Chico Buarque, O Menino Poti- Ana Maria Machado, Os Três Porquinhos - Clássico, fazendo uso de músicas e brincadeiras para agregar metodologicamente à prática da leitura. Realizamos a leitura da história “O Menino Poti” - Ana Maria Machado, onde trouxemos uma brincadeira cantada “a canoa virou”, fazendo ligação ao projeto da professora, esta literatura foi mostrado às crianças por meio de um notebook e ao final da semana apresentamos a história e a brincadeira cantada a todo o âmbito escolar, fazendo com que todas as turmas participassem, contribuindo com um momento significativo e prazeroso. Para fundamentar este trabalho, ancoramo-nos nas ideias de Almeida (1995), Vigotski (2009), Goes (2010) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** É sabido que a literatura tem sua importância para o desenvolvimento da criança no período da E.I, pois permite criar o hábito da leitura bem como propiciar a compreensão silábica do texto escrito. Compreendemos que a criança, desde cedo, já possui o contato com história e estórias, por isso, quando bem estimuladas tornam-se leitores ávidos da literatura. A relevância deste entendimento é corroborada por Vygotsky (2009, p.20) quando destaca que:

A primeira forma de relação entre imaginação e realidade consiste no fato de que toda obra da imaginação se constrói sempre de elementos tomados da realidade e presentes na experiência anterior da pessoa. Seria um milagre se a imaginação inventasse do nada ou tivesse outras fontes para suas criações que não a sua experiência anterior.

Quanto mais a criança tem possibilidade de ver e ouvir sobre determinado assunto, maior será o crescimento de sua imaginação que se tornará mais apurada e rica. Quando este processo ocorre de forma lúdica, as possibilidades de a criança ter uma aprendizagem significativa é muito maior, já que guardará na memória a brincadeira e/ou a música que foi realizada relacionada à uma história, como é o caso das fábulas e contos. É notório ver nesses casos que as crianças usam sua imaginação e passam a se colocar no lugar dos personagens, a aprender com eles e a mudar seus comportamentos e atitudes, a perceber que o bem sempre vence o mal, que o medo pode ser substituído por coragem (como nos mostra o livro de Chico Buarque-Chapeuzinho Amarelo), que a amizade tem um papel importante em nossa vida e que temos sempre que respeitar as pessoas. Nesse sentido, para Góes (2010, p.47).

O desenvolvimento da leitura entre crianças resultará em um enriquecimento progressivo no campo dos valores morais, da cultura da linguagem e no campo racional. O hábito da leitura ajudará na formação da opinião e de um espírito crítico, principalmente a leitura de livros que formam o espírito crítico, enquanto a repetição de estereótipos empobrece.



Através da observação e do relato dos pais, compreendemos os desdobramentos de nossa intervenção. As crianças passaram a compreender e a verbalizar, durante as aulas e nas atividades de casa, a quantidade de sílabas existentes em uma palavra, utilizando, para isso, recursos que utilizamos em nossa prática pedagógica, como o uso das palmas, voltados à compreensão de quantas sílabas tinham o nome do pai, da mãe e dos objetos que possuía em casa, por exemplo. **CONCLUSÃO:** Trabalhando a literatura com crianças de quatro a cinco anos, despertamos nelas o desejo por conhecer, manusear, e “ler” o livro mesmo que ainda não tenha desenvolvido a leitura como tradicionalmente conhecemos, ou seja, de forma convencional, mas ao despertar esses interesses ela irá se entusiasmar e logo estará lendo fluentemente e com grandes probabilidades de se tornar um adulto leitor. Ao juntar brincadeiras com a literatura a criança irá perceber que podemos aprender de diversas formas, que a aprendizagem não se dá apenas de forma tradicional, mas que o ensino se dá num âmbito não convencional também e que através desse método estaremos contribuindo para um desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicológico para que haja uma aprendizagem significativa. Entendemos que a literatura concatenada com o lúdico torna-se um processo de grande importância na vida da criança e quando trabalhados juntos proporcionam a elas aprendizagens criativas e eficazes o que farão com que a criança se desenvolva de forma a tornar-se um sujeito com autonomia na sua forma de pensar e agir.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica: Técnicas e Jogos pedagógicos.** São Paulo, Loyola, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Brasília, 1996,

GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução a Literatura Para Crianças e Jovens.** São Paulo: Paulinas, 2010.

VYGITSKY, Lev Semyonovich. **Imaginação e Criação na Infância.** São Paulo: Ática, 2009.



## UMA REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### **AUTORAS:**

Jéssica Caroline Carvalho de Souza

Anna Clara Maria Silva de Oliveira

Lúcia de Fátima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** Este estudo discute o desenvolvimento da autonomia capaz de trazer evolução cognitiva da criança na educação infantil. Sabemos que, na antiguidade, o indivíduo passava a ter o seu valor quando aprendia a ler e escrever. Pensamentos como esses ainda são comuns de serem encontrados em profissionais na área da educação que ainda têm em mente que atividades dirigidas e supervisionadas somente com intervenção do professor são ideais para o desenvolvimento do aluno. Dessa forma, o desenvolvimento da autonomia ainda parece estar presente apenas em papéis e discursos ditos pelos profissionais e se perdem nas atitudes mecânicas encontradas no dia a dia das escolas. Os motivos que levam a esse trabalho partem do pressuposto de que muitas crianças chegam à fase adulta dependentes em muitos pontos. Um dos temas discutidos é o de que os alunos não são bons pesquisadores, pois sempre receberam respostas prontas, não possuem facilidade de falar em público ou até mesmo de se relacionar. Segundo Montessori (1978, p.12), “a alta capacidade que a criança possui, afirma que ela é dotada de poderes desconhecidos, que podem levar a um futuro luminoso. Se pretendemos realmente alcançar uma reconstrução, o desenvolvimento das potencialidades humanas deve ser o objetivo da educação”. A autonomia acontece quando o indivíduo é capaz de fazer sozinho para si e para outros. Maria Montessori (1978) acredita que as crianças precisam ser autônomas e as circunstâncias para que a independência aconteça se dão ao descobrir e aprender a partir das próprias experiências, pois os pequenos já nascem com o instinto de explorar. Assim, consequentemente se terá como resultado uma personalidade saudável, possibilitando a capacidade de resolver os conflitos diários. Para nortear nossa reflexão, utilizaremos as ideias de autores como Maria Montessori (1965) e Paulo Freire (1996), que nos ajudarão a compreender sobre a autonomia da criança na educação infantil. Nossa reflexão evidencia a importância do trabalho, a longo prazo, em torno do desenvolvimento das potencialidades e do autoconhecimento da criança (mais especificamente da autonomia) durante a transição da pré-escola para o ensino fundamental, especialmente no que diz respeito a criança para consigo mesma, já que quando são motivadas a conquistar sua independência e liberdade tornam-se seres confiantes, capazes de pensar, refletir, questionar e resolver conflitos.

**METODOLOGIA:** Este relato de experiência aconteceu no período de estágio da graduação em Pedagogia em Natal/RN. A análise foi feita no nível V, numa turma com 25 crianças na faixa etária de 5 anos de idade, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo. O objetivo foi trabalhar atitudes, atividades, brincadeiras e jogos para a observação dos resultados referentes ao desenvolvimento da autonomia das crianças. Nossas ações foram embasadas no Método Montessoriano. Esse método tem como destaque autonomia, liberdade com limites e respeito pelo desenvolvimento natural das habilidades físicas, sociais e psicológicas da criança.

Esse método acredita que os pequenos já nascem com um grande potencial e cabe ao adulto prestar assistência em seu desenvolvimento, entendendo e respeitando o momento da criança, fazendo que o processo educativo envolva amor e compreensão para que ela desenvolva suas habilidades de maneira plena. “para ser eficaz, uma atividade pedagógica deve consistir em ajudar a criança a avançar no caminho da independência.” (MONTESSORI, 1965, p. 53). Algumas formas de estimular as crianças no processo de autonomia é criando um ambiente acessível para elas, mostrando-as como fazer atividades essenciais na rotina do lar e conciliando o tempo da criança com essas atividades. Lavar a louça, auxiliar no momento de cozinhar, se servir sozinha, são inúmeras possibilidades que visam não somente o ato de executá-la, mas o resultado que ela transmite, pois é dessa forma que as crianças podem se sentir úteis, importantes, conseguindo ter a sensação de que podem fazer algo para colaborar. As atividades realizadas durante o nosso estágio obrigatório foram sempre voltadas para o desenvolvimento da autonomia e liberdade da criança, em que trabalhamos desde o desenvolvimento sensorial e coordenação motora fina até atividades voltadas para a higiene da criança, visando apresentar a importância do autocuidado. Para o desenvolvimento sensorial e coordenação motora fina, implementamos atividades como “os animais e seu habitat”, “corte de cabelo diferente”, “como cuidar do meu corpo?” e a “tabela de tarefas”. Na atividade dos animais, reservamos dois recipientes, um com areia e outro com água e gelo. Imprimimos cartões com imagens de animais que viviam em lugares frios e outros que viviam em lugares quentes, e pedimos para que as crianças identificassem os animais e colocassem em seu respectivo habitat. Ao final da atividade as crianças puderam explorar as texturas e a diferente temperatura dos ambientes criados e brincar com os animais. Na atividade de recorte, desenhamos bonecas com cabelos longos e diferentes demarcações para serem cortadas, entregamos uma boneca e uma tesoura para cada criança, que pôde trabalhar sua concentração e coordenação motora enquanto recortava. A atividade de tabela de tarefas visa a confecção de um quadro de atividades como: organizar a fila para lavar as mãos, apagar o quadro, distribuir os materiais e outras. Os próprios alunos escolheram seu nome no quadro, aprendendo a executar tarefas dependendo de si mesmos. Por meio de atividades como essas que a relação sala de aula e vida cotidiana mostram estar relacionadas. Já na área do desenvolvimento da higiene pessoal, explorando o autocuidado, apresentamos para as crianças o filme “Hora do Banho” da Turma da Mônica, em que aprenderam sobre a importância do cuidado com a higiene do nosso corpo. Em seguida, entregamos para as crianças imagens de produtos de higiene pessoal que devemos utilizar no dia a dia, orientando sempre sobre a necessidade de cada produto. Confeccionamos dois cartazes com o corpo de uma menina e de um menino, onde os alunos colaram os produtos nas áreas onde deveriam ser utilizados. A autonomia acontece quando o indivíduo é capaz de fazer sozinho para si e para outros. Maria Montessori (1966) acredita que as crianças precisam ser autônomas e as circunstâncias para que a independência aconteça se dão ao descobrir e aprender a partir das próprias experiências, pois os pequenos já nascem com o instinto de explorar. Assim, consequentemente se terá como resultado uma personalidade saudável, possibilitando a capacidade de resolver os conflitos diários. Seguindo o mesmo raciocínio, Paulo Freire (2016) diz que ninguém amadurece de repente, é um processo de construção que ocorre todos os dias, reafirmando a importância das relações no processo de autonomia. **CONCLUSÃO:** Vale ressaltar a grande importância do docente no processo de desenvolvimento da autonomia. Deve-se entender a realidade de seus alunos e trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Além de guiar os discentes no caminho para se tornarem críticos e consequente autônomos, se faz necessário que o professor viva seus ensinamentos, dando corporeidade à sua fala, pois nenhum exemplo é melhor do que aquele que se ensina e se vive.

O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha seus conteúdos no quadro da rigorosidade do pensar certo, nega, como falsa, a fórmula farisaica do ‘faça o que mando e não o que faço’. Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a

que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. (FREIRE, 2016, p.35).

Nesse sentido, a docente titular da turma já praticava atividades que visavam autonomia, mas a sala de aula não possuía auxiliar, dificultando a ênfase da prática e resultado dessas ações em relação a quantidade de alunos. Como a nossa chegada como estagiárias, intensificamos ações de estímulo para praticar a independência de todos. As crianças se divertiam, aprendiam, se mostravam interessadas e curiosas pelas próximas atividades. Por meio do brincar, direcionamos as crianças a como reagir em sua realidade fora de sala de aula, apresentando ganhos desde a infância até a fase adulta. Observamos e buscamos reproduzir um profissional que além da busca por aprendizado dos conteúdos específicos, também se preocupa com a formação dos alunos enquanto cidadãos. O desnivelamento da turma proporcionou desafios, pois foi possível perceber que nem todas as crianças aprendem da mesma forma e com a mesma facilidade. Mas feitas as adaptações por meio de um olhar docente, foi possível estimulá-las a serem pesquisadoras e críticas e não apenas alunos que recebem respostas prontas. Desenvolver a autonomia foi almejado em todo o processo e também comprovado a importância da liberdade/autonomia para construção da identidade o que implica em conhecer os próprios gostos e preferências e dominar habilidades e limites, sempre levando em conta a cultura, a sociedade, o ambiente e as pessoas com quem se convive. Esse autoconhecimento começa no início da vida e segue até o seu fim, mas é fundamental que alguns conhecimentos devem ser adquiridos ainda na creche.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). **Educação é a base**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/infantil>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MONTESSORI, M. **Pedagogia Científica**: a descoberta da criança. São Paulo. Flanboyant.1965.

MONTESSORI, Maria. **A Criança**. Trad. de Adília Ribeiro. 4. ed. Lisboa: Portugalia, 1966.



## **AFETIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA ABORDAGEM POSITIVA NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM**

### **AUTORAS:**

Lorena Talize da Silveira Tomaz Borba

Lúcia de Fátima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** A temática apresentada neste estudo mostra a influência da afetividade no ambiente escolar, refletindo sobre sua importância para o desenvolvimento cognitivo da criança. Sabemos que a afetividade é de primordial importância no processo de ensino e aprendizagem, pois é o momento de criar vínculos de confiança entre aluno e professor, estes estão diretamente ligados ao sucesso na aquisição do conhecimento, principalmente na primeira infância. Para Wallon (2008), a afetividade é a capacidade do ser humano de ser afetado positiva ou negativamente tanto por sensações internas como por condições externas. Segundo esse autor, os componentes da afetividade são as emoções e os sentimentos, todo comportamento e toda interação humana influenciam e são influenciados pela afetividade. Assim sendo, a aprendizagem é um processo básico do comportamento humano. É importante que quem media o processo de ensino-aprendizagem compreenda que suas ações precisam causar a afetividade positiva em seus alunos. Segundo Wallon (2010), é inevitável que a influência afetiva recebida pela criança não cause impacto na sua evolução mental, sendo o nascimento da afetividade anterior ao da inteligência, de acordo com ele. A medida afetiva ocupa lugar central, com a mesma intensidade no ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento, na psicogenética de Wallon (2008). Sendo assim, a consolidação dos vínculos entre criança e adulto contribui efetivamente para os processos de ensino e aprendizagem. “Uma pedagogia inspirada na psicogenética walloniana não considera o desenvolvimento intelectual como a meta máxima e exclusiva da educação. Considera-a, ao contrário, meio para a meta maior do desenvolvimento da pessoa.” (GALVÃO, 2007, p. 98)

Ainda sobre essa relação, Piaget (1988) realça a conexão entre afetividade e cognição que, para ele, são construídos na interação entre emoção e razão, na medida em que defende a existência de uma relação direta entre o conhecimento e a afetividade. Dessa forma, não é possível dissociar a afetividade ao desenvolvimento cognitivo. E, por conseguinte, vemos como é importante a presença dela na formação do professor e em sala de aula, para que o desenvolvimento do aluno aconteça de forma integral. Do ponto de vista legal e técnico, é importante frisar que, essa discussão se afina com as propostas da nova Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), que já indica a importância das emoções, quando fala das competências socioemocionais que são: autoconsciência, autogerenciamento, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. Por ser um documento recente, é importante ampliar as discussões sobre ele e das estratégias para atendê-lo a contento. O presente relato de experiência tem como objetivo discutir a afetividade como mediadora da ação docente no processo de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **METODOLOGIA:** Este relato de experiência foi desenvolvido no período de 08 de julho a 29 de novembro de 2019, em uma instituição de ensino regular da rede privada de Natal/RN. O campo empírico para observação foi uma turma composta por 31 crianças de ambos os sexos,

com faixa etária entre 9 e 10 anos, matriculados no 4º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. A professora titular de sala carrega, em seu currículo, 12 anos de experiência na docência e eu como professora auxiliar desta sala de aula, atuei acompanhando um aluno com diagnóstico de autismo. A professora relatou que, no início do ano, os alunos se envolviam em conflitos e desentendimentos por pequenas situações como por exemplo: lugares marcados na fila, um olhar diferente, aceitação nas brincadeiras escolhida pela maioria, falta de limites (que seria a permissividade, o que se pode ou não), entre outros. Esses comportamentos desestabilizavam os alunos, causando dificuldade em aprender os conteúdos necessários ao currículo obrigatório. Para apaziguar os conflitos, a professora fazia constantemente rodas de conversas com os alunos, permitindo que eles se expressassem e resolvessem as questões através do diálogo e reflexão, estabilizando assim o campo emocional. Também realizava dinâmicas que estimulavam a empatia para que cada colega pudesse se colocar no lugar do outro. Ainda neste processo de atividades lúdicas que estimulassem o aprendizado aliado à afetividade positiva, a professora estava sempre disposta a dialogar e resolver conflitos dentro da sala de aula. Assim como durante o período de análise, trazia atividades que pudessem ser realizadas em grupo, para estimular o companheirismo entre os alunos. Sempre misturando grupos distintos, para que através das atividades, eles encontrassem características afins. Dessa forma, os próprios alunos criavam a sua afetividade positiva, em diálogos e dinâmicas entre eles mesmos, seja em grupos menores, entre 5 e 6 alunos, seja no grupo da sala inteira.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante esse período de atuação, pode-se observar que o olhar individualizado da professora para o aluno, focando nas suas necessidades e dificuldades, trouxe a consciência de que cada um importa e que são seres capazes de aprender e se desenvolver nos campos cognitivo e socioemocional. Tal melhora passou a ser notável tanto na questão empírica do alunado, onde eles passaram a ser mais ativos e questionadores, quanto no lado afetivo e emocional dos mesmos, onde eles passaram a responder melhor as atividades propostas pela professora. O uso da teoria psicogenética de Wallon contribuiu muito para o desenvolvimento da afetividade intelectual e social. Para Wallon (2008) essa turma encontra-se no 3º estágio, o categorial, que vai de 6 a 11 anos. É o período em que a criança se desenvolve no campo afetivo e motor. Nessa fase predomina a função cognitiva e a convivência com o meio social. Daí a necessidade da mediação docente para construir as relações interpessoais, fazendo com que os alunos percebessem o seu papel na sociedade, na relação com o outro e no meio em que vivem. No momento em que a professora fez os alunos refletirem e se colocarem no lugar do outro, ela possibilitou e acabou facilitando o processo de ensino-aprendizagem, especificamente, do respeito às regras e do diálogo, o que favoreceu bastante a aprendizagem visto que os alunos aprenderam a separar a hora de brincar e de estudar.

**CONCLUSÕES:** Percebemos, assim, que a afetividade norteia o desenvolvimento mental, com isso a educação com afeto é necessária para que sejam feitas ligações cognitivas significativas. Segundo Freire (1996) o ensino em sala de aula precisa ir além dos conteúdos que desejam ser passado, o professor precisa usar do bom senso para que consiga deixar marcas significativas nas crianças seja ditador, burocrático ou de qualquer outra forma que se posicionar, os impactos afetam diretamente a vida do educando. De acordo com Rossini (2001), encarar a educação com afetividade traz diferença a partir do ponto que as crianças precisam sentir prazer ao aprender, precisam gostar do que está sendo passado, deve ser prazeroso. A autora ainda afirma que “se a criança está feliz, ela aprende, ela faz”. Dessa forma, o agir da professora como mediadora facilitadora do processo de construção do ser humano de forma positiva mostra que a afetividade estimula o processo ensino/aprendizagem e responsabilidade consigo e com o outro. Nesse sentido, o alunado passou a responder melhor as atividades propostas e a se interessar mais pelo que estava sendo apresentado pela professora. Ao modo que, no final do ano, como consequência dessa iniciativa e dessa melhoria, a professora recebeu diversas homenagens de gratidão e felicitações pelo trabalho desenvolvido em sua turma por parte dos pais e dos

educandos. No final, os comportamentos mudaram evidenciando mais empatia entre os colegas, cumprimento de regras e respeito, prazer por aprender novos conteúdos, resolução de conflitos de forma pacífica. Assim, podemos afirmar que a afetividade tem bastante influência como mediadora da ação docente favorecendo o processo de aprendizagem dos alunos. Ou seja, a afetividade positiva faz com que o alunado responda melhor ao que é proposto pela professora, em que no caso estudado, a turma passou de problemática a harmônica, em virtude das práticas que passaram a ser desenvolvidas em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília: MEC. 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Izabel; Wallon, Henri. **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PIAGET, J. Psicologia da primeira infância. *In*: KATZ, David. **Psicologia das idades**. São Paulo: Manole, 1988.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia afetiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

WALLON, Henri. **Do ato ao pensamento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.



## **A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **AUTORAS:**

Beatriz Marques Albuquerque

Maria Luana Amador de Sousa

Ana Edilza Aquino de Sousa

**INTRODUÇÃO:** Jogos e brincadeiras são aplicados no dia a dia de sala de aula para desenvolver potencialidades, ou seja, o lúdico na educação infantil é um dos métodos que, sendo utilizado corretamente é essencial para o desenvolvimento do aluno em sua trajetória. Fantin (2000), diz que “brincando (e não só) a criança se relaciona, experimenta, investiga e amplia seus conhecimentos sobre si e sobre o mundo que está ao seu redor”. Através da brincadeira podemos saber como as crianças veem o mundo e como gostariam que ele fosse, como se expressam, a forma como pensam, organizam e entendem esse mundo. Navarro (2012) nos informa que “é essencial que se entenda o brincar como atividade dinâmica”. Em cada contexto as crianças brincam de formas diferentes, e muitas vezes se expressam diferentes, a brincadeira também é uma construção de identidade. Tal fato acontece porque, quando brinca, a criança cria uma situação imaginária que surge a partir do conhecimento que possui do mundo em que os adultos agem e no qual precisa aprender a viver (VIGOTSKI, 2007). Sobre o incentivar, Piaget (1987) apud Oliveira (2014, p. 12), afirma que “o brincar é despertar o interesse e a atenção dos alunos pelos valores contidos na matéria ensinada, criando neles o desejo de aprender, o gosto de estudar e a satisfação em cumprir as tarefas que ela exige”. Essa pesquisa surgiu da necessidade de aprofundamento em questões que envolvem a ludicidade e o desenvolvimento da criança. Por isso, lançamos a questão: qual a importância da ludicidade na formação do ser humano e como ela vem sendo trabalhada na educação Infantil? É sabido que o brincar é essencial à infância, pois é inerente ao ser humano e torna-se essencial para o aperfeiçoamento de habilidades, criatividade e aprimoramento do conhecimento. A brincadeira e os Jogos são capazes de propor regras, e tornar um adulto mais tolerante mediante a situações sociais que contribuem para a vida. Lordelo (2003) fala “o que uma criança faz na creche não é considerado em função do seu bem-estar atual mas, sim, do que pode trazer para o futuro da criança”. Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a influência da ludicidade na aprendizagem da criança no ensino infantil. Para tanto, fizemos uma pesquisa bibliográfica acerca do tema em questão, pois compreendemos que é importante divulgar e ampliar o conhecimento que pode se mostrar eficaz na mediação do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, exibimos os trabalhos dos pesquisadores Vygotsky (2007), Oliveira (2014), Fantin (2000) e Arruda (2006), Navarro (2012) e Lordelo (2003). Todos esses pesquisadores vieram nos mostrar a imensa importância do lúdico na educação infantil, pois notamos a sensação de prazer que envolve as crianças em suas atividades lúdicas. O brincar não é somente um passatempo, é também uma forma de despertar na criança autoconfiança, desenvolvimento psicomotor, afetividade, sendo uma das principais formas de socialização.

**METODOLOGIA** Este estudo se caracteriza como uma revisão bibliográfica, pois dedica-se a



discutir, refletir e ampliar teorias, conceitos, ideias, ideologias e polêmicas, visando aprimorar fundamentos teóricos. Este tipo de pesquisa faz uma análise de determinada teoria, sempre utilizando embasamentos teóricos para explicar a pesquisa que está sendo levantada. Um estudo bibliográfico tem o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema. Escolhemos esse tipo de pesquisa pois podemos ter contato com várias ideias e teorias, podendo, assim, aprofundarmos e entendermos cada vez mais a importância do lúdico na vida das crianças. Sendo assim, este é um estudo bibliográfico que utilizou o descritor “ludicidade” na base de dados do scielo.br, google acadêmico e uma revista científica. Realizamos a busca nas referidas bases de dados no semestre de 2020.1. Como recorte, fizemos a seleção dos trabalhos produzidos entre 2000 e 2020. A tabela abaixo exibe os principais resultados de nossa busca.

**Tabela 1 – Pesquisa na Base de Dados**

Base de dados	Nome do artigo científico	Autor	Ano de publicação
Scielo			
Base de dados Google acadêmico	Desenvolvimento motor na educação infantil através da ludicidade	Kleitton Ferreira Marcelo de Arruda	2009
Base de dados Google acadêmico	Jogos e brinquedos e brincadeiras – A cultura lúdica na educação infantil.	Mônica Fantin	2000
Revista ciências da Educação	A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular.	Maria Miguel de Oliveira	2014
Revista Brasileira de ciências e Esporte	Brincar e mediação na Escola	Mariana Stoeterau Navarro	2012
Psicologia: ciência e profissão	Educação infantil e psicologia: para que brincar?	Eulina da Rocha Lordelo	2003

**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Tais trabalhos têm como ponto de partida o entendimento de que o momento da brincadeira é uma oportunidade de desenvolvimento para a criança. Através do brincar ela aprende,

experimenta o mundo, possibilidades, relações sociais, elabora sua autonomia de ação, organiza emoções. Brincar é uma importante forma de comunicação, é por meio deste ato que a criança pode reproduzir o seu cotidiano. O ato de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, pois facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, estabelecendo, desta forma, uma relação estreita entre jogo e aprendizagem. **RESULTADOS** Na pesquisa bibliográfica realizada, foram encontrados oito artigos, desses destacamos três. Os critérios selecionados para a pesquisa do nosso trabalho foi a maneira que esses autores citados transcrevem o lúdico, tais como Arruda (2009) e Oliveira (2014). Eles concluem que o lúdico é significativo para a criança poder conhecer, compreender e construir seus conhecimentos, tornar-se cidadão deste mundo, ser capaz de exercer sua cidadania com dignidade e competência. Sua contribuição também atenta para a formação de cidadãos autônomos, capazes de pensar por conta própria, sabendo resolver problemas e compreendendo um mundo que exige diferentes conhecimentos e habilidades. **CONCLUSÕES** Diante da bibliografia levantada para o desenvolvimento desta pesquisa, podemos destacar que os principais resultados da área de estudos sobre ludicidade apontam para a compreensão de que o ser humano cresce, interage na sociedade e está sempre em constante aprendizado. Por conseguinte, a evolução de jogos e brincadeiras na educação infantil como divertimento e desenvolvimento para educação são lineares e despertam o interesse no processo de ensino e aprendizagem. As crianças que não têm uma interação social adequada e evoluem podem usar a criatividade abrindo espaço para pensar e provocar o pensamento reflexivo, onde o lúdico prevalece e educa. Desta forma, é preciso saber entrar no mundo da criança para ter êxito nos resultados pedagógicos.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Kleiton Marcelo Ferreira. **Desenvolvimento motor na educação infantil através da ludicidade**, 2009.

FANTIN, M. Jogos e brinquedos e brincadeiras: A cultura lúdica na educação infantil. *In: Síntese da qualificação da educação infantil*. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação: 2000.

LORDELO, Eulina da Rocha. Educação infantil e Psicologia: para que brincar. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v.23, n. 2, Jun. 2003.

NAVARRO, Mariana Stoeterau. Brincar e mediação na escola. **Revista Brasileira de Esporte**. Porto alegre, V.34, n. 3. Jul./set. 2012.

OLIVEIRA, Maria Miguel de. A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular. **Revista Ciências da Educação**. Maceió, v.1-2, n. 1, Abr./Jun. 2014.



## INDISCIPLINA ESCOLAR: REFLEXÕES PARA UMA RECONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA

### AUTORAS:

Nívea Samelly da Cunha Rocha

Eleide Gomes Teixeira Torres Lira

**INTRODUÇÃO:** A indisciplina está entre as maiores queixas por parte dos educadores. Segundo pesquisa publicada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Brasil, o professor perde 20% do tempo acalmando os alunos antes de conseguir iniciar a aula. Essa pesquisa demonstrou que o discurso sobre o problema da indisciplina está presente no Brasil e em outros países (OCDE, 2013, p. 3). Para compreensão e reflexão das implicações da indisciplina no cotidiano da escola é necessário elaborar e definir o conceito, portanto, “entende-se a indisciplina como um fenômeno complexo de múltiplas causas [...] suas razões estão articuladas com a ética e a moral” (SANTOS; ROSSO, 2012, p. 128). É amplamente conhecido por todos aqueles que estão envolvidos direta ou indiretamente com as práticas educativas no âmbito da escola que atualmente a educação no Brasil experimenta um período de adversidade, em cujos desdobramentos se encontra o fracasso escolar. Ainda que sejam realizados alguns apontamentos sobre os motivos desse fenômeno, trata-se de um assunto complexo que possui inúmeras variáveis. onsequentemente, é possível identificar que a Escola e o docente muitas vezes são alvos de descrédito quanto ao êxito nos processos de ensino-aprendizagem. Aquino (1998) expõe que no decurso das investigações acerca das justificativas para o fracasso escolar encontram-se vários fatores, porém uma situação crucial é destacada pelos educadores como uma das respostas possíveis para essa situação: o aluno-problema. Nessa categoria encontram-se os alunos que possuem comportamentos que fogem às regras do ambiente escolar e que, portanto, são considerados indisciplinados. Dessa forma, a indisciplina e o baixo aproveitamento dos alunos [...] [representam] os dois grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar, e os dois principais obstáculos para o trabalho docente. (AQUINO, 1998, p.183) Sendo assim, frente à urgência dos problemas de indisciplina enfrentados nas escolas torna-se indispensável a investigação e reflexão acerca do problema. Para além disso, o tema da indisciplina faz-se relevante a todos que participam do desenvolvimento da criança, uma vez que a depender da maneira como for abordada pode trazer contribuições no crescimento de professores e pais, e até mesmo dos próprios alunos. O objetivo do presente trabalho foi refletir acerca das causas e compreender o fenômeno da indisciplina em sala de aula. **METODOLOGIA:** Para a realização deste trabalho, optou-se por utilizar como metodologia a revisão bibliográfica. Este tipo de estudo é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. No presente trabalho optou-se por utilizar o site Scielo, como fonte de estudo e para isso utilizou-se os seguintes descritores: indisciplina, aprendizagem e educação. Sendo assim, para o desenvolvimento do trabalho foram realizadas leituras de artigos acadêmicos e excertos de livros, bem como o fichamento destas obras para o estudo das informações e conceitos obtidos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A busca na plataforma Scielo resultou em 45 títulos, dos quais foram selecionados quatro artigos. Mediante a revisão

bibliográfica percebeu-se que a disciplina e a indisciplina não são categorias sequenciais, inertes e unidirecionais. “Não são exclusivamente reações comportamentais que ocorrem mecanicamente por índole de um aluno em particular.” (BOARINI, 2013, p. 129). Portanto, a indisciplina escolar é um fenômeno sem nacionalidade, endereço ou classe social. A busca exaustiva pelo controle das ações de indisciplina em sala de aula pode resultar em um recorrente comportamento repressivo por parte dos educadores que ditam ordens de modo inflexível, resultando na não resolução e no agravamento da situação. Normalmente, os educadores tendem a tratar as situações de conflito de maneira mais pragmática, contudo deve ser prioridade aliar o aporte teórico necessário para assim compor a práxis docente de modo assertivo pedagogicamente. As teorias da psicogênese postuladas por Piaget podem auxiliar no processo de entender a relação entre a moral e a indisciplina. Esta relação revela-se através da ciência e obediência do aluno às regras estabelecidas. Em Piaget (1994, apud GODOY *et al.*, 2006), o processo de conscientização das regras pelas crianças pode ser dividido em três fases: Anomia, quando não há regras, por desconhecimento da existência delas. Heteronomia, que é o respeito unilateral à ordem estabelecida, a regra é tomada ao pé da letra e não em sua essência, é compreendido que na heteronomia, as regras são determinadas por outros, sem consciência por parte da criança e sem implicação para a sua construção. Autonomia: a criança passa a internalizar as regras e já é capaz de discernir entre o certo e o errado a partir da sua moral interna. Godoy et al (2006) complementa este pensamento quando afirma que indivíduos autônomos não são, necessariamente, indivíduos disciplinados, mas, sem dúvida, são indivíduos capazes de analisar as regras e, a partir de sua reflexão, posicionar-se em relação a elas. Ao admitir que a indisciplina escolar faz parte do cerne de questões que perpassam a liberdade do ser humano, e nesse sentido, é considerado um fenômeno complexo e incerto, não é difícil reconhecer que o comportamento social não é resultado de somatórias de aspectos isolados. Através da História percebemos que a formação da moral de um povo representa um conjunto de normas e leis, isto posto compreende-se que o completo cerne da moralidade é encontrado no respeito e obediência (ou não) que o indivíduo possui por essas normas. Godoy et al (2006) afirmam que apesar de Piaget não abordar especificamente o tema da indisciplina em suas obras, as teorias por ele postuladas contribuem para o estudo desse assunto através da compreensão de como as regras são assimiladas pelos indivíduos. Percebe-se que a insubordinação ou desconhecimento às regras é potencialmente uma das condições originadoras das atitudes indisciplinadas. Quando o problema da indisciplina escolar é encarado como impedimento para a atividade docente há possibilidade do professor incorrer em um lapso ético e omissão profissional, uma vez que se existem alunos indisciplinados dentro da sala de aula, os que participam ativamente do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, gestores, coordenadores e professores devem juntos elaborar medidas para o enfrentamento do problema. Santos e Rosso (2012) contribuem para o direcionamento das ações que deverão ser desenvolvidas ao ressaltar que atitudes austeras e coercitivas prejudicam o aprimoramento da autonomia moral dos alunos. Sendo assim, é esperado que o professor promova experiências e situações nas quais haja o exercício de respeito ao próximo e a participação na manutenção das regras sociais. Logo, para a efetiva solução da indisciplina escolar é necessário que o educador e a escola tenham como objetivo o fomento da autonomia do aluno. Nesse sentido, a indisciplina deve ser compreendida como parte do processo de assimilação das regras e o posicionamento do aluno frente a elas. Sendo assim, é primordial que na organização da comunidade escolar sejam oportunizadas relações que expressem cooperação, equidade e respeito mútuos. O convívio escolar deve ser pensado “Com regras, sim, mas construídas, partilhadas e avaliadas com a participação de todos” (SANTOS; ROSSO, 2012, p. 132). **CONCLUSÕES:** Conclui-se, do pensamento dos autores revisados, que a indisciplina escolar é resultado de um processo compartilhado com pessoas e outros elementos da cultura na qual os sujeitos estão inseridos. Seus impactos podem ser percebidos dentro da sala de aula. Não obstante a indisciplina ser um

fenômeno complexo de múltiplos fatores, os quais se relacionam direta ou indiretamente com o ambiente escolar, é esperado do docente uma atitude de enfrentamento ao problema de maneira pedagógica. Para a superação da indisciplina é impreterível a alteração da educação em vários níveis, com o objetivo de firmar uma escola democrática, que tenha o aluno como prioridade. Nesse cenário, é fundamental que todos os participantes da dinâmica escolar, alunos e professores, diretores e coordenadores, funcionários e pais empenhem-se em promover ações e reflexões que proporcionem a construção de um projeto educacional, que aponte o percurso da educação que se quer seguir. Afinal, a escola deve acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade, contudo estas mudanças não podem ter caráter mandatório; deve ser feita mediante negociação e diálogo com as representações sociais docentes já mencionadas.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. A indisciplina e a escola atual. **Fac. Educ.**, São Paulo, v.24, n.2, p. 181-204, jul./dez. 1998.

BOARINI, M. L. Indisciplina escolar: uma construção coletiva. **Psicol. Es. Educ.**, Maringá, vol.17, n.1, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572013000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572013000100013). Acesso em: 07 mar. 2020.

GODOY, C. A. *In*: disciplina escolar nas perspectivas de Piaget, Winnicott e Vygotsky. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v.23, n.72, 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862006000300008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862006000300008). Acesso em: 07 mar. 2020

GUILHERME, Paulo. Professor no Brasil perde 20% da aula com bagunça na classe, diz estudo. **G1**, São Paulo, 01 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/professor-no-brasil-perde-20-da-aula-com-bagunca-na-classe-diz-estudo.html>. Acesso em: 07 mar. 2020.

OECD. **Resultados TALIS 2013**: Principais resultados da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS), 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/school/TALIS-2013-country-note-Brazil-Portuguese.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SANTOS, E. R.; ROSSO, A. J. A indisciplina escolar nas representações sociais de professores paranaenses. **Psic. da Educação**, São Paulo, v. 34, p. 127-157, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n34/n34a08.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

SILVA, Juliano Correa da. Indisciplina escolar: a queixa da atualidade. **Psicol. estud.** [online]., vol.6, n.1, pp.97-98, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722001000100014>. Acesso em: 07 mar. 2020.



## A ASSISTÊNCIA AO ALUNO ESPECIAL DURANTE A PANDEMIA

### AUTORAS:

Yasmim de Lima Padilha

Lara Thayna da Silva Diniz

Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza

**INTRODUÇÃO:** A educação no Brasil se inicia com as escolas e creches de caráter assistencialista, copiando o modelo Europeu, e quando relata-se sobre os alunos com deficiência, o perfil excludente predominou na sociedade por séculos. A educação inclusiva, no entanto, remete ao contexto histórico que perpassa por um processo integrador de pessoas com deficiências, onde a realidade excludente foi aceita por um longo período, não apenas na sociedade, porém, nos direitos de integração no âmbito educacional. A declaração de Salamanca, ocorrida em 1994 na Conferência Mundial da Educação Especial, deu início às mudanças no que se refere à integração com novas políticas públicas, princípios e adequações no âmbito social e educacional. Essa nova etapa proporcionou novas diretrizes e leis que asseguravam os direitos e deveres do deficiente, seja físico ou mental. No Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (**DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999**):

- I - o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade;
- II - integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;
- III - desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência;
- IV - formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência;
- V - garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social. (BRASIL, 1999).

A perspectiva inclusiva no Brasil foi ganhando maior proporção e simultaneamente, problematizando as dificuldades que se encontrava diante desse avanço. Em 2009, foram instituídas diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial a partir da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009). Cury *et al.* (2020), afirma que o AEE é um serviço da Educação Especial articulado às ações da Educação Básica como apoio complementar e/ou suplementar à sala de aula comum, destinado aos estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades. No ano de 2020, esse atendimento ao estudante com deficiência passou por mudanças significativas em virtude da pandemia da Covid-19, principalmente, quando se refere à educação especial. Como medida para não deixar os estudantes sem aulas, adaptações foram

sugeridas a fim de promover a continuidade da assistência ao estudante com necessidades especiais, sendo portanto, aplicadas as aulas remotas. Os desafios dessa proposta e a continuidade das práticas educativas, proporcionaram uma forma de comunicação para o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, se faz relevante verificar como os professores de educação especial e salas multifuncionais têm encarado os novos desafios no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência. Atenta-se também os desafios postos na educação inclusiva durante o período de isolamento social. Nessa perspectiva, acredita-se que os tempos atuais, possibilitará novos olhares e a devida importância no processo de inclusão do aluno com deficiência. Desse modo, o presente artigo trará a realidade dos professores na assistência do seu aluno durante a pandemia, e como tem sido sua mediação diante dos desafios encontrados, trazendo também suas perspectivas de retorno e novos obstáculos no processo de ensino-aprendizagem após esse período. Observando os entraves impostos em dada situação e as aplicações propostas para minimizá-los. **METODOLOGIA:** A pesquisa está embasada em Knechtel (2014) com abordagem quali-quantitativa, em que o mesmo afirma que este tipo de pesquisa é interpretado informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica). (KNECHTEL, 2014, p. 106). Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa foram analisados dados da literatura, sendo consultados no Google Acadêmico, tomando como descritores: assistência ao aluno especial, ensino-aprendizagem e inclusão e outros. Os dados quantitativos foram levantados através de um questionário elaborado com questões objetivas, envolvendo continuidade na assistência ao aluno com deficiência, formato de aulas, dificuldades e aproveitamento pedagógico nas práticas educativas direcionadas de forma individual. O presente questionário foi submetido para professores da educação especial e AEE ( Atendimento Especial Especializado) das escolas públicas de Natal/RN. Consentido e solicitado através do aplicativo *WhatsApp*, os dados foram computados e confrontados com a literatura analisada. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Analisando então esse contexto, essa pesquisa analisou alguns aspectos e efeitos das aulas remotas e assistências dos professores na educação especial. Para tanto, foram apresentadas as questões elaboradas, onde a primeira versa sobre a atuação dos professores, a segunda questão sobre a continuidade da assistência do aluno durante a pandemia, a terceira sobre a assistência direcionada ao aluno, tendo como opções a formulação de atividades e envio, apoio e contato com os pais, assistência via ferramentas tecnológicas (whatsapp, email, ligações e outras). A quarta questiona aos professores se existe um aproveitamento pedagógico diante das atividades propostas. E por fim verificou quais são as principais dificuldades no processo de assistência ao aluno durante esse período, com as opções falta de apoio dos pais, falta de acessibilidade aos meios tecnológicos, falta de apoio da gestão, desconhecimento ou falta de treinamento para formulação de propostas pedagógicas a partir das ferramentas tecnológicas. Quanto ao público analisado, a pesquisa contou com a amostra de 30 professores, sendo eles de rede pública e privada. 63,3% atuam como professor SRM (salas de recursos multifuncionais) e 36,7% atuam como professores de educação especial. Dentre eles, 93,3% permaneceram dando assistência ao aluno e apenas 6,7% não, o que corresponde a dois professores. A assistência ofertada pelos professores se deu da seguinte maneira: 53,6% através das ferramentas tecnológicas (whatsapp, e-mail, ligações e outras), 32,1% de formulação e envio de atividades e 14,3% de apoio e contato com os pais. Diante do

cenário atual 78,6% dos mediadores do processo de ensino-aprendizagem, consideram que existe um aproveitamento pedagógico das atividades propostas, e apenas 21,4% acreditam que não há aproveitamento. Aranha (2000) cita alguns suportes que se fazem necessários para que ocorra a viabilização do processo de inclusão em diversas áreas, sendo eles: físicos, pessoais, materiais, técnicos e sociais. Porém, no período de isolamento, em decorrência da COVID-19, além da desigualdade social que impossibilita, na maioria das vezes, o acesso às aulas online, dificulta a promoção de outros atributos que favoreçam a inclusão do estudante com deficiência e facilite o processo de aprendizagem. Neste sentido, destaca-se também a falta de recursos para lidar com o ensino à distância, e a falta de preparo da parte dos professores com a ausência da formação continuada e principalmente quando se trata dos alunos com necessidades especiais, que exigem práticas educativas individualizadas na sua forma de ensino. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do cenário vivenciado, o resumo trouxe uma reflexão sobre a trajetória da inclusão e o contexto atual em que o aluno com deficiência se encontra no processo de ensino aprendizagem, em tempos pandêmicos. As condições encontradas evidenciaram ainda mais a necessidade dar mais atenção a essa área, também especificando a formação continuada do professor da educação especial e do AEE. É relevante afirmar que os alunos que estão sendo assistidos, não vivem a prática educativa na sua totalidade, uma vez que, os recursos utilizados nessa forma remota diferenciam dos materiais utilizados e muitas vezes não se adéquam a especificidade do aluno com deficiência. Visto que, cada aluno possui dificuldades e habilidade diferentes em seu processo de formação e aprendizado. Portanto, é de suma importância, principalmente, trabalhar a formação continuada dos professores, para que estejam preparados, independente das circunstâncias, para oferecer um ensino de qualidade, e voltar o olhar e as ações ao processo de continuidade de inclusão dos alunos no âmbito escolar.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão social e municipalização. **Educação especial: temas atuais**, p. 1-9, 2000.
- BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. 2009.
- CURY, Carlos Roberto Jamil *et al.* **O Aluno com Deficiência e a Pandemia**. 2020. Disponível em: <https://www.issup.net/pt-br/knowledge-share/news/2020-07/aluno-com-deficiencia-pandemia>.
- KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.





## FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O CONHECIMENTO DO CÉREBRO

### AUTORAS:

Elayne Fonseca Fernandes

Waleska Patrícia de Lima Santos

**INTRODUÇÃO:** A neurociência é a área que estuda o Sistema Nervoso Central (SNC), suas ações e alterações no corpo humano, sendo o cérebro o órgão fundamental nesse sistema por coordenar o comportamento e um dos seus processos: a aprendizagem (BRAGHIROLI, 1990). Embasando-se nessa ideia, é possível para um educador conhecer o processo de aprendizagem e todas as possibilidades de mediação, de modo que obtenha êxito, tornando uma educação mais justa e menos excludente. **OBJETIVOS:** O objetivo deste trabalho é investigar se esse conhecimento é ensinado na formação docente e em momentos posteriores a ela. **METODOLOGIA:** O relato surgiu a partir das observações de dificuldades na aprendizagem dos educandos, conciliando isso com o estudo e o conhecimento do cérebro na formação da equipe docente. Dessa forma, o trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica. Os descritores utilizados foram: Neurociência, aprendizagem e educação, na base de dados Scielo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram encontrados seis (6) artigos quando colocados na base de dados os descritores já citados. Os autores dos artigos eleitos inferiram que o estudo da neurociência é crucial e permite um melhor entendimento da aprendizagem, refletindo diretamente na prática pedagógica (LIMA, 2007; ANTONIOLO, 2011; CARVALHO; ANTÔNIO, 2018; PHEREZ; VARGAS; JEREZ, 2016; TERIGI, 2018; PUEBLA; TALMA). Segundo esses autores é necessário construir pontes entre o estudo do cérebro e a sua aplicação na educação, para harmonizar as metodologias utilizadas pelos professores e as modalidades de aprendizagem dos alunos. **CONCLUSÃO:** A partir dos artigos observados, conclui-se que há falha no sistema educacional no tocante à falta de formação curricular do docente das matérias relacionadas ao estudo do cérebro. É preciso que o docente saiba como mediar a aprendizagem, considerando os estudos da neurociência.

**Palavras-chave:** Neurociência. Educação. Aprendizagem.

### REFERÊNCIAS

ANTONIOLO, Fernanda. Neurociências e educação: Uma articulação necessária na formação docente. **Trabalho educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 8, n.3, Nov. 2011.

BRAGHIROLI, E. **Psicologia Geral**. 9. ed. Porto Alegre: Vozes, 1990.

CARVALHO, Diego de; CYRUS, Antônio. Neurociências e formação de professores: Reflexos na educação e economia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais**. Rio de Janeiro, v.26, n.98, Jan./Mar. 2018.

LIMA, Gilson. Redescoberta da mente na educação: A expansão do aprender e a conquista do

conhecimento complexo. **Educ. Soc.**, Campinas, v.30, n.106, 2009.

PANTANO, Telma e ZORZI, Jaime Luiz. **Neurociência aplicada à aprendizagem**. São José dos Campos: Pulso, 2009.

PHEREZ, Gustavo; VARGAS, Sonia; JEREZ, Jessica. Neuroaprendizaje, una propuesta educativa: herramientas para mejorar la praxis del docente. **Civilizar**, Bogotá , v. 18, n. 34, p. 149-166, June 2018 . Available from [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1657-89532018000100149&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-89532018000100149&lng=en&nrm=iso). Access on: 05 Oct. 2020. <https://doi.org/10.22518/usergioa/jour/ccsh/2018.1/a10>.

PUEBLA, Ricardo; TALMA, M. Paz. Educación y neurociencias: La conexión que hace falta. **Estud. pedagóg.**, Valdivia , v. 37, n. 2, p. 379-388, 2011 . Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-07052011000200023&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052011000200023&lng=pt&nrm=iso). acessos em 06 out. 2020. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-07052011000200023>.

RELVAS, Marta Pires. **Neurociência na prática pedagógica** Rio de Janeiro: Wak, 2012.



## INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES

### AUTORAS:

Patrícia de Sena Lima Schneider

Waleska Patricia de Lima Santos

**INTRODUÇÃO:** A Psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem de forma sistêmica e contextualizada, objetivando, sobretudo, contribuir para os processos de inclusão escolar e social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2013). Nas instituições, contribui para prevenir os problemas de aprendizagem, considerando os aspectos estruturais, relacionais e culturais que caracterizam esse campo (PORTO, 2011). **OBJETIVOS:** realizar pesquisa e, a partir do resultado, realizar a intervenção psicopedagógica institucional, se necessária. **METODOLOGIA:** a experiência se deu no estágio institucional do curso de pós-graduação em Psicopedagogia. O local onde se deu foi um Centro de Tecnologias em Informática no período de fevereiro a maio de 2019. Participaram da avaliação amostras de gestores, educadores e alunos. Os instrumentos de coleta de dados foram observação e entrevista sobre o que poderia melhorar na instituição para a eficácia do processo de ensino aprendizagem. O procedimento foi oficinas de orientações relacionadas às demandas apontadas (DELLA FONTE, 2018) e (FIGUEIREDO, 2010). Foram tomados cuidados quanto aos aspectos éticos como coleta de assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido e a garantia do sigilo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** os gestores e educadores apontaram a temática ‘uso abusivo de álcool e outras drogas’. As orientações versavam sobre o impacto na saúde e no lado profissional em função do uso de tais substâncias. Alunos de três salas apontaram a temática ‘orientação profissional’. As tópicos das orientações foram: desenvolvimento do autoconhecimento, diálogo sobre a influência da família na tomada de decisão, apresentação das profissões e dados sobre absorção destas no mercado de trabalho. Os alunos participaram e deram feedback positivo quanto a aprendizagem. **Conclusão:** a partir dessa experiência foi possível perceber como é complexa e importante a atuação sob enfoque da Psicopedagogia. Essas temáticas são apontadas na literatura como comum quando se trabalha com adolescentes, sendo o papel dos educadores (formais e informais) auxiliá-los no enfrentamento dos desafios.

**Palavras - chave:** Psicopedagogia Institucional. Psicopedagogo. intervenção.

### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Código de ética do psicopedagogo**, 2013. Disponível em: [http://www.abpp.com.br/documentos\\_referencias\\_codigo\\_etica.html](http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html). Acesso em: 20 out.

2020.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória: IFES, v. 2, n.2, p.6-19, 2018. Disponível em: <http://ojs2.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1221/709>.

FIGUEIREDO, R. Prevenção ao abuso de drogas utilizando estratégias culturais de redução de danos. *In*: Dossiê Juventude e Drogas - é preciso encarar essa associação de forma menos estereotipada e mais crítica. **Revista Juventude.br**. v. 5, dez./2010. Centro de Estudos e Memória da Juventude - CEMJ. 2011.

PONTES, Idalina Amélia Mota. Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, ed. 84, p. 417-427, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n84/v27n84a11.pdf>. Acesso em: 7 out. 2019.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia Institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. Rio de Janeiro: WAK, 2011.

RUBINSTEIN, Edith; CASTANHO, Marisa Irene; NOFFS, Neide de Aquino. Rumos da Psicopedagogia Brasileira. **Revista psicopedagogia**, São Paulo, v. 21, 66. ed., p. 225-238, 2004.



## EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO EQUIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

### AUTORAS:

Jéssica Joicy Pontes de Paiva  
Lídia Gabriela da Silva Barros  
Ruth Domingos Cortez  
Luciana Isbelo dos Santos Araújo  
Bruna Leticia Ribeiro Alves  
Thaynara Silva de Lima Souza

**INTRODUÇÃO:** Entendemos educação inclusiva como o ato de integrar e promover a diferença, tornando possível a acessibilidade do portador de NEE (Necessidades Educacionais Especiais) no âmbito educacional e social. O presente trabalho tem por finalidade apresentar os benefícios de um ambiente escolar inclusivo para crianças com necessidades especiais, como também discutir a importância de propiciar condições e materiais que facilitem a aprendizagem e a interação social do indivíduo dentro e fora da escola.

**Palavras-chave:** inclusão; escola; desenvolvimento.



Disponível em: <https://www.ievap.com.br/os-desafios-da-educacao-inclusiva-no-brasil>

**OBJETIVO:** Ressaltar a importância de um ambiente escolar inclusivo para o desenvolvimento e a interação social de crianças portadoras de NEE (Necessidades Educacionais Especiais). **MÉTODO:** Para realização do presente trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica à luz de textos científicos. Nos quais buscamos suscitar a relevância do processo educacional inclusivo no âmbito social relacionado. **RESULTADOS:** Apoiados no decreto-lei 3/2008, assentado no princípio de equidade de oportunidades (DGIDC, 2008); percebemos que a prática da inclusão é importante para valorizar o indivíduo como pessoa, inclusive o portador de NEE no âmbito social e escolar. Além disso, as escolas têm papel fundamental em desenvolver a empatia atendendo aprendizagem de cada aluno, tendo o professor como principal mediador da aprendizagem intervindo de forma que os alunos participem ativamente nas atividades desenvolvidas na escola. **CONCLUSÃO:** Ao concluir a pesquisa sobre a inclusão no ambiente escolar, entendemos que é importante enfatizar que a escola inclusiva fomenta a aprendizagem colaborativa que por sua vez potencializa o desenvolvimento das competências cognitivas e sociais. Contudo, não significa que o tema tenha se esgotado, pois a educação inclusiva é um processo de desenvolvimento, depende de

reflexões e ações para chegar às práticas concretas e eficientes na busca da equidade na educação inclusiva.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação especial. Manual de Apoio à prática**. Lisboa: DGIDC. 2008. Disponível em: [https://cedema.org.pt/wp-content/uploads/2017/09/manual\\_apoio\\_decreto\\_lei3\\_2008.pdf](https://cedema.org.pt/wp-content/uploads/2017/09/manual_apoio_decreto_lei3_2008.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

# **PSICOLOGIA**



## A COMPREENSÃO DAS CRIANÇAS ACERCA DO PROCESSO DE MORTE

### **AUTORES:**

Antonia Dhully Alves da Silva  
Shirley Dimaris Alves de Souza  
Cláudia Fabiana de Souza  
Isli Bezerra da Silva Nascimento  
Cynthia Targino da Silva

**INTRODUÇÃO:** Para os adultos, falar da morte com a criança é falar da sua própria finitude e da sua dor, esse um dos motivos para desviar a conversa sobre este assunto. Apesar de acreditar que estão protegendo-as ao não falarem, pesquisas evidenciam que dialogar sobre a morte e as perdas permite à criança criar um espaço em que possam se expressar, tirar suas dúvidas, demonstrar seus sentimentos e sentir-se acolhida, fortalecendo um laço de confiança com o adulto (YAMURA; VERONEZ, 2016). A forma como a criança compreende e expressa seus sentimentos diante da morte depende em grande parte de seu nível de desenvolvimento cognitivo e emocional. Os pais e os profissionais de saúde precisam levar em consideração as habilidade e competências esperadas para cada faixa etária, para que a informação seja transmitida de maneira cuidadosa, mas sem que haja uma rigidez na divisão das idades, pois pode haver variações visto que cada criança é única (VENDRUSCOLO, 2005). Para Sengik e Ramos (2013), na maioria das vezes o profissional que se é buscado no momento em que a família não está conseguindo falar sobre a morte com as crianças, principalmente quando se está vivenciando um momento de perda, é o psicólogo. Sendo assim, essa temática é importante para a psicologia, uma vez que esta é uma ciência que visa olhar para o ser humano de uma maneira integral em vida e conseqüentemente na morte, em todas as etapas do desenvolvimento. (HOHENDORFF; MELO, 2009), levando em consideração, também, o fato de os autores citados trazerem que os psicólogos são os profissionais buscados quando a família encontra dificuldade em explanar sobre esse tema. É essencial que esses tenham conhecimento acerca de como as crianças percebem o fenômeno da morte e quais são as estratégias e formas adequadas de abordar tal temática com os pequenos. Para que venham oferecer assistência adequada, qualificada e de qualidade quando chegar até eles tal demanda. O presente trabalho teve como objetivo levantar por meio de revisão bibliográfica dados a respeito da compreensão que as crianças têm sobre a morte, identificar a maneira como o diálogo sobre a temática costuma ocorrer com elas, e explanar o que os autores dos artigos trazem acerca de como deveria ser essa comunicação sobre o processo de morte. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica sistemática dos artigos publicados em revistas científicas brasileiras, esse processo de busca durou em torno de três semanas. Inicialmente, o contato com os artigos se deu por meio dos resumos disponíveis nas bases de dados eletrônicas como Scielo, Pepsic e Lilacs e também pela consulta às referências dos artigos encontrados, na busca foram utilizadas os seguintes descritores: morte, infância, luto, criança, finitude, infantil e perda, de maneira isolada e combinada, encontrou-se um total de novecentos e cinquenta e sete artigos,



no entanto, no fim somente 12 artigos e 1 monografia atendiam aos critérios de inclusão, sendo esses artigos que explanaram sobre a morte e criança, escritos em português, do Brasil, que não ultrapassasse dezanove anos de publicação e que fossem da área de psicologia, todos que não se enquadram nestes critérios foram excluídos. Após a leitura dos artigos escolhidos, foi empregada uma análise temática dos conteúdos com o intuito de identificar e destacar as principais ideias dos autores acerca da percepção da criança sobre a morte e como ocorre a comunicação, posteriormente organizou-se as informações encontradas em categorias temáticas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Encontrou-se doze artigos e uma monografia, todos da área de psicologia, distribuídos entre os anos de 2001 a 2016, publicados em variadas revistas científicas brasileiras, a maioria abordando a temática compreensão da criança sobre a morte, a prevalência de base foi a Pepsic, sendo que durante o processo de busca de artigos muitos eram encontrados de maneira repetida entre as bases de dados eletrônicas. Dos artigos localizados apenas dois se caracterizavam como de revisão bibliográfica sistemática, os outros ficaram distribuídos entre relatos de experiências, estudos de casos clínicos/ hospitalares, pesquisa exploratória. Os resultados dos artigos foram descritos e discutidos a partir de três categorias: como a criança enxerga o processo da morte; comunicação sobre a morte para a criança: como costuma ser feita e comunicação sobre a morte para a criança: como os autores recomendam que seja feita. Ao relatar sobre a percepção da criança diversos autores (RAGAZZO, 2013; BORGES *et al.*, 2006; FRANCO; MAZORRA, 2007; LIMA; KOVÁCS, 2011; TORRES, 2002) seguindo a linha de pensamento de Piaget, corroboram que apesar de não se poder afirmar de maneira rígida, cada criança é influenciada por fatores singulares ao seu meio, o que ocorre com a maioria das crianças é que no período pré operatório (2-7 anos) não possuem desenvolvida a noção de irreversibilidade, ou seja, não compreendem que quando o indivíduo morre não volta, acreditam que a morte é um processo reversível; no estágio operacional concreto (7-11 anos) está presente a não-funcionalidade, ou seja, não compreendem que ao morrer os órgãos param de funcionar e o morto não é mais capaz de responder a estímulos; já no operatório formal (11-12 anos) é a fase da infância onde se está desenvolvida a noção de que ao morrer o indivíduo não volta mais, seus órgãos param de funcionar e a morte é universal e chegará um dia para todos os seres humanos, nesse estágio tem-se a compreensão concreta da morte. A comunicação sobre a morte para a criança ainda é considerada por muitos adultos um momento muito difícil de ser vivenciado. Diante dessa complexidade, muitos optam por mentir, esconder o fato, fugir do assunto, falar que o ente querido viajou, contar histórias fantasiosas para esconder um acontecimento que um dia a criança irá se deparar e ter o real entendimento. Com isso, a forma como é realizada a comunicação da morte durante o desenvolvimento da criança influencia como ela se comporta no presente e no futuro diante do fenômeno da morte, pois sua reação está relacionada com o modelo internalizado e aprendidos durante sua vida (YAMURA; VERONEZ, 2016). Apesar de o tema morte causar alguns sentimentos desconfortáveis, é preciso conversar de forma aberta e clara com as crianças. De acordo com Sengik e Ramos (2013), essa fala tem que ocorrer de maneira informal, e a criança deve encontrar o espaço necessário para expor suas emoções e conflitos sobre a temática. Dessa forma, se compreende como é essencial, que a criança encontre esse espaço para expor suas questões, pois agindo dessa maneira os adultos estarão proporcionando um ambiente acolhedor e seguro. O ambiente familiar irá se mostrar, como uma das principais referências que irão influenciar a criança na sua compreensão em relação ao tema. **CONCLUSÕES:** Compreende-se que o diálogo sobre morte ainda é considerado um tabu. Essa representação inclui aspectos históricos e socioculturais, isso se torna mais evidente no que se refere à comunicação sobre morte, especificamente com crianças, considerando que muitas pessoas compreendem os termos infância e morte como sendo antagônicos, acreditam que as crianças não têm a capacidade de compreender um tema tão complexo. Os artigos revisados discutem a morte como um processo natural, que ocorre com todos os indivíduos em alguma fase do

desenvolvimento. A compreensão do tema para a criança é influenciada por diversos fatores internos e externos. É necessário que os familiares das crianças possam ampliar sua compreensão acerca de como elas entende a morte, já que o adulto é quem irá realizar essa comunicação na maioria dos casos, com isso a maneira como a criança entra em contato com a notícia da morte de um ente querido ou a sua própria, influenciará como ela vivenciará o processo da morte.

## REFERÊNCIAS

BORGES, A. D. V. S. *et al.* Percepção da morte pelo paciente oncológico ao longo do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, v.11, n.2, p.361-369, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722006000200015](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200015).

FRANCO, M. H. P.; MAZORRA, L. Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.24, n.4, p.503-511, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2007000400009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000400009).

HOHENDORFF, J. V., MELO, W. V. Compreensão da morte e desenvolvimento Humano: contribuições à Psicologia Hospitalar. **Estud. pesqui. psicol.**, v.9, n.2, p.1-13, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v9n2/v9n2a14.pdf>.

KOVÁCS, M. J. Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. **Paidéia Ribeirão Preto**, v.18, n.41, p.457-468, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2008000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2008000300004).

LIMA, V. R.; KOVÁCS, M. J. Morte na família: um estudo exploratório acerca da comunicação à criança. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.31, n.2, p.390-405, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932011000200014&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932011000200014&script=sci_abstract&tlng=pt).

RAGAZZO, D. R. A. **Vivência do Adoecimento e a Compreensão da Morte na Infância**. 2012. 41f. Monografia (Programa de Aprimoramento Profissional em Psicologia Hospitalar HSPE) – IAMSPE, São Paulo, 2012.

SENGIK, A. S.; RAMOS, F. B. Concepção de morte na infância. **Psicologia & Sociedade**, v.25, n.2, p.379-387, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822013000200015&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822013000200015&lng=en&tlng=pt).

VENDRUSCOLO, J. Visão a criança sobre a morte. **Medicina**, Ribeirão Preto, v.38, n.1, p.26-33, 2005. .

YAMAURA, L. P. M.; VERONEZ, F. S. Comunicação sobre a morte para crianças: estratégias de intervenção. **Psicol. hosp.**, São Paulo, v.14, n.1, p.78-93, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167774092016000100005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167774092016000100005&lng=pt&tlng=pt).



## **A PERSPECTIVA DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL FRENTE À LUTA ANTIMANICOMIAL**

### **AUTORA:**

Antonia Dhully Alves da Silva

**INTRODUÇÃO:** O Hospital Psiquiátrico pode ser caracterizado como uma instituição total, em que Goffman divide em agrupamentos, definindo como um lugar fechado que estão indivíduos semelhantes que foram separados de uma comunidade mais ampla e que é administrada por terceiros. Tornando o manicômio o local determinado para cuidar de pessoas que não tem capacidade para cuidar de si próprias e que trazem algum risco para a sociedade (1961). Com isso, a luta antimanicomial surge com o intuito de superar não só as estruturas físicas dos manicômios, mas todos os aspectos ideológicos que cercam esse nome. Principalmente a lógica de exclusão na qual esteve voltada, como também a violência que operava nos primeiros manicômios. Assim, levar o status de loucura para o âmbito social, dando a possibilidade para esses indivíduos portadores de transtornos mentais exerçam sua cidadania, junto com todas as relações interpessoais, proporcionando um ambiente que dê possibilidades de ação social (RIBAS; SOUGEY; MARTINS, 2009). Na promulgação da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, promoveu o redirecionamento de cuidado para o modelo assistencial em saúde mental, tornando responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, com a participação da família e da sociedade. No entanto, diante da atual conjuntura sociopolítica trazer a discussão sobre as práticas de combate a manutenção dos manicômios estabelece como primazia diante dos critérios humanistas, pelos quais vale ao sujeito portador de deveres e direitos cidadãos executar. É de suma importância que estudantes e profissionais do Serviço Social, tomem conhecimento acerca da relevância do tema Luta antimanicomial, assim como, saber como começou e quais são os objetivos que carrega o movimento, para que tenhamos uma saúde mental mais humanizada, para que não só seus pacientes e familiares tenham consciência dos seus direitos, mas também que os profissionais garantam que estes sejam colocados em prática. O presente trabalho tem como objetivo mostrar a percepção dos estudantes de serviço social frente a luta antimanicomial. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo, onde foi usada a técnica de levantamento de dados. Participaram deste estudo 45 pessoas, dentre eles homens e mulheres, com idade de 18 a 60 anos, alunos do Curso de Serviço Social do Centro Universitário FACEX, no qual integrou o quarto e oitavo período deste curso. A amostra utilizada foi não probabilística do tipo conveniência. O instrumento utilizado foi um questionário com nove questões de múltipla escolha, que versou sobre temas, como luta antimanicomial e os conhecimentos dos alunos do curso de serviço social. O tempo utilizado pelos participantes para concluir o questionário foi no máximo 10 minutos, onde foi autoaplicável. Antes da realização da pesquisa fizemos um estudo piloto, com o objetivo de testar o instrumento. Recrutamos os participantes na Instituição de Ensino Unifacex e antes que eles comessem a responder a pesquisa, solicitamos a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após isso, começamos a coleta propriamente dita, onde o projeto não precisou ser passado pelo Comitê de Ética. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Diante dos resultados obtidos, foi possível avaliar o

conhecimento de alunos ingressantes e concluintes do Curso de Serviço Social sobre o Movimento da luta antimanicomial e algumas discussões que cercam este tema. No qual a luta antimanicomial é um movimento social que consiste na luta pelos direitos dos usuários e familiares a uma atenção de qualidade nos serviços de saúde, através de estratégias e ações que pautem no protagonismo dos indivíduos e que promova mudança no imaginário social da loucura, mostrando a importância que tal luta tem, onde é mostrado pelo grau de popularidade que o termo possui, já que a pesquisa mostrou que 64% dos entrevistados já tinham ouvido falar, sendo observado que alunos concluintes do curso mostraram estarem mais adeptos ao assunto, tendo apenas 10% que não conheciam a luta, enquanto no quarto período 46% não conheciam (BARBOSA; COSTA; MORENO, 2012). Há ainda na nossa atual conjuntura uma lógica que ainda sobrevive no imaginário das pessoas, correndo o risco de ser reproduzido a lógica dos manicômios nos novos dispositivos de cuidado à saúde mental, se não formos capazes de realizar uma crítica contínua da prática profissional (ALMEIDA, 2018). No qual é importante ressaltar quando 64% dos participantes da pesquisa responderam que era necessário a extinção dos manicômios, pois não é única forma de tratamento, mas 40% falaram que não era necessário, mas que existem outras formas de tratamento e 4% falaram que era necessário sendo a única forma de tratamento, com isso é possível perceber que ainda há uma porcentagem muito grande que coloca em pauta a manutenção da lógica manicomial. Diante da conjuntura atual na qual vivemos mostrar e discutir a importância da luta antimanicomial é de total relevância, principalmente na academia. Como mostra na pergunta três sobre a importância da luta, 98% dos estudantes disseram que era importante, mostrando a relevância que é tratar sobre o movimento.

A ruptura com o modelo manicomial significa, para o movimento, muito mais do que o fim do hospital psiquiátrico, pois toma como ponto de partida, de acordo com Abou-Yd & Silva, a crítica profunda aos olhares e concepções acerca deste fenômeno. Significa a "contraposição à negatividade patológica construída na observação favorecida pela segregação e articuladora de noções e conceitos como a incapacidade, a periculosidade, a invalidez e a inimizabilidade (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007, p. 402).

É visto que os entrevistados acreditam que os indivíduos que fazem uso de hospitais psiquiátricos sofrem algum tipo de preconceito, pois ainda há visões estereotipadas de cunho negativo e sentimentos desfavoráveis em relação a doença mental, como também uma atmosfera insatisfatória. Tornando-se frequente ainda hoje representações, como sem juízo, sem razão e agressivo, com atitudes de medo e exclusão. E a família por estar inserida nessa sociedade acaba pactuando e favorecendo a manutenção de tais visões e ainda reproduzindo o discurso da sociedade. Até entre os profissionais de saúde mental, ainda há uma noção de periculosidade, pouco valor e ineficiência. Com isso, essas concepções dificultam a desospitalização e a reinserção sociofamiliar, proporcionando que haja um estigma que os portadores de doença mental tenham que ficar em instituição psiquiátrica para proteger a si mesmo, a família e a sociedade. (MACIEL *et al.*, 2008). **CONCLUSÕES:** O estudo demonstrou a popularidade que o termo “Luta antimanicomial” possui, como também o grau de importância que os alunos do Curso de Serviço Social do Centro Universitário FACEX dão ao movimento. É possível observar que ainda há um déficit de conhecimento sobre outras formas de tratamento para pessoas com doenças psiquiátricas, onde foi visto que algumas pessoas acreditam não ser necessário a extinção dos hospitais psiquiátricos. Acreditando-se ser bastante preocupante o fato das pessoas não saberem o quanto os hospitais psiquiátricos eram desumanos e que iam contra aos direitos humanos. Já que o manicômio carrega em seu contexto histórico, aspectos ideológicos como exclusão e violência contra os internos. É notório e interessante ressaltar que os estudantes do oitavo período do Curso de Serviço Social possuem

mais conhecimento sobre o movimento antimanicomial que os estudantes do quarto período, acreditamos que por estarem próximo da conclusão do curso e por estarem a mais tempo envolvidos em causas sociais. Fica evidente que é necessário haver mais discussões acerca da temática, sobre seu percurso histórico, assim como as representações sociais que essa instituição está cercada, ainda mais diante da conjuntura sócio política atual em que os dispositivos sociais estão totalmente desassistidos, com o objetivo de voltar para a lógica da internação nos hospitais psiquiátricos. Sendo necessário saber sobre as políticas públicas que estão voltadas para indivíduos com transtornos mentais, é importante também que haja profissionais capacitados que possibilite um olhar pautado no bem-estar social e nas implicações dessa causa, que promovam e protejam os direitos dos indivíduos com transtornos mentais, assim como está assegurado na lei.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D.L. Assistência em saúde mental: da lógica manicomial à reforma psiquiátrica. **ECOS**, v.8, n.2, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2638>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- BARBOSA, G.; COSTA, T.; MORENO, V. Movimento da luta antimanicomial: trajetória, avanços e desafios. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, 4, dez. 2012. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/2017>. Acesso em: 07 out. 2018.
- BRASIL. **Decreto - Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm).
- GOFFMAN, E. **Manicomios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LUCHMANN, L.H.H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 399-407, Apr. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232007000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000200016&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 nov. 2018.
- MACIEL, S.T., *et al.* Exclusão social do doente mental: discursos e representações no contexto da reforma psiquiátrica. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 13, n. 1, p. 115-124, June 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141382712008000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141382712008000100014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 nov. 2018.
- RIBAS, V. et al. Uma breve história da reforma psiquiátrica, **Neurobiologia**, v.72, n.1, p.85-96, jan. 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/303783165\\_Uma\\_breve\\_historia\\_da\\_reforma\\_p\\_siquiatrica](https://www.researchgate.net/publication/303783165_Uma_breve_historia_da_reforma_p_siquiatrica). Acesso em: 10 nov. 2018.



## **PSICOLOGIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS: PREVENINDO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**

### **AUTORA:**

Antonia Dhully Alves da Silva

**INTRODUÇÃO:** Com a desigualdade social, o trabalho infantil é uma das principais causas de violação de direitos das crianças e adolescentes, se tornando nocivo para o seu desenvolvimento e para sua vida. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) tem como princípio, garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo ilegal qualquer forma de exploração que envolva trabalhos produtivos que não estejam regulamentados por programas. Embora seja uma Lei Federal, na prática, vários fatores impedem que sejam seguidos de forma absoluta. Com isso, o presente estudo tem como objetivo, descrever o trabalho infantil e discutir a intervenção da Psicologia junto de crianças e adolescentes que tem seus direitos violados a partir do trabalho infantil. Tornando-se importante na medida em que discussões referentes a atuação do profissional da psicologia junto com a crianças e adolescente exploradas pelo trabalho infantil é ainda pouco recorrente no cenário atual, apesar do trabalho infantil ser um tema bastante estudado ao longo dos anos.

**METODOLOGIA:** Para tanto, foi realizado um estudo exploratório com revisão da literatura. Segundo Hohendorff (2014) a revisão de literatura é uma avaliação crítica de obras já publicadas, considerando o progresso da literatura acerca da temática abordada, no qual os autores definem e esclarecem uma problemática, agrupando e resumindo estudos anteriores, esclarecendo aos leitores o estado que se encontra determinada área de investigação. Já o estudo exploratório é o passo inicial no procedimento da pesquisa pela experiência e auxílio que proporciona na criação de hipóteses relevantes para estudos futuros, definem objetivos e buscam maiores informações sobre determinado assunto para familiarizar-se com o fenômeno e criar novas percepções e ideias sobre o mesmo. Realiza descrições do cenário e pretende mostrar as relações existentes entre os elementos estudados (CERVO; BERVIAN, 1996). As perguntas que nortearam a pesquisa foram: Qual a relação entre o trabalho infantil e a psicologia. Onde a psicologia está pode intervir? A busca se deu partir da leitura de artigos de banco de dados científicos, como SCIELO (Scientific Electronic Library Online), e Google Scholar (ACADÊMICO) e PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) acerca da temática em questão, utilizando os descritores: trabalho infantil, trabalho infantil e psicologia, violação de direitos, desigualdade social. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dessa forma, o trabalho infantil carrega raízes de antes da revolução industrial, se agravando nesse período na Inglaterra, já no Brasil, há histórico no período de escravidão, com as crianças acompanhando seus pais na execução de atividades que demandava de um esforço físico maior do que era suportável para a sua idade. Em 1890 com a chegada do processo de industrialização, já havia cerca de 15% da mão de obra infantil nos centros industriais (KASSOUF, 2007). A perpetuação da pobreza é um processo que está enraizado culturalmente, em função disso a utilização de mão de obra infantil torna-se vantajosa para os donos dos meios de produção que irá lucrar com o barateamento da mão de obra, e do ponto de vista das crianças e familiares tem-se a crença que o trabalho irá impedir que a criança entre no ambiente da marginalidade, pois estará ocupada trabalhando, assim como poderá ajudar na renda familiar e subsidiar seus próprios

objetos pessoais, liberando os pais para realizarem outras atividades que possam aumentar a renda familiar, em outros casos ainda, crianças e adolescentes assumem o papel de provedor da família em função de uma maior ganho em relação a seus familiares (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003). Uma grande parcela da força de trabalho infantil é em decorrência das necessidades advindas do grupo familiar, em relação a poucas condições de sobrevivência. Mas há ainda também, tanto por parte das famílias como de outros setores, influências para que as crianças e adolescentes comecem a trabalhar mais cedo como uma justificativa de teor econômico, colocando relativa importância no trabalho produtivo, prejudicando ou substituindo na maioria das vezes atividades esportivas e estudantis, mesmo o trabalho acarrete algum prejuízo físico ou mental (CAMPOS; ALVERGA, 2001). Com isso, o trabalho infantil afeta o meio social da criança, envolve todo o seu desenvolvimento na escola, provocando déficit de atenção, interrompendo o seu tempo de lazer (brincadeiras), afetando também a sua saúde, além de uma precoce introdução no meio adulto, e responsabilidades que não se adequam a idade, afetando ainda, o seu desenvolvimento físico e psicológico, internalizando processos que não dizem respeito a sua idade, mudando todas as estruturas e funções da vida da criança e do adolescente. Isso impossibilita que a criança tenha um desenvolvimento físico, psicológico e social que garanta a formação de um indivíduo saudável (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

Frente a atuação nas políticas públicas de assistência social para combater as situações de risco é necessário que haja profissionais de diversos setores, como educação, assistência social e sistema de justiça. Se tornando o psicólogo e o assistente social essenciais, com um trabalho interdisciplinar, trazendo a família como foco (ALBERTO *et al.*, 2008). Com isso, o profissional de psicologia dentro do foco da proteção integral, deve considerar a criança e o adolescente sujeitos da sua história, sujeitos de direitos, analisando a situação no sentido de diagnosticar a realidade através de pesquisas que possibilitem a análise, planejamento de ações e recursos para o enfrentamento das situações de riscos. Atuando também de forma interdisciplinar, realizando um trabalho em rede que atenda às necessidades colocadas no contexto que essas crianças e adolescentes estão inseridas, para que através de ações especializadas realizar a inclusão social, que possibilitem aos jovens o protagonismo social (ALBERTO *et al.*, 2008). O profissional de psicologia, baseado no seu Código de Ética profissional, deve contribuir para eliminar quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão que os indivíduos possam estar submetidos, atuando de forma a promover a saúde e a qualidade de vida, baseando seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, dignidade, igualdade e integridade do ser humano e suas coletividades (2005).

**CONCLUSÃO:** Ao fim do estudo ora realizado, fica evidente que cada vez mais são necessárias discussões e reflexões acerca da realidade em que crianças e adolescentes vivem, e como há uma escassez na literatura sobre a intervenção da psicologia junto com crianças e adolescentes que tem seus direitos violados a partir do trabalho infantil. Dessa forma, se faz necessário não só a criação de mais programas sociais que envolvam crianças e adolescentes, mas também que os programas já existentes possam ser executados por profissionais capacitados, sendo o profissional de psicologia um agente importante para desnaturalizar a realidade em que crianças e adolescentes estão colocados, promovendo ações diversas para promover o bem-estar físico, psicológico e social que está assegurado por lei. A psicologia tem o dever, assim como outras profissões, de assegurar que os direitos da criança e do adolescente sejam colocados em prática, fazendo-se de grande necessidade que haja espaços de debates e diálogos acerca da garantia do direito da criança e do adolescente.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTO, M. F. P. et al. O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. **Psicologia: ciência e profissão**, v.28, n.3, p.558-573, 2008Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932008000300010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932008000300010&script=sci_abstract&tlng=pt).
- BRASIL.Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Estatuto da criança e do adolescente.
- CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho.**Estud. psicol.**, Natal, v. 6, n. 2, p. 227-233, 2001. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413294X2001000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2001000200010&lng=en&nrm=iso).
- \_\_\_\_\_; FRANCISCHINI, Rosângela. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 119-129, June, 2003. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722003000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000100015&lng=en&nrm=iso).
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Markon Books, 1996
- HOHENDORFF, Jean Von. Como escrever um artigo de revisão de literatura. *In*: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P de P.; HOHENDORFF, J. V. (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. 192p.
- KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil?. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, Aug. 2007. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010363512007000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512007000200005&lng=en&nrm=iso).



# **SERVIÇO SOCIAL**



## **VIOLÊNCIA E CRIME CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: MITOS E REALIDADES**

### **AUTORES:**

Jardson Silva

Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro

**INTRODUÇÃO:** Vive-se na contemporaneidade um contexto de exclusão social decorrente das relações desiguais e hierarquizadas presentes na sociedade brasileira, inscritas no modelo de sociedade neoliberal. Esse modelo de desenvolvimento imprime um padrão de vida moderno a todas as realidades sociais, e ao mesmo tempo submete aos interesses do grande capital, o modo de viver, produzir e reproduzir das diversas classes sociais que gera na sociedade o agravamento da questão social<sup>2</sup>. Notadamente, da violência contra os sujeitos mais fragilizados, em particular, as crianças e os adolescentes, mas também a população sênior que não faz parte deste nosso estudo. Desta forma, observa-se a infância e juventude em situações de risco e violência, usados para obter lucro, envolvidos em facções e gangues ou simplesmente mortos pelos familiares, sendo estas e outras as realidades que verificamos cotidianamente na mídia e nos noticiários. Neste estudo apresentamos algumas reflexões que possibilitam situar os significados dessa violência e do crime praticado contra o segmento infanto-juvenil, onde muitos adolescentes se sentem com prestígio por fazerem parte de organizações. É importante ter presente que existe na sociedade uma postura incisiva de enfrentamento à questão da criminalidade contra as crianças e os adolescentes. Existe muito preconceito, exclusão e violência, onde precisamos da construção de identidades desses meninos e meninas envolvidos em gangues e atos infracionais, reflexo das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista, e impensáveis sem a intermediação do Estado. Portanto, este estudo situa-se no âmbito da violência e da criminalidade que envolve a infância e a juventude brasileira, e no debate atual acerca do papel do Estado nesta temática, tendo o ECA como seu documento norteador, com a finalidade de compreender a problemática da violência infanto-juvenil no intuito de potencializar transformações pertinentes a garantia de direitos.

**METODOLOGIA:** Propõe-se neste trabalho uma pesquisa analítica, de abordagem do tipo qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de aproximar-se do objeto de pesquisa, tendo sua base no material já publicado. Esta fase da pesquisa é a que fornece suporte a todas as fases do processo investigativo, pois auxilia na escolha do tema, na definição da problemática, na determinação dos objetivos, na formulação das hipóteses, na fundamentação da justificativa e na elaboração dos resultados. (SILVA, 2004). Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Esta trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

---

<sup>2</sup>Questão social aqui definida como “o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2000, p.27).

Observa-se na realidade social a desigualdade e o acirramento da pobreza<sup>3</sup>, em que pessoas são expostas a condições mínimas de sobrevivência. As crianças e os adolescentes que vivem na rua são o reflexo desses processos de exclusões, preconceitos e violência. Percebe-se que a criança na rua acaba tornando-se traficante, “aviõezinhos”, envolvida em atos infracionais, devido à falta de oportunidade de estudo e geração de renda, acompanhamento adequado e por viverem em lugares vulneráveis e de risco. Estudos mostram que certos adolescentes não são nem coagidos, mas acabam assumindo uma facção por medo de represálias. De acordo com a revisão de literatura sobre a problemática, há uma ausência de políticas públicas eficazes e de promoção à cidadania fazendo com que muitos jovens da periferia precisem cotidianamente escolher gangues e facções nas comunidades e nos centros socioeducativos. Devido a essa ausente intervenção estatal por meio da efetivação das políticas públicas, as crianças e adolescentes e suas famílias acabam sendo expostas ao desemprego, subemprego, à fome, à miséria, à violência, portanto excluídas dos seus direitos a cidadania, configurando uma das mais graves expressões da questão social no cenário da sociedade brasileira. Por não terem acesso a políticas sociais, adolescentes residem nas facções e gangues periféricas das grandes e pequenas cidades, sem acesso à produção e ao consumo de bens e serviços para garantir condições mínimas de subsistência para si e para os seus. Onde parcela das famílias dos adolescentes pobres e subalternizados torna-se, segundo Yazbek (2015), uma população sobrando, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas, numa sociedade em franca expansão capitalista, que produz o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade do trabalho. Outro fator importante é a ausência de vínculos familiares que gera situações de violência e contribui para o desenvolvimento da criminalização juvenil. Diante dessa reflexão o adolescente em conflito com a lei seria alguém que foi mal socializado, que não conseguiu realizar relações sociais com a família, a escola, o casamento, a comunidade e o trabalho, situações estas capazes de mantê-lo longe do crime. Muitas crianças pobres são estimuladas a lutar por si mesmas e por suas famílias e, nesse sentido, tem modificado o processo de sua socialização e o caráter lúdico de sua identidade infantil (ADORNO, 1993). Por isso, o estudioso Becker (1977) argumenta que o ato infracional praticado pelo jovem não é uma característica do sujeito que o pratica, mas é uma construção social, constituído pela transgressão de regras elaboradas por diferentes segmentos e grupos sociais, levando a aplicação de determinadas normas através da liberdade assistida, semiliberdade e internação aos infratores. Para este autor, o desvio ocorre na interação entre a pessoa que comete um ato e aqueles que respondem a ela. Faleiros (2006) afirma que esse fenômeno da violência é uma construção social resultante das relações desiguais e excludentes, entre os diversos atores presentes na sociedade, onde a falta de limites entre gerações, ocasiona despotismo familiar e confusão de discurso, e percebe-se que “muitas vítimas de hoje, poderão se transformar em agressores no futuro”. A repressão e o autoritarismo familiar e social também atuam na produção de uma estrutura convenientemente submissa e machista, em conformidade com a organização da sociedade em geral, resultante de micro poderes. Ainda, é existente a violência exercida também pelo aparato estatal, através de suas políticas coercitivas, que ao invés de atuar na proteção, são vistos como aparelhos de repressão, punição e violência, um movimento contrário às conquistas da década de 1980 e 1990. Os jovens passam a ser tratados como marginais e/ou bandidos, abordados pela polícia nas revistas de forma violenta em ambientes públicos e que, em certos casos, repercutem em momentos de constrangimento, diante da família e da comunidade. Ao poder público, falta investir em

---

<sup>3</sup>Yazbek (2015) traz uma discussão sobre a pobreza e a exclusão social como resultantes da questão social que permeiam a vida das classes subalternas da sociedade brasileira. A definição também envolve uma reflexão sobre o precário sistema de proteção social público no país no contexto da crise mais global com que se defrontam as políticas públicas na contemporaneidade.

políticas que promovam a qualificação e a inserção desses jovens no mercado de trabalho. Com isso, a violência infanto-juvenil, em suas diversas manifestações, trazem à tona situações de extrema violação de direitos de crianças e de adolescentes, nas quais as vivências de crime, atos infracionais e explorações sexuais atropelam etapas de suas vidas, impedindo-as de se tornarem sujeitos de seus próprios destinos e de exercitarem, na plenitude, o direito a um integral e salutar desenvolvimento físico, afetivo e social. **CONCLUSÕES:** Observamos que a violência é um fenômeno que atinge todos os contingentes, envolvendo milhões de jovens, a grande maioria pertencente aos segmentos sociais mais empobrecidos. Nota-se que o crime de violência está respaldado por uma série de outras violências e pela negação de direitos sociais. Nesse sentido, enfocamos que o enfrentamento deve ser repensado, tendo por base as diversas dimensões que norteiam a vida humana, em que poderiam ser potencializadas ações, no âmbito educacional, com o intuito de prevenir as situações aqui mencionadas. Portanto, corroboramos com aqueles que pensam que o enfrentamento da violência infanto-juvenil está relacionado com a superação do modo de produção vigente. Lutar pela garantia de direitos numa sociedade estruturalmente excludente leva-nos à lutar pela superação da ordem social capitalista que gera a questão da desigualdade social e a abrangente contradição de classes.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. A experiência precoce da punição. *In:* Martins, José de Souza (coord.). O massacre dos inocentes. **A criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BECKER, H. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/90.
- FALEIROS, E. T. S. **Formação de Educadores (as):** Subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Brasília: MEC/SECAD; Florianópolis: UFSC/SEAD. 2006.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2000.
- SILVA, C. R. de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático**. Fortaleza: UFC, 2004.
- YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2015.



## A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE AO PROCESSO DE ADOÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

### AUTORES:

Jardson Silva

Milena Beatriz de Oliveira Pimentel

Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro

**INTRODUÇÃO:** A adoção é um tema bastante presente na sociedade contemporânea. Se observarmos as novelas exibidas pelas redes de televisão nacional, é possível perceber que o tema da adoção está presente. Fazendo referência ao momento atual, Chaves (2008) utiliza o termo *glamourização da adoção*, referindo-se à adesão de celebridades a esta prática, o que tem contribuído ainda mais para a aparição do tema na mídia. Contudo, tal *glamourização* não traz reflexões sobre o assunto, ficando as reflexões comumente restritas às famílias adotivas e aos profissionais que as assistem, incluindo, ainda, os grupos de apoio à adoção existentes no país. A história nos mostra que a adoção no Brasil está presente desde a época da colonização, portanto não havia qualquer tipo de proteção destinada à criança e ao adolescente. Somente em 1988, com a Constituição Federal do Brasil, que a lei passou a tratar de maneira igualitária os filhos, sendo eles biológicos ou não. E é nessa lei que o Estatuto da Criança e do Adolescente se consolida, onde não há diferenciação entre filhos legítimos e adotivos e há o rompimento dos vínculos de parentesco com a família de origem. Nesta perspectiva, como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social atua na reprodução das relações sociais na sociedade capitalista que tem na questão social e suas variadas expressões a base de sua fundação histórica, onde o trabalho assume a configuração de trabalho assalariado, meio de sobrevivência, e o trabalhador a qualidade de trabalhador livre, que vende sua força de trabalho em troca de um salário para obter os meios necessários para sua subsistência. É nesse mercado de trabalho que o campo sociojurídico se caracteriza como conjunto de espaços ocupacionais dos assistentes sociais, os quais atuam sobre as múltiplas expressões da questão social que demandam intervenção do Poder Judiciário, manifestando-se na realidade social dos sujeitos, sobretudo daqueles que vivenciam situações de desemprego, informalidade, pobreza, falta de acesso às políticas sociais, entre outras que vêm contribuindo para o crescimento do número de crianças e adolescentes abandonados por suas famílias naturais e disponíveis para adoção. Assim, torna-se necessário elencar que este trabalho tem como objetivo geral mostrar a relevância do trabalho de assistentes sociais no processo de adoção, bem como identificar quais os instrumentos técnicos utilizados pelos/as profissionais nesse processo, desde o parecer de retirada até a colocação na família substituta e, enfim, descrever o trabalho interdisciplinar no judiciário. Por isso, é um estudo que privilegia a atuação profissional de assistente social no campo da adoção no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil.

**METODOLOGIA:** Este trabalho propõe uma pesquisa de abordagem do tipo qualitativa, realizada por meio de pesquisa exploratória, bibliográfica e entrevista semiestruturada, onde os seus resultados serão submetidos à análise de conteúdo que envolverá descrição e discussão. A pesquisa exploratória realizou-se visando uma primeira aproximação com o tema, para interrogarmos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Seu

foco fundamental é a construção do projeto de investigação (MINAYO, 2001). A pesquisa qualitativa para Minayo (2001) responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Com isso, a pesquisa bibliográfica teve sua base no material já publicado. Esta fase da pesquisa fornece suporte a todas as fases do processo investigativo, pois auxilia na escolha do tema, na definição da problemática, na determinação dos objetivos, na formulação das hipóteses, na fundamentação da justificativa e na elaboração dos resultados (SILVA, 2004). A entrevista semiestruturada não seguiu um roteiro específico, e sim elaborado previamente, apenas para ter uma base, mas se enraíza em algumas questões a serem respondidas que vão surgindo de acordo com o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Para Minayo (2001), a entrevista semiestruturada é quando se articula as entrevistas não estruturadas com as estruturadas, que tem perguntas previamente formuladas, assim, caracterizando-se em entrevistas semiestruturadas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), o/a assistente social iniciou seu trabalho nesta área com a reorganização do Serviço Social de Menores, onde foram postos em cargos de comissário de menores, subdiretor de vigilância e monitores de educação. Nesse contexto, o profissional de Serviço Social passa a ser requisitado no campo sociojurídico, agindo frente a questões ligadas à garantia de direitos fundamentais. De acordo com Fávero (1999, p. 23):

O judiciário, como parte do Estado, sendo uma instituição onde o poder se concretiza, é acionado para agir frente a essas contradições ou desvios. Como instância normatizadora no dia a dia de indivíduos, grupos e classes sociais, busca, pela lei, enquadrar determinadas situações, visando a manutenção ou o restabelecimento da ordem. Seu poder é aplicado prioritariamente de forma coercitiva ou repressiva, direcionado para o disciplinamento, a normalização de condutas.

Portanto, o Serviço Social tem um papel de suma importância no campo sociojurídico, pois atua sobre a questão social e suas expressões na realidade social dos sujeitos, articulando os direitos e a justiça social, construindo alternativas de ação em espaços contraditórios. Nestes espaços, possui relativa autonomia para utilizar os instrumentos e técnicas que julgar necessários para atender às demandas emergentes no cotidiano, enfrentando os limites impostos pela instituição sem deixar de primar pelo fortalecimento do projeto ético-político da profissão. Em entrevista realizada com o assistente social da Comarca de Nova Cruz/RN, as atribuições do/a profissional de Serviço Social frente ao processo de adoção são: a realização do estudo social; o atendimento à demanda espontânea com orientações à população; acompanhamento social das famílias em processo de adoção; articulação da rede de atendimentos, tanto no campo sociojurídico quanto na Saúde e Assistência Social; e, o desenvolvimento de atividades junto ao Cadastro Nacional de Adoção. Os instrumentos que subsidiam o trabalho do/a assistente social nesta área são: o estudo social; entrevista coletiva; a visita domiciliar; a entrevista (muitas vezes realizada com roteiro); a técnica de observação direta; o relatório social; guias de encaminhamento; ficha de cadastro de atendimento; e, o manuseio de arquivos administrativos. Através destes instrumentos e técnicas, é desenvolvida a dimensão técnico-operativa, cujo conjunto de habilidades técnicas permite ao profissional definir quais os instrumentos serão utilizados no processo de intervenção (GUERRA, 2007). É perceptível a essencialidade da relação interdisciplinar no desenvolvimento das atividades no Poder Judiciário, pois acredita-se que a apuração dos fatos e a tomada de decisão da adoção devem acontecer de forma conjunta com os profissionais envolvidos, visto que é indispensável considerar o sujeito em suas variadas determinações. Além disso, torna-se necessário observar o contexto social no qual a família e

a criança ou adolescente está inserido/a, os seus sentimentos e desejos, além de procurar facilitar os trâmites legais e seguimento do processo. Portanto, ainda existem muitos desafios a serem superados fora da Comarca de Natal, ou seja, nas Comarcas das regiões interioranas. Onde a estrutura do serviço institucional é precária ou inexistente, sem falar da equipe técnica defasada ou desestruturada, onde muitos interiores contam com a ausência de programas para famílias acolhedoras, que também é um dos maiores desafios para a efetivação da adoção no estado do RN. Ou seja, é quase inviável implementar o ECA sem uma rede estruturada e competente, sem profissionais capacitados a resolverem as expressões da questão social e sem estrutura básica para o desenvolvimento das ações. **CONCLUSÕES:** Pode-se perceber que o trabalho do/a assistente social no processo de adoção tem como principal objetivo responder às demandas dos usuários dos serviços prestados, garantindo o acesso dos envolvidos aos direitos constituídos nas leis vigentes, a fim de intervir na melhoria das condições de vida da criança e/ou adolescente, construindo propostas criativas capazes de resguardar os direitos dos usuários de seus serviços, decifrando a realidade de maneira propositiva frente às demandas do exercício profissional. Além de buscar, de certa forma, diminuir a dor do abandono dessas crianças e adolescentes que vivem em lares adotivos ou apenas são rejeitados pelos pais por algum motivo.

## REFERÊNCIAS

CHAVES, V. P. Adoção e homossexualidade. **Adoção: um direito de todos e todas.** Brasília, p. 35-39, 2008.

FÁVERO, E. T. **Serviço Social, Práticas Judiciárias, Poder:** implantação e implementação do serviço social no juizado de menores de São Paulo. São Paulo: Veras, 1999.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, C.R.de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa:** guia prático. Fortaleza: UFC, 2004.



## O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CENTRO POP

### AUTORES:

Jardson Silva

Gustavo Henrique Bezerra Petrovich

**INTRODUÇÃO:** A sociedade contemporânea convive com diferentes expressões da questão social aprofundadas pelo processo de amadurecimento capitalista e precarização das relações de trabalho. Com isso, a população em situação de rua é uma questão que vem sendo discutida por diferentes políticas públicas, tendo em vista a complexidade e a necessidade de intervenção dos diversos campos, como saúde, assistência social, habitação, educação, dentre outros. As pessoas em situação de rua presenciam constantemente a não garantia e a negligência no acesso aos direitos sociais conquistados pela Constituição Federal de 1988, constituindo-se assim como sujeitos à margem de uma sociedade que os exclui e condena. Neste contexto, o fenômeno de morar na rua acontece com mais intensidade e diversidade nas grandes cidades e metrópoles, isso considerando o exposto pelos autores discutidos. São nestes grandes emaranhados de situações, pessoas, organizações dos mais diferentes tipos, que os sujeitos encontram mais espaços, não somente físico, mas também de ordem social e cultural para exercício desta condição, de “conviver” nas ruas. Sendo assim, este trabalho discute a temática das pessoas em situação de rua e o trabalho de assistentes sociais junto a essa classe que diariamente é excluída socialmente. Esta pesquisa foi desenvolvida no Centro Pop, em Natal/RN. Pensando em ampliar os conhecimentos teóricos e práticos para lidar com essa temática, foram observadas as dificuldades e os desafios enfrentados pelo/a profissional de Serviço Social no contexto organizacional. **METODOLOGIA:** Este trabalho se desenvolveu no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, localizado no bairro Barro Vermelho, zona leste da cidade de Natal/RN. O estudo se deu por meio da entrevista semiestruturada à coordenadora do Centro, onde também foi realizada a pesquisa bibliográfica, no intuito de aproximar-se com o tema em questão. A entrevista semiestruturada não seguiu um roteiro específico, e sim elaborado previamente, apenas para ter uma base, mas se enraizou em algumas questões a serem respondidas que vão surgindo de acordo com o diálogo entre o entrevistador e entrevistado. Para Minayo (2001), a entrevista semiestruturada é quando se articula as entrevistas não estruturadas com as estruturadas, que tem perguntas previamente formuladas, assim, caracterizando-se em entrevistas semiestruturada. Enquanto a pesquisa bibliográfica teve sua base no material já publicado, para que assim fosse possível a fundamentação teórica desta pesquisa. Esta fase da pesquisa fornece suporte a todas as fases do processo investigativo, pois auxilia na escolha do tema, na definição da problemática, na determinação dos objetivos, na formulação das hipóteses, na fundamentação da justificativa e na elaboração dos resultados (SILVA, 2004). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Percebe-se que algo em comum transpassa a história de vida desses sujeitos, que independente de suas diferentes nomenclaturas ou categorizações, vivenciam um processo de exclusão social, marcados pela pobreza e relações precárias de trabalho. No conjunto de privações que contribuem para o processo de exclusão social, a pobreza aparece como fator importante, segundo Yazbek os pobres sofrem uma profunda estigmatização, pois são,



[...] submersos numa ordem social que os desqualifica, marcados por clichês: ‘inadaptados’, ‘marginais’, ‘problematizados’, portadores de altos riscos, casos sociais, alvo de pedagogias de reerguimento e promoção, os pobres representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira (YAZBEK, 2005, p. 22).

A pobreza é vista como uma realidade negativa, uma espécie de castigo para onde são enviadas as carências, as precariedades, as minoridades e os atrasos do país. Para melhor entendimento da pesquisa, com relação à população em situação de rua, que é uma expressão da questão social advinda do amadurecimento capitalista:

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. (SILVA, 2006, p.95).

Neste mesmo sentido, Sposati (2003) contribui ao afirmar que exclusão social é mais do que puramente a pobreza, considerando-a como o estado de não ter, sendo que se trata de um processo de não inclusão, de apartação, e negação como decisão histórica e culturalmente humana de criar interdições. A autora em outro estudo aponta que a exclusão social se refere também à discriminação e estigmatização, podendo estar relacionada a questões de sexo, cor, orientação sexual e outras características e atribuições dos sujeitos, não estando necessariamente relacionadas com a pobreza. Esta população fica à mercê da intervenção do Estado como meio de subsistência, o que se relaciona com o discurso da assistência social de ofertar serviços a quem dela precisar. Por esse motivo, esta política é compreendida como um dos pilares fundamentais do sistema de proteção social no Brasil. Neste sentido, implica ao Serviço Social grandes desafios e possibilidades. Uma vez que as multideterminações sociais que promovem o fenômeno social população em situação de rua não se explicam a partir de um só aspecto (como a falta de moradia, trabalho e renda, rompimento dos vínculos familiares, adversidades pessoais e doenças, e fatores ligados a desastres geográficos, como inundações e secas). Por isso, enquanto categoria profissional, a atuação deve ser crítica, ética e propositiva, visando a romper com as diversas formas discriminatórias em relação à população em situação de rua e fortalecer a luta por direitos, com base nos princípios de nosso Código de Ética e das legislações que normatizam nossa profissão. Na instituição em análise, foi constatado que os seus objetivos são de possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários; contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária. O Serviço Social da instituição não tem um setor específico, porém é possível realizar os atendimentos em algumas salas disponíveis. Atualmente o Centro possui duas assistentes sociais, onde o trabalho é realizado de forma interdisciplinar junto aos outros profissionais da instituição. Segundo a coordenadora do serviço, os desafios atuais são a falta de financiamento do Estado; a rede socioassistencial fragilizada, principalmente na área da saúde; e, a dificuldade de os usuários chegarem ao atendimento de saúde bucal. A forma que é possível enfrentar estes desafios é insistindo na rede, procurando meios que possam se efetivar os direitos dos usuários, indo em busca de atendimentos nas UBS – Unidade Básica de Saúde, com a finalidade de superar a fragilidade do setor saúde. Além da violência, o preconceito e a ocorrência de atos de violação dos direitos mais básicos, como acesso aos serviços de saúde, também são frequentes. O preconceito manifestado é através de insultos como vagabundo, maloqueiro, preguiçoso e mendigo. Esses

modos de denominar esses indivíduos acabam influenciando a forma deles próprios se perceberem. Diante desta realidade, podemos concluir que é urgente o resgate da identidade dos moradores de rua, permitindo a recuperação de sua própria percepção de um ser humano como qualquer outro. Desse modo, estes indivíduos acabam não sendo reconhecidos como cidadãos por não estarem inseridos no modelo de produção capitalista vigente. Além do prejulgamento negativo que sofrem diariamente, uma vez que não há conhecimento da sua trajetória de vida, contexto histórico, condições sociais e econômicas que os levaram a tal situação. Tal julgamento e discriminação excluem estes indivíduos na inserção social, econômica e de assumirem a emancipação de suas vidas. **CONCLUSÕES:** Concluimos que, inicialmente, os diferentes profissionais que atuam neste campo necessitam conhecer e compreender esses sujeitos e suas histórias, para que possam a partir destes conhecimentos, apoiados numa relação interdisciplinar e de trabalho junto a rede de assistência, atuarem na perspectiva da desconstrução das subalternidades e fortalecimento dos vínculos e relações sociais, muitas vezes fragilizados e até rompidos. A partir das ideias e problemáticas dos diferentes autores apresentados, reconhecemos a diversidade de fatores que contribuem para que os sujeitos se constituam como pessoas em situação de rua. Com isso, a atuação do Serviço Social se dá pelo reconhecimento das diferentes demandas apresentadas por esses sujeitos, muitas vezes marginalizados e excluídos dos processos de participação social, necessitando de um mediador para garantia dos direitos não reconhecidos e/ou não acessados por esse grupo populacional.

## REFERÊNCIAS

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, M. L. L. D. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995 - 2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, C. R. de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático**. Fortaleza: UFC, 2004.

SPOSATI, A. **Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo – 2000: Dinâmica social dos anos 90**. São Paulo: EDUC, 2003.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.9, n.1, 2005.  
<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>.



## O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO ÀS FAMÍLIAS DOS SUJEITOS QUE SOFREM COM TRANSTORNO MENTAL

### AUTORES:

Jardson Silva

Iza Cristina Leal Bezerra do Amaral

Maria Heloisa Tomé dos Santos

Erllem Ranna Silva Rocha

Milena Beatriz de Oliveira Pimentel

**INTRODUÇÃO:** Desde o Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que se iniciou na década de 1970, a família tem sido vista como aliada no processo de cuidado à pessoa com transtorno mental, tendo em vista que a desinstitucionalização não se restringe apenas a substituição de modelos de tratamentos dentro dos hospitais psiquiátricos, envolve também questões socioculturais e paradigmáticas. Há uma mudança nas práticas psiquiátricas clássicas para práticas de cuidado contemporâneas, realizadas em comunidade e, mais especificamente, envolvendo a família. Nesse sentido, pode-se definir como transtorno mental qualquer anormalidade, sofrimento ou comprometimento de ordem psicológica e/ou mental. São alterações no funcionamento da mente que prejudicam o desempenho da pessoa na vida familiar, social, pessoal, no trabalho, nos estudos, na compreensão de si e dos outros, na possibilidade de autocrítica, na tolerância aos problemas e na possibilidade de ter prazer na vida em geral. Por suas causas não terem um significado objetivo, o adoecer psíquico tem sua definição baseada em valores culturais e não por fatores biológicos. Existindo, assim, o paradigma da exclusão social que se resume ao isolamento dos pacientes que não são aceitos dentro dos padrões habituais. A estigmatização da loucura faz com que a pessoa em sofrimento mental perca a sua cidadania, sofra preconceitos e seja segregado da sociedade.

Com isso, é notória a importância da família no tratamento, na recuperação e na ressocialização do adoecido. Ao envolver a família no processo de tratamento e ao dar suporte a esta para enfrentar as dificuldades no relacionamento com a loucura e a sobrecarga, a carga emocional da família e do próprio paciente é amenizada, aumentando o nível de convívio entre eles, e deles com a sociedade. Assim, torna-se necessário pontuar que este trabalho tem como objetivo identificar a importância da família no tratamento e ressocialização das pessoas com transtorno mental, bem como suas dificuldades e desafios, no intuito de contribuir para a formação e fazer profissional do/a assistente social. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma pesquisa exploratória com a finalidade de aproximação com o objeto de estudo, em que propõe-se uma pesquisa de abordagem do tipo qualitativa realizada por meio de pesquisa bibliográfica. A pesquisa exploratória foi realizada visando uma primeira aproximação com o tema, para interrogarmos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Seu foco fundamental é a construção do projeto de investigação (MINAYO, 2001). A pesquisa qualitativa para Minayo (2001) responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que

corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Com isso, a pesquisa bibliográfica é a que fornece suporte a todas as fases do processo investigativo, pois auxilia na escolha do tema, na definição da problemática, na determinação dos objetivos, na formulação das hipóteses, na fundamentação da justificativa e na elaboração dos resultados (SILVA, 2004). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para compreendermos a inserção da família diante o tratamento do paciente com transtorno mental, é necessário fazermos um apanhado da perspectiva histórica, dado que esse acompanhamento familiar é, relativamente, uma prática recente. Neste sentido, observa-se que é a partir do Movimento de Reforma Psiquiátrica, construído num cenário de redemocratização e luta, que emergem novas estratégias favorecendo um nível mais coletivo de participação, reconhecendo o valor da família na atenção à saúde mental e inserindo-a no projeto terapêutico, em busca de uma melhor qualidade de vida tanto para quem é cuidado quanto para quem cuida. O Movimento muda a concepção da doença mental, que junto com a institucionalização, contribuem para o estereótipo do doente mental; assim, a Reforma coloca um novo olhar à psiquiatria, o de saúde mental, com essa nova concepção, houve a criação de novos modelos de atendimento, como serviços básicos, comunidades terapêuticas, centros de apoio, entre outros. Por isso, a partir desse processo, a família deve ser entendida como uma unidade de cuidado, ou seja, cuidadora nas situações de saúde e de doença dos seus membros, cabendo aos profissionais apoiá-la e fortalecê-la quando esta se encontrar fragilizada. Assim, a abordagem em saúde mental não se restringe apenas à medicação e eventuais internações, mas também a ações e procedimentos que visem a uma ressocialização familiar e social. Desta forma, a participação da família no serviço de atenção em saúde mental e nos cuidados com o usuário pode favorecer a aproximação afetiva entre os membros da família, rompendo com preconceitos sobre a incapacidade e periculosidade, desmistificando a ideia de exclusão social.

Logo, observa-se que este é um campo de atuação que não se restringe apenas à medicina, pois a família se vê sobrecarregada fisicamente, economicamente e emocionalmente, o que resulta na ausência de perspectivas de transformação, necessitando de outros profissionais capacitados para atendê-la nas diferentes situações. Tendo a família como principal campo de intervenção profissional, o/a assistente social deve manter-se atento/a também em conhecer e, além de tudo, compreender as diversas estruturas familiares existentes na sociedade, tendo constante preocupação em não julgar, e acima de tudo respeitar as famílias atendidas. Para Miotto (2010), o objetivo principal de intervenção do Serviço Social deve partir da identificação das dificuldades familiares, buscando sempre a possibilidade de uma mudança social, trabalhando de forma que as famílias encontrem os recursos necessários para o seu desenvolvimento social, na busca por uma qualidade de vida, bem como, na perspectiva de assegurar a construção ou o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e o exercício da cidadania, uma vez que se trata de pessoas comumente expostas às mais diversas situações de preconceitos e estigma, que aprofunda sua vulnerabilidade social. Com isso, é importante que os/as assistentes sociais estejam atentos a essa realidade, para que propiciem a possibilidade de superar as dificuldades vividas no convívio com a pessoa em situação de sofrimento mental, dividindo com eles o tempo de cuidar, através da oferta de serviços de atenção psicossocial diário, oferecendo-lhe o apoio necessário dos serviços para lidar com o estresse do cuidado. Além disso, o trabalho do/a assistente social deve estar direcionado ao fortalecimento dos vínculos, devido à fragilidade de cada família, que necessita de atenção e cuidados especiais, o que inúmeras vezes resulta no distanciamento e rejeição, prejudicando ambas as partes. Torna-se necessário se colocar à disposição para escutá-la, demonstrando atenção e importância para os diversos problemas que lhe são apresentados. Muitas vezes pode-se ir além, realizando intervenções para auxiliar esta família com a expectativa de fortalecer cada vez mais os desafios a serem superados. **CONCLUSÕES:** Vivenciar a prática assistencial com famílias de pessoas com transtorno mental é trabalhar com o seu sofrimento, com as suas frustrações e com a

negação e aceitação do transtorno mental, o que mobiliza sentimentos e percepções em quem está envolvido. Neste sentido, é notório que a relação da família com a pessoa com transtorno mental por vezes é tensa, mas quando os sintomas decorrentes do transtorno estão controlados, a convivência pode ser harmoniosa, o que enseja entender o ser humano com transtorno mental como ser único dotado de capacidades, e que, apesar de algumas limitações, é capaz de se relacionar e desenvolver atividades. É nesse sentido que se faz necessária a intervenção interdisciplinar, juntamente com a rede de atenção assistencial, onde o/a assistente social, enquanto um profissional que contempla a importância da família em todos os momentos de sua atuação, veja a família como um espaço de cuidados e proteção que deve ser merecedora de atenção e cuidado, pois mesmo sendo grande a sua responsabilidade, sem contar com o apoio do Estado, profissionais e sociedade civil, sozinha não conseguirá promover todos os cuidados à pessoa em sofrimento psíquico. Todavia, sem dúvida, o principal desafio desse profissional no campo da saúde mental, ainda é contribuir para que o sujeito em sofrimento mental e sua família possam adquirir as ferramentas que lhes permitam superar os preconceitos e o estigma, além de dar-lhes maior visibilidade, a fim de que possam ser alcançados pelas políticas públicas, exercendo o maior grau de autonomia possível e ampliando seu espaço de exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS

- BORBA, Letícia de Oliveira ; SCHWARTZ, Eda; KANTORSKI, Luciane Prado. A sobrecarga da família que convive com a realidade do transtorno mental. **Acta Paul Enferm**, [s. l.], p. 589-594, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n4/a09v21n4>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIOTO, R.C.T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, jan./jun. 2010.
- PEREIRA, Maria Alice Ornellas ; JÚNIOR PEREIRA, Alfredo. Transtorno mental: dificuldades enfrentadas pela família. **Rev. Esc. Enferm USP**, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n4/11>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- SILVA, Cassandra Ribeiro de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático**. Fortaleza: UFC, 2004.



## EDUCAÇÃO MORAL E ÈTICA: UM ESTUDO FILOSÓFICO A PARTIR DO PENSAMENTO DE IMMANUEL KANT

### AUTORES:

Juliana do Nascimento Alves

William Camiccia da Silva

**INTRODUÇÃO:** Para se ter uma visão um pouco mais clara sobre a educação, especialmente no que se refere a relação entre educação, ética e moral a partir do pensamento do filósofo Immanuel Kant, pretendemos com este estudo produzir uma reflexão sobre as práticas para o desenvolvimento da moralidade desde as bases do ensino. A dificuldade, no estudo da moral de Kant, se dá devido ao fato de que essa abordagem parece violar um princípio central da moralidade kantiana, pois atos virtuosos devem ser realizados em respeito à lei moral em si. Este trabalho busca demonstrar a contribuição significativa de Kant para a moral e a educação, demonstrando como uma educação moral e ética estabelece os fundamentos necessários para a ação autônoma. Qualquer discussão sobre a educação moral deve começar com um breve exame do seu objeto - moralidade ou virtude - e, para Kant, do tornar-se virtuoso, pois requer que um indivíduo não apenas adote os princípios ou máximas corretas, mas também adote as máximas pelas razões corretas. É por esta razão que ele divide sua discussão sobre a educação moral na 'Doutrina do método da ética' (KANT, 1996) em duas partes correspondentes a esses dois componentes da virtude. O primeiro busca mencionar sobre o 'Ensino de ética' que retrata a descrição do por que a virtude deve ser ensinada e o processo pelo qual, os indivíduos passam a adotar máximas virtuosas. Sobre o tratamento da educação, Kant considerava que o indivíduo deveria ter na educação o compromisso com a ética, tendo a preocupação de agir com preceitos estabelecidos acerca da moral, e conseqüentemente gerar a felicidade pela execução de suas atitudes corretas. Por exemplo, a virtude que requer que um indivíduo desenvolva um estado de espírito que seja ao mesmo tempo, valente e alegre no cumprimento de seus deveres, porque o que não se faz com prazer, mas apenas como serviço obrigatório não tem valor interno para aquele que atende o seu dever. Desta forma, embora se possa aprender os princípios básicos de virtude, ninguém pode ser ensinado como adquirir essa disposição. Em vez disso, é adquirido através do que Kant chama de "ginástica ética", ou através da prática repetitiva de combater os impulsos naturais quando esses impulsos entram em conflito com a virtude. Conseqüentemente Kant (1996) conclui que o processo de realização de ginástica ética torna um indivíduo valente e alegre na consciência da restauração da sua liberdade, permitindo que um indivíduo supere as forças da heteronomia<sup>4</sup> que fornecem uma barreira à ação moral. Tendo em mente que o foco da educação moral deve estar, em ajudar um indivíduo na adoção de máximas morais (o primeiro componente da virtude), ao invés da disposição com a qual essas máximas são adotadas (o segundo componente da virtude). Dessa forma, pode-se voltar a dar atenção para a discussão de Kant sobre a instrução ética na 'Doutrina do método de ética'. Neste sentido, a relevância desta pesquisa encontra-se em apresentar um aspecto filosófico para discutir a

---

<sup>4</sup> Sujeição a uma lei exterior ou à vontade de outrem; ausência de autonomia. Qualidade ou estado do que é heterônoma.

educação, e com isso fazer críticas bastante direcionadas ao processo educacional. Fazendo alguns questionamentos sobre como seria o método mais adequado para educar o indivíduo independentemente da classe social, visto que a educação não apresenta a característica de educar o homem conforme o seu nível social ou econômico, mas deve pensar no sujeito como um todo. **METODOLOGIA:** Quando trabalhamos o tema da ética e moral nas aulas de filosofia lecionadas tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, propor uma reflexão radicalmente crítica e uma prática moral eficaz ganha um papel efetivo e atual, uma vez que a moralidade, segundo Kant, envolve um lugar de liberdade e autonomia no sentido de que o sujeito, portanto, não é um escravo da própria vontade. Neste contexto, a metodologia deste trabalho é qualitativa com viés descritivo para discutir o tema. Para a realização da pesquisa, partimos da seguinte questão: como construir e colaborar para a formação moral e ética dos alunos ante as carências de modelos e referenciais que despertem o comportamento ético, reflexivo e moral desde a mais tenra idade? **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A solução de Kant para o desenvolvimento da educação moral é a introdução de um catecismo moral e por catecismo moral, Kant tem em mente sobre certa proximidade com as perspectivas de Lutero referente ao catecismo e religião, ambos os quais desempenharam um papel integral nas primeiras religiões de Kant na educação (MENEZES, 2000). Ao contrário de um catecismo religioso, que é desenvolvido para incutir nos indivíduos princípios específicos de uma doutrina religiosa, Kant acredita que um catecismo moral pode ser desenvolvido a partir da razão humana comum (como no que diz respeito ao seu conteúdo) (KANT, 2000). Ou seja, um aluno educado por meio de uma moral do catecismo não deverá memorizar as respostas que eles não puderam responder, ou não conseguirem realizar em si mesmos. Para Kant (2002), a virtude requer que um indivíduo use sua razão de forma livre para determinar e adotar máximas morais e, em seguida, agir de acordo com essas máximas em respeito à própria lei moral. Portanto, surge a questão de saber se é ou não possível para um indivíduo, inicialmente educado por meio de um catecismo moral, ir além do primeiro estágio de repetição, chegando finalmente a esses julgamentos morais através do uso da razão e não da memória. Por meio do catecismo moral, o indivíduo se desenvolve no homem de compreensão da moral. Ou seja, o professor é capaz de orientar o aluno em direção a uma compreensão da virtude através do uso de exemplos familiares, com o objetivo final de incutir as regras do que constitui comportamento certo e errado. Este aspecto foi denominado por Kant (2000, p. 125) como “treinamento formativo, pois deve tentar garantir que seja meramente negativo e que deve ser excluído tudo o que é contrário à natureza”. O aspecto negativo, em ambas as instruções e treinamento da criança é disciplina; o aspecto positivo, na instrução, é a doutrina. Segundo Kant (2000), a disciplina deve preceder a doutrina. Pela disciplina do coração e temperamento pode ser treinado, mas o caráter é moldado mais pela doutrina. Um exemplo neste sentido aplicado na sala de aula é o fornecimento do conteúdo ao aluno, esperando que ele apenas receba as informações e diante disso, tenha disciplina. Mas o mais profundo é fornecer aos alunos a possibilidade da geração de diálogos e questões que levam o contexto da realidade do aluno, que isto que vai fazer com o que resulte o verdadeiro conhecimento transformador. **CONCLUSÕES:** Através deste estudo, pode-se constatar que Kant fornece uma solução sobre os aspectos que interferem na educação moral. Assim tem-se o paradoxo da educação, pois, por um lado Kant rejeita a afirmação de que o desenvolvimento de pessoas morais é conseguido incutindo nos indivíduos certos hábitos de ação. O catecismo da moral orienta os indivíduos para a compreensão dos princípios centrais para a virtude. Essa orientação ocorre não por meio de instrução dogmática, mas por meio do direcionamento da razão do aluno para chegar às conclusões desejadas, com base em repetições de ações que são consistentes com as ações de uma pessoa virtuosa, por exemplo. Quanto ao paradoxo da moral e política, fatores extrínsecos não motivam um desenvolvimento da moral do indivíduo no sistema de educação moral de Kant, seja dentro do estágio catequístico ou uma vez cessada a instrução catequética.

Toda motivação é interna. Pois isto tem que ser feito através das atitudes das pessoas quando agem de uma maneira particular através do reconhecimento da realização desse ato, como a coisa certa a fazer, não porque ele foi compelido a fazê-lo por uma força externa a ele mesmo.

## REFERÊNCIAS

KANT, E. **Anthropology from a pragmatic point of view**. T tic point of view radução para o inglês de Victor L. Dowdell. Carbondale e Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Eine Vorlesung über Ethik. orlesung über Ethik. Academia de Ciências de Göttingen: Ed. P. Menzer , 1824. (AK XXVII).

\_\_\_\_\_. **Lectures on Ethics**. T Lectures on Ethics radução para o inglês de Peter Heath. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. Lógica. **Tradução de Fausto Castilho**. Campinas: Unicamp/EDUFU, Tradução de Edson Bini. SãoPaulo: Edipro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco C. Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1999.

LA TAILLE, Y. de. A educação moral: Kant e Piaget. *In*: MACEDO, L. de (Org.) Cinco estudos de educação moral. **Cinco estudos de educação moral**. Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996, p. 135-173.

MENEZES, E. **História e esperança em Kant**. História e esperança em Kant São Cristóvão: Editora da UFS/ Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

MUNZEL, F. **Kant's conception of moral character: s conception of moral character: the c s conception of moral character: ritical link of morality, antropology and reflective judgment**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.





## NOÇÕES DE BIOSEGURANÇA EM ÉPOCA DE PANDEMIA: E-BOOK PARA PACIENTES EM SALA DE ESPERA

### AUTORES:

Thiago Madruga Barbosa  
Diego Ivan A. da S. Costa  
Lucas Mateus Nascimento

**INTRODUÇÃO:** No final do ano de 2019, na cidade de Wuhan, China Continental, surgiu o COVID-19, o SARS-CoV-2, responsável pela síndrome respiratória aguda grave (SARS). Spagnuolo *et al.* descreveram os cirurgiões-dentistas, como os trabalhadores mais expostos aos riscos de serem afetados pela doença. Devido à proximidade com o paciente, o COVID-19 trouxe grandes mudanças na odontologia devido à alta transmissibilidade do vírus por aerossóis gerados durante os procedimentos odontológicos. Novas ferramentas de educação em saúde, voltado ao paciente, podem fazer a diferença, reduzindo o contágio por desconhecimento de regras básicas de higiene e comportamento, resultando em segurança para todos. **OBJETIVO:** Desenvolver e-book acessível virtualmente aos usuários que esperam atendimento, na sala de espera da Clínica Odontológica Unifacex, sobre biossegurança e dúvidas sobre os serviços prestados na Clínica.

### MÉTODO:



**RESULTADOS:** A pesquisa sobre o assunto indicou que novas normas e rotinas de biossegurança surgiram para o tratamento em um consultório odontológico. A criação de um manual para os usuários se fez necessária pois indica como o paciente deve se portar a fim de criar uma experiência menos susceptível a contaminações, do Cirurgião Dentista e sua equipe, dos funcionários da Clínica Odontológica Unifacex e do próprio paciente.

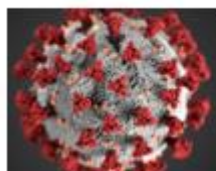


Figura 1 – Fonte: [coronavirus.saude.mg.gov.br](https://coronavirus.saude.mg.gov.br)



Figura 2 – Fonte: [jn.pt/nacional/saude](https://jn.pt/nacional/saude)



Figura 3 – Fonte: [marcozero.org/](https://marcozero.org/)

**CONCLUSÃO:** A utilização de meios eletrônicos, celulares, tablets, tvs, na sala de espera, aproximam o paciente da realidade do atendimento que será prestado, além de não contribuir para a contaminação cruzada dos pacientes que estão na sala de espera do consultório

odontológico da Unifacex. Durante a fase de retomada do atendimento odontológico eletivo, é essencial garantir que os pacientes entendam que eles também são responsáveis por sua segurança, contribuindo com as ações já tomadas pelos profissionais que trabalham na clínica.

## REFERÊNCIAS

LAGES, V. A. *et al.* **Práticas de Biosegurança para consultórios odontológicos durante a pandemia de COVID-19.** Conselho Regional de Odontologia. Piauí: [s.n.], 2020.

REIS, V. P. *et al.* O Novo Normal da odontologia: Revisão das Recomendações para Retomada da Assistência Odontológica durante a pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Odontologia.** Rio de Janeiro, v. 77, 2020.

SPAGNUOLO, G. *et al.* COVID-19 Outbreak: An Overview on Dentistry. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, v. 17, n. 6, Mar. 2020.



## JORNAL ACADÊMICO ODONTOLÓGICO

### AUTORES:

Vinícius Luiz de Oliveira Silva  
Samy Verissimo da Nobrega  
Antônio Ernesto da Cunha  
Caio José Mendes de Lima  
Jeniffer Mayara Lima Miranda  
Marina Castro Lemmos Lopes Cardoso

**INTRODUÇÃO:** Baseado nos séculos anteriores, o jornal foi o primeiro veículo de mídia com forte eficácia de distribuição de informação verídica. Contudo, com o avanço tecnológico os jornais se modernizaram para novos meios e vêm ganhando espaço de forma on-line, como blogs, portais etc. Com base nisso e nas necessidades observadas, buscou-se o desenvolvimento de um jornal virtual voltado para a odontologia. **OBJETIVO:** O objetivo do presente projeto é transmitir informações do meio acadêmico e profissional, de forma fácil, visando o esclarecimento aos pacientes. **MÉTODO:** O jornal discutirá conteúdo das disciplinas referentes ao período de atuação dos estudantes. O jornal terá uma estrutura moderna, em que nele estará presente vídeos curtos e demonstrativos baseados nos assuntos discutidos, como por exemplo a explicação de como fazer um diagnóstico prévio. A disponibilização será feita por meio de QR code, divulgado na recepção da clínica-escola do Unifacex por meio de um banner. A proposta contará com a ajuda de profissionais qualificados, que atuam na instituição, com o intuito de realizar atualizações no período de 15 dias regulares. **RESULTADOS:** O Jornal acadêmico odontológico possibilita ao paciente informações verídicas e desmente os mitos acerca da odontologia. Além de ser um passatempo que traz benefícios ao leitor na recepção. **CONCLUSÃO:** Destarte, o projeto tem como principal finalidade viabilizar informações de fácil entendimento com o intuito de melhorar o senso crítico do paciente. Portanto, conclui-se que é mister o uso do jornal para a construção de dados verídicos, diferenciando-se do que é divulgado na internet.

**Figura 1:** Folha de São Paulo



**Fig 1** meramente ilustrativa retirada do Google.

## REFERÊNCIAS

DO JORNAL impresso ao digital: novas funções comunicacionais, Salvador/BA, p. 1-11, 4 set., 2002.

FOLHA de São Paulo. (figura): Disponível em: <https://www.maven.com.br/wp-content/themes/maven/public/publicadigital-folhadesp.png>. Acesso em: 10 out. 2020.

FROSSARD, Vera Cecília; DIAS, Maria Clara Marques. **O impacto da internet na interação entre pacientes:** novos cenários em saúde, [s. l.], p. 1-14, 16 set. 2016.

HERR, Nicole. **Cem fichas para explorar o jornal em sala de aula.** 2. ed. São Paulo: Dimensão, 1994.